

**A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE ELEMENTOS
VEICULADORES DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL:**

Uma abordagem metodológica sensível
para a conservação aplicada aos Bairros de
Santo Antônio e São José, Recife

J U L Y A N A A L E C R I M



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

JULYANA ALECRIM BORGES

**A construção da ideia de Elementos Veiculadores da
Significância Cultural:
Uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos
Bairros de Santo Antônio e São José, Recife.**

Recife
Agosto 2023

JULYANA ALECRIM BORGES

**A construção da ideia de Elementos Veiculadores da
Significância Cultural:
Uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos
Bairros de Santo Antônio e São José, Recife.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre(a) em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Conservação Integrada

Orientadora: Prof.^a Dra. Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

Recife
Agosto 2023

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Borges, Julyana Alecrim.

A construção da ideia de Elementos Veiculadores da Significância Cultural: Uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos Bairros de Santo Antônio e São José, Recife / Julyana Alecrim Borges. - Recife, 2023.

328 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2023.

Orientação: Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

1. Significância Cultural; 2. Conservação; 3. Patrimônio Cultural; 4. Elementos Veiculadores da Significância Cultural. I. Vieira-de-Araújo, Natália Miranda. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CDD 720

JULYANA ALECRIM BORGES

**A construção da ideia de Elementos Veiculadores da Significância Cultural:
Uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos
Bairros de Santo Antônio e São José, Recife.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre(a) em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano. Linha de Pesquisa: Conservação Integrada.

Aprovado em: 02/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Natália Miranda Vieira-de-Araújo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dra. Virgínia Pitta Pontual (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dra. Flaviana Barreto Lira (Examinadora Externa)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - FAU/UNB

Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade (Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Dedico este trabalho a todos os usuários dos bairros de Santo Antônio e São José que fazem pulsar cotidianamente a vida e a cultura nesses bairros.

AGRADECIMENTO

A conclusão do meu Mestrado floresceu em meio ao sombrio cenário da Pandemia de COVID-19, que assolou o Brasil em março de 2020. Foi um caminho dolorosamente árduo e profundamente solitário, onde a pesquisa brotou no seio da incerteza avassaladora. O mundo estava mergulhado em tristeza, afogado pelo luto das incontáveis vidas ceifadas, e ainda não vislumbrávamos o abismo das adversidades que se seguiriam. O medo, alimentado pela ausência de vacinas e a falta de respostas claras sobre como deveríamos proceder, pairava como uma névoa densa. O sonhado ingresso no MDU, onde eu ansiava por conhecer os mestres e os novos colegas, foi cruelmente transformado em rostos minúsculos numa tela fria e inerte de computador. Reunir forças e cultivar energia, nesse contexto, foi um desafio imenso. Contudo, assim como a perseverança e resiliência dos ambulantes e das antigas edificações que resistem e bordam as ruas de Santo Antônio e São José, este trabalho ergueu-se, teimoso e firme, nas marés adversas e derivas errantes.

Não é fácil agradecer a cada pessoa que fez parte da construção desta dissertação, pois as palavras que carrego comigo parecem insuficientes para traduzir toda a minha gratidão. Pior ainda seria não fazê-lo, pois seria impensável realizar esse trabalho, em meio a tempos tão turbulentos, sem a presença acolhedora de cada um que, mesmo sem saber, me ajudou nessa caminhada e de alguma forma amparou com ternura o meu fardo. Não foi um caminho simples, mas é com gratidão que apresento aqui os frutos de um processo em que vocês foram fundamentais, parte essencial da força que me trouxe até este momento.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe Cristina Alecrim, pelo amor incondicional, por ser exemplo de força e coragem e por ser a primeira a acreditar em mim.

À minha orientadora Natália Vieira-de-Araújo por acreditar em mim, me dar todo suporte intelectual e emocional e por ser uma fonte inesgotável de conhecimento, dedicação, comprometimento e generosidade. Agradeço a todos os meu Orixás por ter te colocado no meu caminho.

Ao meu companheiro, Thiago Penna, por todo amor, companheirismo, parceria e compreensão nos momentos que estive ausente, nos momentos em que eu estava impaciente e em todos os momentos que chorei dizendo que não conseguiria e ele não mediu esforços para me dar forças e não me deixar desistir. Foi meu maior incentivador e o que mais sofreu comigo.

Gratidão à turma de mestrado ME-41, com a qual compartilhamos os desafios de estudar à distância em meio à pandemia. Um agradecimento especial à Yasmim, Camila, Yara, Joyce, Júlia, Marina e Isabela pelos trabalhos, medos, desafios, encorajamentos e conquistas compartilhadas.

Aos professores doutores que participaram das minhas bancas avaliativas: Virgínia Pontual (UFPE), Flaviana Lira (UNB), Clewton Nascimento (UFRN) e Flávio Carsalade (UFMG), pelas sugestões, colaborações, orientações e generosidade nas trocas e momentos de discussões que possibilitou o enriquecimento e conclusão desta pesquisa.

Aos colegas do LUP - Laboratório de Urbanismo pelas conversas e pesquisas compartilhadas.

Agradeço por fim aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano pelo esforço extraordinário em se adaptar ao novo formato de aulas exigido pela pandemia e por passarem todo conhecimento e ensinamentos com tanto empenho e dedicação.

A todos que pararam comigo dessa caminhada errante meus mais sinceros e emocionados agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa é dedicada a investigar a evolução da noção de significância cultural no campo da preservação do patrimônio, desde os bastidores da Carta de Atenas em 1931 até a última revisão da Carta de Burra em 2013 pelo ICOMOS Austrália. A pesquisa aborda os desafios da operacionalização da significância cultural, que envolve questões subjetivas e diversos atores sociais. Ela se concentra principalmente nos bairros históricos de Santo Antônio e São José, no Recife, e busca responder a questões sobre como equilibrar a atenção entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio. O estudo propõe a construção do conceito de "Elementos Veiculadores da Significância Cultural" como uma metodologia para considerar de forma integrada os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio. A pesquisa destaca a importância de compreender a relação indissociável entre materialidade e imaterialidade na preservação do patrimônio e sugere que a significância cultural é o caminho para uma conservação sensível e abrangente. A pesquisa identifica treze Elementos Veiculadores da Significância Cultural nos bairros estudados, procurando superar a dicotomia entre tangível e intangível na preservação do patrimônio.

Palavras-chave: Significância Cultural; Conservação; Patrimônio Cultural; Elementos Veiculadores da Significância Cultural

ABSTRACT

This study is dedicated to investigating the evolution of the concept of cultural significance in the field of heritage preservation, from the backstage of the Athens Charter in 1931 to the latest revision of the Burra Charter in 2013 by ICOMOS Australia. The research approaches the challenges of operationalizing cultural significance, which involves subjective matters and various social actors. It primarily focuses on the historic neighborhoods of Santo Antônio and São José in Recife and seeks to answer questions about how to balance attention between the materiality and immateriality of heritage. The research proposes the construction of the concept of "Elements Conveying Cultural Significance" as a methodology to consider both tangible and intangible aspects of heritage in an integrated manner. The research highlights the importance of understanding the inseparable relationship between materiality and immateriality in heritage preservation and suggests that cultural significance is the path to sensitive and comprehensive conservation. The study identifies thirteen Elements Conveying Cultural Significance in the studied neighborhoods, seeking to overcome the dichotomy between tangible and intangible aspects in heritage preservation.

Keywords: Cultural Significance; Conservation; Cultural Heritage; Conveying Elements of Cultural Significance

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Proposta para introdução de momentos de retorno no Processo da Carta de Burra	86
Figura 02: Linha de borda do futuro Cais José Estelita com o Projeto Novo Recife e os construídos Píers Maurício de Nassau e Duarte Coelho. Entre eles, o “velho” bairro de São José, pontuado de igrejas	94
Figura 03: Reforma do Mercado de São José	95
Figura 02: Reforma do Mercado de São José	95
Figura 04: Varredor de rua	119
Figura 05: Vendedor de vagem do Mercado de São José	119
Figura 06: Sr. Edson, vendedor de coco da Av. Dantas Barreto	120
Figura 07: Sr Antônio, vendedor de peixe do Mercado de São José	120
Figura 08: Montagem elemento âncora como Elementos Veiculadores da Significância Cultural	122
Figura 09: Apreensão das ambiências em Santo Antônio e São José	126
Figura 10: Vendedora do Mercado de São José	130
Figura 11: Sr. Sentado no pátio do Sebo	130
Figura 12: Detalhe da gravura Porto e Barra de Pernambuco, de 1630, mostrando acima a ocupação de Antônio Vaz	132
Figura 13: A ocupação holandesa em 1631, demonstrando a criação do sistema de fortificação na Ilha de Antônio Vaz	133
Figura 14: Ilha de Antônio Vaz, 1644	134
Figura 15: Histórico de formação urbana da cidade Maurícia mostrando os principais eixos de ligação da ilha, 1644	134
Figura 16: Planta geográfica da Villa de S. Antonio Recife de Francisco de Oliveira Miranda, João Garcia Velho do Amaral e José Peixoto de Abreu, 1763	137
Figura 17: Construções religiosas como elemento chave da configuração urbana de Santo Antônio e São José	138
Figura 18: Traçado urbano da ilha de Antônio Vaz em 1739, já aponta uma grande quantidade de espaços livres públicos	139
Figura 19: Perspectiva do Pátio de São Pedro, 2021	141
Figura 20: Conjunto urbano homogêneo da Ilha de Antônio Vaz, 1759	141
Figura 21: Entrada do Porto de Pernambuco - Rua do Crespo (atual rua 1º de Março), 1852	142
Figura 22: Pátio do Terço. Cromolitografia de F. H. Carls. 1878	143
Figura 23: Largo do Livramento. Cromolitografia. 1878. Dms 280 x 400 mm	143
Figura 24: Vista de Santo Antônio (tirada de S. Amaro do mirante da casa do Sr. E. Burle). Cromolitografia. 1878	144
Figura 25: Remodelação dos bairros de Santo Antônio e São José proposta por Ulhôa Cintra em 1943	149

Figura 26: Construção da Ponte Duarte Coelho e dos edifícios modernos da avenida Guararapes, vendo-se, à esquerda, a torre da Igreja do Paraíso, Recife, Pernambuco, 1943	150
Figura 27: Recife, vista aérea - Praça da Independência e Av. Guararapes (início da década de 1950)	151
Figura 28: Av. Dantas Barreto. Vista aérea da cidade, onde vemos assinalado a Igreja dos Martírios, que seria demolida pela prefeitura para dar lugar a uma nova avenida	152
Figura 29: Capa do Diário de Pernambuco de 13 de abril de 1972	152
Figura 30: Alturas definidas pelo Plano de Gabarito de 1965	154
Figura 3: Av. Dantas Barreto, Pátio e Igreja de Nossa Senhora do Carmo à esquerda e Edf. Leira e Igarassu à direita	155
Figura 32: Proposta de preservação do PPSH/RMR para os bairros de Santo Antônio e São José	157
Figura 33: Evolução populacional de Santo Antônio e São José no Recife (1910-2010)	159
Figura 34: Mapa no Recife - Localização de Santo Antônio e São José	160
Figura 35: Mapa de Santo Antônio e São José - Localização da ZEPH-10 e 14	160
Figura 36: Mapa de zoneamento da ZEPH-10 - 2008, bairros de Santo Antônio e São José	161
Figura 37: Av. Dantas Barreto, Camelódromo à esquerda, 2021	163
Figura 38: Espaços livres ZEPH-10 e 14, 2019	164
Figura 39: Pátio de São José do Ribamar, 2021	165
Figura 40: Pátio de São José do Ribamar, 2023	165
Figura 41: Mapa de zoneamento ZEPP-10 e ZEPP-14	166
Figura 42: Folia na Pracinha do Diário. Vê-se ao fundo a Igreja de Santo Antônio e a Avenida Guararapes	167
Figura 43: Passista em frente a Igreja Matriz de Santo Antônio	167
Figura 44: Vista das "torres gêmeas do Recife" de vários lugares de Santo Antônio e São José	169
Figura 45: Vista panorâmica da ZEPH-10 comparando o panorama das edificações em 1855 e 2014. Ao fundo à esquerda, da imagem de 2014 às "torres gêmeas do Recife"	170
Figura 46: Ortofoto dos bairros de Santo Antônio e São José com a demarcação das novas categorias para essa ZEPP	172
Figura 47: Praça Dom Vital, Mercado de São José e Basílica da Penha, ao fundo as "torres gêmeas" comprometendo a paisagem do sítio	174
Figura 48: Ambulantes no entorno do Mercado de São José antes da retirada das barracas	184
Figura 49: Rua Dom Vital após a retirada dos ambulantes	184
Figura 50: Vendedor do Mercado de São José	185
Figura 51: Noite dos tambores silenciosos	190
Figura 52: Noite dos tambores silenciosos	190
Figura 53: Mapa sensível - visita 01	199
Figura 54: Conjunto de São Pedro	199
Figura 55: Rua Vidal de Negreiros - Conjunto do Terço	200

Figura 56: Lateral da igreja de São Pedro dos Clérigos	200
Figura 57: Conjunto do Carmo	201
Figura 58: Conjunto do Carmo	201
Figura 59: Igreja Matriz de Santo Antônio	201
Figura 60: Piso da igreja da Ordem Terceira do Carmo	201
Figura 61: Piso da Basílica de Nossa Senhora do Carmo	201
Figura 62: Av. Dantas Barreto em frente a Praça da Independência	202
Figura 63: Av. Dantas Barreto em frente a Praça da Independência	202
Figura 64: Rua Larga do Rosário, ao fundo a Igreja do Rosário dos Pretos	203
Figura 65: Detalhe da faixa no gradil da Igreja do Livramento	203
Figura 66: Mercado de São José e Praça Dom Vital	203
Figura 67: Praça Dom Vital e Basílica da Penha	203
Figura 68: Mapa sensível - visita 02	204
Figura 69: Croqui Rua Direita	204
Figura 70: Casa de Badia	205
Figura 71: Rua Vidal de Negreiros	206
Figura 72: Croqui rua Direita	206
Figura 73: Mercado de São José	207
Figura 74: Conjunto do Livramento	207
Figura 75: Conjunto do Livramento	207
Figura 73: Croqui Conjunto do Livramento	208
Figura 77: Conjunto Franciscano	208
Figura 78: Praça da Independência	209
Figura 79: Rua Larga do Rosário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário	209
Figura 80: Rua Larga do Rosário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário	209
Figura 81: Croqui Igreja Matriz de Santo Antônio	210
Figura 82: Croqui vista da Av. Nossa Senhora do Carmo para o pátio do Livramento e Pátio do Carmo	210
Figura 83: Pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos	211
Figura 84: Pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos	211
Figura 85: Rua e igreja de Santa Rita	212
Figura 86: Rua e igreja de Santa Rita	212
Figura 87: Pátio e igreja de São José do Ribamar	212
Figura 88: Mapa sensível - visita 03	213
Figura 89: Croqui Conjunto do Terço	213
Figura 90: Torre da Igreja Nossa Senhora do Terço	214
Figura 91: Espaço social urbano - cruzamento das rua das Águas Verde com rua Tobias Barreto	214
Figura 92: Mesa dos restaurantes no Pátio de São Pedro	215

Figura 93: Fachada da Igreja de São Pedro	215
Figura 94: A esquerda : Conjunto da Basílica Nossa Senhora do Carmo	216
Figura 95: Interior da Basílica Nossa Senhora do Carmo	216
Figura 96: Vista do interior da basílica para a praça ao fundo a Igreja de São Pedro e as torres “gêmeas”	216
Figura 97: Praça do Diário	218
Figura 98: Vendedor de discos Rua do Fogo	218
Figura 99: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	218
Figura 100: Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos	219
Figura 101: Sr. que descansava no banco do pátio	219
Figura 102: Praça Dom Vital com Basílica da Penha	220
Figura 103: Lateral do Mercado de São José	220
Figura 104: Fachada principal do Mercado de São José com “torres gêmeas” ao fundo	220
Figura 105: Pátio e igreja de São José do Ribamar	220
Figura 106: Porta da igreja de São José do Ribamar - detalhe das almofadas	220
Figura 107: Mapa sensível - visita 04	221
Figura 108: Croqui Igreja Matriz de Santo Antônio vista da Praça da Independência	221
Figura 109: Beco do Veado	222
Figura 110: Beco do Veado.....	222
Figura 111: Pátio do Livramento	222
Figura 112: Rua do Imperador Pedro II em frente a Capela Dourada	223
Figura 113: Vendedor de água de coco - Av. Dantas Barreto	223
Figura 114: Vendedor de livros - Av. Dantas Barreto	223
Figura 115: Praça da Independência	224
Figura 116: Igreja Matriz de Santo Antônio	224
Figura 117: Av. Dantas Barreto - detalhe relógio e Igreja Matriz de Santo Antônio ao fundo	224
Figura 118: Interior da Basílica da Penha	225
Figura 119: Mapa sensível - visita 05	226
Figura 120: Croqui Capela Dourada	226
Figura 121: Capela dourada	227
Figura 122: Banca de revista na rua Frei Vicente Salvador	227
Figura 123: Detalhe barraca de frutas na Av. Dantas Barreto	228
Figura 124: Av. Dantas Barreto -pessoas na de ônibus	228
Figura 125: Praça do Sebo	229
Figura 126: Praça do Sebo	229
Figura 127: Edf Guararapes	229
Figura 128: Pessoas sentadas na escadaria da Matriz de Santo Antônio	229
Figura 129: Vendedores ambulantes - Av. Dantas Barreto	229

Figura 130: Pátio do Livramento	230
Figura 131: Rua da Penha	230
Figura 132: Mapa sensível - visita 06	231
Figura 133: Croqui Igreja do Rosário dos Pretos	231
Figura 134: Loja de artigos afroindígena na rua da Praia	232
Figura 135: Galpão das ervas, na rua da Praia	232
Figura 136: Vendedor de frutas e verduras, rua de Santa Rita	233
Figura 137: Igreja de Santa Rita	233
Figura 138: Detalhe fachada da igreja de São José do Ribamar	233
Figura 139: Detalhe fachada da igreja de São José do Ribamar	233
Figura 140: Detalhe fachada da igreja de São José do Ribamar	233
Figura 141: Pátio de São José do Ribamar	234
Figura 142: Pátio de São José do Ribamar	234
Figura 143: Rua das Calçadas	234
Figura 144: Rua das Calçadas	234
Figura 145: Rua das Calçadas	234
Figura 146: Praça Dom Vital e Mercado de São José	235
Figura 147: Travessa do Mercado	235
Figura 148: Beco do Veado	235
Figura 149: Beco do Veado	235
Figura 150: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos	236
Figura 151: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos	236
Figura 152: Praça da Independência	236
Figura 153: Praça da Independência	236
Figura 154: Praça da Independência	236
Figura 155: Mapas com a localização de todos os elementos veiculadores da significância cultural e a intensidade da dinâmica urbana	244
Figura 156: Fotomontagem comércio informal em Santo Antônio e São José	245
Figura 157: Conjunto do Terço	246
Figura 158: Fotomontagem conjunto Nossa Senhora do Terço	147
Figura 159: Piso da igreja de Nossa Senhora do Terço	248
Figura 160: Casa de Badia	249
Figura 161: Lúcia Soares, prima de Badia, na frente da Casa de Badia	249
Figura 162: Badia	249
Figura 163: Casa de Badia	250
Figura 164: Noite dos tambores silenciosos	250
Figura 165: Rua Vidal de Negreiros	251
Figura 166: Rua das águas Verde	251

Figura 167: Rua Tobias Barreto	251
Figura 168: Igreja de São Pedro dos Clérigos	252
Figura 169: Fotomontagem conjunto de São Pedro	253
Figura 170: Conjunto de São Pedro	253
Figura 171: Conjunto de São Pedro	253
Figura 172: Detalhes Igreja São Pedro dos Clérigos	254
Figura 173: Detalhes Igreja São Pedro dos Clérigos	254
Figura 174: Detalhes Igreja São Pedro dos Clérigos	254
Figura 175: Terça negra	255
Figura 176: Queima da Lapinha	255
Figura 177: Beco do Veado	256
Figura 178: Beco do Veado	256
Figura 179: Beco do Veado	256
Figura 180: Conjunto do Carmo	257
Figura 181: Fotomontagem conjunto de Carmo	258
Figura 182: Conjunto de Carmo	259
Figura 183: Basílica do Carmo vista do Largo de São Pedro	259
Figura 184: Igreja de Nossa Senhora do Carmo	260
Figura 185: Festa de Nossa Senhora do Carmo	260
Figura 186: “Ato da virada” - Haddad é recebido em Recife	260
Figura 187: Escadaria da Igreja Matriz de Santo Antônio	261
Figura 187: Fotomontagem Matriz de Santo Antônio	262
Figura 188: Igreja Matriz de Santo Antônio	263
Figura 189: Igreja Matriz de Santo Antônio	263
Figura 190: Parada de ônibus na frente da Igreja Matriz de Santo Antônio	264
Figura 191: Detalhe banca de conserto e venda de relógio na Av. Dantas Barreto em frente a igreja Matriz de Santo Antônio	264
Figura 192: Detalhe barraca de água de coco e Igreja ao fundo	264
Figura 193: Praça do Sebo - escultura do escritor Mauro Mota	265
Figura 194: Fotomontagem Praça do Sebo	266
Figura 195: Praça do Sebo	267
Figura 196: Praça do Sebo	267
Figura 197: Praça do Sebo	267
Figura 198: Capela Dourada	268
Figura 199: Fotomontagem conjunto Franciscano	269
Figura 200: Rua Imperador Pedro II	271
Figura 201: Rua Imperador Pedro II	271
Figura 202: Rua Imperador Pedro II	271

Figura 203: Praça da Independência	272
Figura 204: Fotomontagem Praça da Independência	273
Figura 205: Obras da Praça do Diário, 1974	274
Figura 206: Vista ampla da Praça da Independência, com os prédios da Sulacap e a Avenida Guararapes no lado direito	274
Figura 207: Foliões em frente ao edifício do Diário de Pernambuco, no palanque da Praça da Independência, 1957	275
Figura 208: Praça da Independência	275
Figura 209: Conjunto do Rosário	276
Figura 210: Foto-montagem igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	277
Figura 211: Interior da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	278
Figura 212: Fachada da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	278
Figura 213: Coleta de esmolas na irmandade de nossa senhora do rosário - rio Grande do sul	280
Figura 214: Mbembe, D. Pedro VI, rei do Congo, fotografado pelo reverendo R. H. C. Graham, o manto e o cetro de prata lhe foram presenteados em 1888 pelo rei de Portugal	280
Figura 215: Rua Larga do Rosário	281
Figura 216: Rua Larga do Rosário	281
Figura 217: Rua Estreita do Rosário	281
Figura 218: Conjunto do Livramento	282
Figura 219: Fotomontagem Igreja e Pátio do Livramento	283
Figura 220: Igreja e largo de Nossa Senhora do Livramento, 1890	284
Figura 221: Igreja e Nossa Senhora do Livramento	285
Figura 222: Pátio do Livramento	285
Figura 223: Rua Direita - lateral da Igreja e Nossa Senhora do Livramento	285
Figura 224: Mercado de São José	287
Figura 225: Montagem mercado São José	288
Figura 226: Mercado São José	289
Figura 227: Comerciantes no entorno do Mercado São José	290
Figura 228: Comerciantes no entorno do Mercado São José	290
Figura 229: Comércio de materiais de matrizes afro-indígena na rua da Praia	291
Figura 230: Comércio de materiais de matrizes afro-indígena na rua da Praia	291
Figura 231: Comércio de materiais de matrizes afro-indígena na rua da Praia	291
Figura 232: Comerciantes no entorno do Mercado São José	291
Figura 233: Comerciantes no entorno do Mercado São José	291
Figura 234: Basílica da Penha e Praça Dom Vital	292
Figura 235: Fotomontagem mercado São José	293
Figura 236: Basílica da Penha 1880	294
Figura 237: Interior da Basílica da Penha	294

Figura 238: Rua das calçadas	295
Figura 239: Rua da Penha	295
Figura 240: Praça Dom Vital	295
Figura 241: Igreja de Santa Rita de Cássia	296
Figura 242: Montagem rua e igreja de Santa Rita	297
Figura 243: Igreja de Santa Rita, década de 1950	298
Figura 244: Igreja de Santa Rita dias atuais	298
Figura 245: Comércio informal na rua de Santa Rita	298
Figura 246: Comércio informal na rua de Santa Rita	298
Figura 247: Comércio informal na rua de Santa Rita	298
Figura 248: Procissão de Santa Rita	299
Figura 249: Detalhe porta da Igreja de São José do Ribamar	300
Figura 250: Fotomontagem São José do Ribamar	301
Figura 251: Rua São José do Ribamar, 1957	302
Figura 252: Igreja de São José do Ribamar, 1957	302
Figura 253: Pátio de São José do Ribamar	303
Figura 254: Igreja e Pátio de São José do Ribamar	303
Figura 255: Igreja e Pátio de São José do Ribamar	303
Figura 256: Pátio de São José do Ribamar	303

LISTA DE ABREVIATURAS

CNRC-	Centro Nacional de Referência Cultural
DPPC -	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural
DPHAN -	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DSIA -	Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade
EVSC -	Elementos Veiculadores da Significância Cultural
FIDEM -	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana
ICCROM -	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of the Cultural Properties
ICOM -	International Council of Museums
ICOMOS -	International Council on Monuments and Sites
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
MSJ -	Mercado de São José
NPS -	National Park Service
OUV -	Outstanding Universal Value
PCH -	Programa de Cidades Históricas
PPSH -	Plano de Preservação dos Sítios Históricos
SPHAN -	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO -	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WIC -	Companhia das Índias Ocidentais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. O AMADURECIMENTO DO CONCEITO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O CAMPO DA CONSERVAÇÃO.....	30
1.1 O prelúdio da significância cultural e a relação imbricada com os valores patrimoniais..	30
1.1.1. Antecedentes históricos marcantes para a constituição do campo da conservação na Europa e nos Estados Unidos.....	31
1.1.2. E o Brasil? Por onde anda a reflexão da preservação patrimonial entre as décadas de 1920 e 1940?.....	35
1.1.3. Vestígios da memória: a preservação patrimonial a partir da década de cinquenta e o legado para o futuro.....	41
1.1.4. Tesouros do tempo: os valores patrimoniais como herança cultural e social...	49
1.2 O alargamento do conceito de significância cultural e a relação indissociável com os conceitos de autenticidade e integridade (1980 a 1999).....	54
1.2.1. Além das aparências: a Autenticidade como expressão da identidade cultural	57
1.2.2. A essência do tempo: a Integridade como guardião da significância cultural....	71
1.2.3. Os segredos revelados da “alma” do patrimônio: a epistemologia da significância cultural.....	77
1.3 Ressonâncias da história: a significância cultural como voz do patrimônio para além dos especialistas (2000 a 2023).....	84
1.3.1. O amadurecimento do conceito de significância cultural: por que e para quem preservamos? (2000- 2011).....	85
1.3.2. Os riscos e os limites da supremacia da Significância Cultural: críticas, incompatibilidades e desafios da aplicabilidade nas práticas preservacionistas dez anos após a revisão da carta de Burra de 2013. (2011-2023).....	93
2. EM BUSCA DE UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA PARA UMA PRÁTICA PRESERVACIONISTA MAIS SENSÍVEL.....	112
2.1 A vivência do espaço social urbano: a apreensão fenomenológica do lugar como expressão do espaço social.....	113
2.2 Errar enquanto experiência urbana: A prática do caminhar como forma de apreensão do lugar e sua dimensão sensível.....	118
2.3 Uma inspiração na etnotopografia como caminho metodológico para apreensão dos Elementos Veiculadores da Significância Cultural.....	133
3. OS BAIRROS IRMÃOS: SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ.....	141
3.1 A formação histórica e a evolução dos bairros de Santo Antônio e São José: Da formação inicial até o século XIX.....	142
3.2 Proteção versus transformação: As remodelações de Santo Antônio e São José e os planos urbanísticos do século XX.....	156
3.3 Tensões e confrontos no século XXI: uma breve análise do Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural - ZEPH-10.....	170

4. A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE ELEMENTOS VEICULADORES DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL: A MATERIALIDADE E A IMATERIALIDADE EM UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA.....	187
4.1 Além da pedra e cal: A indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade como caminho para manutenção da significância cultural.....	188
4.2. Narrativas errantes, diários urbanos: uma abordagem sensível a partir dos vínculos entre o objeto empírico e a pesquisadora.....	204
4.2.1.Mapeamento sensível e Diários urbanos.....	209
4.3 A identificação dos Elementos Veiculadores da Significância Cultural: Uma escolha afetiva.....	248
4.3.1. Uma escolha afetivas.....	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	314
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	320

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é dedicada no primeiro momento a investigar o estado da arte da significância cultural, tendo como marco temporal os bastidores da Carta de Atenas (1931), até o amadurecimento teórico da noção de significância cultural após a última revisão da Carta de Burra (2013), elaborada pelo Conselho Internacional de Monumento e Sítios (ICOMOS) da Austrália analisando o rebatimento do alargamento desse conceito nas práticas preservacionistas atuais. Sabemos que um dos principais desafios no campo da preservação contemporânea está na operacionalização da significância cultural. O fato de lidar com questões subjetivas e que envolve diversos atores sociais no processo de reconhecimento e valoração de um bem ainda tem se mostrado algo difícil de operacionalizar, uma vez que os instrumentos normativos são construídos para lidar ou com a dimensão material ou com a dimensão imaterial do bem, evoluindo muito pouco no trato simbiótico das duas questões. Contudo, as reflexões sobre o tema da significância tem apontado para o caminho do trato concomitante dessas duas questões.

Esses fatos nos fazem refletir tanto sobre os riscos de gentrificação e da tendência de valorização da materialidade em detrimento do uso social do espaço, quanto na supervalorização da subjetividade e do relativismo absoluto que relega a materialidade a segundo plano. Como avançar nas questões subjetivas sem desvalorizar a atenção para com a materialidade? Como operacionalizar ações que tratem simbioticamente as questões materiais e imateriais que envolvem o patrimônio?

Essas inquietações estão assentadas principalmente sobre os bairros históricos de Santo Antônio e São José, no Recife. Estabelecidos no séc. XVII, os bairros de Santo Antônio e São José, estão classificados na categoria de Conjuntos Antigos (Lei municipal nº 13957/79) e fazem parte da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH-10 (Lei nº 17511/2008). Donos de um complexo histórico de formação territorial, os bairros irmãos apresentam uma dinâmica social, cultural e econômica bastante variada, além da forte presença do comércio, sobretudo do comércio informal, é o que hoje podemos considerar como a “alma” do lugar. Além da intensa vitalidade que caracteriza a maior parte desses bairros, a morfologia e a estrutura urbana é outra característica marcante desse lugar. Torres altas de igrejas e basílicas, ruas estreitas que, ora se abrem em pátios livres e ventilados trazendo uma agradável sensação de surpresa, ora desembocando em becos tortuosos que nos trazem a sensação de calor e apinhamento. A forte presença de elementos religiosos e uma estrutura urbana que remete a uma lógica barroca é uma das características de estruturação desse espaço urbano. Mais inquietações: Como apreender a complexidade

das relações sociais que se estabelecem com a materialidade desse sítio histórico? Como inserir a experiência cotidiana das pessoas com o bem patrimonial nos processos de gestão de sítios históricos incorporando simbolicamente seus aspectos materiais e não-materiais?

No decorrer da história, observamos um enfoque nas práticas preservacionistas que se concentram principalmente na materialidade, frequentemente tratando-a de forma isolada da imaterialidade. Essa abordagem, aliada à atual lógica de consumo e às relações de poder fortalecidas pelo discurso conformista que sugere que "já está tudo descaracterizado, vamos demolir" revela uma aparente incompatibilidade das leis existentes com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e com a incorporação das modernas noções de conservação integrada na gestão desses locais. A ZEPH-10 encontra-se hoje, com um grande número de edifícios que perderam suas características originais, e também com um contingente considerável de imóveis vazios ou subutilizados em algumas ruas dos bairros. Uma situação que nos preocupa e nos instiga a pensar em formas de intervir levando em conta toda complexidade que envolve o estudo dessa área.

Além disso, é notável a ausência de uma legislação específica que regulamente os espaços livres e os atributos intangíveis dos bairros em estudo. Isso significa que intervenções importantes podem ocorrer, sem que se leve em consideração as dinâmicas fundamentais que ocorrem nos espaços livres, que desempenham um papel crucial na preservação da memória desse sítio histórico. Isso inclui celebrações, manifestações culturais, atividades relacionadas à água e a própria dinâmica urbana, alimentada principalmente pelo comércio informal de base popular, conhecido localmente como "vuco-vuco." A maneira pela qual compreendemos e interpretamos os bairros de Santo Antônio e São José, quanto à significância que lhes é atribuída, encontra-se primordialmente vinculada às noções contemporâneas da conservação, que compreendem a necessidade de se realizar uma leitura intersubjetiva acerca do patrimônio, a fim de contemplar os aspectos relacionais e experiências que envolvem a interação entre sujeito e objeto, bem como a relação simbiótica entre os aspectos tangíveis e intangíveis desse sítio histórico.

Tal conjuntura nos levou à questão central deste trabalho: como operacionalizar a conservação de sítios históricos urbanos, utilizando a significância como caminho para uma preservação sensível, que considere simbioticamente os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio?

Para tanto, assumimos como nosso objetivo principal propor uma abordagem metodológica que ajude a construir o conceito de Elementos Veiculadores da Significância Cultural, para que este possa contribuir na operacionalização da conservação em áreas patrimoniais. Dentre os objetivos específicos definidos para esta pesquisa destacamos: (I)

levantar e discutir o Estado da Arte da noção de significância cultural, observando como ele foi interpretado desde o seu prelúdio até o seu amadurecimento ao longo do tempo, centrando a atenção final nas abordagens fenomenológicas recentes; (II) investigar e analisar as ferramentas e metodologias já utilizadas que buscam a operacionalização do conceito da Significância Cultural e metodologias que buscam dar conta dos aspectos sensíveis e intangíveis que envolvem a percepção urbana; (III) desenvolver o conceito de Elementos Veiculadores da Significância Cultural, com a perspectiva de chegar em uma metodologia que consiga refletir o tratamento simbiótico entre as questões tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural, a fim de que esta se torne possível de ser aplicada e replicada nessa e em outras áreas patrimoniais.

Como sabemos o termo significância cultural veio a se popularizar um pouco mais a partir da 1ª edição da Carta de Burra, elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) da Austrália em agosto de 1979, contudo, ainda na primeira década do século XX já havia uma certa preocupação a respeito do entorno dos monumentos. De acordo com Choay (2010), a conversão da cidade em objeto de conhecimento histórico foi motivada justamente pela transformação do espaço urbano que sucedeu a Revolução Industrial. A preocupação surge no momento em que as reformas urbanísticas estão acontecendo em grande parte nos tecidos mais antigos das cidades. Neste momento começa-se a perceber a cidade como patrimônio e surgem as primeiras inquietações com as consequências e com os impactos das perdas de parte desses tecidos urbanos para a cidade, com destaque para os escritos do italiano Gustavo Giovannoni. Nesse contexto surgem os primeiros debates, cartas e recomendações, além da formação da UNESCO (1945), para auxiliar na proteção e salvaguarda do legado patrimonial.

Nesse cenário emerge a teoria contemporânea dos valores patrimoniais, entendendo que as discussões que nortearam e fundamentaram o processo de amadurecimento da noção de significância que temos hoje, é fruto de um processo de reflexão que vem desde o início do século XX até o amadurecimento no entendimento de que os valores patrimoniais não existem de forma autônoma e intrínseca ao objeto, que, na verdade, trata-se de um processo de atribuição feito pelo sujeito. Consideramos portanto, que as reflexões apresentadas por Alois Riegl, ainda em 1903, são absolutamente pioneiras e enraízam as práticas da restauração no âmbito do debate cultural, atribuindo-lhes a condição de um "ato de cultura" como identifica Cunha (2006). O arcabouço teórico proposto por Riegl, só começará a fazer mais eco na prática efetiva da preservação a partir da segunda metade do século XX e especialmente no século XXI, contudo, podemos considerar que é um pensamento que inaugura um paradigma, em que a restauração transcende a mera

preocupação estética, alcançando camadas mais profundas da cultura e do significado cultural do patrimônio.

No Brasil, os primeiros questionamentos acerca da preservação surgem com a busca por uma identidade nacional própria, estimulados pela Semana da Arte Moderna de 1922 e pelo centenário da independência. Essa busca foi impulsionada por uma elite brasileira que desejava identificar e demonstrar a qualidade do seu Patrimônio Histórico e Artístico com destaque para nomes como Mário e Andrade, Oswald de Andrade, Gustavo Capanema, Wanderley Pinho, Rodrigo Melo Franco de Andrade entre outros. Percebemos fortemente nesse momento um espírito nacionalista na arquitetura e urbanismo brasileiro, representando uma tentativa de afirmar a identidade cultural do país e criar uma linguagem arquitetônica única que refletisse suas raízes históricas e geográficas e é nesse contexto que se inicia o processo de proteção patrimonial no Brasil com a formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Percebemos no século XX uma série de contribuições a respeito da abordagem dos valores, tanto na teoria, quanto na prática da preservação patrimonial, com base no amadurecimento já posto pela teoria do restauro de Cesare Brandi (1963) e pelo conceito de valores como sendo um sistema, em que o todo é maior que a soma das partes, onde o bem patrimonial em si não é portador de valor, ou seja, o valor não é inerente ao objeto. Um momento significativo de reflexão sobre a conservação patrimonial que marca o início de um maior relativismo cultural. Esses acontecimentos abriram caminho para o desenvolvimento e amadurecimento da noção de significância cultural. No âmbito internacional, destacam-se marcos como o surgimento do conceito de sítio histórico e a compreensão da noção de patrimônio urbano. E na Carta de Veneza (1964), surge o termo “significação cultural”, quando é citado para definir o conceito de monumento histórico.

Assim, debates que abarcam noções simbólicas e imateriais do patrimônio vão ganhando forma nas discussões e o alargamento das noções de significância cultural tomam proporções mais robustas e consistentes com atenção a questões mais subjetivas. Nesse contexto, foi desenvolvida pelo ICOMOS Austrália, em 1979, a primeira Carta de Burra, trazendo a definição de significância cultural. A carta sofreu ainda cinco revisões (1980, 1981, 1988, 1999 e 2013), onde só a última é considerada válida pelo ICOMOS. A carta teve como base a Carta de Veneza, a de Nairobi e a de Moscou, e tinha como ponto de partida a preocupação com a conservação do ambiente construído e de todos os lugares com significância cultural. Tinha o objetivo de contemplar os avanços teóricos que estavam sendo discutidos no âmbito patrimonial e incorporar os aspectos intersubjetivos em suas diretrizes. Assim, a partir do amadurecimento teórico e da abordagem contemporânea da conservação

patrimonial, questões balizadoras importantes para o entendimento mais amplo da significância cultural vão sendo consolidadas, como o caso da autenticidade e da integridade, reconhecendo que essas são noções basilares intrinsecamente relacionadas com a significância cultural. Neste sentido, compreendemos a autenticidade e a integridade não como conceitos engessados, mas analisados seguindo critérios e noções contemporâneas a partir do alargamento dessas questões após a conferência de Nara para autenticidade. Para a o conceito de integridade compreendemos que este deve ser utilizado a partir do seu aprimoramento, no qual se compreende a integridade do bem a partir da sua capacidade de expressar e transmitir sua significância. É nesse ambiente que a Unesco passa a reconhecer a significância como critério a ser entendido para os bens que pretendem ser inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (WHL).

Nesse momento a significância começa a ser associada ao conceito de Valor Universal Excepcional e já no fim do século XX, a significância começa a ter seus procedimentos metodológicos discutidos. Já no século XXI nos deparamos com os riscos da supremacia da significância e a excessiva relativização dos aspectos materiais, pois, mesmo com a bem-vinda e necessária ampliação do campo patrimonial, que abarca as questões intersubjetivas, é de fundamental importância que esse alargamento venha acompanhado de um estudo cuidadoso das contribuições da teoria do restauro, para que essas reflexões não coloquem a materialidade em risco e nem desconsidere suas relações subjetivas, portanto, precisamos encontrar o “caminho do meio”. Em outras palavras, consideramos que a atenção com a imaterialidade é de fundamental importância, mas esta deve ser analisada conjuntamente com seus aspectos materiais, reconhecendo que se trata de duas faces da mesma moeda, e que o caminho para alcançarmos uma operacionalização consistente da significância está ancorada nesta premissa.

O exercício metodológico adotado nessa pesquisa contou com as seguintes etapas: (I) pesquisa bibliográfica sobre os textos basilares sobre restauração, conservação e significância cultural desde os bastidores da Carta de Atenas em 1931 até a última revisão da Carta de Burra em 2013, com o objetivo de compreender o Estado da Arte da noção de significância. Em seguida, (II) partimos para pesquisa bibliográfica sobre metodologia de pesquisas com base na fenomenologia e com inspiração na etnografia. Nesse momento também investigamos as ferramentas já utilizadas, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco, como instrumento de consulta para construção da Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade. Nosso objetivo é buscar uma maneira de analisar o patrimônio considerando ao mesmo tempo sua dimensão material e não-material, de maneira que os atributos não sejam mais

avaliados separadamente e que a sua significância cultural seja o meio veiculador para a sua preservação. Definidas as bases teóricas que pavimentaram a nossa caminhada científica (III) partimos para pesquisa documental e bibliográfica sobre o objeto empírico, os bairros de Santo Antônio e São José no Recife. Finalmente (IV) seguimos para visita de campo, na qual foi utilizada a técnica qualitativa da observação participante, da caminhada errante, dos mapas afetivos e dos diários de bordo. Com isso foi possível identificar a partir do aporte histórico documental, das visitas de campo e da interação com os sujeitos e a materialidade os elementos que fortemente apresentavam essa relação imbricada entre materialidade e imaterialidade.

Considerando o que foi exposto, e a fim de apresentar tudo que foi pesquisado e desenvolvido, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, *intitulado O amadurecimento do conceito de significância cultural e a sua importância para o campo da conservação*, está subdividido em três partes e tem como objeto analisar e compreender o Estado da Arte da noção de significância desde antes do surgimento do termo até os dias atuais. Neste capítulo, exploraremos também os avanços alcançados no campo da operacionalização da significância cultural, com um enfoque na comparação das revisões da *The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance* ao longo dos anos. Este capítulo visa fornecer uma visão geral dos avanços alcançados no campo da significância cultural, refletindo sobre as mudanças conceituais e as práticas metodológicas que têm ocorrido. Pretende-se, assim, contribuir para uma compreensão mais aprofundada da importância de considerar a diversidade cultural e a participação social na preservação do patrimônio, bem como destacar os desafios e as oportunidades que permeiam essa abordagem mais inclusiva e abrangente.

O segundo capítulo que tem como título, *Em busca de uma perspectiva fenomenológica para uma prática preservacionista mais sensível*, foca primeiramente nas contribuições da teoria de Henri Lefebvre como uma forma de apreender o espaço e as relações sociais que nele se estabelecem. Com base na perspectiva fenomenológica lefebvriana, percebemos que o espaço analisado segundo suas três dimensões pode ser entendido como o espaço social, que inclui não somente a materialidade concreta mas um conceito pensado e sentido através de uma experiência de corporeidade, na medida em que a materialidade em si mesma sem o elemento da experiência vivida ou dos sentidos que são investidos nesta materialidade não possui existência. Assim, a partir desse corpo que se permite experienciar a vida cotidiana, tomamos como metodologia de apreensão do lugar a prática do caminhar sem destino pré-determinado, por meio das derivas, buscando mapear os diferentes estados afetivos que emergem dessa ação de vagar pela cidade.

No terceiro capítulo, intitulado *Os Bairros irmãos: Santo Antônio e São José*, descreve num recorte temporal amplo, que vai desde a chegada dos Holandeses na Ilha de Antônio Vaz, aos dias atuais, analisando alguns aspectos urbanísticos, políticos, normativos e sociais. Analisamos os principais planos urbanísticos que ocorreram no século XX e os impactos econômicos e sociais que geraram para a área, além dos aspectos socioeconômicos atuais e os dilemas e tensões que os bairros vem enfrentando.

O quarto e último capítulo, intitulado *A construção da noção de Elementos Veiculadores da Significância Cultural: a materialidade e a imaterialidade em uma relação simbiótica*, é dividido em três momentos: (1) aborda a questão da indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade como caminho para manutenção a significância cultural. Traz questões relevantes sobre a noção de patrimônio cultural e de cultura como uma forma mais abrangente de entender o patrimônio. No segundo momento deste capítulo (2) apresentamos a fundamentação teórica sobre a metodologia das narrativas e dos diários como forma de fazer o outro experimentar um pouco daquilo que se viveu, como uma forma de dar continuidade ao que foi vivido. Para contar essas narrativas utilizamos o sistema dos diários de bordo que nessa pesquisa optamos por chamar de Diários urbanos. Além disso, utilizamos a ferramenta dos mapas afetivos com o intuito de espacializar as sensações e sentimentos que surgiram na caminhada e que foi contada nos diários. Assim chegamos a um mapa sensível para cada diário urbano, para cada narrativa errante.

Por fim, no último momento (3), depois de todas as derivas e viagens errantes, depois dos diários e mapas afetivos, chegamos a identificação dos Elementos Veiculadores da Significância Cultural para os bairros de Santo Antônio e São José. Foi algo que se mostrou para a gente, e não algo imposto pela pesquisadora. A busca pela definição de quais são esses elementos que devem ser escolhidos, é dada justamente, a partir da compreensão das relações imbricadas entre a materialidade e a imaterialidade, sobretudo com a dinâmica urbana e as experiências que esses lugares proporcionam enquanto um todo. São elementos que carregam em si, muito além da permanência da materialidade o sentido das relações que se estabelecem naquele local. Apresentam o seu aspecto material como identificador e no seu descritor aparecem, fortemente, essas relações imbricadas e indissociáveis. Conseguimos então, ao longo da pesquisa, identificar treze Elementos Veiculadores da Significância Cultural, no qual procuramos cuidadosamente demonstrar essas relações. Claro que não conseguimos dar conta de todos os elementos e atributos que identificam a significância de Santo Antônio e São José nesta pesquisa, mas procuramos de alguma forma, com os elementos veiculadores apresentados, propor uma metodologia mais sensível e abrangente, e que, procura superar a dicotomia entre tangível e intangível, buscando o equilíbrio entre a

relativização absoluta da materialidade e a supremacia do elemento construído. A adoção da significância cultural como diálogo para esse entendimento parece o melhor caminho para operacionalizar a conservação em centros históricos, no qual diversos embates econômicos e políticos se fazem presentes. Os bairros irmãos, apesar do discurso estigmatizado de descaracterização, apresentam muitas permanências materiais e uma integridade sócio-funcional inquestionável, sem falar na permanência secular das práticas cotidianas que podem ser observadas a cada passeio e visita aos bairros.

1. O AMADURECIMENTO DO CONCEITO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O CAMPO DA CONSERVAÇÃO

O capítulo 1 se propõe a apresentar o estado da arte da noção de significância cultural, o amadurecimento do termo com o tempo, a sua aplicação nas práticas preservacionistas e a relação intrínseca com outras noções patrimoniais. Trata-se de um capítulo de embasamento teórico e divide-se em três partes: (1.1) Analisa os momentos fundantes no tocante a questão dos monumentos e sítios e que vai dar suporte para elaboração das primeiras noções sobre significância cultural e a relação imbricada com o conceito de valores patrimoniais; (1.2) O alargamento do conceito de significância cultural e a relação indissociável com os conceitos de integridade e autenticidade (1980 a 1999); e por fim o item (1.3) O alargamento do conceito de significância cultural, analisando as principais incompatibilidades, desafios e aplicabilidade nas práticas preservacionistas.

1.1 O prelúdio da significância cultural e a relação imbricada com os valores patrimoniais

Apesar de ser um termo já discutido no âmbito preservacionista, como veremos mais adiante, o termo significância cultural veio a se popularizar um pouco mais a partir da 1ª edição da Carta de Burra, elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) da Austrália em agosto de 1979, na qual foi revisada em quatro ocasiões (1981, 1988, 1999 e 2013).

No momento da sua elaboração a carta surge como um documento que define princípios e procedimentos básicos a serem seguidos na conservação de locais patrimoniais, com a introdução de um modelo analítico de conservação e de avaliação do patrimônio, que reconhecia formas de patrimônio cultural além das formas tangíveis e físicas.

A carta de Burra de 1979 traz em seu Artigo 1º a definição do termo Significância Cultural: “designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” (CARTA DE BURRA, 1979, p.01). A carta traz ainda em sua primeira versão a definição de termos como conservação, manutenção, reconstrução, preservação e restauração, que de acordo com as bases epistemológicas que fundamentam a noção contemporânea da conservação são, em certa medida, problemáticas, indo, em alguns momentos, na linha oposta do pensamento construído na carta de Veneza como é o caso do conceito de restauração, como veremos a seguir.

À vista disto, para que haja um melhor entendimento das questões que norteiam esta pesquisa é necessário fazer uma volta a um dos momentos fundantes da preocupação com o

Patrimônio, assim como delinear as noções referentes ao tema dos valores patrimoniais que serão um dos pilares utilizados nesta pesquisa.

Construiremos esta narrativa a partir de dois momentos: (I) Um mais historiográfico, centrado em algumas cartas patrimoniais e normativas; (II) e o outro com enfoque na teoria contemporânea dos valores patrimoniais, entendendo que as discussões que nortearam e fundamentaram o processo de amadurecimento da noção de significância que temos hoje, é fruto do amadurecimento de um processo de reflexão que vem desde o início do século XX.

1.1.1. Antecedentes históricos marcantes para a constituição do campo da conservação na Europa e nos Estados Unidos

Sabemos que ainda na primeira década do século XX já havia uma certa preocupação a respeito do entorno dos monumentos e da identidade histórico-artística dos centros urbanos. De acordo com Choay (2010), a conversão da cidade em objeto de conhecimento histórico foi motivada justamente pela transformação do espaço urbano que sucedeu a Revolução Industrial. Ainda que timidamente, havia uma preocupação com a inserção de novas edificações em tecidos pré-existentes e que poderia comprometer o contexto no qual esse novo edifício fosse inserido. Neste sentido, os principais pensadores desse momento traziam com suas contribuições, um tentativa de resposta ao modelo de urbanização Haussmanniano¹ que estava se espalhando.

A preocupação surge no momento em que as reformas urbanísticas, influenciadas pela Revolução Industrial, estão acontecendo em grande parte nos tecidos mais antigos das cidades. Neste momento começa-se a perceber a cidade como patrimônio e surgem as primeiras inquietações com as consequências e com os impactos das perdas de parte desses tecidos urbanos para a cidade, como é colocado na Carta de Atenas de 1931:

A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particulares pitorescas devem ser preservadas. (CARTA DE ATENAS, 1931, p.6)

Algumas das ideias que contribuíram em grande medida para o amadurecimento da compreensão da relação imbricada entre o planejamento urbano e o monumento surgiram a

¹Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) foi um advogado, funcionário público, político e administrador francês. Nomeado prefeito de Paris por Luís Napoleão III, tendo o título de Barão, foi o grande remodelador de Paris, cuidando do planejamento da cidade durante 17 anos. O principal objetivo da reforma urbana idealizada por Haussmann para Paris, era o de liberar o tecido urbano para facilitar manobras militares. Para atingir esse objetivo, a maior parte das edificações existentes foram demolidas. Segundo Haussmann, “a arquitetura é um problema administrativo” e só deveria visar aos interesses de Luís Napoleão III, interesses esses, de cunho estritamente militares. A partir deste ponto de vista é que foi produzido um urbanismo totalmente racionalista e higienista, visando apenas à técnica e desconsiderando o aspecto histórico e estético. Era um plano regulador que controlava todas as consequências técnicas, formais administrativas e financeiras. “*A compreensão de Haussmann da cidade industrial diz respeito, substancialmente, apenas aos aspectos estáticos, não àqueles dinâmicos; ele pensava que Paris podia ser "arrumada" de uma vez por todas, e que a "arrumação" deveria ser corroborada pelos usuais critérios de regularidade geométrica, de simetria e de decoro*”. (BENÉVOLO, 2001, p.110)

partir dos escritos do engenheiro italiano Gustavo Giovannoni, pois este não se preocupava apenas com a escala do monumento ou do edifício em si, ele tinha uma noção de conjunto arquitetônico e acreditava que isto estava ligado a uma dimensão artística, histórica e urbanística. Giovannoni em suas pesquisas, faz alusão à noção de “ambiente” dos monumentos e dos conjuntos de arquitetura “secundária”, além de mencionar a importância de se proteger a luz e a perspectiva que envolve o entorno dos monumentos. Ao abordar estas questões Giovannoni considerava que o monumento não deveria ser privado de luz, da mesma maneira que também não deveria ser construindo edificações perto dos monumentos, para que não prejudicasse a luz que incidia nos monumentos e consequentemente suas visadas e perspectivas (CABRAL, 2015).

Cabral (2015), pontua que as reflexões urbanísticas trazidas por Giovannoni, representante máximo da Itália nos bastidores da Carta de Atenas, apontam para um amadurecimento do conceito de valor² de monumento e da necessidade de estender este conceito não apenas às obras de maior prestígio, mas também aquelas de importância secundária tanto pelo seu valor de conjunto de monumento coletivo, quanto pela relação com os edifícios mais grandiosos, ou até mesmo, pelo testemunho que essas edificações oferecem da ordinária vida arquitetônica dos diversos períodos, assumindo um intenção prevalentemente ambiental, quer seja pelo que diz respeito a arte ou recordações históricas, quer seja pela sua função urbanística.

De acordo com as ideias de Giovannoni, o valor de monumento pode ser atribuído não só ao monumento em si, podendo esse valor alcançar obras de importância aparentemente secundárias, tanto pelo seu conjunto de monumento coletivo, quanto pela relação com os monumentos grandiosos. Portanto, um conjunto pode ser considerado como monumento, apontando para a ideia de valor ambiental, que é o valor de conjunto que está ligado a uma dimensão artística, histórica e urbanística. Sendo assim, um tecido e um conjunto podem ter interesses como obra coletiva e artística, logo, o próprio urbanismo pode ser visto como arte, assim como propunha Camilo Sitte³.

Outro tema importante que também foi amplamente discutido no momento da Carta de Atenas foi a relação do planejamento das cidades e o da proteção da cidade existente. Neste momento procurava-se enxergar a cidade reconhecendo todas as questões que envolvem o seu crescimento, avaliando a cidade não como uma bolha isolada mas reconhecendo a escala de preservação das preexistências. Ou seja, na Itália, o urbanismo

² Trabalharemos as noções de valores patrimoniais mais adiante.

³ Segundo seus princípios, o objeto construído deve dialogar com os vazios que o rodeiam, criando uma relação harmoniosa entre eles. O que significa que o objeto não deve se sobrepor aos espaços vazios, mas sim integrá-los, criando um equilíbrio entre os dois. Sitte criticava os casos em que a rigidez matemática e funcionalidade eram diretrizes principais em detrimento do bem-estar, padrões estéticos e da humanização, qualidades para ele, imprescindíveis no tratamento de locais públicos.

nasce como disciplina no mesmo momento em que a conservação urbana está sendo posta, não eram temas vistos em caixas separadas, planejamento e salvaguarda são pensados juntos e o instrumento para isso, segundo Giovannoni, é o plano diretor. Essas discussões que permeavam os bastidores da carta de Atenas podem ajudar a compreender os avanços das discussões sobre o tema do patrimônio urbano⁴ na Europa e mais especificamente na Itália. Percebemos neste momento uma ampla compreensão da necessidade de se articular tanto os interesses no objeto patrimonial em si, quanto na sua articulação com o campo da conservação e do planejamento das cidades, ao propor a expansão da tutela para toda zona que envolve o monumento.

Nessa narrativa, o tema do “ambiente dos monumentos” torna-se menor, como uma consequência natural da tutela mais ampla, já que, segundo ele, protegendo áreas inteiras, também se estaria protegendo o “ambiente” de cada um dos grandes monumentos nela contidos (CABRAL, 2015).

As ideias de Giovannoni são bastante avançadas para a sua época, na medida que ele aborda a dimensão urbanística e articula à conservação de zonas inteiras com o planejamento das cidades, uma noção pioneira que antecipa alguns aspectos das discussões pertinentes à noção de conservação urbana integrada⁵ (CABRAL, 2015).

Contemporaneamente ao que vinha sendo discutido no âmbito europeu, os técnicos estadunidenses, antes mesmo da conceituação da significância ser definida no campo da conservação, iniciaram as discussões sobre locais históricos, edifícios e objetos que eram dotados de significância nacional para o seu povo⁶. Desta maneira, em 1935 a instituição federal de salvaguarda do patrimônio estadunidense, o United States National Park Service (NPS), adotou o *Historic Sites Act* na sua legislação e traz na sua Seção 1 a seguinte definição: “Declara-se que é uma política nacional preservar para uso público, locais históricos, edifícios e objetos de significância nacional para a inspiração e benefício do povo dos Estados Unidos”. (Historic Sites Act, 1935, seção 1, p.02, tradução nossa)⁷.

Na seção 2 do Ato dos Sítios Históricos, é dado poder ao secretário de interior, por meio do Serviço Nacional de Parques (NPS), com o objetivo de efetivar a política expressa na seção 1 desempenhar alguns deveres no qual destacamos o que está posto no item (f) da seção 2: “Restaurar, reconstruir, reabilitar, preservar e manter locais históricos ou pré-históricos, edifícios, objetos e propriedades de significância histórica ou arqueológica

⁴ Adotaremos para esta pesquisa o conceito de Patrimônio Urbano desenvolvido pelo arquiteto italiano Gustavo Giovannoni.

⁵ Uma contribuição teórica profícua, introduzida no âmbito da Declaração de Amsterdã de 1975, o conceito de conservação integrada aponta para a necessidade da conservação não ser considerada como uma questão marginal, mas como um dos objetivos centrais do planejamento urbano.

⁶ Importante lembrar que o contexto temporal da década de 1930, tanto nos Estados Unidos como em vários países da América Latina, a discussão patrimonial está absolutamente relacionada com a ideia de uma “identidade nacional” que culmina no emprego constante e corriqueiro do termo “nacional” como adjetivo qualificador: significância nacional, patrimônio nacional, entre outros.

⁷ Do original: “It is hereby declared that it is a national policy to preserve for public use historic sites, buildings, and objects of national significance for the inspiration and benefit of the people of the United States”.

nacional e onde for considerado desejável, estabelecer e manter museus em conexão com o mesmo”. (Historic Sites Act, 1935, seção 2, p.03, tradução nossa)⁸. O que podemos perceber é que neste momento ainda não se tinha uma definição clara sobre o que era essa “significância nacional”, sendo este conceito muitas vezes adotado como uma expressão qualitativa do bem, desde que este fosse dotado de uma valor excepcional, o que poderia vir a justificar a proteção do bem como um patrimônio nacional. Não era, portanto, uma noção usada como um instrumento de conservação. Segundo Valentim (2020), os profissionais do NPS, eram na sua maioria historiadores, arquitetos e arqueólogos, assim sendo, a significância adotada por eles eram pautadas em cânones históricos e a partir daí começa a surgir em dossiês relativos aos bens culturais⁹ estadunidenses o termo significância histórica, apresentando-se como um sinônimo de importância para a história ou para o país.

Neste contexto temporal de meados da década de 1930 e meados de 1940 temos o fim da Segunda Guerra Mundial e toda uma preocupação mundial sobre a proteção e salvaguarda do seu legado patrimonial e que veio a dar origem, em novembro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), e em 1946 sua constituição entrou em vigor e sua sede foi fundada em Paris. Criada com o propósito de fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, as atividades culturais buscavam a salvaguarda do patrimônio cultural¹⁰ mediante o estímulo da criação, da criatividade e da preservação das entidades culturais, com os objetivos da paz internacional, e do bem-estar comum da humanidade, sendo portanto como traz o Artigo I da sua constituição:

O propósito da Organização é contribuir para a paz e para a segurança, promovendo a colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. (UNESCO, 1945, Artigo I, p. 02).

De acordo com Valentim (2020), estes primeiros anos de atuação da Unesco estavam focados na promoção de discussões mais intelectuais, que vieram a contribuir para o entendimento do patrimônio mundial e também fortalecer a instituição, que procurou incentivar a criação de legislações, órgãos e práticas internacionais que buscava disseminar internacionalmente um pensamento protecionista em torno dos bens culturais e fortalecer uma política de salvaguarda patrimonial mais consistente.

⁸ Do original: “ *Restore, reconstruct, rehabilitate, preserve, and maintain historic or prehistoric sites, buildings, objects, and properties of national historical or archaeological significance and where deemed desirable establish and maintain museums in connection therewith*”.

⁹ Para fins desta pesquisa, adotaremos a noção de bem cultural definida na Carta de Veneza.

¹⁰ Adotaremos nesta pesquisa a noção de patrimônio cultural a partir do seu amadurecimento após a Constituição Brasileira de 1988, ultrapassando-se uma avaliação puramente material para um complexo processo multidimensional de produção de valor baseado tanto em aspectos tangíveis, quanto nas formas culturais intangíveis.

Assim, a Unesco foi aos poucos pavimentando o caminho que levou às primeiras medidas de proteção ao patrimônio imóvel ainda no final da década de 1940, e em 1949 seria discutido pelos Estados-Membros o estabelecimento de um comitê de especialistas para preservação de monumentos e de sítios de valor histórico, “ampliando o raio de abrangência das medidas de proteção ao patrimônio, de modo a abarcar, além dos monumentos e sítios históricos, as antiguidades, que deveriam ser protegidas em cooperação com os Estados-Membros Interessados” (LORETTO, 2016, p.100).

1.1.2. E o Brasil? Por onde anda a reflexão da preservação patrimonial entre as décadas de 1920 e 1940?

Os primeiros questionamentos acerca da preservação no Brasil surgem com a busca por uma identidade nacional própria, estimulados pela Semana da Arte Moderna de 1922 e pelo centenário da independência. Essa busca foi impulsionada por uma elite brasileira que desejava identificar e demonstrar a qualidade do seu Patrimônio Histórico e Artístico¹¹. Muitos nomes importantes se empenharam na contribuição da valorização da arquitetura tradicional brasileira¹², tais como: Ricardo Severo, engenheiro português; Mário de Andrade; o médico pernambucano José Mariano Filho, foi presidente e diretor da sociedade brasileira de belas artes entre 1926 e 1927; Oswald de Andrade; Tarsila do Amaral; Wanderley Pinho; Carlos Drummond de Andrade; Gustavo Capanema; Rodrigo Melo Franco de Andrade¹³; o governador de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna; Gustavo Barroso¹⁴; Lúcio Costa, entre alguns outros nomes importantes nesse período.

Os artistas brasileiros estavam em busca de uma produção artística nacional que ia contra o academicismo e a cópia das artes vindas principalmente da Europa. Então um grupo de modernistas¹⁵ decidiu viajar¹⁶ pelo Brasil, pelos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o incentivo Blaise Cendrars, onde o passeio ficou conhecido como a viagem de “descoberta do Brasil” (Cabral; Jacques, 2018). Neste ambiente de exaltação nacionalista, houve uma preocupação com a valorização da arquitetura considerada histórica e um esforço

¹¹ Neste momento, a noção de Patrimônio Histórico e Artístico estava completamente associada à busca de uma identidade nacional, e essa situação se repete em vários outros países nesse mesmo período.

¹² Nesta ocasião, o foco principal estava na valorização dos centros históricos do período colonial e sua arquitetura essencialmente barroca, que foram amplamente reconhecidos como símbolos importantes da identidade nacional desejada. (Vieira-de-Araújo, 2022).

¹³ (1898-1969). Formado em direito, jornalista e escritor, por indicação de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, foi convidado, em 1936, para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mantendo-se à frente do órgão até 1967.

¹⁴ (1888-1959) Antissemita, anticomunista, um dos maiores teóricos da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundador e diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922). Barroso foi o responsável pelo primeiro órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro: a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada por Decreto-Lei de 14 de julho de 1934 e que funcionou até 1937. A Inspetoria só foi substituída a partir do Decreto-Lei nº 25, de 1937, que criou o SPHAN.

¹⁵ Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti del Picchia, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral formavam o chamado grupo dos cinco.

¹⁶ Veremos mais adiante que essas viagens feitas principalmente por Mário de Andrade foi chamada por Paola Berenstein Jacques de errâncias urbanas, técnica que adotaremos nesta pesquisa e que será explicada mais adiante.

de divulgação do movimento Neocolonial¹⁷. Em 1923, foi apresentado pelo deputado pernambucano, Luiz Cedro, o projeto de lei que criava a Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, tratando-se de uma das primeiras iniciativas preservacionistas do patrimônio arquitetônico brasileiro.

Sendo assim, a trajetória da formação das ideias preservacionistas no Brasil se intensificou na segunda metade da década de 1920, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Esses estados foram pioneiros na criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, que se dedicavam à preservação do seu patrimônio histórico e arquitetônico. A cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, também se destacou como um exemplo bem sucedido na implementação do prelúdio dos conceitos preservacionistas no Brasil. As obras de restauro de Ouro Preto foram realizadas nos anos 1928-1929 e permitiu que as primeiras noções e discursos preservacionistas nacionais saíssem do papel e do campo das ideias e se tornassem concretas na materialidade do patrimônio arquitetônico de Ouro Preto.

O fim da década de 1920 é marcado por tensões políticas que anunciavam o rompimento da “política do café-com-leite”¹⁸. Este contexto assinala a aproximação das instâncias políticas com as esferas da preservação, em especial a de Ouro Preto, passando a ser considerada um capital político a ser usado como moeda de troca no jogo político da época (Pinheiro, 2017). Isso não significa, no entanto, que a preservação de Ouro Preto tenha sido feita apenas por razões políticas. De fato, muitas das pessoas envolvidas na preservação de Ouro Preto eram historiadores, arquitetos e outros profissionais que estavam genuinamente preocupados com a preservação do patrimônio cultural e histórico brasileiro.

A revolução de 1930 marcou a ruptura de um sistema político que garantia o monopólio do poder nos estados de Minas Gerais e São Paulo, foram portanto, anos de mudanças substanciais na esfera política e preservacionista, que como vimos, eram campos que apresentavam relações imbricadas. Chuva (2012), aponta para a complexidade do processo de construção da noção de patrimônio no Brasil, e das significativas tensões que ocorriam no campo político e também no campo acadêmico-científico.

Considerando que a partir dos anos 30, enquanto ações de preservação do patrimônio eram introduzidas no âmbito das políticas públicas, concomitantemente, ia se constituindo uma série de novos campos de conhecimento, fruto de divisões e especializações e de lutas por autonomia, com a criação das primeiras universidades brasileiras (CHUVA, 2012, p.149).

¹⁷ Sobre este tema específico ler Pinheiro (2011).

¹⁸ O então presidente Washington Luís declara seu apoio ao paulista Júlio Prestes ao invés de apoiar Antônio Carlos, presidente do estado de Minas Gerais, seguindo a tradição ou, pelo menos, que o presidente indicasse um terceiro nome, no caso, Getúlio Vargas. Desencadenado no golpe de 1930.

Segundo o mesmo texto da autora, embora diferentes grupos estivessem preocupados em conhecer e preservar a cultura brasileira e construir uma identidade nacional, as relações entre eles apontavam para tensões e disputas que, ao longo do tempo, definiriam as noções convenientes a cada campo.

O período do Estado Novo imposto por Getúlio Vargas

Não se tratava de um regime fascista, e menos ainda da reprodução de um modelo fascista europeu - português ou italiano, ou ainda espanhol. Sua natureza era outra: autoritária, modernizante e pragmática. Ou, como definiu, sarcástico, Graciliano Ramos, o Estado Novo era, no máximo, “nosso pequenino fascismo tupinambá”. O projeto de uma sociedade autoritariamente controlada pelo Estado — e não apenas suas classes populares — envolvia, é claro, o estabelecimento de um sistema repressivo capaz de manter com sucesso a tampa sobre o caldeirão e impedir a ebulição de qualquer atividade oposicionista (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.375).

Segundo Schwarcz; Starling (2018) o Estado Novo dependia da vinculação de seus agentes a Vargas para obter legitimidade, combinando a imagem do líder com a representação da nação, e um dos pilares basilar do regime foi o Ministério da Educação e Saúde, que teve um papel decisivo ao sinalizar a importância que o Estado Novo atribuía à cultura como uma ferramenta na construção desse modelo. Como podemos observar, a posse de Vargas à presidência do Brasil em decorrência do golpe de 1930 teve um impacto substancial em diversas instâncias da vida nacional, o que resultou em delineamento de contornos políticos relacionados às questões patrimoniais, como exemplo temos o caso da proteção da cidade de Ouro Preto. Prestigiar a cidade colonial do estado de Minas Gerais somava-se às demais estratégias políticas varguistas para estabilização do novo regime, que não poderia prescindir do apoio político mineiro.

Falar sobre os precursores e sobre a origem exata dos primeiros projetos e ideias para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é um caminho extenso, sinuoso e controverso, e não temos a pretensão, e nem é o objetivo desta pesquisa, dar conta de todo esse processo, queremos apenas deixar mais claro o contexto em que o campo patrimonial se desenvolveu no Brasil nessa primeira fase. Sabe-se já, que algum tempo antes do projeto de Mário de Andrade de 1936, José Wanderley de Araújo Pinho, deputado e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, trouxe profícuas contribuições acerca da preservação das cidades para além dos monumentos, em especial no caso da Bahia. Em 1925 ele já traz questionamentos sobre o bairro da Sé em Salvador, atentando a importância de se considerar a cidade em um contexto mais amplo, considerando que a cidade nova não deve ser construída para sobrepor ou substituir a cidade antiga. Pinho não apresenta em seus escritos um discurso passadista, que lamenta o progresso, ao contrário, ele pensa a cidade como um atestado de cultura, lembrando, em certa medida, as discussões italianas da época, porém no caso europeu muito mais avançado, chegando a uma legislação, (CABRAL, 2019).

No caso do Brasil, não se chega a dar conta dessa complexidade, nem propor planos diretores de conservação como já estava acontecendo na Itália desde 1939, por exemplo, mas já se tinha, em certa medida, alguma noção da necessidade de compreensão da conservação e preservação de sítios inteiros, principalmente em cidades antigas e que essa proteção não deveria se dar de forma desacompanhada. O deputado chega a apresentar seu projeto voltado para a organização do patrimônio histórico-artístico nacional ao Congresso Nacional em agosto de 1930, contudo, sua tentativa foi frustrada pois, com o golpe em outubro de 1930, o Congresso Nacional foi dissolvido e a vigência da Constituição de 1891 encerrada (CABRAL; JACQUES, 2018). Contudo, o projeto de lei de Pinho de 1930 é voltado para os bens móveis integrados, sendo um projeto tímido e com poucos avanços.

Completando os nomes que contribuíram para a construção das narrativas patrimoniais no Brasil temos o “atropófago” Oswald de Andrade, que apresentou seu projeto para o presidente Washington Luís em 1930. O projeto de lei de Oswald de Andrade apresentava um “interesse na defesa do patrimônio nacional baseado na ideia de exportação, tipicamente Pau Brasil, e que se aprofundará com a ideia da antropofagia, a partir de uma ideia mais radical de devoração” da cultural nacional como afirma (CABRAL; JACQUES, 2018, p.18). No seu projeto ele cita as questões das cidades antigas características que precisam ser protegidas, propostas que circularão no Brasil e que serão fundantes no conceito de patrimônio nacional. Existem muitos pontos consonantes nos projetos de Oswald de Andrade de 1930 e o de Mário de Andrade de 1936 e são justamente nesses pontos de aproximação que se faz mais alusão ao projeto de Mário.

São aqueles que conferem uma tônica mais “antropológica” à proposta, revelando uma visão abrangente da cultura. À inclinação “antropológica”, na verdade mais etnográfica do que propriamente antropológica, soma-se uma ampliação da escala quando se trata de bens de pedra e cal, indo além do monumento individual e alcançando conjuntos urbanos, como aqueles de mocambos recifenses (CABRAL; JACQUES, 2018, p. 27).

Um ponto interessante indicado pelas autoras nesse mesmo texto, é que na proposição de Oswald de Andrade, observa-se uma ideia avançada de que cidades antigas, características devem ser consideradas monumentos públicos e, portanto, protegidas, o que demonstra um progresso no entendimento do que é patrimônio histórico. Dois pontos notáveis chamam atenção no projeto de Oswald de Andrade como apresenta Cabral; Jacques, 2018 :

O primeiro deles, a ideia de que a proteção não é algo que congela a cultura. A defesa do patrimônio anda lado a lado com o conhecimento e a divulgação, e ganham lugar privilegiado as fotografias, filmagens e gravações de áudio (como em Mário de Andrade). O segundo ponto refere-se à “atual urbanização e criação arquitetônica”. Passado e presente se misturam, coexistem na proposta. Segundo o projeto, no campo da arquitetura e do urbanismo contemporâneo, era preciso zelar pelo “caráter de nacionalidade” na criação (CABRAL; JACQUES, 2018, p. 29).

Todavia, foi só quando Gustavo Capanema, perdeu o posto de interventor em Minas Gerais em 1933, que Vargas optou por levar para o Rio de Janeiro em 1934. Este convidou, em março de 1936, Mário de Andrade, quando ele ainda ocupava um cargo no departamento de cultura de São Paulo, para ajudar na organização do Serviço Nacional para Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil, que havia sido estabelecido por Capanema em 1934, quando assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública. Mário de Andrade defendia uma concepção integral da cultura, na qual o patrimônio era compreendido em todas as vertentes e naturezas, apreendido de maneira coesa, ainda que constituído pela mais ampla diversidade de práticas possíveis e organizado por meio de uma atuação integradora do estado.

No projeto de Mário de Andrade, a categoria “paisagens” abarca não apenas paisagens naturais e panorâmicas, mas também marcas da “indústria humana dos Brazis”. No caso da arte ameríndia, por exemplo, a categoria alcança cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos e grutas trabalhadas; no caso da arte popular, como já bastante citado pela historiografia, os vilarejos lacustres da Amazônia, “tal” morro do Rio de Janeiro, “tal” agrupamento de mocambos no Recife etc (CABRAL; JACQUES, 2018, p. 29).

Contudo, o projeto de Mário de Andrade além apresentar uma extensão inalcançável de operacionalizar, também discorria sobre aspectos políticos que iam de encontro ao projeto de unidade nacional do governo de Getúlio Vargas, que visava alcançar a construção de uma cultura nacional oficial. Em abril de 1936, o projeto de Mário de Andrade foi aprovado por Getúlio Vargas, e, com os devidos ajustes realizados por Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Gustavo Capanema, ainda que em bases provisórias, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) começou a funcionar, sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 13 de janeiro de 1937, enquanto o projeto de lei tramitava pelo parlamento, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em caráter experimental, dando início a chamada “fase heróica”¹⁹ do Sphan. Finalmente, em 30 de novembro de 1937, através do Decreto-lei nº25, foi organizada a proteção do nosso patrimônio.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Apesar dos avanços significativos trazidos por esses intelectuais, como por exemplo novos conteúdos simbólicos propondo uma releitura do Brasil baseada na cultura, o projeto de construção de uma nacionalidade brasileira levou muitos a corroborar com algumas ideias

¹⁹ Fase que corresponde aos primeiros 30 anos de trajetória do Sphan, período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da repartição (1936-1967). Para maior aprofundamento ler: SAIA, L. Até os 35 anos, a Fase Heróica. *CJ arquitetura: revista de arquitetura planejamento e construção*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 17, pp. 16-21, 1977. Pereira (2012) resalta como esta nomenclatura criada por Saia foi largamente adotada na historiografia oficial do órgão.

ditatoriais, sobretudo na obsessão modernizante e na insistência da invenção de uma tradição e da sacralização do barroco, que eram ideias que dominavam a academia²⁰ SPHAN, (Campelo; Jacques, 2018).

De acordo com Santos (1996), a formação discursiva dentro do Sphan não se deu sem lutas e conflitos, pelo contrário, existia uma carência crônica de dinheiro e de recursos humanos e ainda havia uma disputa pela hegemonia do sistema de valores e definições de critérios que elegeriam as categorias necessárias para determinação do patrimônio, sendo todas essas categorias problematizadas a partir da idéia de nação. Vale ressaltar que em 1946 através do Decreto-lei Nº 8.534 o Sphan foi transformado em Diretoria (Dphan), criando assim quatro distritos com sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo.

Todas essas singularidades da trajetória de formação do campo patrimonial levaram a muitas incertezas e dicotomias. Durante esse percurso de concepção das noções patrimoniais uma divisão binária do patrimônio se consolidou, não sendo ainda totalmente superada, embora tenha tido avanços significativos, especialmente depois da década de 1970, como veremos a seguir. Fato é que, nos primeiros decênios de trajetória do Sphan, o que se destacou foi a atividade em favor dos bens materiais isolados, no qual a defesa dos bens móveis foi beneficiada nesta fase, se tornando prioridade a predisposição em garantir a uniformidade dos aspectos estilísticos das cidades históricas. Havia uma tendência na visão repristinadora na atuação projetual do órgão como bem aponta Vieira-de-Araújo (2022). A prática projetual era, muitas vezes, voltada ao refazimento de uma feição anterior ou idealizada sendo a prática do pastiche comum para intervenções em conjuntos históricos.

Vale ainda ressaltar um ponto importante exposto por Chuva (2012), o distanciamento do Sphan da temática imaterial e folclórica do patrimônio, evidenciada pela criação da Comissão Nacional do Folclore em 1947, da qual nenhum membro do Sphan fazia parte, o que demonstra a configuração dicotômica do patrimônio nacional, em que aspectos materiais são privilegiados pelo órgão em detrimento da imaterialidade e de questões antropológicas e sociológicas que envolvem o patrimônio. Essa prática se manteve ao longo dos anos de atuação do órgão e ainda encontra muitas dificuldades para ser superada, como veremos adiante. Diante do exposto, comparativamente, podemos perceber que as questões patrimoniais trabalhadas pelo órgão de preservação nacional, na sua fase inicial, se distanciam em grande medida das discussões preservacionistas internacionais. Essa primeira fase termina²¹, em 1967, mas na verdade só veremos avanços significativos no debate e nas

²⁰ Nomenclatura adota pela autora Mariza Veloso Motta Silva como resultado de suas pesquisas sobre a constituição e funcionamento do órgão nacional, entendendo que a forma com que os membros trocavam informações, as leituras críticas dos textos escritos era um espírito típico de uma academia (SILVA, 1996).

²¹ A segunda fase do então Dphan, também chamada de fase moderna, é aquela que corresponde à administração de Renato Soeiro e vai de 1967 a 1979.

práticas preservacionistas nos anos 1970 e 1980 que serão abordados no item 1.2 desta pesquisa.

1.1.3. Vestígios da memória: a preservação patrimonial a partir da década de cinquenta e o legado para o futuro

A década de 1950 foi marcada pela tentativa da Unesco de se aproximar das atividades e instituições ligadas à cultura, avançando um pouco para além das questões ligadas à guerra ou aos lugares e monumentos, conforme Loretto (2016). De acordo com a autora, foi neste contexto que houve por parte da Unesco uma grande contribuição ao criar o Iccrom²² e o Icomos²³, organismos internacionais, estabelecidos com base no Icom, que tinha como principal missão promover a preservação e conservação do patrimônio cultural mundial e a comunicação com a sociedade. Estes organismos contavam com a participação de profissionais altamente qualificados ligados à preservação ou a serviço da conservação.

O intuito de criar essas organizações internacionais com especialistas era, como insiste Brandi, “tirar o restauro das obras de arte mais importantes - que como tal pertencem à cultural universal - do arbítrio dos conservadores singulares” e tratar a questão de maneira fundamentada, vinculando-a ao pensamento crítico e às ciências (KÜHL, 2010, p.291).

Já na década de 1960, percebe-se um avanço no debate dos Estados-Membros em torno do reconhecimento dos objetos considerados de interesse para a humanidade, de maneira a desenvolver e aprimorar as medidas legais de preservação e restauro do patrimônio cultural. Essa investida da Unesco na década de 1960, fez com que a instituição criasse uma maior robustez nas questões de proteção do patrimônio cultural estimulando os Estados-Membros a desenvolverem suas medidas legais para o proteção do seu patrimônio cultural, atentando também para as questões que envolviam a proteção e salvaguarda das paisagens e sítios.

Tal preocupação assinalou o interesse na proteção dos monumentos em conjunto com os seus lugares, alargando ainda mais o escopo de preservação da Unesco quanto à dimensão cultural. Esses e outros esforços resultaram na elaboração da Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e da Característica das Paisagens e Sítios, adotada na 31ª sessão plenária da Unesco, em 11 de dezembro de 1962 (LORETTO, 2016, p.107).

Diante desses avanços conceituais em torno da questão dos monumentos, dos sítios e do patrimônio cultural, a noção de significância foi aos poucos se delineando. A significância cultural é considerada hoje pela Unesco, como um dos critérios necessários para inscrição de

²² Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauro de Bens Culturais, criado em 1956, com o objetivo tratar questões ligadas ao restauro de maneira fundamentada vinculada a um pensamento crítico e às ciências, tendo Cesare Brandi como um dos seus principais expoentes.

²³ Organização Internacional Não-Governamental para Monumentos e Sítios, criado em 1964 como um organismo responsável pela coordenação dos esforços internacionais pela preservação dos monumentos históricos do patrimônio mundial. O Icomos se tornou um dos órgãos com maior contribuição para o desenvolvimento do tema da Conservação do Patrimônio Mundial, fomentando debates importantes e impulsionando reflexões em torno da formação do sistema internacional de preservação. (<https://www.iccom.org/> ; <https://www.icomos.org>) referência

um bem na Lista do Patrimônio da Humanidade (*World Heritage List, WHL*). Esta noção vai apresentar seus primeiros passos com a menção do termo “Significação Cultural” na Carta de Veneza de 1964 ao definir o conceito de Monumentos Históricos:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural, que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural.” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Esta noção posta na Carta de Veneza é um avanço significativo no campo da preservação em relação a carta de Atenas por exemplo, uma vez que a carta de 1964 aponta para caminhos que incorporam na sua proteção, além de obras arquitetônicas de caráter excepcional, às obras modestas e pitorescas, voltando também a atenção para aspectos memoriais e simbólicos, ficando também explícito na carta de Veneza a preocupação entre a relação do monumento histórico com o ambiente no qual ele está inserido.

É importante pontuar que as cartas patrimoniais²⁴ são de caráter indicativo, fruto de discussões de um determinado momento histórico, não apresentando caráter normativo, cabendo a reinterpretação delas para a realidade cultural de cada local específico e compreendendo que o resultado final é fruto de pautas que foram possíveis obter consenso naquele momento, não se tratando, portanto, dos questionamento totais que eram debatidos sobre aquele tema e nem tampouco conseguidos sem dissonância, como indica Choay, (2001). O que é interessante investigar, ao analisar essas cartas, são os debates e as discussões teóricas realizadas no momento da elaboração desses documentos e os avanços teóricos conceituais. Neste contexto, podemos identificar uma evolução importante nas questões que permeiam a carta de Veneza que são suas visões pautadas no restauro crítico²⁵ avançando nas questões já pontuadas no restauro filológico²⁶ elaborado por Camillo Boito²⁷ e Giovannoni na década de 1930, evoluindo para além das questões documentais do bem. Ao mesmo tempo que se incorporava o respeito pelas várias estratificações do bem, também se agregava a dimensão formal “trazendo para discussão teorias estéticas e questões

²⁴ Documentos elaborados por especialistas, derivados de organismos internacionais, que objetivam orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção aos bens culturais com caráter indicativo, no máximo prescriptivo, não sendo portanto normativo ou uma espécie de receituário a ser seguido, carece de uma leitura profunda, contextualizada e entendidas em relação aos postulados teóricos e acontecimentos históricos da época que foi produzida.

²⁵ “No restauro crítico, as instâncias estéticas e históricas são analisadas do ponto de vista metodológico, interagindo através da dialética, sendo aspectos coexistentes”(KÜHL, 2010, p. 299).

²⁶ “No restauro filológico, proposto na década de 1930, era dada grande atenção aos aspectos documentais das obras e às marcas de sua passagem ao longo do tempo, respeitando as várias fases; o intuito não era, de modo algum, voltar ao suposto estado original. Se houvesse necessidade de inserir novos elementos, deveriam ser diferenciados da obra como estratificada, para não induzir o observador ao engano de confundir a intervenção com a obra” (KÜHL, 2010, p. 294).

²⁷ Arquiteto e historiador importante no panorama cultural do século XIX, trouxe contribuições significativas no âmbito do Restauro ao criar junto com Gustavo Giovannoni a vertente classificada como “restauro filológico”, contribuindo para a formulação dos princípios modernos de restauração, na medida em que defendia o respeito à matéria original da pré-existência, a reversibilidade e distinção das intervenções, o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção, a manutenção dos acréscimos de épocas passadas entendendo-as como parte da história da edificação, procurando sempre que possível articular a arquitetura do passado e do presente a partir da distinção de sua materialidade.

relacionadas à percepção próprias da primeira metade do século XX. Uma postura inovadora por considerar as dimensões - formal e documental - concomitantemente, através duma relação dialética” (KÜHL, 2010, p. 295). Assim, como destaca Kühl (2010), as ações que vão mover as intenções preservacionistas serão de cunho cultural, científico e ético, no qual se considera que não se pode apagar registros do passado para não privar as gerações futuras dos bens portadores de elementos identitários capazes de transmitir conhecimento.

Há, pois, preceitos e princípios teóricos que embasam o amadurecimento das questões patrimoniais e que remontam de produções teóricas conexas a experimentos práticos relevantes, percebidos já no começo da década de 1960. Em vista disso, não se pode desconsiderar a existência do debate e das consistentes contribuições que fundamentam este campo, possibilitando delimitar o assunto de forma pertinente e oferecendo importantes instrumentos para a reflexão. Neste cenário vale apresentar, ainda que de modo sucinto, alguns acenos acerca das teorias do restauro que vieram a contribuir de forma relevante com o amadurecimento das questões patrimoniais e que são pertinentes até os dias atuais, a exemplo de Renato Bonelli, Roberto Pane, Paul Philippot, Giovanni Carbonara e Cesare Brandi, expoentes do Restauro Crítico²⁸.

O restauro crítico é assim denominado, haja vista que sua ação é entendida como ato eminentemente crítico, uma vez que analisa a obra em termos formais, documentais e materiais, respeitando suas distintas fases e as marcas que o passar do tempo impôs a ela, sendo a análise da obra alicerçada em uma relação dialética entre as instâncias estéticas e históricas, fazendo com que cada caso deva ser analisado de acordo com suas particularidades e que toda intervenção constitua-se um ato presente sem a intenção de fazer uma reversão temporal. Nessa fase, deu-se ênfase aos valores formais do monumento, mas reconhecendo a obra como um documento histórico e dado cultural e como tal deve apresentar as várias fases pelas quais o bem passou, através de instrumentos de reflexão oferecidos pela filosofia e história da arte, crítica e estética, característica que fundamenta as bases do Restauro Crítico. Nesse contexto histórico vale destacar a obra de Cesare Brandi²⁹, a qual traz reflexões profundas e complexas com raízes na fenomenologia, trabalhando interdisciplinarmente a intersubjetividade das questões que envolvem o restauro do patrimônio. Um entendimento avançado para época e necessário para os dias atuais. A sua

²⁸ No que se refere às definições de restauração e a uma análise do restauro crítico, Carbonara (2000) aponta "O restauro crítico parte da afirmação de que toda intervenção constitui um caso em si, não possível de classificar em categorias (como aquelas meticulosamente precisadas pelos teóricos do chamado restauro 'científico': completamento, liberação, inovação, recomposição etc.), nem responde a regras prefixadas ou a dogmas de qualquer tipo, mas deve ser reinventado com originalidade, de vez em vez, caso a caso, em seus critérios e métodos. Será a própria obra, indagada atentamente com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica, a sugerir ao restaurador a via mais correta a ser empreendida"(CARBONARA, Op. cit.,p. 271-390. Na p. 285 apud KÜHL, 2006, p.37).

²⁹ Falaremos mais aprofundadamente sobre as importantes contribuições desse autor no item 1.2.1

obra serviu de herança para a Carta de Veneza e quase como um guia para a formulação do restauro crítico. Nas palavras de Renato Bonelli:

A restauração, considerada como ato crítico, coincide conceitualmente e se identifica com a história artística e arquitetônica, assume seus princípios e métodos e constitui um caso particular: aquele no qual a ação crítica se prolonga na execução material das medidas destinadas a tornar evidente e completa a valoração e culturalmente operante a poética da linguagem caracterizada. (BONELLI, 1963, Nivaldo Andrade Júnior (trad.); Yan Graco Cafezeiro (trad.), 2022, p. 189)

Os preceitos teóricos que guiam tanto o restauro crítico, quanto a Carta de Veneza são referências teórico-metodológicas que, analisadas conforme a particularidade de cada caso e a localidade na qual está inserido, serve como um instrumento valioso ainda nos dias atuais, revelando-se como bases teóricas complexas e sólida capazes de auxiliar nas práticas preservacionistas de maneira profícua.

Em 1967 a Organização dos Estados Americanos lançou as Normas de Quito. Um documento doutrinário voltado à utilização dos monumentos e lugares de interesse histórico e artísticos, que como aponta Loretto (2016), tinha sua ênfase voltada para aproveitamento econômico e turístico, buscando integrar áreas históricas com os planos regulatórios de preservação e o restante do tecido urbano. Um dos pontos de maior contribuição deste documento é a definição do zoneamento na legislação de proteção:

a) Zona de preservação rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente; b) Zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; c) Zona de proteção de paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante. (NORMAS DE QUITO, 1967, p.12)

Este documento evidencia o papel dos recursos financeiros nas atividades de preservação patrimonial, vinculando o patrimônio americano ao desenvolvimento econômico por meio do turismo cultural. O debate em torno das questões patrimoniais, vai se alargando na medida que vai se reconhecendo e incorporando novas noções como sendo portadoras de valores culturais passíveis de proteção como é o caso da noção de conjunto³⁰ e da noção de lugares notáveis³¹ trazidos pela Recomendação de Paris de 1972 pela Unesco.

O conceito de significância cultural, como já vimos, foi proposto em um contexto histórico de mudanças de pensamentos e ideologias no campo da conservação e a noção de significância surge, em certa medida, como um instrumento de preservação patrimonial relevante, que buscava atender às novas demandas da conservação patrimonial. Algumas questões já apontadas pela Declaração de Amsterdã em 1975, servirão como suporte para o amadurecimento do conceito de significância cultural mais adiante.

³⁰ “Grupo de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS - PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972, p.2).

³¹ “Obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS - PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972, p.2).

Nas recomendações propostas na Declaração de Amsterdã percebe-se uma preocupação em se manter preservado para as gerações presentes e futuras o patrimônio arquitetônico, seja ele de valor excepcional ou não, propondo a proteção de cidades históricas, de bairros urbanos antigos, de aldeias tradicionais incluindo os parques e jardins históricos, “tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados” (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, p.3).

A Declaração traz recomendações que procuram o diálogo constante entre conservadores e planejadores, ao propor que o planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico territorial estejam em sintonia com as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e estes elementos não sejam analisados em caixas separadas, mas que cada área seja tratada conforme suas especificidades. Muito embora não cite explicitamente a questão da autenticidade³², a declaração reconhece os valores estéticos e culturais do patrimônio arquitetônico e afirma que a capacidade de compreender os valores atribuídos ao patrimônio depende do quanto as fontes de informações são verdadeiras. O documento ainda propõe regras particulares de organização de conjuntos antigos e delimita zonas periféricas de proteção, considerando a interpenetração das funções e a diversidade sócio-cultural que caracterizam tecidos urbanos antigos, admitindo novos usos que venha a corresponder às necessidades da vida contemporânea mencionando a questão do valor de utilização além do valor cultural das edificações. Uma perspectiva muito importante pontuada na Declaração de Amsterdã é a implementação de uma política que descentraliza o poder das mãos dos especialistas e coloca o reconhecimento e participação das culturas locais como algo essencial para a conservação do patrimônio, inserindo a opinião dos grupos envolvidos desde a elaboração dos projetos até as tomadas de decisões. Ideias que serão mais amplamente discutidas posteriormente na revisão da Carta de Burra de 1988.

Paralelamente às discussões trazidas no âmbito da Declaração de Amsterdã, em novembro de 1976 em Nairobi, a Unesco apresenta recomendações profícuas acerca da salvaguarda de conjuntos históricos e a sua importância para a sociedade. O documento traz a noção de “ambiência”³³ e a necessidade de se preservar toda a globalidade dos conjuntos históricos a fim de salvaguardar os testemunhos mais tangíveis dessas criações, uma vez que elas fazem parte do ambiente cotidiano e adquirem um valor e uma dimensão humana capazes de demonstrar a expressão cultural de uma sociedade. Um documento importante,

³² aprofundaremos a noção de autenticidade mais adiante.

³³ “Entende-se por ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (RECOMENDAÇÃO DE NAIROBI, UNESCO, 1976, p.3).

que traz questões subjetivas complexas que vão além da materialidade e que demonstra um avanço significativo acerca das recomendações e medidas de salvaguarda patrimoniais.

Ainda na recomendação, um ponto que chamou bastante atenção foi na leitura que o documento faz do conjunto histórico sempre associado à noção de ambiência mas, principalmente, com a relação do conjunto com as atividades humanas, mesmo as mais modestas, e também com as zonas circundantes entendendo que essa relação tem significado e precisa ser respeitada. O documento aponta para uma relação indissociável entre a materialidade do conjunto histórico e as atividades humanas que ocorrem nele, respeitando a ambiência e protegendo tanto a materialidade quanto às relações que nela ocorrem. A recomendação de Nairobi indica a necessidade de se proteger qualquer deterioração, principalmente aquelas que sejam em decorrência de mau uso e acréscimos desnecessários decorrentes de intervenções abusivas, sem nenhuma sensibilidade para a autenticidade ou para a ambiência.

A expansão do conceito de patrimônio para além do monumento histórico isolado tem promovido uma compreensão mais abrangente e complexa do valor cultural e histórico de determinadas localidades. Nesse sentido, surge a necessidade de uma abordagem integrada que envolva o planejamento territorial e a preservação patrimonial, visando conciliar o desenvolvimento industrial das regiões, a abertura de vias de acesso, o crescimento populacional e o fomento do turismo. No entanto, esses avanços apresentam-se como desafios significativos para a conservação integrada em diversas partes do mundo.

Em âmbito nacional, sabemos que é apenas a partir da década de 1970 que se estreitarão as relações entre a reflexão nacional e a reflexão internacional já desenvolvida no campo da conservação. Vale destacar que será nesta década que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se transformará em Instituto, se tornando o que conhecemos hoje como IPHAN, havendo uma importante reestruturação no órgão, sobretudo em 1976, quando inicia-se uma nova política de tombamento e as medidas preservacionistas parecem se tornar mais enérgicas e abrangentes. Diversos planos para proteção dos conjuntos foram criados para as cidades históricas nesse período, sobretudo no Nordeste, o que veio a dar origem ao Programa de Cidades Históricas (PCH), avançando depois para os estados do Espírito Santa, Minas Gerais e Rio de Janeiro, abrindo uma nova etapa na trajetória da proteção e revitalização do bem cultural no Brasil.

A finalidade do programa era efetivar estudos sobre a situação do patrimônio histórico do Nordeste, possibilitando uma restauração e aproveitamento integrados, baseando-se no surgimento econômico, social e físico dos núcleos históricos, proporcionando a sua ocupação e, em consequência, a salvaguarda dos valores culturais (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 21).

Nesse contexto de preocupações também foi criado, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que tinha como meta criar um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira trabalhando diretamente com a noção de bem cultural, buscando a valorização da prática cultural e buscando estratégias para salvaguarda dos bens culturais e aproximação da cultura a partir do viés de desenvolvimento econômico.

O CNRC teve papel importante para as pesquisas teóricas sobre o patrimônio mas, sobretudo, aprimorando um sistema de trabalho voltado para os aspectos dinâmicos dos fenômenos culturais de cunho prático. No âmbito dos incentivos dados pelo Centro, permeando as categorias dos programas de estudo, destacava-se a valorização do “fazer popular” por representar a dinâmica viva do cotidiano onde se poderia reconhecer os valores mais autênticos da sociedade. A noção de referência cultural³⁴, como aponta Chuva (2012), desempenhou um papel crucial na incorporação dos grupos sociais como atores no procedimento de seleção do patrimônio cultural. Portanto, é válido ressaltar, que no contexto nacional, apesar dos avanços mais significativos nas práticas projetuais se darem a partir da década de 1980, houve progresso significativo no tocante à apreensão e à valoração do nosso patrimônio.

Para ilustrar o contexto dos anos 70 e as contendas que surgiram das grandes transformações urbanísticas no tecido das cidades brasileiras e das políticas preservacionistas, é possível mencionar o caso emblemático da cidade do Recife, em Pernambuco, a fim de estabelecer uma aproximação com nosso objeto empírico de estudo. A inauguração da Avenida Dantas Barreto, em 1973, foi autorizada pelo então presidente, o ditador militar Emílio Garrastazu Médici, e desencadeou a demolição de inúmeras edificações históricas, incluindo diversas igrejas, com destaque para o triste episódio que marcou o primeiro tombamento reverso promovido pelo Iphan, quando a Igreja do Bom Jesus dos Martírios, situada no bairro de São José, foi destruída. Tal ocorrência provocou uma acalorada disputa entre a municipalidade e os intelectuais, revelando interesses divergentes e intensificando as tensões decorrentes das transformações urbanas em curso.

A fim de conter a devastação do nosso patrimônio cultural em função da “ideia de progresso”, destacamos a iniciativa da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (FIDEM), junto ao Governo do estado de Pernambuco, da criação do regulamento em 1978, chamado de Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH) que, amora tivesse um caráter normativo, inaugurou a ação preservacionista da Prefeitura da

³⁴ Destacamos que ainda faz-se necessária a realização de uma discussão aprofundada sobre as proximidades e relações entre os conceitos de “referência cultural”, conforme cunhado no Brasil na década de 80, e o conceito de “significância cultural” que se popularizou sobretudo a partir dos anos 80 a nível internacional.

Cidade do Recife, buscando uma revitalização social e econômica para os sítios históricos da cidade a partir da preservação de algumas zonas especiais de preservação.

O Plano consistiu em uma série de medidas para a preservação e recuperação dos sítios históricos da cidade, como a criação de um centro de conservação de documentos, a restauração de edifícios e monumentos históricos, e a implementação de políticas para incentivar a ocupação e o uso dos imóveis históricos, já que estes segundo Pontual (2007), encontrava-se abandonado e estagnado economicamente.

Retomando o contexto internacional, a 1ª edição da Carta elaborada pelo Icomos da Austrália em 1979 (Carta de Burra), trará doutrinas importantes no tocante ao reconhecimento de valores não-ocidentais na conservação do patrimônio, trazendo à tona o conceito de significação cultural e a subjetividade que está associada aos bens culturais, considerando os valores atribuídos também por grupos não dominantes. Em seu Artigo 1º a Carta descreve: “O termo significância cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem, para as gerações passadas, presentes ou futuras” (CARTA DE BURRA, 1979, Art.1º, p.01). Podemos perceber que a significância deveria ser compreendida a partir dos valores identificados pelos usuários e atribuídos ao bem envolvido. Sendo, portanto, uma noção complexa, subjetiva e mutável de acordo com o tempo e as diversas gerações envolvidas.

Ainda que apresente progresso no trato dos aspectos intangíveis do patrimônio e definições importantes para o campo da conservação, o documento aponta para uma visão retrógrada sobre o tema do restauro, se comparada à perspectiva adotada desde a Carta de Veneza. Ao definir a restauração como “o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido” (CARTA DE BURRA, 1979, p. 01), percebemos ainda uma postura que dá ênfase ao estado “original” da obra, que era muitas vezes idealizada, podendo levar a deformações ou induzir o observador a um “falso histórico”, de acordo com a definição do restauro crítico. Essa visão da carta de Burra vai de encontro ao proposto por importantes teóricos que a antecedem como Riegl, Brandi, Pane, que apontavam para uma postura mais amadurecida em relação aos monumentos e seu caráter documental, respeitando suas estratificações ao longo do tempo, considerando que “refazer um bem desaparecido equivale a falsificar um documento” como já citado (KÜHL, 2010, p. 293).

Por outro lado, em seu Artigo 1º ao definir o termo de significância cultural atrelado ao conceito de valores estético, histórico, científico ou social, o conceito de significância se coloca como uma noção diretamente ligada aos valores patrimoniais. Mas como se reconhece o valor de um bem? Por que determinado bem tem valor? O valor é intrínseco ao objeto ou é atribuído ao objeto pelo sujeito? Para quem interessa se valorar um bem?

1.1.4. Tesouros do tempo: os valores patrimoniais como herança cultural e social

O conceito de valor é complexo, diverso, e sua discussão é bastante anterior à significância. A Unesco adota o termo “Valor Universal Excepcional”³⁵ como critério necessário para classificar um bens como Patrimônio Mundial e segundo o Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (*Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*) (2012), “o Valor Universal Excepcional quer dizer significância cultural e ou/ natural” (UNESCO, 2012, p.14, Art.49).

Segundo Valentim (2020), a teoria dos valores e a reflexão teórica contemporânea se desenvolveram simultaneamente e não podemos apartar o seu desenvolvimento de todo o percurso de pensamento teórico do campo da restauração desde os estudos de John Ruskin, Eugène Viollet-le-Duc, Camillo Boito e Alois Riegl. Dentre estes, o austríaco Alois Riegl é o responsável pelas primeiras contribuições que fundamentam as questões relativas à tutela, conservação e valoração dos monumentos em seu livro “*O culto moderno aos monumentos. Sua história e suas origens*”³⁶, publicado em 1903.

Uma obra de fundamental importância no campo da conservação, pois buscou ampliar a compreensão da valoração dos objetos permitindo novas estratégias de intervenções que fossem focadas nos valores. A grande contribuição desta obra reside no fato dela apresentar diferentes tipos de valores atribuídos aos monumentos, decorrente das diferentes formas de percepção, partindo dos diversos momentos históricos e contextos específicos, chegando ao entendimento de que o ato de preservar deve ser baseado em um juízo crítico, tratando o conceito de valor não como uma categoria eterna, mas como um evento histórico, entendendo o monumento como uma manutenção da memória.

Para Riegl, “a análise dos valores associados ao monumento é o ponto de partida para a discussão de diferentes modalidades de conservação” (RIEGL, 1903, p.20). Consideramos portanto, que as reflexões rieglianas são absolutamente pioneiras e enraízam as práticas da restauração no âmbito do debate cultural, atribuindo-lhes a condição de um “ato de cultura” como afirma Cunha (2006). Nesse sentido, as contribuições de Riegl transcendem o conceito de restauração, antecipando-se de forma propositiva e visionária às abordagens delineadas posteriormente pelo movimento do restauro crítico. O arcabouço teórico proposto por Riegl, só começará a fazer mais eco na prática efetiva da preservação a partir da segunda metade do século XX e especialmente no século XXI, contudo, podemos considerar que é um pensamento que inaugura um paradigma, em que a restauração transcende a mera preocupação estética, alcançando camadas mais profundas da cultura e do significado

³⁵Do original em inglês: (Outstanding Universal Value - OUV)

³⁶Do original em alemão: “*Der moderne Denkmalkult. Sein Wesen und seine Entstehung*”

histórico das obras. Deste modo, sua influência pode ser percebida nas práticas de conservação patrimonial contemporâneas, conferindo-lhes uma dimensão reflexiva, capaz de incorporar plenamente os múltiplos sentidos culturais e o dinamismo inerente à própria noção de patrimônio, aproximando-se em grande medida ao pensamento brandiano principalmente no que se refere ao reconhecimento da obra de arte.

As conexões das reflexões de Riegl com Brandi se apresentam na medida em que Brandi define que a restauração está ligada ao juízo de artisticidade e que o mesmo varia com a passagem do tempo e que por isso não pode ser uma intervenção definitiva. Desta maneira, as autoras Vieira-de-Araújo;Lira (2020) identificam: “uma clara linha de continuidade com o que Brandi dispunha ao afirmar que cada vez que uma obra de arte é vista e é apreendida pela mente humana um novo ciclo de apreensão é criado” (VIEIRA-DE-ARAÚJO; LIRA, 2020, p. 91), ou seja, os dois autores propõem um juízo crítico acerca dos monumentos e defendem que a valoração destes está ligada a um momento e a um contexto histórico e cultural específico, não havendo portanto um valor artístico absoluto.

A partir disso, percebemos no século XX uma série de contribuições a respeito da abordagem dos valores, tanto na teoria, quanto na prática da preservação patrimonial, com base no amadurecimento já posto pela teoria do restauro e pelo conceito de valores como sendo um sistema, em que o todo é maior que a soma das partes, onde o bem patrimonial em si não é portador de valor, ou seja, o valor não é inerente ao objeto, este é atribuído ao bem a partir dos sujeitos. Segundo a professora Norma Lacerda (2012, p. 44):

É impraticável a realização de intervenções em bens patrimoniais sem que seja apreendido um sistema de valores que apresente escalas de preferências e de importância dos diversos atores envolvidos no processo de decisão. Sendo um sistema, é formado por uma multiplicidade de valores (LACERDA, 2012, p. 44).

A partir deste entendimento, o conceito de valor assume uma análise complexa e incompleta, no sentido de que por pertencer aos diversos sujeitos envolvidos com o bem patrimonial, esses valores vão variar de indivíduo para indivíduo, de grupo social para grupo social e de sociedade para sociedade, sendo desta forma, algo que é objeto de uma experiência sensível, captado através de uma relação íntima entre um sujeito imerso em uma cultura e o bem valorado. O grande desafio que se coloca diante dos valores dos bens patrimoniais, uma vez que estes são uma herança daquele que nos precederam, é como conciliar os diversos tipos de valores atribuídos aos bens, não só pelas gerações passadas como pelas gerações presentes e futuras.

Os estudos de Riegl e todos os outros que encontraremos sobre o tema dos valores, no Brasil e fora dele, desde a segunda metade do século XX e especialmente no século XXI, inclusive na Carta de Veneza, estão relacionados com o “monumento histórico” - tivessem

sido eles concebidos com intenções memoriais ou não, mas ao definirem suas categorias de valores privilegiam os aspectos materiais do patrimônio. Fato é, que por mais que a ação da conservação esteja voltada para materialidade, o que se espera preservar, na verdade, são os valores associados ao bem. Estes valores encontram-se sob a influência de questões temporais, subjetivas e sociais, sendo que, ao longo da história, os contextos que definem os objetos da conservação possuem implicações em relação à autenticidade, à integridade³⁷ e à subjetividade, exercendo impacto sobre as decisões técnicas e críticas tomadas pelos profissionais dessa área.

Com o alargamento do conceito de conservação patrimonial, enquanto uma atividade sociocultural, sobretudo do conceito de patrimônio cultural trazido pela Carta de Veneza, novos valores foram apreendidos e incorporados a partir do reconhecimento dos bens culturais intangíveis, atentando para uma dimensão mais ampla do contexto urbano e apontando para a necessidade de intervenções com caráter multidisciplinar, que busquem identificar os mais diversos valores e especificidades que envolvem as ações de preservação e do planejamento urbano, considera-se que na atualidade, o monumento histórico não é visto apenas como as obras grandiosas, de valor artístico e histórico excepcional, mas como qualquer artefato que adquiriu significação cultural com o tempo .

Randall Mason (2002), em *“Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices”*, traz à tona premissas importantes no que diz respeito à conservação do patrimônio, considerando que esta deva ser entendida como uma atividade sociocultural, levando em conta seu contexto social, cultural, econômico, geográfico e administrativo na mesma medida que o bem patrimonial em si, através do estudo dos diversos valores atribuídos ao bem. Segundo Mason (2002), os valores patrimoniais estão muitas vezes em conflito e nenhum método único pode produzir uma avaliação completa e satisfatória desses valores, por isso, deve haver uma avaliação abrangente, envolvendo os mais diversos atores e buscando alcançar um planejamento de gestão da conservação mais sustentável e efetivo.

A perspectiva dos valores adotada por Mason (2002) é antropológica, e valoriza a tentativa de compreender toda gama de valores atribuídos ao patrimônio, em oposição à visão histórica normativa e artística mais comum no campo da preservação, que a priori, privilegia valores artísticos e históricos sobre outros valores. Em seu estudo, Mason (2002) traz a multivalência como uma qualidade essencial dos valores patrimoniais, e que estes são contingentes e não dados objetivamente, sendo portanto, produzidos a partir de uma interação entre sujeito e objeto, compreendendo a importância dos processos socioculturais na formação dos valores. Buscando facilitar a discussão e a compreensão dos diferentes

³⁷ Falaremos a respeito da Autenticidade e da Integridade no próximo item.

processos de valoração no campo da conservação patrimonial, e servir como ferramenta analítica para promover um processo de participação mais ampla no planejamento urbano, levando sempre em consideração a importância fundamental da participação tanto dos especialistas, quanto da comunidade e partes interessadas, Mason (2002), estabelece uma tipologia de valores dividida em duas categorias, ressaltando que estas devam servir como ponto de partida e que os tipos de valores deverão ser periodicamente revisados e ajustados. As categorias são: valores socioculturais e valores econômicos.

O autor definiu os valores socioculturais como sendo aqueles “ligados a um objeto, edifício ou lugar, porque detém um significado para sujeitos ou grupos sociais de acordo com sua idade, beleza, arte ou associação com uma pessoa ou evento significativo, ou mesmo contribuem para processos de afiliação cultural” (MASON, 2002, p.5). Ele alerta ainda, para o fato de que muitos desses valores se sobrepõem e que todos os valores atribuídos ao patrimônio são políticos e fazem parte da luta de poder e que vão determinar o destino do patrimônio, onde os valores ocupam o centro das decisões políticas sobre a conservação patrimonial. Mason (2002) divide os valores socioculturais em cinco categorias: (1) valor histórico - subdividido em valor educacional/acadêmico, valor educacional do patrimônio e valor artístico; (2) valor cultural/simbólico; (3) valor social; (4) valor espiritual/religioso e (5) valor estético. Sobre os valores econômicos definidos por Mason, Reis (2010) afirma:

O valor econômico descrito por Mason baseia-se em análises econômicas e sua fundamentação é essencialmente distinta dos demais valores socioculturais. Enquanto estes usam de epistemologias narrativas em sua contextualização, os valores econômicos usam de outras epistemologias, muitas vezes focadas na dicotomia entre bem público e bem privado (REIS, 2010, p. 35).

Os valores econômicos definidos por Mason são divididos em duas categorias: (1) valor de uso - valor de mercado e (2) valor de não-uso - difíceis de ser expresso em termos de preço. Ele ainda subdivide os valores de não-uso em (2.1) valor de existência; (2.2) valor de opção e (2.3) valor de legado. De acordo com o autor, os valores econômicos muitas vezes se sobrepõem com os valores socioculturais e são frequentemente expressos em termos de preço, muito embora nem todos os valores econômicos possam ser medidos em termos de preço de mercado, principalmente os valores econômicos decorrentes da conservação do patrimônio. Assim, os valores econômicos são diferenciados por Mason, em função de estarem relacionados ou não com o mercado, distinguindo-os em duas categorias como já mencionado: Valor de uso (valor de mercado) e Valor de não-uso (valor não-mercado).

O valor de uso é aquele que mais facilmente podemos atribuir preço. “Os valores de uso do patrimônio material referem-se aos bens e serviços que dele decorrem e que são comercializáveis e precificáveis nos mercados existentes” (MASON, 2002, p.13, tradução nossa). Já o valor de não-uso são valores econômicos que não são possíveis de serem

negociados ou capturados pelo mercado, portanto, difíceis de serem expressos em termos de preço. De acordo com o autor, o valor de não uso é definido

como emanados das qualidades de bem público do patrimônio – aquelas qualidades que são “não rivais” (o consumo por uma pessoa não impede o consumo por outra pessoa) e “não excluíveis” (uma vez que o bem/serviço é fornecido para ninguém, outros não estão excluídos de consumi-lo). Um sítio arqueológico público exibiria essas qualidades muito claramente (MASON, 2002, p. 13, tradução nossa).

Em sua essência, os valores de não-uso representam uma abordagem alternativa para contemplar os valores socioculturais mencionados e diferenciados anteriormente. Podemos considerar esses valores como duas vertentes distintas, porém complementares, de uma mesma realidade. A noção de valores de não-uso é frequentemente segmentada em categorias intrinsecamente interligadas (ainda que não sejam abrangentes) para elucidar de forma precisa quais atributos do patrimônio embasam as decisões de ordem econômica. Em suma, ambos os conceitos se entrelaçam como fatias de um mesmo bolo, representando distintas perspectivas que enriquecem a compreensão das complexidades envolvidas, Mason 2002. No (2.1) Valor de existência os indivíduos valorizam um bem de patrimônio por sua mera existência, mesmo que eles próprios não possam experimentá-lo ou “consumir seus serviços” diretamente; O (2.2) Valor de opção refere-se ao desejo de alguém de preservar a possibilidade (a opção) de consumir os serviços do patrimônio em algum momento futuro; e por último o (2.3) Valor de legado decorre do desejo de legar um bem patrimonial às gerações futuras.

Consideramos de fundamental importância o conjunto de valores pré-estabelecidos por Mason, bem como o entendimento da relevância da participação tanto dos especialistas, quanto dos principais atores interessados no processo de valoração do patrimônio, seja ele material ou imaterial. Não se trata de uma tarefa simples e nem objetiva, porém o cerne para uma preservação sustentável reside nas conexões intelectuais e emocionais que fazemos entre memória e lugar. O reconhecimento e a mudança dos valores que abarcam noções para além da ideia dos bens tangíveis, considerando valores de grupos não dominantes e incorporando valores sociais, espirituais, políticos e simbólicos aponta para um caminho de uma leitura pós-estruturalista onde regras hermenêuticas não dão conta da pluralidade e complexidade que envolvem as questões patrimoniais. Essas questões que envolvem julgamento de valor sempre vão permear as ações que envolvem áreas patrimoniais³⁸ e esses valores sempre estarão em conflito, por isso se faz necessário um processo crítico que aponte para valores essenciais para a cidade e seus usuários, principalmente ao lidar com áreas

³⁸ Consideramos, nesta pesquisa, áreas patrimoniais como sendo aquelas áreas que apresentam na sua materialidade valor cultural reconhecido oficialmente pelos órgãos de preservação, ou seja, áreas que apresentam valor patrimonial. Como aponta Vieira-de-Araújo (2006) “a partir do momento em que um órgão oficial de preservação nacional define determinado bem como representativo da cultural local e merecedor de proteção legal, ele passa a possuir, além de seus valor cultural, um valor patrimonial” (Vieira-de-Araújo, 2006, p. 35).

históricas e o resultado desses valores apreendidos pelos atores envolvidos deve se dar através de um processo de negociação, como ressalta Zancheti et al. (2008).

A carta de Burra de 1979, ainda que incipiente, traz importantes reflexões acerca do relativismo cultural. Para Wells (2007), o reconhecimento de que o significado histórico é uma construção cultural e não uma verdade absoluta ou uma característica inerente ao objeto é o que vai levar a expansão do relativismo cultural tão importante para os avanços das doutrinas posteriores. Essas primeiras reflexões ocorridas no início do século XX são aspectos fundantes para o amadurecimento no tema que envolve toda a questão dos monumentos e também do seu entorno porque buscar ampliar a visão para além do edifício em si, apontando assim para a relação indissociável entre o restauro do monumento com o planejamento urbano e seus valores patrimoniais numa relação indissociável.

1.2 O alargamento do conceito de significância cultural e a relação indissociável com os conceitos de autenticidade e integridade (1980 a 1999).

A década de 1980 se destacou por uma série de eventos que a tornaram um momento significativo³⁹ de reflexão sobre a conservação patrimonial e marcaram o início de um maior relativismo cultural. Esses acontecimentos, por sua vez, abriram caminho para o desenvolvimento e amadurecimento da noção de significância cultural. No âmbito internacional, destacam-se marcos como o surgimento do conceito de “sítio histórico”, a compreensão da noção de “patrimônio urbano”, conforme indicado pela pensadora francesa Françoise Choay (2001), e ainda a definição de “patrimônio cultural”⁴⁰ presente na Declaração do México (1985), e, definido no âmbito nacional pela Constituição Brasileira de 1988. Vale ainda ressaltar que no cenário brasileiro, muito influenciados pelas teorias de Cesare Brandi e pela Carta de Veneza de 1964, vários cursos de especialização na área do restauro estavam sendo ministrados, especialmente nas cidades de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Salvador, com destaque para o MDU/UFPE e à consolidação da linha de conservação integrada dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE que teve início ainda em 1976. Esse, portanto, será um período de consolidação dos cursos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo voltados ao campo preservacionista em todo o Brasil, ampliando o debate acerca do restauro e da preservação patrimonial (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022).

³⁹ Chuva (2012), aponta que “de um modo geral, tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação”. (CHUVA, 2012, p.159).

⁴⁰ Nesta pesquisa adotaremos o conceito de patrimônio cultural, a partir do seu alargamento após a sua definição na constituição brasileira de 1988, considerando-o de maneira integral e abrangente

A década de 1980 prossegue com o amadurecimento do campo da conservação, onde podemos observar uma maior atenção às questões ambientais e o reconhecimento de novos tipos de patrimônio, e no que se refere à significância cultural, o reconhecimento por parte da Unesco. Assim, debates que abarcam noções simbólicas e imateriais do patrimônio vão ganhando forma nas discussões e o alargamento das noções de significância cultural tomam proporções mais robustas e consistentes com atenção a questões mais subjetivas. Nesse processo, observa-se o movimento de buscar a continuidade de utilização das noções de autenticidade e integridade, porém, agora com o alargamento do entendimento inicial sobre essas noções e caminhando para a sua utilização de forma indissociável da noção de significância.

Assim, já no primeiro ano da década de 1980 foi elaborada a primeira revisão da Carta de Burra, com a finalidade de contemplar os avanços teóricos que estavam sendo discutidos no âmbito patrimonial e incorporar os aspectos intersubjetivos em suas diretrizes. Vale contudo, destacar o processo de evolução das Cartas de Burra elaboradas pelo ICOMOS Austrália ao longo das décadas, e que reflete a crescente compreensão e reconhecimento da significância cultural em contextos de patrimônio cultural. Das edições de 1979, 1981, 1988, 1999 até a versão mais recente de 2013, cada revisão trouxe avanços notáveis. No entanto, foi a Carta de 1999 que representou um marco significativo na compreensão contemporânea da significância cultural. A Carta de 1999 introduziu uma perspectiva mais inclusiva e ampliada da significância cultural, reconhecendo que os valores culturais podem ser multifacetados e interligados. Isso marcou um desvio da visão anteriormente mais orientada para os valores estéticos e históricos. Além disso, enfatizou a importância da participação das comunidades locais na definição da significância cultural e na tomada de decisões relacionadas ao patrimônio. Esse enfoque participativo contribuiu para uma compreensão mais abrangente e diversificada da herança cultural.

A Carta de 2013 consolidou esses avanços, destacando ainda mais a relevância da participação comunitária na identificação e proteção da significância cultural. Além disso, a edição mais recente enfatizou a importância da sustentabilidade e da ética na gestão do patrimônio cultural, refletindo as preocupações contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação cultural. Os pontos principais e mais importantes da Carta de 2013 incluem a ênfase na interconexão entre patrimônio cultural e natural, o reconhecimento da importância dos conhecimentos indígenas e tradicionais, bem como a promoção da conservação ativa e adaptativa. Em resumo, as revisões das Cartas de Burra ao longo das décadas, com destaque para a de 1999 e 2013, representaram avanços cruciais na compreensão contemporânea da significância cultural, reconhecendo sua

diversidade e relevância em um mundo em constante evolução. Outra definição importante incorporada na carta de Burra (2013), é a de contexto:

significa o ambiente imediato e estendido de um lugar que faz parte ou contribui para o seu significado cultural e caráter distintivo. [...] pode incluir: estruturas, espaços, terra, água e céu, o cenário visual, incluindo vistas de e para o lugar, e ao longo de uma rota cultural, e outros aspectos sensoriais do cenário, como cheiros e sons. O contexto também pode incluir relações históricas e contemporâneas, como uso e atividades, práticas sociais e espirituais e relações com outros lugares, tangíveis e intangíveis (Austrália ICOMOS, 2013. art. 1.12, p. 3, tradução nossa).

Destacamos essa noção pois, além de apresentar grande semelhança com a noção de ambiente proposta por Giovannoni, percebemos uma tentativa de incorporação, de forma mais clara, as questões intangíveis que envolve o bem, considerando todas essa gama de elementos e relações como importantes para chegar a uma declaração de significância.

Voltando ao contexto histórico da década de 1980, e mais especificamente, no Brasil, acontece um encontro realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1987, que tinha por objetivo discutir ações para a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, em especial das cidades históricas. O objetivo do encontro era discutir ações para a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, em especial das cidades históricas. A Carta de Petrópolis foi então elaborada como uma síntese das discussões realizadas durante o encontro. A Carta surge como um importante documento para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, elaborada durante o "1º Encontro Brasileiro de Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Cultural", trazendo já em sua abertura a definição para sítio histórico urbano, como "o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações" (1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros históricos, IPHAN, 1987, p.1). Entre seus principais pontos, a Carta de Petrópolis destaca a importância da valorização do patrimônio cultural como um elemento fundamental para a identidade e a memória das comunidades brasileiras, a necessidade de uma gestão adequada do patrimônio cultural e a importância da participação da sociedade na sua preservação.

Um dos documentos que apontam para o avanço teórico das pautas da conservação patrimonial na década de 1980 foi a Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas elaborada pelo ICOMOS em outubro de 1987, conhecida como Carta de Washington, que afirma em seu preâmbulo que "todas as cidades do mundo são a expressão material da diversidade das sociedades através da história" (Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas, ICOMOS, 1987, p.1). A carta destaca a importância das cidades históricas para além da sua qualidade como documento histórico, mas também como expressões dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. O documento evidencia a preocupação com a degradação e destruição do patrimônio em decorrência do

modelo de urbanismo nascido na industrialização, provocando perdas irreversíveis de caráter cultural, social e econômico. A elaboração da Carta de Washington teve como propósito dar seguimento às recomendações contidas na Carta de Veneza 1964 e fortalecer as disposições da Recomendação de Nairobi de 1976. Dessa forma, foram definidos princípios, objetivos, métodos e instrumentos necessários para ação da salvaguarda da qualidade das cidades históricas, visando favorecer a harmonia da vida individual e social e preservar o conjunto de bens, mesmo os modestos, que constituem a memória da humanidade. Neste sentido, entende-se que qualquer perda dos valores materiais ou espirituais desse patrimônio compromete sua autenticidade. Por fim, ressalta-se a importância da participação e do envolvimento dos habitantes para a salvaguarda das cidades históricas.

Os próximos itens tem como um dos seus propósitos promover uma discussão sobre os conceitos de autenticidade e de integridade e sua importância para a proteção efetiva de um sítio histórico onde a simples verificação administrativa da “verdade” e do grau de inteireza de um bem não é suficiente. Vale destacar que compreendemos a noção de “verdade” com algo complexo e filosófico, e que nenhuma verdade é absoluta e que é preciso compreender a vida em todas as suas contradições. Nesse contexto, torna-se imprescindível investigar de que maneira esses conceitos tradicionais continuam a amadurecer ao longo dos anos, estabelecendo uma conexão intrínseca entre eles e a dimensão da significância cultural como um meio para a gestão da conservação. Essa temática, no Brasil, tem sido pioneiramente abordada por trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, a exemplo dos trabalhos das pesquisadoras Flaviana Barreto Lira (2009; 2017; 2020), Lúcia Hidaka (2011; 2014) e Natália Vieira-de-Araújo (2008; 2014; 2020; 2022), e é fundamental examinar como esses conceitos podem ser aplicados em centros urbanos de grande relevância histórica, com o objetivo de assegurar a preservação adequada desses locais, portanto, consideramos de fundamental importância aprofundarmos no entendimento de cada um desses conceitos, que serão analisado por motivos metodológicos separadamente, contudo compreendemos na prática eles não devam ser considerados de forma isolada.

1.2.1. Além das aparências: a Autenticidade como expressão da identidade cultural

Como sabemos, os conceitos de autenticidade e integridade já estavam sendo fortemente trabalhados e incorporados no campo da conservação de bens culturais, especialmente desde a década de 70, não só pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) como por outros campos teóricos pelo mundo. A preocupação com a autenticidade não é um tema recente no âmbito patrimonial, ela faz parte do debate da restauração desde os princípios defendidos por John Ruskin ao abordar a

questão da autenticidade através da preservação da matéria original e do direito das gerações futuras de terem acesso ao patrimônio original. Como afirma Lira (2012), é um conceito muito associado às noções de verdade e de legitimidade, “motivada principalmente pela carta de Veneza na qual aparece como uma característica inerente ao patrimônio a ser preservado, imprescindível para que o bem continue transmitindo seus valores” (LIRA; RIBEIRO, 2012, p. 34).

Contudo, esse tema alcança maior destaque em 1977, quando a Unesco começa a exigir o “teste de autenticidade” para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Todavia, alguns exemplos de incompatibilidade dos critérios baseados na autenticidade material dos bens culturais propostos pela Unesco, mostraram-se conflitantes com alguns critérios de autenticidade imaterial, que priorizavam uma abordagem cultural, baseada na pluralidade de valores. A Criação da Lista do Patrimônio Mundial baseia-se na definição de “valor universal excepcional” avaliado do ponto de vista da história, da ciência e da arte para o caso dos monumentos e grupo de edifícios etnológicos e antropológicos para o caso dos sítios (JOKILEHTO, 2006). Neste sentido, ainda em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial, ocorrida em Estocolmo, tinha por objetivo propor disposições que estabelecesse uma espécie de sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio dividindo-o em dois grupos: Patrimônio Cultural, que por sua vez é subdividido em três categorias, os monumentos, os grupos de edifícios e o sítios de valor universal; e Patrimônio Natural, que é subdividido em três categorias, os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiológicas e os sítios naturais ou zonas naturais.

Vale ressaltar que neste mesmo ano foi lançada na Itália a Carta do Restauro, voltada às questões físicas dos objetos salvaguardados, fossem eles conjuntos de edifícios, centros históricos, coleções artísticas, jardins ou parques, desde que apresentassem interesse monumental, histórico ou ambiental. No seu artigo quarto, a carta enuncia que a atividade do restauro é aquela intervenção destinada a manter a obra em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro determinadas obras. Pretendendo assim, garantir algum tipo de função ao bem, conseguir favorecer em alguma medida uma interpretação crítica dentro do contexto em que o bem está inserido, e, transmitir ele para as gerações futuras. Apesar das contribuições importantes proveniente dos debates italianos nos bastidores da carta do restauro, essas discussões tiveram pouca atenção e demoraram a ecoar dentro da Unesco. Os países-membros demoraram a aderir à convenção sendo os Estados Unidos os primeiros a assinarem. Segundo Loretto (2016), o receio desses países era que a convenção colocasse mais ênfase no patrimônio natural, visto que na década de 1970 parte substancial dos órgãos de proteção estavam vinculadas à salvaguarda deste

patrimônio. Embora existissem vários entraves, em 1975, vinte estados assinaram a Convenção, o que a fez entrar em vigor, (Loretto, 2016). A partir disso, começaram os debates para elaboração dos critérios que formariam a lista que daria origem ao Guia Operacional para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial⁴¹. No seu artigo 49 o guia traz o significado de valor universal excepcional:

O Valor Universal Excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional. O Comité define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial. (Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, UNESCO, 2021, p. 24)

Já em seu artigo 77 o Guia define que um bem para ter seu (OUV) reconhecido necessita atender pelo menos um, dos dez critérios estabelecidos pela Unesco. Sendo os primeiros seis em referência ao patrimônio cultural e os outros quatro referentes ao patrimônio natural e que as condições fundamentais para a qualificação de um sítio cultural entrar na Lista do Patrimônio Mundial incluem a exigência de satisfazerem as condições de integridade e autenticidade.

Jokilehto (2006), em seu artigo “*World heritage: defining the outstanding universal value*” ressalta para a necessidade de maiores esclarecimentos e reflexões adicionais no tocante às questões relativas aos critérios que definem o (OUV) como por exemplo, as noções de “excepcionalidade”, as “fronteiras nacionais” e a “importância comum para toda humanidade”. O autor ressalta a importância de não tomar essas definições de forma literal sendo necessário que haja reflexões críticas para cada um dos conceitos abordados. Ele ainda considera que uma definição mais clara sobre o assunto é apontada no relatório da reunião estratégica do Patrimônio Mundial em Amsterdã em 1998 que pontua que, na verdade, os temas e assuntos abordados é que apresentam caráter notável e valor universal excepcional podendo ser considerados comuns a toda humanidade enquanto o patrimônio é caracterizado pela diversidade criativa.

Se por um lado a Unesco tinha a missão de salvaguardar o patrimônio cultural Mundial, por outro, apresentava uma visão ocidentalizada, eurocêntrica e portanto, excludente de outras culturas, gerando muitos conflitos e insatisfações, como por exemplo o Grande Santuário de Ise e o Templo de Kofuku-ji em Nara no Japão. Ambos são completamente desmontados e reconstruídos a cada vinte anos. Esse processo de refazimento dos templos faz parte dos rituais e da cultura xintoísta e a autenticidade não está na matéria, como propunha a Unesco, a autenticidade era vista pelos orientais na

⁴¹No original: Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.

técnica do “saber fazer” e no próprio processo de criação dando continuidade a um costume religioso característico daquela localidade (LOWENTHAL, 1985; LIRA, 2010).

Por mais que no contexto da década de 1970 já houvesse questionamentos acerca dos paradigmas mais cartesianos, existia um certo atraso principalmente quanto às questões imateriais e simbólicas que envolviam os bens patrimoniais. Outro exemplo que demonstra a incompatibilidade dos critérios Unesquianos refere-se aos monumentos africanos. No caso africano algumas estruturas foram construídas há séculos e, portanto, podem ter sido sujeitas a reparos e reconstruções ao longo do tempo. Além disso, muitos deles foram construídos com materiais perecíveis, como barro e palha, o que torna a sua preservação difícil. Apesar disso, além de existirem muitos monumentos africanos autênticos e bem preservados, também é importante ressaltar que, além das estruturas físicas, muitos monumentos africanos são considerados sagrados e mantidos vivos por meio de práticas culturais e religiosas. A autenticidade desses monumentos não pode ser medida apenas pela sua aparência física, mas também pela sua importância contínua para as pessoas que os mantêm vivos.

Nesse contexto se desenhava como ponto fundamental para o debate patrimonial a questão do relativismo cultural. Em resposta a estas demandas, em 1994, foi realizada a conferência de Nara sobre Autenticidade, no Japão, com intuito de responder a essas exigências e as necessidades de adotar uma postura mais flexível, considerando tanto os valores estáticos, quanto os valores dinâmicos, Vieira (2008). O documento de Nara, em sua essência, reconhece a importância de respeitar todos os sistemas de pensamento existentes, ao mesmo tempo em que indica a necessidade de que a verificação da autenticidade precisa estar atrelada ao espaço-temporal em que o bem se insere. De maneira diversa à abordagem mais técnico-científica adotada pela Unesco, a recomendação de Nara atesta para a imprescindibilidade de se averiguar, no que tange ao teste de autenticidade do bem, não apenas aspectos de natureza físico-material, mas também outras questões de cunho não material, tais como uso, função, espírito e sentimento bem como outros fatores internos e externos.⁴²

A partir de então, elaborou-se o Documento de Nara, o qual estabeleceu os parâmetros balizadores vigentes até os dias atuais, no que tange à compreensão do conceito de autenticidade no qual as ideias fundamentais que permeiam o documento se concentram

⁴² Vale salientar que o fato do Documento de Nara destacar que a noção de autenticidade ultrapassa os aspectos de natureza físico-material, isso não quer dizer que estes deixam de ter importância, e sim que deverão ser analisados conforme o contexto sociocultural em que se inserem, assumindo maior ou menor importância a depender deste. A professora Natália Vieira-de-Araújo tem destacado em suas aulas (Teoria da Conservação - PPG.MDU-UFPE) como é descabida a crítica de alguns autores à atenção com os aspectos materiais baseando suas análises no caso de alguns templos japoneses, tomando-os como base para a atuação em contextos culturais completamente diversos, como o brasileiro, por exemplo, e assim reproduzindo o mesmo erro que se cometia ao aplicar um entendimento de outro contexto cultural ao contexto japonês sem as devidas relativizações.

na autenticidade como fato essencial para atribuição de valor, decorrente da diversidade cultural (espiritual e intelectual), e que o seu julgamento deve ser feito levando em conta o contexto cultural de cada bem (Zanchetti et al., 2008). Desde o documento de Nara pequenos avanços no campo teórico metodológico foram sendo discutidos em torno das questões da autenticidade. Interessante destacar que praticamente simultaneamente ao evento de Nara, já em 1995, é realizado um encontro no Brasil que resulta na Carta de Brasília de 1995, onde o tema da autenticidade também foi discutido, o que demonstra a progressiva aproximação do país com as discussões a nível internacional. Apesar da Carta de Brasília de 1995 abordar a questão a partir de um viés das peculiaridades regionais do cone sul, a mesma traz contribuições importantes acerca da autenticidade na preservação do patrimônio cultural, e de forma pioneira, ela gruda o tema da autenticidade ao da significância cultural ao enfatizar a necessidade de associar autenticidade as questões dos significados, dos valores associados e a identidade cultural. “O tema da autenticidade passa então pelo da identidade, que é mutável e dinâmica e que pode adaptar, valorizar, desvalorizar e revalorizar os aspectos formais e os conteúdos simbólicos de nossos patrimônios” (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p.2).

Em 1996 aconteceu um Simpósio no Texas sobre o tema, trazendo questões e definições semelhantes às da Carta de Brasília e de Nara, contudo mais avançadas no entendimento do trato simbiótico das questões tangíveis e intangíveis para manutenção da autenticidade. O documento divide a autenticidade em sete categorias: (1) autenticidade e identidade: nesse ponto o documento relaciona a autenticidade com a identidade cultural e com o valor cultural, afirmando o mesmo só pode ser compreendido se houver um estudo objetivo da história e dos elementos materiais, mas sobretudo, “de uma profunda compreensão das tradições intangíveis associadas ao patrimônio tangível” (DECLARAÇÃO DE SAN ANTONIO, 2007, p.3); (2) autenticidade e história: traz o entendimento de que a compreensão abrangente da história e do significado de um sítio ao longo do tempo são fundamentais para a identificação da sua autenticidade e que essa avaliação deve ser feita por aqueles que fazem parte ou estão associados ao sítio. (3) autenticidade e materiais: essa parte trata da importância da manutenção da materialidade, considerando que esta é portadora de informações sobre o passado e sobre a identidade do sítio. Sobre essa questão é válido destacar um ponto da declaração:

Reconhecemos que, em certos tipos de sítios patrimônio, tais como as paisagens culturais, a conservação do carácter global e das tradições, tais como os padrões, as formas e o valor espiritual, pode ser mais importante do que os elementos físicos do sítio, e como tal, pode exercer precedência. Assim, a autenticidade é um conceito muito mais amplo do que a integridade material e os dois conceitos não devem ser assumidos como equivalentes ou consubstanciais (DECLARAÇÃO DE SAN ANTONIO, 2007, p. 4).

A quarta categoria (4) autenticidade e valor social: O texto ressalta a importância da compreensão do significado espiritual nos sítios de patrimônio, que vai além de sua manifestação material. Esses locais carregam mensagens profundas que conectam as comunidades à sua ancestralidade por meio de costumes, tradições e crenças religiosas. Os elementos intangíveis, como padrões de povoamento e práticas de uso da terra, são intrínsecos ao patrimônio cultural e devem ser cuidadosamente reconhecidos, avaliados, protegidos e interpretados em conjunto com os elementos tangíveis. Além disso, enfatiza-se que a preservação da memória e das manifestações culturais deve transcender o aspecto material, visando enriquecer a espiritualidade humana. A pesquisa histórica e a análise da estrutura física não são suficientes para compreender plenamente o significado de um sítio de patrimônio, pois somente as comunidades que têm laços enraizados com o local podem contribuir para a compreensão e expressão dos valores mais profundos do sítio, que servem como pilares de sua identidade cultural. Consideramos esse um entendimento avançado sobre a autenticidade e que deveria ser incorporado nas práticas de preservação de sítios históricos.

O documento ainda divide no item cinco (5) a autenticidade em dois tipos de sítios: sítios dinâmicos e sítios estáticos: os primeiros englobam cidades e paisagens históricas em constante evolução, moldadas ao longo do tempo por diversos atores e que continuam a atender às necessidades da sociedade, contribuindo para a continuidade das tradições culturais. Esses sítios representam uma adaptação ativa e contínua às demandas humanas e podem até mesmo valorizar-se com as alterações físicas necessárias para a manutenção dos padrões tradicionais de uso comunitário. Por outro lado, os sítios culturais estáticos abrangem obras concluídas por um autor ou grupo de autores, cujas mensagens originais permanecem inalteradas. Esses sítios, frequentemente monumentais, são valorizados por seu significado estético e sua importância na celebração de eventos e figuras históricas. Para esses locais, a preservação física requer o mais alto nível de conservação para evitar quaisquer alterações em seu caráter. A distinção entre esses dois tipos de sítios ressalta a complexidade da gestão do patrimônio e a necessidade de abordagens diferenciadas para sua preservação e interpretação.

A sexta categoria (6) autenticidade e tutela: O texto aborda a diversidade na proteção e gestão do patrimônio nas Américas, destacando a heterogeneidade nos padrões de propriedade e tutela. Enquanto muitos sítios são adequadamente protegidos por seus responsáveis, há situações em que as autoridades locais carecem da capacidade necessária para avaliar o valor global dos sítios e os tratamentos adequados para sua conservação. Além disso, a substituição de habitantes originais por populações sem afinidade cultural com os

sítios leva ao abandono e à degradação desses locais. Na última categoria (7) autenticidade e economia: fundamenta-se essencialmente na sua materialidade intrínseca e, adicionalmente, nos valores que lhes são atribuídos por comunidades que estão enraizadas em suas histórias. Entre os grupos que conferem valor aos sítios e demonstram interesse em sua preservação, os turistas ocupam um papel significativo, pois são agentes ativos na busca pelo significado e pela conservação desses lugares de relevância cultural e histórica. Assim, consideramos que esse documento traz contribuições importantes para a noção de autenticidade além de trazer, como a mais relevante das suas contribuições, o apontamento de alguns caminhos, em termos práticos, para se verificar a autenticidade. As recomendações propostas no documento são divididas em recomendações gerais e recomendações para grupos específicos. Como recomendações para o grupo de arquitetos e urbanistas o documento traz os seguintes parâmetros:

- a) Que seja dado o devido reconhecimento aos valores inerentes à diversidade cultural dos nossos centros urbanos históricos.
- b) Que sejam estabelecidos programas entre os muitos grupos culturais para o desenvolvimento de uma maior consciência sobre a multiplicidade dos seus valores.
- c) Que, através de programas adicionais de consciencialização e de educação, as autoridades governamentais e os grupos de tutela fiquem mais conscientes sobre o papel dos valores sociais e culturais na protecção da autenticidade dos edifícios e dos sítios.
- d) Que sejam instituídos processos flexíveis e abertos para consulta e mediação, ao nível local, para se identificarem os valores comunais e outros aspectos de significado cultural nos bairros históricos urbanos.
- e) Uma vez que os bairros urbanos e as cidades históricas são um tipo de paisagem cultural, que também sejam aplicadas a este sector do património as muitas recomendações emitidas pelo Grupo de Paisagens Culturais (DECLARAÇÃO DE SAN ANTONIO, 2007, p. 8).

Já a Carta de Riga sobre Autenticidade e Renovação do Património Arquitetónico foi adotada em 2000 durante uma conferência em Riga, capital da Letônia, com o objetivo de promover a preservação do património cultural arquitetónico principalmente dos países do nordeste europeu. Diferente dos outros documentos, a Carta de Riga foi motivada pela necessidade de definir balizas para os projetos que estavam sendo executados em partes da cidade que foram perdidas. O documento reconhece a importância do património arquitetónico como uma parte fundamental da identidade cultural dos povos europeus e enfatiza a necessidade de preservar e proteger esse património para as gerações futuras, destacando a importância da autenticidade na preservação do património arquitetónico, que deve ser mantido em seu contexto histórico, cultural e social. Além disso, a carta enfatiza a importância da renovação responsável do património arquitetónico, levando em consideração sua integridade e autenticidade, demonstrando que a discussão sobre o tema da autenticidade envolve diferentes questões, a depender do contexto cultural em que o objeto se insere.

A análise desses documentos, sobretudo o de San Antonio e de Riga, nos mostra que houveram alguns avanços acerca do tema da autenticidade após a Conferência de Nara, mas não foram suficientes para dar conta da complexidade do tema no sentido de trazer um entendimento claro ou objetivo de como operacionalizar o conceito de autenticidade, onde os critérios elencados no Documento de Nara só serão incorporados ao Guia Operacional da Unesco em 2005. Vale ressaltar que desde então a Unesco não chama mais de teste de autenticidade e sim Declaração de Autenticidade, com o propósito de evitar qualquer compreensão errônea acerca da avaliação dos bens e de que esta declaração não se trata de uma avaliação puramente objetiva. A ideia que norteia por muito tempo o conceito de autenticidade, como aponta Jokilehto (2006), vem da noção de “verdade” e das características originais e posteriores do patrimônio cultural e dependem do grau em que as fontes de informação dos valores sejam críveis ou verdadeiras, mas também com as noções de continuidade e mudança. Noções complexas que possuem profundas e antigas discussões filosóficas que não pretendemos dar conta nesta pesquisa. Essa noção de verdade é perigosa e controversa, sobretudo pela maneira como Salvador Munõz-Viñas (2021) utiliza, falaremos disso mais adiante.

Neste sentido, para Jokilehto (2006), a autenticidade de uma obra estão intrinsecamente relacionadas à sua contribuição criativa e inovadora, de modo que a preservação da referida obra constitui um processo que demanda a compreensão e apreciação de múltiplos significados, não se restringindo à dimensão material. É imperativo salientar que essa apreciação se renova e se transforma à medida que o tempo transcorre, sendo estreitamente vinculada à sociedade que a contempla em determinado momento. Por isso, é importante ressaltar que a ideia de autenticidade na arquitetura não deve ser entendida de forma rígida e inflexível, uma vez que a arquitetura é uma forma de arte e pode evoluir e se adaptar a novos contextos e usos ao longo do tempo. Assim, a avaliação da autenticidade deve levar em conta não apenas a preservação do patrimônio cultural, mas também a necessidade de adaptação e atualização da arquitetura para atender às necessidades e demandas contemporâneas.

Paul Philippot, historiador de arte e especialista em museologia belga e ex-diretor do ICCROM, fez importantes contribuições para o estudo da autenticidade na arte. Em suas obras, ele defende a ideia de que a autenticidade é um conceito complexo e multifacetado que deve ser avaliado de forma ampla e cuidadosa, levando em conta não apenas a autoria, mas também com sua integridade material e espiritual e o contexto cultural e histórico da obra de arte. Philippot (2015), enfatiza a importância de se avaliar a autenticidade de uma obra de arte em relação ao contexto em que foi criada e ao contexto em que é apresentada.

Ele argumenta ainda, que a autenticidade não pode ser compreendida apenas em termos de autoria ou de materialidade, mas deve ser vista como uma questão mais ampla que inclui a relação entre a obra de arte e o espectador, bem como a história e o significado cultural da obra. Além disso, Philippot destacou a importância da autenticidade na preservação do patrimônio cultural. Ele argumentou que a autenticidade é fundamental para a compreensão e a preservação da história e da cultura de uma sociedade, e que a falta de autenticidade pode comprometer a integridade de um patrimônio cultural.

Em outras palavras e concordando com o exposto, Jokilehto avalia o quarto critério relacionado ao (OUV), e pontua que “ao lidar com um tipo de sítio vernacular, a autenticidade precisa ser verificada não apenas nas construções, mas também na continuidade da tradição, espírito e sentimento, ou seja, a qualidade mais intangível do lugar”⁴³ (JOKILEHTO, 2006, p.9, tradução nossa). O autor propõe assim, a “autenticidade por criação”, emergido como qualidade criativa e inovadora. Jokilehto define então três questões fundamentais para definição de autenticidade: (1) contribuição criativa e inovadora; (2) evidência documentais e materiais da história, baseados em um exame crítico de todos os aspectos relevantes e (3) contexto social. O autor divide assim sua análise em três momentos para verificação da autenticidade. No primeiro, ao tratar do processo criativo, ele relaciona a verificação da autenticidade do bem como sendo fruto de um processo criativo. Na segunda, a verificação da autenticidade está ligada à maneira como se compreende em que grau o objeto carrega em sua materialidade, por meio de provas documentais (forma e projeto, materiais e substâncias, uso e função, etc), os seus significados. O último ponto está diretamente ligado à sociedade que observa o bem em um dado momento, e reconhece seu significado como uma espécie de testemunho da sua história, ainda que apresente uma certa perda da autenticidade, mas que ainda mantém seu significado para as pessoas envolvida com o bem, apresentando portanto, valor simbólico e valor de testemunho. Reforçando o terceiro ponto proposto por Jokilehto, sobre a importância de se relacionar os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio sobre o tema Nabuo Ito escreve:

A relação entre cultura imaterial e o patrimônio cultural tangível, incluindo monumentos e sítios, é tão próxima que é impossível separar. A cultura intangível produz objetos culturais tangíveis que requerem cultura intangível. Essa relação deve ser comparada a uma corda torcida (ITO, Intangible Cultural Heritage Involved in Tangible Cultural Heritage. Japão, 2003, p.1)

Avançando nesse entendimento, e propondo uma análise mais crítica sobre o tema, Stovel (2007) discute sobre os problemas decorrentes da pouca compreensão e da distinção das noções de autenticidade e integridade. Em seu texto “*Effective use of authenticity and*

⁴³ Do original: When dealing with a vernacular type of site, authenticity would need to be verified not only in the constructions but also in the continuity of tradition, spirit and feeling, i.e. the more intangible qualities of the place.

integrity as world heritage qualifying conditions”, Stovel aponta que o conceito de autenticidade consagrado nos critérios de avaliação do patrimônio mundial em 1978 derivou-se da uma “condição de qualificação” norte americana aplicada desde 1953, onde a prevalecia a percepção contínua de que a autenticidade estava relacionada ao estado “original” de um lugar. O autor então questiona o entendimento que se tinha, de que a autenticidade estava relacionada ao estado original do bem e que esta constituía-se como um valor por si só sendo um valor absoluto usado para justificar a inclusão de um bem na Lista do patrimônio mundial. Em seu texto, o autor propõe ainda, diretrizes conceituais de aplicação dos conceitos de autenticidade e integridade com o intuito de melhor compreensão e uso do patrimônio mundial, entendendo que apesar de serem conceitos diferentes, são faces da mesma moeda. Assim, o autor sugere uma análise unificada das duas questões, tratando-as como uma única categoria em que a preocupação da sua análise consiste em reconhecer através desses critérios a capacidade do bem de transmitir significado e manter sua significância, com o objetivo de fortalecer a qualidade da análise para a nomeação da Lista do patrimônio mundial, e também a qualidade e o escopo de referências para a melhor gestão do patrimônio mundial.

Em seguida, o autor sugere um sistema com seis subsetores por meio dos quais a autenticidade/integridade devem ser avaliados: inteireza, estado intacto, genuinidade material, organização do espaço e forma, continuidade da função, continuidade do entorno. Esse grau de autenticidade/integridade deve ser avaliado em relação às tipologias em que o bem se enquadra: sítios arqueológicos, cidades históricas, monumentos e complexos arquitetônicos e paisagem cultural. Ainda que uma releitura das propostas da Unesco, o texto de Stovel (2007), contribui em grande medida ao introduzir novos conceitos e permitindo uma abordagem mais operacionalizada acerca dos conceitos de autenticidade e integridade. Cabe destacar que o autor apresenta suas ideias muito na dimensão da materialidade, contudo, consideramos que para uma apreensão mais ampla da noção de autenticidade se faz necessário incorporar aspectos intangíveis ligados ao bem.

Zechetti et al (2008), apresentam em seus estudos uma tentativa de sair do campo teórico e operacionalizar o conceito de autenticidade ao definirem aspectos a serem considerados ao avaliar a autenticidade de uma cidade: I) a cidade deve ser vista como um artefato humano coletivo; II) a cidade deve revelar uma singularidade e um caráter não-ordinário; III) a cidade deve ser compreendida enquanto referência para a percepção das suas particularidades. Os autores pontuam que em alguns casos essa autenticidade pode ser percebida em alguns espaços urbanos limitados desde que apresentem-se como: I) espaço enquanto criação; II) processo construtivo na história; III) capacidade expressiva atual.

Sobre o tema, Lira (2010) traz contribuições mais profícuas acerca da operacionalização da autenticidade e definições mais detalhadas sobre os aspectos a serem considerados na avaliação da autenticidade de cidades históricas. A autora afirma que a autenticidade deve extrapolar os aspectos de natureza exclusivamente material, e ainda afirma que a autenticidade não constitui uma característica inerente ao objeto, mas sim uma qualidade atribuída pelo sujeito, portanto, a verificação da autenticidade não se trata de uma avaliação direta e objetiva. Em suas pesquisas Lira (2010) apresenta três diferentes dimensões para o entendimento das noções de autenticidade: A primeira é a “dimensão construtiva”, relacionada com os processos do “saber fazer” mantidos do passado. Nessa dimensão a validação da autenticidade não está relacionado com a materialidade do bem, mas com os processos e ritos de construção e reconstrução, podendo ter validade temporais distintas, como o caso dos templos japoneses ou até reconstruções pós-guerra.

A segunda dimensão é a “objetiva”, relacionada com as características físico-materiais dos bens culturais. Aqui a verificação da autenticidade é pautada na ênfase dos aspectos materiais, sendo o objeto e o seu espaço documento do processo construtivo que o originou. Nesse caso, a autenticidade é verificada em sua dimensão objetiva, “a partir do invólucro e do espaço do próprio bem, posto ser neles que se encontram inscritas as transformações ocorridas ao longo do tempo” (LIRA, 2010, p.147). O cerne dessa dimensão quanto a verificação da autenticidade se assenta na forma pela qual a mudança ou a transformação acontece e por fim, a terceira dimensão ela define como “expressiva”, está relacionada com a forma como as pessoas experienciam e se relacionam com os bens. Nessa dimensão, considera-se que uma relação simbiótica se estabelece entre o ser humano e o bem cultural, onde esta relação é construída à proporção que indivíduos ou grupos sociais começam a apropriar-se dos lugares por intermédio do uso, fazendo com que em torno desses bens vá sendo criado significação cultural por meio da atribuição de valores e significados, onde a manutenção de usos e práticas tradicionais são atributos importantes para a percepção dessa dimensão. A autora parte da constatação de que há formas distintas da autenticidade se manifestar, e, que por consequência, formas distintas de examiná-la em cada bem, e, por fim, ela define autenticidade como:

O grau de genuinidade dos seus atributos tanto em termos físicos-materiais (dimensão objetiva), como em relação às dinâmicas sociais, culturais e históricas (dimensão construtiva e dimensão expressiva), relacionando-se à capacidade do bem expressar sua *significância cultural* de forma verdadeira (LIRA, 2017, p. 22).

Para pensar sobre autenticidade nos dias atuais, se faz oportuno pontuar o pensamento do geógrafo, David Lowenthal, em seu texto “*Authenticity: Rock of Faith or Quicksand Quagmire?*”

A autenticidade agora não está simplesmente em alguma fonte original, em algum momento fundador, em alguma primeira estrutura, mas em todo o palimpsesto

histórico e nos muitos processos de desenvolvimento temporal. A verdade não é mais inata aos vestígios mais antigos, às formas mais antigas, criações autóctones, continuidades firmes. Em vez disso, ela se insere em todo o fluxo de tempo que remodela continuamente cada objeto e ideia, estrutura e símbolo (LOWENTHAL, 1999, p.7).

Portanto, pensar na autenticidade tão somente sob a ótica dos seus aspectos físico-materiais, principalmente, para o caso de centros históricos urbanos que ostentam um alto grau de preservação da sua dimensão expressiva, porém, em contrapartida, apresentam elevado grau de descaracterização material, é fadar o local a um processo ainda maior de descaracterização e conseqüentemente a uma inevitável perda da sua significância. Ou seja, a autenticidade não deve ser adicionada simplesmente ao objeto, sendo por ele expressa, mas cabendo ao sujeito o seu reconhecimento.

Por outro lado, veremos o surgimento de uma outra visão da autenticidade abordada por Salvador Munõz-Viñas (2021), quando o autor identifica a existência de quatro formas de entendimento da autenticidade: I. *O Estado autêntico como o estado original*: definida com o que “tinha o objeto no momento em que produzido”⁴⁴; II. *O Estado autêntico como estado prístino*: estabelecido como: “o estado que o objeto deveria ter, ainda que, de fato, nunca o tenha tido”⁴⁵; III. *O Estado autêntico como o estado pretendido pelo autor*: como “forma mais parecida possível com o que o artista queria que fossem vista”⁴⁶; IV. *O Estado autêntico como estado atual*: que o autor afirma como a base da teoria contemporânea. Sobre os três primeiros entendimentos, é de fato verdade que em alguma medida estes continuam presentes em ações preservacionistas observadas na contemporaneidade, mas está claríssimo que tais entendimentos não acompanham o amadurecimento conceitual que já apresentamos aqui através de diversos autores. Sobre o IV entendimento, apesar do autor identificá-lo como “a base da teoria contemporânea”, sabemos que esta é uma ideia já consolidadas por Cesare Brandi, quando o autor afirma “[...] o único momento legítimo que se oferece para o ato da restauração é o do próprio presente da consciência observadora [...]” (BRANDI, 2004, p. 61).

As principais ideias que o autor propõe sobre a autenticidade se colocam demasiadamente subjetivas, principalmente quando o autor afirma que todo objeto apresenta um estado autêntico, e que não se trata de algo verdadeiro ou falso mas de uma questão de “pretensão de identidade” e que esta é “a maneira com que um sujeito pretende identificar um objeto” e continua “[...] não há objetos intrinsecamente falsos, mas objetos mal identificados. [...] assim, um bilhete falsificado ou mal datado é um autêntico bilhete falsificado” (MUÑOZ-VIÑAS, 2021, p.100-101).

⁴⁴ MUÑOZ-VIÑAS, 2021, p.91

⁴⁵ Ibid., p. 92

⁴⁶ Ibid., p. 92

Apesar de concordarmos com a complexidade que envolvem a utilização da noção de “verdade” associada ao termo autenticidade, o autor extrapola ao relativizar excessivamente a noção de termo quando afirma que:

Qualquer definição de estado historicamente autêntico de um objeto, coincidirá tão somente com aquele que uma ou várias pessoas opinem ou imaginem que deveria ser seu estado real, seu estado autêntico, seu Estado de Verdade, seu *protoestado*. [...] portanto, cada pessoa terá o seu estado autêntico preferido (MUÑOZ-VIÑAS, 2021, p.95). Definitivamente, o reconhecimento de que podem existir vários *protoestados* (que dependem de quem os estabelece e de suas ideias particulares) é, ou deveria ser, uma premissa fundamental em qualquer operação de Restauro (MUÑOZ-VIÑAS, 2021, p.97).

O que consideramos sobre a teoria proposta por Salvador Muñoz-Viñas é que esta precisa ser devidamente analisada, contextualizada e relativizada, evitando a popularização da ideia de uma suposta superação dos conceitos abordados nas teorias anteriores e que são absolutamente importantes para a reflexão acerca da preservação patrimonial como explica Vieira-de-Araujo (2022), “a questão está em perceber as possíveis consequências de um relativismo quase que absoluto e quais as consequências dessa ‘cultura do imaterial’ para tratamento do material em si” (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p. 138).

Apesar das críticas que delineamos sobre a maneira alargada que o autor entende o conceito de autenticidade, pois consideramos que a supervalorização desse relativismo a respeito desse conceito pode trazer ainda mais confusão para um assunto já bastante complexo, podemos perceber, contudo, algumas aproximações entre a teoria brandiana e a de Muñoz-Viñas, principalmente quando o autor espanhol afirma que a verificação da autenticidade não é o resultado direto de uma análise objetiva da matéria do artefato, mas é fruto da percepção que a mente humana tem sobre ele. Assim, mesmo o autor intitulado a sua obra como a “*Teoría Contemporánea de la Restauración*” veremos ao longo do transcorrer do seu livro muitas das idéias fundamentadas por Cesare Brandi em suas colocações, vale portanto nesse momento darmos um passo atrás na cronologia para retornarmos aos pensamentos brandianos com um pouco mais de atenção.

Como vimos no item 1.1.4 *A Teoria da Restauração* de Cesare Brandi, tem um papel importante na conservação ao definir o restauro como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” (BRANDI, 1963, p. 30). Sabemos que muitas das contribuições propostas por Brandi foi influenciada pelas ideias de Riegl, e está se baseia na construção da noção de um “juízo crítico” fazendo de Brandi um dos precursores do “Restauro Crítico”. Um dos pontos, além do que já destacamos nesta pesquisa, e que vale a pena ressaltar é o conceito de “unidade potencial” proposto na sua teoria, uma vez que traz foco para a questão do trato simultâneo da questão da autenticidade

com a integridade⁴⁷ quando se trabalha com a questão da conservação de bens culturais. Sobretudo com a noção de integridade, que veremos a seguir no item 1.2.2. A teoria brandiana se coloca irrestritamente atual como afirma (VIEIRA-DE-ARAÚJO; LIRA, 2020):

Neste aspecto a teoria brandiana revela-se absolutamente atual. A ideia de uma integridade dinâmica, não estacionária no momento da criação, nos obriga a olhar duplamente o bem a ser objeto de intervenção: seu processo de transformação no tempo e as marcas deixadas por tais transformações em suas matéria e imagem (VIEIRA-DE-ARAÚJO; LIRA, 2020, p. 89).

Além das questões relativas a autenticidade e a integridade, a teoria brandiana lança luz à ideia da preservação como um “ato de cultura” a partir do entendimento de que a restauração de um bem deve ser pautada na atribuição de valores pelos sujeitos envolvidos. De acordo com (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022):

Apesar de a teoria da restauração proposta por Cesare Brandi no anos 1960 conceituar explicitamente o restauro direcionado às obras de arte, diante do que já é passível de ser considerado e reconhecido enquanto patrimônio cultural, é ponto consensual que não podemos entender apenas as obras de arte como objetos de conservação. Entendemos, entretanto, que essa ampliação não invalida princípios de atuação na prática conservacionista propostos pela teoria crítica brandiana (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022, p.134-135).

Por isso, consideramos as críticas que Muñoz-Viñas tece sobre a teoria brandiana, no mínimo, precipitadas quando ele afirma que: “Este texto foi publicado em 1963 e sua linguagem crítica e ambígua tem fomentado o desenvolvimento de múltiplas exegeses de natureza mais ou menos criativa”⁴⁸, ou, “Este enfoque tem sérias limitações [...] definir o que é arte e o que não é pode resultar insuportavelmente complexo”⁴⁹, e ainda, “A Restauração”⁵⁰ se ocupa de muitas coisas e restringi-la às obras de arte é uma simplificação excessiva”⁵¹. No entanto sabemos que a abordagem fenomenológica sobre as questões do restauro utilizada por Cesare Brandi, se aproxima do entendimento de Restauro proposto por Muñoz-Viñas “[...] a Restauração se define em função de seus objetos, mas defende que o que caracteriza esses objetos são aspectos de tipo subjetivo, estabelecidos pela pessoa e não inerentes aos próprios objetos”(MUÑOZ-VIÑAS, 2022, p. 46). Sabemos que, proficuamente, Brandi encerra sua Teoria da Restauração deixando claro que não existe restauro absoluto, pois este é um ato de cultura.

Consideramos portanto, um equívoco tentar separar as “teorias clássicas” da chamada “teoria contemporânea” uma vez que enxergamos que estamos em contínuo debate e amadurecimento teórico, dentro de um campo de reflexão que deve ser entendido de forma

⁴⁷ Noções que serão posteriormente discutidas e amadurecidas por outros autores como Stovel, Jokilehto, Lira entre outros.

⁴⁸ MUÑOZ-VIÑAS, 2021, p.31

⁴⁹ Ibid., p. 32

⁵⁰ Vale destacar que o autor faz distinção na grafia da palavra Restauração com “R” maiúsculo para defini-la como a atividade própria do restaurador, ou seja, como a restauração propriamente dita, e a palavra com o “r” minúsculo é empregada pelo autor no sentido amplo, isto é, como sinônimo de conservação.

⁵¹ Ibid., p. 33

fluída e em permanente atualização, no qual colocar uma linha divisório seria contraproducente (VIEIRA-DE-ARAÚJO, LIRA, 2020).

Não obstante os significativos progressos que têm sido alcançados no tocante às questões relacionadas à conceituação da autenticidade no âmbito patrimonial, a operacionalização efetiva deste conceito ainda se revela um processo difícil, haja vista a complexidade da sua conceituação e das noções que a fundamentam, como por exemplo as noções já mencionadas de “verdade” ou “falsidade”, que, por sua vez, depende de um juízo de valor. Neste contexto, é possível observar a predominância da abordagem físico-material quando se avalia a autenticidade em áreas patrimoniais, o que no entanto, não se coaduna ou favorece o entendimento de áreas complexas, que necessitam de uma abordagem mais sensível, e que incorporem noções intersubjetivas, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa, os dois bairros irmãos de Santo Antônio e São José, localizados no Recife. Esses bairros desempenham um papel fundamental na tessitura da história e cultura da cidade. Com suas ruelas sinuosas, edificações centenárias e ambientes multifacetados, essas áreas desvelam as camadas da identidade recifense, encapsulando tanto o pulsar do passado quanto as demandas contemporâneas. A maneira pela qual compreendemos e interpretamos os bairros de Santo Antônio e São José quanto à autenticidade que lhes é atribuída encontra-se primordialmente vinculada às noções contemporâneas aqui expostas, que compreendem a necessidade de se realizar uma leitura intersubjetiva acerca do tema, a fim de contemplar os aspectos relacionais e experiências que envolvem a interação entre sujeito e objeto, bem como a relação simbiótica entre os aspectos tangíveis e intangíveis. Falaremos mais sobre os bairros no capítulo 3.

1.2.2. A essência do tempo: a Integridade como guardiã da significância cultural

Além da autenticidade, outro conceito fundamental para avaliação das ações patrimoniais é o conceito de integridade. Sendo este um conceito que passou a fazer parte da conservação do patrimônio urbano a partir da sua utilização primeira nos sistemas naturais, onde segundo a Unesco (2005), o conceito de integridade está ligado à ideia de inteireza e estado intacto do patrimônio natural e cultural e seus atributos. Embora não haja dúvida de que os conceitos de autenticidade e integridade apresentem diferenças entre si, é evidente a existência de sobreposições que requerem uma melhor clareza para a compreensão e aplicação dessas noções no âmbito da preservação de patrimônio cultural.⁵²

Tão antigo quanto a noção de autenticidade, o conceito de integridade começou a ser debatido primeiramente no âmbito estadunidense no ano de 1949, por um historiador do

⁵² Muitas vezes citados em conjunto e sem clareza sobre as especificidades, além da existência de propostas como a de Stovel onde o autor sugere, de fato, uma análise unificada das duas questões, tratando-as como uma única categoria.

NPS, como identifica Loretto, (2016). Conforme afirma a autora, esse documento apresentava procedimentos para classificação e proteção do patrimônio arquitetônico dos Estados Unidos. Segundo ela, o documento apresentava critérios para identificação desses lugares que se caracterizavam, principalmente, pela presença de estruturas originais e que fossem naturalmente bases da história e da cultura norte-americana. Loretto (2016), ao falar sobre esse documento, afirma:

Dentro desse sistema, a integridade era considerada a qualidade patrimonial que também assegurava a existência material de traços do elemento que seriam preservados. Envolveria então o trabalho humano original, a localização original, e os elementos intangíveis de sentimento e associação (LORETTO, 2016, p. 148).

Esses preceitos foram, de maneira semelhante, postos no manual administrativo do NPS em 1953, e no Registro Nacional de Lugares Históricos dos Estados Unidos, em 1966, convergindo em grande medida com os critérios adotados pelo Icomos, como identifica Loretto, (2016). A autora revela que dois membros do comitê estadunidense apresentaram ao Icomos as condições pelas quais os elementos culturais deveriam atender para se tornar elegíveis para a lista. Nesse contexto, foi proposto que o patrimônio além de ser enquadrado no critério de excepcionalidade, também apresentasse a qualidade de unidade e inteireza no que concerne o ambiente, à função, ao design, aos materiais, aos trabalho humano e à condição, sendo a integridade sugerida de forma contundente como critério para a qualidade de excepcionalidade, prevalecendo essa ênfase da integridade até os dias de hoje. De acordo com Loretto (2016) o guia elaborado pela NPS em 1995 intitulado “How to Apply the National Register. Criteria for Evaluation” ainda vigente destaca:

A integridade é a habilidade do objeto ou área em transmitir significado por meio dos seus elementos físicos, sendo essa avaliação obtida a partir de um julgamento subjetivo, ainda que baseada em elementos materiais. A avaliação da integridade deve sempre estar fundamentada em uma compreensão das características dos atributos e no modo pelo qual eles se relacionam com os significados. A integridade encontra-se então definida por sete aspectos que podem se combinar de inúmeras formas, sendo eles: localização, design, ambiente, obra, sentimento e associação (LORETTO, 2019, p. 147).

Portanto, foi a partir do aprimoramento do sistema norte-americano que o conceito de integridade foi progressivamente sendo incorporando às referências da Unesco, estabelecendo, em 2005, que para um bem ser reconhecido com valor universal excepcional, é imprescindível que este esteja em conformidade com as condições de integridade e/ou autenticidade e que conte com um sistema adequado de proteção e gestão para garantir a sua salvaguarda. Diante disso, o órgão define integridade:

A integridade é uma medida da totalidade e do caráter intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos. Estudar as condições de integridade exige, portanto, que se examine em que medida o bem: a) inclui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excepcional; b) é de dimensão adequada para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem; c) padece dos efeitos adversos do desenvolvimento e/ou da negligência (UNESCO, WHC, 2021, §88, p.33).

Ainda que a integridade não apareça de forma clara ou específica, fica evidente a preocupação com a materialidade do objeto, representadas em duas noções basilares como a noção de inteireza e de caráter intacto (Stovel, 2007). A ideia de inteireza está relacionada, em certa medida, com as discussões sobre a autenticidade do bem cultural, uma vez que diz respeito à capacidade de seus atributos expressarem e transmitirem, com credibilidade, sua significância. Nessa dimensão, deve-se levar em conta os debates em torno da autenticidade material e conceitual do bem cultural, assim como a relação entre suas características e o contexto em que está inserido.

Já a segunda noção abrange o aspecto do estado físico da edificação e dos seus atributos significativos. Nesse sentido, é fundamental garantir que o bem cultural esteja em boas condições e tenha seu processo de deterioração controlado, de forma a preservar seus atributos materiais e imateriais. Essa dimensão também envolve a adoção de medidas de conservação e restauração adequadas, que respeitem a autenticidade do bem cultural e suas características históricas e culturais. Portanto, a avaliação da integridade do patrimônio cultural requer uma abordagem integrada e cuidadosa, que considere as múltiplas dimensões envolvidas na preservação e valorização desses bens culturais.

A Unesco continua para os bens nomeados sob os critérios (i) e (vi):

O tecido físico do bem e/ou as suas características significativas devem encontrar-se em bom estado, e o impacto dos processos de deterioração deverá estar controlado. Deve incluir uma percentagem importante de elementos necessários à transmissão da totalidade dos valores que o bem representa. As relações e as funções dinâmicas presentes nas paisagens culturais, cidades históricas ou outras propriedades habitadas, essenciais ao seu carácter distintivo, devem igualmente ser mantidas (UNESCO, WHC, 2021, §89, p.34)

Nesse sentido, consideramos que avaliar as condições de integridade de um bem cultural, é tentar compreender a extensão em que este se encontra em consonância com os elementos que lhe conferem valor universal excepcional, bem como sua capacidade de expressar de maneira plena e significativa a sua importância histórica, cultural e social. Em outras palavras, a avaliação da integridade de um bem cultural implica em considerar a totalidade de seus atributos, bem como o contexto cultural e físico em que se insere, de forma a garantir a preservação de sua autenticidade e relevância para as gerações presentes e futuras.

Ao refletir sobre o tema, e analisar diversos aspectos relacionados à integridade em outras partes do mundo, além da Europa, onde a importância da nomeação do Patrimônio Mundial era reforçada por um exame aprofundado da integridade à luz de seus valores, Jokilehto (2006), propõem uma abordagem diferente da Unesco. O autor destaca a avaliação da integridade baseando-se em três dimensões: (1) integridade sociofuncional - relacionada com a identificação, as funções e os processos nos quais a evolução do bem passou ao longo

do tempo, associados às interações na sociedade, respostas espirituais, utilização de recursos naturais e movimento de povos; (2) integridade estrutural - referindo-se aquilo que sobreviveu de sua evolução ao longo do tempo, onde estes elementos prestam testemunhos da respostas criativa e da continuidade na construção das estruturas dão sentido ao espaço ambiental da área; (3) integridade visual - relacionada aos aspectos estéticos representativos de uma área. Considerando que a integridade está relacionada à identificação das condições funcionais e históricas de um sítio cultural ou natural, Jokilehto (2006), toma essas três dimensões como base para o desenvolvimento de um sistema de gestão capaz de garantir que os valores associados ao patrimônio não sejam prejudicados. Sendo assim, a verificação da integridade do patrimônio cultural, seja em termos materiais ou em sua dinâmica social, está diretamente relacionada ao grau em que os atributos característicos do bem cultural são preservados e aos processos responsáveis pela atribuição de valores a eles conferidos.

Para Silva (2012), a avaliação da integridade está associada ao sentido de continuidade e no quanto se é possível compreender e visualizar o “Documento – Edifício/Referência (D-E/R)⁵³” - que representa o edifício no seu contexto histórico e o seu material é a referência para avaliar a autenticidade - pela forma e para aquele momento presente do julgamento e não pelas reminiscências físicas. A autora ainda reforça a importância de um novo julgamento futuro, quando for necessário, levando-se em conta os diversos estágios da história que o bem tenha passado.

Não é uma integridade estacionada no momento da concepção do projeto, nem mesmo no edifício recém-construído, mas considera o percurso ao longo de sua história. É um conceito já presente nas fundamentações teóricas de Boito e Brandi, as quais têm continuidade nos pensamentos contemporâneos da conservação. A integridade de uma edificação, portanto, é a sua habilidade de transmitir sua significância (SILVA, 2012, p.33).

Um enfoque importante quando trabalhamos a conceito de integridade diz respeito à noção de completude e o quanto um atributo é capaz de transmitir a totalidade dos seus valores e a sua significância. Por muito tempo a noção de integridade esteve enraizada exclusivamente na matéria, contudo, visões mais recentes apresentaram perspectivas diferentes, fundamentadas da ideia de “circunstância”, uma vez que os atributos devem ser interpretados em seus contextos histórico-culturais a fim de transmitirem seus reais significados.

Conforme preconizado por Zancheti e Hidaka (2010), em plena sintonia com a visão da conservadora canadense Miriam Clavir, é imprescindível que a avaliação da integridade

⁵³ Com relação à definição do nível com em quem os atributos incorporam os valores, propõe-se que esse se dê mediante uma análise comparativa entre o Edifício Atual (aquele que se deseja analisar) e um Documento – Edifício/Referência (D-E/R). Para a definição do D-E/R, inicialmente, identifica-se a configuração do Edifício Atual *as created* e, em seguida, avalia-se se existem alterações que possuem significância. Em caso afirmativo, elas fazem parte do contexto histórico do edifício e farão parte do DE/ R. O D-E/R é o parâmetro de comparação (SILVA, 2012, p. 32).

do patrimônio transcenda as barreiras impostas pela materialidade, devendo considerar, igualmente, o ambiente cultural em que o objeto foi concebido, assim como o contexto histórico, social e econômico que o envolveu. É preciso reconhecer que o patrimônio cultural não é uma mera coleção de objetos, mas sim um conjunto de valores que se refletem nas diferentes dimensões do patrimônio, tais como a arquitetura, a paisagem urbana, a tradição oral, entre outros. Nesse sentido, é fundamental que se leve em conta o significado simbólico, o contexto e a memória coletiva associados ao patrimônio cultural, de modo a garantir a sua preservação e fruição por todas as gerações.

Neste sentido, concordamos com o exposto por Zancheti e Hidaka (2010), ao definirem integridade como o “nível em que os atributos do patrimônio incorporam os valores de uma forma completa, total e segura, tendo em consideração os seus contextos passados e presentes” (ZANCHETI E HIDAKA, 2010, p. 39).

A partir desse amadurecimento quanto a noção de integridade Lira (2017), traz a seguinte definição sobre integridade:

A integridade relaciona-se à capacidade dos atributos do bem de transmitir sua significância. Importa salientar que não diz respeito a uma integridade estacionada no momento de concepção do bem, mas leva em conta suas transformações na história. Está relacionada à manutenção no tempo dos elementos físicos e dinâmicas necessários para se contar a história do bem (LIRA, 2017, p. 22).

Sabemos que a verificação da integridade, após o amadurecimento da sua noção, está diretamente relacionada com o grau em que o bem cultural, em sua matéria e em sua dinâmica social, detém seus atributos característicos e os processos responsáveis pela atribuição de significados ao bem. Percebemos, ainda, que apesar dos diversos conceitos e estudos apresentados sobre as noções de autenticidade e de integridade, existe uma dificuldade prática em tratar os dois conceitos separadamente.

Segundo a análise de Silva (2012), a integridade e a autenticidade são conceitos que se interligam na preservação do patrimônio cultural. A integridade está relacionada à completude dos atributos e a sua capacidade em expressar diretamente a sua significância, bem como a sua condição de manter-se intacto e em seu contexto original. Em outras palavras, ser íntegro implica que um atributo está ligado diretamente com a significância e que por consequência esse atributo precisa existir fisicamente de forma completa permanecendo intactos e coerentes com o seu contexto, garantindo assim a continuidade do cenário que lhes confere valor histórico e cultural.

Quando se trata de atributos imateriais, como forma e técnica, o princípio da distinguibilidade é o que confere autenticidade. Embora a integridade seja uma condição necessária para a autenticidade, ela não é suficiente por si só. Consequentemente, para preservar adequadamente o patrimônio cultural, é essencial levar em consideração tanto a

integridade quanto a autenticidade em conjunto. Assim, para Silva (2012), “é por meio da integridade que o valor é expresso e por meio da autenticidade que o valor é reconhecido”. (SILVA, 2012, p.60).

No âmbito desta pesquisa, compreendemos a integridade como a medida em que os atributos se incorporam plenamente aos seus valores, assegurando a sua completa e segura preservação no tempo e espaço. Entendendo que a integridade não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve levar em conta os contextos passados e presentes do patrimônio, a fim de garantir a sua autenticidade e valor histórico. Nesse sentido, a integridade se relaciona diretamente com a concepção do patrimônio cultural como uma herança coletiva, que transcende o seu valor material, abrangendo também os valores simbólicos, culturais e sociais que elas representam. Por isso, a avaliação da integridade é uma questão crucial na gestão do patrimônio cultural, pois permite garantir a sua preservação e transmitir o seu legado às futuras gerações.

Embora seja inegável que a integridade e a autenticidade são conceitos distintos, é importante destacar que as relações imbricadas e as sobreposições que existem entre eles ainda são de difícil superação, principalmente quando se trata de aplicá-los nas práticas projetuais e na gestão da conservação de bens culturais, sobretudo em sítios históricos urbanos com intensa dinâmica social. Por isso, mesmo que metodologicamente sejam tratados como aspectos separados nessa pesquisa, é conveniente salientar que a separação desses conceitos, assim como a separação do conceito de significância cultural, não corresponde à realidade concreta em que a dinâmica patrimonial se articula, uma vez que interferir em um deles é necessariamente interferir também nos outros dois. Dessa forma, é fundamental compreender como esses conceitos se relacionam entre si e como podem ser aplicados de forma integrada e complementar na preservação do patrimônio cultural.

É importante destacar o amadurecimento teórico sofrido ao longo das últimas décadas tanto no entendimento de autenticidade quanto de integridade. Na contemporaneidade, ambos estão permeados pela reflexão sobre a relação entre os sujeitos e os bens culturais, ou seja, pela valoração de tais bens. Assim, quando argumentamos sobre a pertinência de tais conceitos para a discussão contemporânea, é preciso que fique claro que estamos considerando este processo de amadurecimento. Esta observação faz-se necessária quando vemos muitos autores utilizando tais conceitos, ou mesmo concentrando suas críticas sobre estes conceitos, a partir da visão sobre os mesmos predominante no contexto das décadas de 70 e 80.

1.2.3. Os segredos revelados da “alma” do patrimônio: a epistemologia da significância cultural

Ao longo das últimas décadas, a teoria da conservação tem se expandido, amadurecido e ultrapassado valores absolutos, redefinindo a relação entre o sujeito - homem e comunidade - e o objeto - bem cultural. Nessa perspectiva, a conservação não é apenas uma questão técnica, mas também uma prática social, que se relaciona com a cultura e com a identidade de um povo, sendo essencial considerar os aspectos históricos, estéticos e sociais do bem cultural em questão. Com isso, a preservação do patrimônio cultural tem se tornado um processo mais complexo e desafiador, que exige o engajamento da sociedade em sua totalidade e o reconhecimento da importância da conservação para a construção de uma memória coletiva que legitima a própria existência do homem.

Partindo da premissa de que, cada vez que uma obra de arte é contemplada ela é compreendida de forma distinta, a teoria brandiana assume que os valores atribuídos e as intervenções realizadas sobre o patrimônio histórico não podem ser fixos ou preestabelecidos. Nesse sentido, a compreensão da obra de arte é mutável e evolui constantemente, demandando uma abordagem flexível e adaptativa no que se refere à sua preservação e conservação. A teoria de Brandi, portanto, sugere que a intervenção sobre o patrimônio histórico deve ser guiada pelo entendimento da obra em sua totalidade, entendendo que cada obra apresenta a sua particularidade, e, considerando tanto seus aspectos materiais quanto imateriais, e pela busca por uma adequada integração do patrimônio no contexto social e cultural em que está inserido respeitando a autenticidade e a integridade do bem envolvido.

Na perspectiva dessa definição, é notável que a atribuição de valor a um bem patrimonial se constitui em três momentos interdependentes: o da sua criação no passado, o de sua restauração no presente e o de sua perpetuação para as gerações futuras. Tal abordagem implica reconhecer que o valor de um bem cultural é resultado de uma constante construção social e histórica, em que a obra é dotada de novos significados e interpretações ao longo do tempo, e que a intervenção humana na preservação e manutenção do bem é crucial para a sua continuidade e perenidade.

Neste sentido, vale também destacar os pontos importantes de contribuição da teoria de Salvador Muñoz-Viñas, que enfatiza que o restauro deve ser entendido como um processo histórico e social que visa preservar a materialidade e a significância cultural do patrimônio, levando em consideração as mudanças e transformações que ocorrem ao longo do tempo. Nessa abordagem, a intervenção no patrimônio deve ser conduzida com cautela e moderação, buscando minimizar o impacto sobre o bem cultural. O autor segue no

amadurecimento do reconhecimento da necessidade de interação entre diversos atores envolvidos no processo de preservação do patrimônio cultural, alargando o conceito de "partes interessadas" para além dos especialistas e representantes estatais, incluindo também os usuários, clientes, investidores e qualquer pessoa que atribua significado ao bem cultural em questão. Muñoz-Viñas defende que os valores culturais são resultantes de processos intersubjetivos, e que sua preservação depende da consideração e diálogo com todas as partes envolvidas. Dessa forma, a teoria do restauro de Muñoz-Viñas coloca a importância do patrimônio cultural não apenas como um objeto de estudo, mas também como uma prática social que envolve a participação e colaboração de diversos atores e consideramos esta a sua maior contribuição.

Portanto, consideramos que a adoção da perspectiva fenomenológica, que engloba a relação entre o sujeito e o bem cultural, se apresenta como a via propícia para enfrentar os desafios concernentes à operacionalização de uma prática preservacionista que transcenda a mera materialidade do bem, abarcando a superação da dicotomia entre as correntes brandianas e pós-modernistas no campo da conservação. Desse modo, é essencial reconhecer que a transição do cientificismo para uma abordagem restaurativa de caráter subjetivo teve seu início com Riegl e se consolidou com Brandi. Mediante tal perspectiva, podemos corroborar que, desde a segunda metade do século XX até os dias contemporâneos, a relevância cultural tem sido um tema em constante crescimento.

Diante desse paradigma, é possível afirmar, que três são as noções que balizam a gestão da conservação do patrimônio cultural na contemporaneidade: autenticidade, integridade e significância cultural, interrelação que é ressaltada com maestria nas pesquisas de Flaviana Lira, apesar das críticas sobre autenticidade delineadas por Salvador Muñoz-Viñas, como já vimos. Essas noções constituem a base para a proteção e a gestão do patrimônio cultural, garantindo sua preservação para as gerações futuras. Contudo, as discussões acerca do conceito de significância cultural na preservação histórica podem ser verificadas, segundo os pesquisadores Tainter e Lucas (1983), desde a década de 1920 nos Estados Unidos. Em um dos primeiros estudos críticos sobre a noção de significância intitulado *Epistemology of the Significance Concept*, os autores analisam legislações federais norte-americanas e os debates acerca do tema da conservação naquele momento. Os autores afirmam que a significância cultural era um conceito ainda ambíguo e vago, definido ideologicamente por especialistas com o objetivo de selecionar locais e edificações históricas que apresentavam valor associativo⁵⁴ e qualidades arquitetônicas, culturais e artísticas únicas ou incomparáveis para a comunidade norte-americana.

⁵⁴ Um valor que estava associado a figuras-chaves e/ou a eventos importantes da história norte-americana.

De acordo com Tainter e Lucas (1983), os sítios, edifícios e objetos que estavam de alguma maneira relacionados com algum nome ou fato importante na história do povo americano, eram os pontos base a partir dos quais os amplos aspectos da história ou da pré-história da vida norte-americana podem ser apresentados, sendo essas áreas significativas pela sua qualidade singular ou excepcional. Nesse estudo os autores pontuam os princípios adotados em 1935 pela Lei de sítios históricos, a revisão e ampliação dos critérios elaborados pelo National Trust em 1956, e a aprovação do Ato de preservação histórica nacional em 1966 no qual estabeleceu um Registro Nacional de Lugares Históricos com a finalidade de listar propriedades significativas na história dos Estados Unidos fossem elas arquitetônicas, arqueológicas ou culturais.

Os pesquisadores identificam mal-entendidos, incertezas e ambiguidades nos critérios de elegibilidade de um bem como sendo significativo, discordando da postura adotada pelos escritores de tais regulamentos pois da forma como estava sendo definida a noção de significância era ambígua e difícil de vigorar. A visão de significância traçada pelos critérios de 1934 afirma que os sítios podem possuir “qualidades intrínsecas”, o padrões propostos pelo Conselho Nacional em 1949 afirmam que os sítios podem “possuir” associações históricas importantes, enquanto a revisão elaborada pelo National Trust em 1956 observa que alguns sítios podem ser “inerentemente valiosos”. Nesse sentido, os autores reforçam que “a visão da significância que foi estabelecida nas leis e regulamentos federais repousam sobre a suposição de que a significância é uma característica inerente; um bem cultural a possui ou não a possui.”⁵⁵

Os autores apontam ainda que essa visão da significância reflete a forte influência da tradição filosófica ocidental conhecida como empírico-positivista, que influenciou grande parte dos teóricos da conservação, que por muito tempo consideraram os valores e a significância como elementos ou atributos intrínsecos ao bem. Segundo os autores, essa visão sugere que “ todos os termos ou declarações significativas são entendidos diretamente com base na experiência ou definidos com referência a termos ou declarações assim compreendidos”.⁵⁶ Em outras palavras, um bem só é considerado significativo se for empiricamente verificável, isto é, “se seu significado for determinado pela correlação com

⁵⁵ Do original em inglês: “*The view of significance that has been established in federal law and regulation rests on the assumption that significance is an inherent characteristic; a cultural property either possesses or lack it*” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p. 710, tradução nossa).

⁵⁶ Do original em inglês: “*that all meaningful terms or statements are either understood directly on the basis of experience, or defined with reference to terms or statements that are so understood*” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p.711, tradução nossa).

algum estado de coisas observáveis”⁵⁷. Assim, na visão empírico-positivista, a significação estará presente no bem cultural e não na mente do observador.

De acordo com os autores, ao se estabelecer que o significado encontra-se intrinsecamente imutável e fixado ao objeto da percepção, tal argumento entra em contraposição direta com as bases teóricas e experiências antropológicas fundamentais. Aos olhos de qualquer indivíduo familiarizado com a pluralidade transcultural dos sistemas simbólicos, torna-se claro que o significado é uma atribuição da mente humana, não algo inalterável e preestabelecido. Considerando que o significado é conferido em vez de estar enraizado em propriedades inerentes, torna-se evidente que o significado está sujeito a variações entre os indivíduos e a mudanças ao longo do tempo. Diante disso Tainter e Lucas(1983), afirmam:

Aqui, como veremos, reside a falha no conceito de significância histórica. Não podemos falar de significância como um atributo inerente aos bens culturais, esperando apenas para ser discernido (mesmo que seja exatamente isso que a legislação e os regulamentos federais nos obrigam a fazer). Significância, ao contrário, é uma qualidade que atribuímos a um recurso cultural com base no quadro teórico dentro do qual estamos pensando. (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p.714, tradução nossa).⁵⁸

Portanto, para esses autores, o conceito de significância é complexo e envolve tanto fatores objetivos, quanto subjetivos, e sua compreensão requer uma abordagem interdisciplinar e crítica. A partir desse entendimento os autores trazem críticas contundentes à posição empírico-positivista, alegando que nesse pensamento o conhecimento e o significado se dá unicamente pela experiência e que esta, sendo intrínseca ao objeto, é, portanto, objetiva e por isso a percepção do significado deve ser a mesma para todas as pessoas. Para Tainter e Lucas, essa visão objetiva é indiscutivelmente espúria. “Não fornece nem uma história precisa da ciência, nem uma base sólida para o método científico. A noção de experiência objetiva do mundo é um mito irrealista e inalcançável”⁵⁹.

Nesse sentido, os autores se deparam com uma abordagem da significância que, em determinado momento, se diferencia entre as instituições de salvaguarda estadunidenses e as percepções compartilhadas por eles próprios, assim como por outros teóricos da conservação. Enquanto os pesquisadores enxergam a significância como um atributo que é atribuído ao bem em questão por atores sociais relevantes, as instituições de salvaguarda estadunidenses adotam uma perspectiva distinta, concebendo a significância como algo já

⁵⁷ Do original em inglês: “that is, if its meaning is “determined by correlation with some observable state of affairs” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p.711, tradução nossa).

⁵⁸ Do original em inglês: “Here, as we shall see, lies the flaw in the historic significance concept. We cannot speak of significance as an inherent attribute of cultural properties, waiting only to be discerned (even though this is precisely what the federal legislation and regulations require us to do). Significance, rather, is a quality that we assign to a cultural resource based on the theoretical framework within which we happen to be thinking”.

⁵⁹ Do original em inglês: “it provides neither an accurate history of science, nor a sound basis for scientific method. The notion of objective experiences of the world is an unrealistic and unobtainable myth” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p.713, tradução nossa).

estabelecido de antemão. Os autores argumentam que a significância “é uma qualidade que atribuímos a um bem cultural com base no arcabouço teórico dentro do qual estamos pensando”⁶⁰. Para eles, a significância cultural é um conceito que se refere ao valor atribuído a um bem cultural em uma determinada sociedade e momento histórico, sendo influenciado por fatores como sua antiguidade, raridade, autenticidade, beleza, funcionalidade e relação com a identidade cultural. Eles destacam que, embora esses fatores objetivos possam ser identificados e mensurados, a atribuição de significância cultural também é influenciada por fatores subjetivos, como as experiências e perspectivas individuais e coletivas. Nesse sentido, os autores enfatizam a necessidade de uma abordagem crítica na avaliação da significância cultural, que considere tanto as dimensões objetivas quanto subjetivas e evite a imposição de valores ou perspectivas hegemônicas. Na realidade, a significância deve ser compreendida como fruto dos valores e significados atribuídos ao bem, por atores sociais. Além disso, “se a significância é atribuída, ao invés de inerente, então, assim como os sentidos, pode variar entre indivíduos e se transformar com o tempo”.⁶¹ Neste sentido, podemos afirmar que as críticas apresentadas por esses autores estão em consonância com as principais diretrizes da Carta de Burra, conforme apresentado no 1.2.

Desta forma, garantindo uma abordagem inclusiva e participativa, busca-se evitar a concentração do poder de atribuição de significância exclusivamente nas mãos dos especialistas, reconhecendo a importância dos diversos grupos de atores sociais na definição dos valores patrimoniais. A consulta ampla e contínua aos diferentes segmentos da sociedade propicia uma compreensão mais abrangente e representativa da significância, levando em conta a pluralidade de perspectivas e experiências que moldam a relação com o patrimônio urbano. Ao considerar a mutabilidade das percepções e valores ao longo do tempo, a revisão constante da significância se torna uma prática essencial para a preservação e valorização adequada do patrimônio, assegurando a sua relevância contínua para as gerações presentes e futuras, (TAINTER; LUCAS, 1983).

Já pelo final da década de 1990, houve um certo alargamento no debate sobre as noções de significância, onde a mesma já era apontada em 1997 pelo NPS através do Boletim do Registro Nacional como um instrumento de conservação como afirma Valentim, (2020). Em 1999, a carta de Burra já estava na sua quarta revisão em consequência das discussões sobre o tema no âmbito da teoria da conservação. Uma coletânea de textos sobre significância, produzidos em 1998 por pesquisadores estadunidenses e organizado por Michael Tomlan, intitulado “*Preservation of what, for whom? A critical look at historical*

⁶⁰ Do original em inglês: “Significance, rather, is a quality that we assign to a cultural resource based on the theoretical framework within which we happen to be thinking” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p.714, tradução nossa).

⁶¹ Do original em inglês: “If significance is assigned, rather than inherent, then, like meaning, it can vary between individuals and change through time” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p.714, tradução nossa).

significance” trazem profícuas contribuições a respeito do tema da significância. Um deles é o pesquisador Howard Green, com o seu texto “*The Social Construction of Historical Significance*”.

Green (1998), em sua abordagem, percebe a significância cultural como resultante de uma intrincada construção social, emergindo da interação de diversos grupos de atores sociais. Nesse sentido, ele enfatiza que a determinação da significância não deve ser restrita exclusivamente aos especialistas da conservação, e sim através de um amplo processo social e político. Segundo o autor:

Significância é frequentemente usada como sinônimo de importância [...] O termo significância está enraizado no latim para ‘signo’; e chega até nós através da palavra ‘significa’; que quer dizer agir como um signo, ou carregar significado. Significância é a qualidade de transmitir algum significado especial ou importante⁶².

Ao analisar o comportamento dos especialistas da conservação sobre a compreensão da significância, Green argumenta que tais significados devem ser identificados por meio de um processo social, envolvendo a interação e o engajamento de diversos atores sociais. Para ele:

Embora a história seja o que os historiadores dizem que é, o que é significativo sobre a história não é determinado por profissionais em áreas relacionadas à história. É resolvido por meio de um amplo processo social, em que os historiadores desempenham apenas um pequeno papel⁶³.

Assim, Green (1998), destaca a importância de compreender a significância como uma construção social, emergente da interação e do diálogo entre diversos atores sociais. Nesse sentido, ele desafia a visão tradicional que atribui exclusivamente aos especialistas da conservação a autoridade para determinar os significados históricos de um lugar, alegando que:

Devemos trazer as pessoas para a noção de que todos nós definimos significado histórico discutindo sobre o que significam as coisas que aconteceram no passado e quais coisas serão salvas como auxiliares de memória. Devemos reconhecer que qualquer relato específico do passado corre o risco de violar a maneira de pensar de outra pessoa sobre isso. Isso exige um alcance mais profundo das comunidades onde trabalhamos (GREEN, 1998, p. 94, tradução nossa).⁶⁴

Ao explorar as implicações desse processo social na atribuição de significância, o autor coloca em evidência a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e participativa na preservação do patrimônio, argumentando que as perspectivas e valores dos diferentes grupos sociais envolvidos devem ser levados em consideração, buscando-se uma

⁶² Do original em inglês: “*Significance is often used as a synonym for importance [...] The term significance is rooted in the Latin for ‘sign’; it comes to us via the word ‘signify’, which means to act like a sign, or to carry meanings. Significance is the quality of conveying some special meaning or import*” (GREEN, 1998, p. 87, tradução nossa).

⁶³ Do original em inglês: “*Although history is what historians say it is, what is meaningful about history is not determined by professionals in history-related fields. It is resolved through a broad social process in which historians play only a small role*” (GREEN, 1998, p. 90, tradução nossa).

⁶⁴ Do original em inglês: “*We must bring people into the notion that we all define historical significance by struggling over what the things mean that happened in the past, and which things will be saved as memory aids. We must acknowledge that any particular recounting of the past risks violating someone else’s way of thinking about it. This calls for reaching more deeply into the communities where we work.*”

compreensão coletiva e plural da significância. Essa abordagem dinâmica e contextualizada permite uma compreensão mais abrangente das camadas históricas e culturais presentes nas áreas patrimoniais, enriquecendo a apreciação e a salvaguarda desses locais. Green ressalta, portanto, a importância de promover um processo de consulta e engajamento com a comunidade, de modo a garantir uma representatividade mais ampla e justa na identificação e interpretação da significância cultural desses espaços.

Nesse contexto, a abordagem da significância revela-se como um desafio complexo, uma vez que lida com elementos intrinsecamente subjetivos, como os valores atribuídos socialmente. Nesse sentido, torna-se imperativo realizar revisões periódicas da significância, levando em consideração a dinâmica dos atores sociais ao longo do tempo, uma vez que os valores reconhecidos estão suscetíveis a mudanças. É importante salientar que a responsabilidade pela identificação dos valores patrimoniais recai sobre os especialistas e técnicos da conservação. Entretanto, é crucial que esse processo inclua uma consulta abrangente junto aos atores sociais envolvidos, a fim de evitar que a significância do bem seja pautada unicamente pelos aspectos levantados por um grupo restrito de especialistas, (GREEN, 1998).

Outra pesquisadora que traz uma importante perspectiva acerca do tema da significância na coletânea de textos acima mencionada é Bárbara Anderson, em *“The importance of cultural meaning in defining and preserving sense of place”*. A autora apresenta uma importante reflexão sobre o “sentido de lugar”, e seu papel fundamental na definição e preservação dos locais patrimoniais, onde a preservação não deve se concentrar apenas na materialidade e sim no trato conjunto com a imaterialidade como ferramenta fundamental para a manutenção da significância. Anderson (1998), argumenta de maneira pertinente que o sentido de lugar não é simplesmente uma apreensão física do ambiente construído, mas é intrinsecamente permeado por um rico tecido de significados culturais. Ela ressalta que o sentido de lugar é construído e moldado pelas experiências, memórias e narrativas compartilhadas pelas comunidades que habitam ou têm conexões com esses espaços. É nessa teia de significados e representações simbólicas que emerge a identidade coletiva, criando uma ligação profunda entre as pessoas e o lugar em questão. Para a autora os lugares e a percepção desses lugares, as suas crenças, significados e memórias culturais mudam, não se limitando o sentido apenas ao contexto visual, mas contemplando também as atividades sociais, os significados partilhados, as atitudes culturais intangíveis, as crenças e as memórias, exigindo portanto, uma redefinição periódica para a manutenção do sentido de lugar de cada comunidade.

Ao destacar a importância do sentido de lugar, a pesquisadora sublinha a necessidade de reconhecer e valorizar os significados culturais presentes nos locais patrimoniais. Ela ressalta que a preservação efetiva dessas áreas não deve se limitar apenas à salvaguarda física, mas também à manutenção e revitalização dos elementos culturais que lhes conferem significado. Nesse sentido, Anderson defende uma abordagem integral e participativa, que envolva as comunidades locais, especialistas e outras partes interessadas no processo de identificação, interpretação e preservação do sentido de lugar. Essa reflexão crítica do sentido de lugar proposta pela pesquisadora se revela crucial para uma abordagem mais abrangente e sensível à complexidade da significância cultural nas áreas patrimoniais.

Os desafios postos sobre o tema da significância cultural, como podemos observar, foram enfrentados de maneira pioneira pelos pesquisadores estadunidenses já no início da década de 1920, mas ainda com uma visão bastante diferente das reflexões atuais sobre o conceito, pois apesar do termo "significância" ser utilizado desde este momento, serão apenas as reflexões posteriores que aproximarão a discussão da questão de atribuição de valores preconizada por Riegl. Suas contribuições deram continuidade às questões iniciais discutidas por Riegl, no sentido de buscar uma compreensão mais aprofundada da importância dos valores culturais atribuídos aos bens patrimoniais e da necessidade de se incorporar os atores sociais envolvidos com o bem no processo de significância. Percebemos, no entanto, que é somente a partir dos anos 2000 que as contribuições dos teóricos brasileiros se mostram particularmente enriquecedoras, conforme ressalta Valentim (2020), trazendo novas perspectivas e abordagens que ampliam a compreensão da significância cultural no contexto patrimonial, nesse sentido podemos destacar os mais de 20 anos de pesquisa sobre o tema no âmbito MDU/UFPE, como veremos no item 1.3.2.

Essa complementaridade entre as trajetórias de pesquisa desses dois grupos de estudiosos permite um diálogo fecundo e uma construção coletiva de conhecimentos, resultando em uma visão mais abrangente e contextualizada sobre a significância cultural. Dessa forma, o exame conjunto dessas diferentes perspectivas revela-se essencial para a promoção de práticas mais inclusivas, sensíveis e sustentáveis no campo da preservação e valorização do patrimônio cultural.

1.3 Ressonâncias da história: a significância cultural como voz do patrimônio para além dos especialistas (2000 a 2023)

Países anglo-saxões (Austrália, Canadá e Estados Unidos) têm estudado a significância nas últimas décadas. Aprofundam-se na compreensão teórica e em métodos aplicáveis. Austrália e Canadá publicaram manuais e guias operacionais com definições,

conceitos e casos referenciais de declarações de significância. Os Estados Unidos contribuem com notáveis pesquisas sobre valores patrimoniais. No Brasil o Iphan avança em sua abordagem conceitual, sobretudo, com a criação do CNRC, que tinha um papel crucial na incorporação dos grupos sociais no procedimento de seleção do patrimônio cultural, compreendendo a cidade como documento - e não mais como monumento - e testemunho material dos acontecimentos históricos e da vida dos seus cidadãos, noção que se aproxima em grande medida a de Significância Cultural nos outros países. “Não apenas em nível nacional, o que temos observado é a ampliação da noção de patrimônio que vai tornando-se paulatinamente mais inclusiva abarcando todos os ‘objetos culturalmente significativos’”(VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022, p.114).

1.3.1. O amadurecimento do conceito de significância cultural: por que e para quem preservamos? (2000- 2011)

A significância cultural no campo do patrimônio tem sido objeto de estudo e reflexão ao longo de décadas, mesmo antes da sua definição propriamente dita, como já pudemos observar. O debate sobre o tema avançou muito sobretudo após os anos 2000, à medida que pesquisadores, teóricos, profissionais e instituições buscavam compreender os valores patrimoniais que envolviam o bem cultural. Ao longo desse percurso, a noção de significância cultural tem se aprimorado, sofrendo transformações e enfrentando desafios críticos que questionam seus pressupostos teóricos e práticas de aplicação. O amadurecimento do conceito tem se dado por meio do diálogo entre diferentes campos do conhecimento, como a arquitetura, a antropologia, a sociologia e a preservação, resultando em abordagens mais complexas e contextualizadas sobre o tema.

No entanto, esse processo de amadurecimento não se dá sem críticas. Diversas vozes questionam a forma como a significância cultural é abordada e aplicada nas práticas de preservação do patrimônio. Tais críticas ressaltam a necessidade de considerar perspectivas mais inclusivas e participativas, que envolvam não apenas especialistas, mas também as comunidades locais e demais atores sociais relacionados aos bens patrimoniais. Além disso, questionamentos são levantados quanto à rigidez do conceito de significância e sua aplicação universal, apontando para a importância de considerar a diversidade de valores e narrativas presentes nos diferentes contextos culturais.

Uma crítica relevante que merece destaque é a obra de Randall Mason intitulada "*Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance"*", um dos principais textos críticos sobre a noção de significância no campo da conservação. Nessa obra, o autor apresenta uma análise construtiva e provocadora sobre o conceito de significância e suas limitações na prática da preservação do patrimônio. Em seu texto, Mason critica o modo

como se cientificou e colocou-se a significância cultural numa “caixa preta” e utilizou-a como um instrumento contundente atrelado aos cânones históricos, acadêmicos e científicos, argumentando que a abordagem tradicional da significância cultural tende a restringir-se a critérios técnicos e acadêmicos, negligenciando as dimensões sociais, políticas e culturais mais amplas envolvidas na valorização dos bens patrimoniais.

A teoria da “caixa preta” de Randall Mason, conforme apresentada por Valentim (2020), parte de uma perspectiva que reconhece a ausência dos atores sociais envolvidos e interessados no bem no processo de reconhecimento dos valores e significados atribuídos a ele. Nessa metáfora, os especialistas assumem o papel de detentores exclusivos da coleta, análise, processamento e divulgação das informações, agindo de maneira quase mítica, assim como uma caixa preta de um mágico. Essa abordagem evidencia a falta de participação ativa das comunidades e grupos relacionados ao bem, limitando suas vozes e perspectivas no processo de compreensão e valorização da significância cultural.

Assim, Mason (2004), propõe uma visão mais dinâmica e inclusiva, na qual as comunidades e grupos marginalizados tenham voz e participação ativa no processo de identificação e conservação da significância cultural. Essa crítica, sem dúvida, contribui para aprofundar o debate e estimular uma reflexão crítica sobre as abordagens convencionais da significância cultural no campo do patrimônio. O autor critica também a ênfase dada pela conservação aos aspectos físicos e materiais e ao descaso à natureza essencial da significância que segundo ele “é como uma expressão de significado cultural e devemos esperar que esteja aberta a mudanças, envolva multivalências e contenções, e seja contingente ao tempo, lugar e outros fatores”(MASON. 2004, p. 65, tradução nossa).⁶⁵

Em seu texto o autor evidencia que as estratégias de preservação, oriundas das instituições, principalmente as norte-americanas, estavam centradas em aspectos materiais do patrimônio, sobretudo nas reflexões acerca do tecido construído. Para Mason, com a profissionalização do campo patrimonial ao longo do século XX, as ações patrimoniais assumiram uma postura que priorizava os aspectos físicos e materiais do patrimônio, utilizando como padrões métodos estritamente científicos e objetivos, subestimando a conexão entre memória e tecido construído. Assim o autor acrescenta em sua crítica que:

O resultado tem sido uma mentalidade preservacionista dominante de consertar as coisas, literal e metaforicamente: consertar edifícios danificados e estruturas deterioradas, gentrificar bairros históricos decadentes, enfrentar os tratores de demolição e (não menos importante) fixar o significado de edifícios e locais preservados (MASON, 2004, p.65, tradução nossa).⁶⁶

⁶⁵ Do original em inglês: “which is that as an expression of cultural meaning, it must be expected to change, involve multivalence and contention, and be contingent on time, place, and other factors”.

⁶⁶ Do original em inglês: “The result has been a dominant preservationist mentality of fixing things, literally and metaphorically: fixing broken buildings and deteriorating structures, gentrifying downcast historic districts, standing in the path of bulldozers, and (not least) fixing the meaning of preserved buildings and sites”.

Um ponto importante do texto de Mason é que ele alerta para a importância de, não apenas discutirmos o conceito de significância, mas também de compreender o porquê preservamos e para quem esta ação é direcionada. O autor ressalta que a essência da preservação histórica reside no cultivo da memória, argumentando que as técnicas empregadas na proteção de um tecido urbano são apenas meios para alcançar esse objetivo, sendo por meio desse tecido que a memória coletiva da sociedade se mantém viva.

Um ponto importante destacado por Vieira-de Araújo (2022), reside sobre a importância de estarmos atentos a essa questão do “o que?”, “por que?”, “para quem?”, sem perder de vista o “como?” preservar. A autora reforça que as reflexões sobre o *como?* intervir na materialidade, que já tem seu valor patrimonial reconhecido, continuam sendo importantes, visto que já existe um longo percurso teórico-prático consolidado mas que não estão de forma nenhuma obsoletos, pelo contrário, são premissas basilares, que apesar de sofrerem alargamentos e bem-vindas reflexões, é preciso estar atentos a estiramentos perigosos e excessivamente relativizantes, para não correr o risco de abandonarmos conceitos referenciais, quando na verdade deveríamos pensar em precisar e esmiuçar cada um desses conceitos e distinguir sua aplicabilidade no contexto contemporâneo e analisar sua aplicação caso a caso.

Reconhecemos que a conservação está diante de novos desafios. A visão de que a significância está no objeto presume que o mesmo sempre significará a mesma coisa e que toda a sociedade vê o objeto da mesma maneira e portanto, existe apenas um tipo de significado para aquele bem. Para Mason (2004), enfatizar a preservação desta forma reflete uma suposição de que a cultura pode ser tratada como um conjunto estático de artefatos, o que pode levar a uma compreensão irreal da cultura e até fetichizada. De acordo com o autor, “a significância é construída, não encontrada. Isto é, socialmente construída e situacional, e reconhece que as avaliações sobre a significância são tão relacionadas às pessoas e à construção social, quanto a qualquer sítio”⁶⁷. Neste sentido o autor aponta para importância da participação dos não especialistas e outras partes interessadas nas tomadas de decisões e definições dos processos que envolvem significância.

Assim, a abordagem central de Mason (2004), que vai sustentar a noção de significância, está ancorada na teoria dos valores, na qual o autor afirma que a ideia básica sobre as decisões de preservação tem como premissa a validação das pessoas, das instituições e dos grupos sobre os valores do ambiente construído e que portanto, as decisões devem ser tomadas priorizando alguns valores em detrimento de outros, assim, sua

⁶⁷ Do original em inglês: “Significance is made, not found. It is socially constructed and situational, and it recognizes that appraisals of significance may have as much to do with the people and society making them as with any actual site” (MASON, 2004, p. 66, tradução do nossa).

teoria é fundamentada em três ideias centrais: (1) os valores são compreendidos como senso de qualidade - não moral ou ética. A multiplicidade é a sua maior qualidade e são a fonte do significado do lugar; (2) os valores não são inerentes ao objeto, são reconhecidos, e, dependem de quem está avaliando o bem a partir de um momento histórico, social e geográfico, devendo haver a participação dos especialistas e dos interessados nesse processo e (3) os valores geram conflitos, não podendo maximizar todos os valores ao mesmo tempo e nem tampouco desconsiderar nenhum valor, o desafio é manter um equilíbrio razoável entre todos os valores (MASON, 2004, p. 68). No entanto, Mason expõe as evidenciadas fragilidades na identificação dos valores atribuídos socialmente devido às dificuldades enfrentadas na condução de pesquisas sociais. Além disso, a natureza mutável desses valores inevitavelmente resulta em conflitos entre os diversos grupos de atores sociais, como bem coloca Valentim (2020).

Para Mason (2004), a declaração de significância apresenta uma espécie de função sobre o porquê um lugar deve ser preservado. A declaração deve ocupar uma posição central nos modelos de planejamento e tomadas de decisões, onde esta deve considerar todos os significados de um lugar, buscando sempre uma compreensão integral da cultura e das relações imateriais e singulares dos diversos indivíduos em relação ao lugar. Como cada grupo de partes interessadas têm noções diferentes de significância sempre haverá conflitos que precisarão ser trabalhados, de forma participativa e colaborativa entre especialistas e o conjunto de todos os interessados no bem, trabalhando de forma transparente e seguindo critérios de priorização de valores, gerando uma declaração de significância sensível e detalhada. Para Mason (2004):

O desafio da preservação, do planejamento e política, portanto, é atingir e manter um equilíbrio razoável de valores. Os preservacionistas não têm que defender todos os valores de um sítio patrimonial, mas eles devem entendê-los, e isso requer não apenas colaboração entre profissionais e leigos, mas familiaridade com os métodos de avaliação de muitas disciplinas (economia, antropologia, arquitetura, história). Sem essa ampla compreensão, os preservacionistas apenas agem sobre o que é valioso para eles, não porque o ambiente tem significado para a sociedade em geral (MASON, 2004, p.70, tradução nossa).⁶⁸

Sendo assim, de acordo com o autor, a teoria contemporânea da preservação precisa refletir a noção de cultura a partir de um processo contínuo e ao mesmo tempo progressivo e inventivo, não sendo portanto, um conjunto estático de práticas ou de coisas. Ainda que existam diversos conflitos entre os valores atribuídos pelos diversos grupos interessados no

⁶⁸ Do original em inglês: “*The challenge of preservation planning and policy, therefore, is to strike and sustain a reasonable balance of values. Preservationists do not have to advocate all the values of a heritage site, but they should have to understand them, and this requires not only collaboration among professionals and laypeople but familiarity with the valuation methods of many disciplines (economics, anthropology, architecture, history). Without this broad understanding, preservationists will only act on what is valuable to them, not why the environment does or does not have meaning for society at large*”.

bem patrimonial, a significância deve buscar compreender, mediar e atender, na medida do possível, todos esses embates no planejamento.

Os estudos de Mason desempenharam um papel fundamental ao redirecionar a abordagem da significância, no início do novo milênio, as contribuições trazidas pelo autor emergem como um farol iluminando as intrincadas complexidades e nuances envolvidas na operacionalização da significância cultural como um aporte teórico substancial a ser utilizado pelas instituições incumbidas da preservação do patrimônio cultural. Sua pesquisa abraça o desafio inerente de compreender os múltiplos aspectos e implicações dessa empreitada, demonstrando uma profunda percepção dos avanços necessários, bem como dos obstáculos enfrentados nesse contexto. Através de uma abordagem metodológica acurada e uma análise crítica contundente, Mason destaca a importância intrínseca de garantir uma operacionalização eficaz da significância cultural, para assegurar a salvaguarda de nossa herança coletiva. Sua investigação exemplar conduz a uma compreensão aprimorada das estratégias necessárias para o cumprimento dessa tarefa premente, capacitando assim as instituições responsáveis a enfrentar os desafios presentes e futuros com uma abordagem embasada, objetiva e respeitosa, resultando em uma preservação cultural mais robusta e autêntica.

Consideramos que a significância requer uma escuta mais ampla durante o processo de reconhecimento dos valores atribuídos ao patrimônio, com o objetivo de alcançar um consenso entre os valores identificados por diversos grupos de atores sociais, as colocações de Mason apontam para uma abordagem mais inclusiva e participativa no campo da significância cultural, enfatizando a importância de ouvir uma variedade de vozes durante o processo de identificação e atribuição de valores ao patrimônio, e, reconhecendo que diferentes atores sociais têm perspectivas e interesses diversos. Ao enfatizar a participação de não especialistas e outros atores sociais, o autor destaca a importância da transparência e da democratização das decisões relacionadas à significância. Sua crítica à política de "consertar coisas" ressalta a necessidade de superar abordagens unilaterais e considerar a diversidade de significados e valores presentes na sociedade. A proposta de maior transparência e participação visa fortalecer a legitimidade e a efetividade das práticas de conservação, proporcionando um espaço mais inclusivo para a expressão das diferentes perspectivas e contribuindo para uma preservação mais abrangente e contextualmente sensível do patrimônio cultural.

O planejador de preservação histórica Jeremy C. Wells, tece importantes críticas sobre o entendimento e a abordagem a significância em seu texto *Historic Preservation, Significance, and Phenomenology* publicado em 2011. Wells argumenta que a **compreensão**

convencional da significância cultural frequentemente negligencia a dimensão fenomenológica das experiências humanas e a importância das vivências individuais e coletivas no contexto histórico. Sua pesquisa destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente, que vá além de meros critérios estabelecidos e valorize as histórias e memórias intrinsecamente entrelaçadas nos lugares e objetos do patrimônio cultural. O autor faz críticas às noções estabelecidas pelos critérios empírico-positivistas pois estes não dão conta de abarcar as dimensões da significância derivadas da experiência e dos valores socioculturais estabelecidos pela população local, estabelecendo apenas os julgamentos dos especialistas na determinação de quais lugares tem significado.

Nesse sentido o autor afirma que:

Os preservacionistas frequentemente se concentram em explicar por que os lugares foram designados e as consequências disso, em vez de descobrir por que as pessoas valorizam esses lugares. Estruturas legais, que desencorajam significados subjetivos porque são difíceis de serem defendidos em um tribunal de justiça, exacerbam essa dependência de valores profissionais para determinar a significância. (WELLS, 2011, p. 13, tradução nossa).⁶⁹

Em seu documento Wells aponta que os principais aspectos da preservação histórica dos Estados Unidos são baseados em diretrizes normativas, que tratam de reabilitação histórica, fornecendo critérios objetivos e defensáveis para a preservação patrimonial norte americana, e que, de maneira *“intencional ou não, a preservação histórica fez um trabalho notavelmente bom na preservação dos pontos de vista da preservação assumidas por um sistema de valores brancos, britânicos, de classe alta, masculino, do século dezenove”* (WELLS, 2011, p. 13, tradução nossa).⁷⁰

Em outras palavras, o autor critica o fato da concentração das decisões preservacionistas está concentrada nas mãos dos especialistas e validadas apenas por um grupo específico e privilegiado da sociedade, enquanto a maioria das pessoas que não estão associadas a este sistema de valores “especializados” quando estão diretamente ligadas aos lugares históricos, seja por qual for o motivo, normalmente apresentam uma conexão emocional com o lugar e possuem uma base na experiência de vida e uma relação fenomenológica com este lugar sendo, portanto, de fundamental importância quando se trata de lugares históricos *“usar o termo significativo na preservação para descrever lugares cujo caráter físico e matrizes de associação históricas, míticas e sociais podem evocar*

⁶⁹ Do original em inglês: “*preservationists too often focus on explaining why places have been designated, and the consequences of this, rather than finding out why people value places. Legal frameworks, which discourage subjective meanings because they are difficult to defend in a court of law, exacerbate this reliance on professional values to determine significance*”.

⁷⁰ Do original em inglês: “*Whether intentional or not, historic preservation has done a remarkably good job at preserving the preservation views assumed by a white, British, upper-class, male, nineteenth-century value system.*”

experiências de temor, admiração, beleza, identidade, entre outros” (WELLS, 2011, p. 13, tradução nossa).⁷¹

Wells pontua uma passagem de John Ruskin sobre as origens filosóficas da preservação histórica e o impacto emocional que um lugar histórico pode provocar em um observador ou em alguém que experiencia aquele lugar histórico.:

Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras, nem em seu ouro. Sua glória está em sua idade e naquele profundo senso de voz, de observação severa, de simpatia misteriosa, ou melhor, até de aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que há muito foram lavadas pelas ondas passageiras da humanidade (RUSKIN, 1989/1849, 186 *apud* WELLS, 2011, p. 14, tradução nossa).⁷²

Wells ainda traz em suas contribuições as ideias de Riegl sobre os valores de idade e os valores históricos considerando que o contraste entre esses dois valores apontam para uma designação fenomenológica porque distingue valores fundamentados na experiência do mundo e da vida. Sendo assim, o autor justifica seu pensamento partindo do pressuposto de que as pessoas do senso comum possuem apego emocional ao patrimônio, o que as permite atribuir valores. Em sua pesquisa em Charleston, na Carolina do Sul, sobre os moradores da cidade, o autor afirma que o “significado histórico está regularmente relacionado com as experiências de vida dos residentes com o lugar”⁷³. Portanto, para o autor **o contato com os atores sociais através de uma interpretação fenomenológica, é essencial para compreender a significância de um sítio.**

Além disso, Wells enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva e participativa, que envolva comunidades e grupos representativos para garantir que a diversidade de perspectivas e histórias sejam consideradas. Wells propõe uma visão mais holística da significância, a partir de uma metodologia centrada na fenomenologia buscando entender como as pessoas se relacionam aos ambientes históricos com a finalidade de abarcar tanto as dimensões tangíveis quanto intangíveis, e que incorpore a complexidade da experiência humana ao lidar com o patrimônio cultural. Sua pesquisa desafia o status quo, questionando premissas arraigadas e incentivando uma abordagem mais sensível, inclusiva e respeitosa da preservação histórica, tornando-se assim uma contribuição valiosa para o campo.

Desta maneira, podemos concluir que tanto Randall Mason quanto Jeremy C. Wells abordam, em seus respectivos textos, os desafios inerentes à preservação histórica e a necessidade de superar abordagens intervencionistas e paradigmas empírico-positivistas.

⁷¹ Do original em inglês: “[...] the term ‘significant’ should be used in preservation to describe places whose physical character and matrices of historical, mythical, and social associations can and do evoke experiences of awe, wonder, beauty, and identity, among others”

⁷² Do original em inglês: “For, indeed, the greatest glory of a building is not in its stones, not in its gold. Its glory is in its Age, and in that deep sense of voicefulness, of stern watching, of mysterious sympathy, nay, even of approval or condemnation, which we feel in walls that have long been washed by the passing waves of humanity.”

⁷³ Do original em inglês: “historical meaning is regularly related to residents’ lifeworld experiences” (WELLS, 2011, p. 14, tradução nossa).

Ambos autores defendem a importância de incorporar visões subjetivas e valorizar as perspectivas das comunidades e atores sociais envolvidos na preservação do patrimônio cultural. Eles concordam sobre a necessidade de “ouvir mais vozes” e ampliar a participação além dos profissionais da área, reconhecendo a importância da intersubjetividade para compreender as questões simbólicas e sensíveis relacionadas à significância dos locais históricos.

Wells destaca a relevância de envolver outras áreas de formação, como as ciências sociais, a geografia e a pesquisa comportamental ambiental, a fim de abordar de forma mais abrangente as dimensões simbólicas e sensíveis envolvidas na valorização do patrimônio cultural. Por sua vez, Mason argumenta sobre a necessidade de repensar os critérios de significância pré-estabelecidos pelas instituições, e a adoção de abordagens mais flexíveis, que considerem a diversidade de experiências e valores atribuídos aos lugares históricos. Esses autores compartilham a visão de que **é essencial superar o enfoque exclusivo em valores estéticos e históricos dominantes, reconhecendo a importância das vivências individuais e coletivas na valorização do patrimônio cultural, através de um envolvimento real dos diversos atores que se relacionam com o bem, sejam eles especialistas ou não.**

Em suma, esses textos trazem importantes contribuições para o campo da preservação histórica, sobretudo na primeira década do século vinte e um, ao destacarem a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, sensível e participativa. A partir da crítica às abordagens tradicionais, Mason e Wells evidenciam a importância de considerar as múltiplas perspectivas e valores envolvidos na definição da significância cultural dos sítios históricos. Essas reflexões fundamentam um chamado para uma abordagem mais ampla, que reconheça a importância das vivências humanas, e das narrativas dos diversos atores sociais e da valorização das comunidades como agentes ativos na preservação do patrimônio cultural.

As reflexões em torno do tema da significância cultural parecem avançar, contudo, ela precisa superar alguns desafios para sua maior efetividade como instrumento de conservação patrimonial, ainda há um longo caminho a percorrer e a questão ainda mais difícil que segue reverberando é como operacionalizar os processos de consulta de maneira que deem conta, de fato, do envolvimento de todos os atores sociais sem reduzir a importância da expertise dos especialistas?

1.3.2. *Os riscos e os limites da supremacia da Significância Cultural: críticas, incompatibilidades e desafios da aplicabilidade nas práticas preservacionistas dez anos após a revisão da carta de Burra de 2013. (2011-2023)*

Nos últimos anos, como vimos, tem havido progressos significativos no campo da preservação do patrimônio cultural, especialmente no que diz respeito ao tema da significância cultural. Enquanto pesquisadores estadunidenses contribuíram para o avanço dos estudos entre as décadas de 1980 e 2000⁷⁴, os teóricos brasileiros vieram a contribuir com essa discussão a partir do início do novo milênio e continuam com pesquisas importantes até os dias atuais. Entre os notáveis protagonistas que se destacam no campo dos estudos concernentes à significância, destaca-se, incontestavelmente, o (MDU/UFPE), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, que foi um dos primeiros programas de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil, programa onde foi criado o Mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU), em 1975, no âmbito do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, tendo sido credenciado, em 1979, como curso de Mestrado. Neste contexto do MDU, vale destacar a criação, em 1995, do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), que teve sua formação iniciada por um grupo de professores do MDU/UFPE, dentre eles destacam-se Sílvia Mendes Zancheti, Geraldo Marinho e Vera Milet. As atividades desenvolvidas pelo CECI levaram à consolidação da linha de concentração chamada Conservação Integrada, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, onde destacamos profícuas contribuições desenvolvidas no âmbito deste programa, sobretudo, acerca do tema da significância cultural que vem sendo discutido pelos pesquisadores do MDU/UFPE a quase vinte anos.

Nesse contexto do MDU/UFPE, destacamos o artigo de Zancheti et al (2009), intitulado, *Judgement And Validation In The Burra Charter Process: Introducing Feedback In Assessing The Cultural Significance Of Heritage Sites*, ratificam de maneira inequívoca a insigne relevância de proceder a consultas junto aos atores sociais, com vistas a propiciar uma abordagem condizente com os mais elevados preceitos acadêmicos.

Em suas pesquisas Zancheti et al. (2009), trazem uma avaliação da forma como o conceito de significância cultural, a partir das revisões das Cartas de Burra, ainda é utilizado no campo preservacionista. O artigo faz críticas contundentes quanto aos procedimentos operacionais, pois segundo os autores, trata-se de um documento doutrinário, desenhado por uma comunidade de especialistas dedicados à conservação do patrimônio cultural, especialmente nos países ocidentais. Portanto, o documento traz uma nova definição de significância cultural levando em conta o debate filosófico sobre os valores culturais

⁷⁴Sobre esse tema específico ler Valentim (2020).

propondo uma mudança no processo de interpretação da Carta de Burra de 1999 a fim de contribuir para operacionalização do conceito de significância cultural nas práticas preservacionistas.

Nesta análise, os autores empreendem uma crítica acerca da perspectiva adotada pela Carta de Burra (1999), ao constatar que a significância cultural é comumente tratada como um sinônimo de valor patrimonial, ao mesmo tempo em que é considerada como um atributo inerente aos locais históricos, incorporado de forma intrínseca ao tecido ou ao objeto em si. Os pesquisadores ressaltam que, embora a carta reconheça a existência de múltiplos tipos de valores associados e a potencialidade de conflitos entre eles, em decorrência dos diversos atores envolvidos com o bem em questão, o documento não indica de que maneira a coexistência desses valores conflitantes pode ser forjada no âmbito do processo de conservação das áreas patrimoniais.

Zancheti et al. (2009) resumem o processo da Carta de Burra em três etapas: (1) compreender o significado; (2) desenvolvimento da política; e (3) administração do patrimônio de acordo com a política. O autor pontua ainda que:

Os procedimentos não devem ser realizados isoladamente uns dos outros, mas sim devem interagir: alguns procedimentos devem ser realizados repetidamente, enquanto consultas com as partes interessadas e investigações adicionais também são necessárias.⁷⁵

De acordo com Zancheti et al. (2009) o processo de compreensão da significância de acordo com a Carta está baseado em quatro etapas: (1) identificar o local e suas associações, protegê-lo e torná-lo seguro; (2) coletar e registrar informações suficientes de modo a compreender a importância do local; (3) avaliar a significância; e (4) elaborar a declaração de significância. A crítica dos autores incide sobre o fato de que esse processo deixa em aberto a questão de como definir os valores que serão incluídos na declaração quando há conflitos entre as partes interessadas e que a sequência de etapas indica um procedimento linear, sem qualquer forma de participação com outros atores sociais, fluindo com a deliberação apenas dos especialistas.

Para Zancheti et al. (2009) fica evidente a importância da consulta e participação dos atores sociais envolvidos com o bem, sendo o sujeito o principal elemento na adição do conhecimento sobre o objeto, considerando ainda que a relação entre sujeito e objeto é algo variável e depende de contextos (sociais, políticos e culturais), do lugar e do tempo. Por isso os autores propõem uma análise sociocultural que “sustenta a visão de que o sujeito é o

⁷⁵ Do original em inglês: “procedures should not be performed in isolation from each other but rather they must interact: some procedures must be conducted repeatedly, while consultations with stakeholders and further investigations are also necessary” (ZANCHETI et al, 2009, p.49, tradução nossa).

agente ativo no processo de atribuição de significados aos objetos, mas entende que o sujeito é colocado como uma entidade coletiva, e que não age isoladamente como um indivíduo”⁷⁶.

Apesar de reconhecer os avanços obtidos com a revisão da carta de Burra de 1999, os autores criticam a forma empírico-positivista que coloca a noção de significância cultural como algo intrínseco ao próprio sítio, uma definição que é mantida mesmo na revisão da carta de 2013. Artigo 1.2 (Austrália ICOMOS, 1999. p. 5): “*O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registos, nos sítios relacionados e nos objectos relacionados*”. Como vimos, Tainter e Lucas (1983), criticaram a abordagem empírico-positivista do significado cultural por entenderem que os valores e significados são atribuídos e não inerentes aos objetos, e que a identificação de valores está atrelada aos significados que indivíduos e grupos sociais atribuem aos objetos ao longo do tempo.

A partir das profícuas contribuições trazidas pelos teóricos norte-americanos e em conformidade com as premissas fundamentais dessas pesquisas, Zancheti et al. (2009) definem que a significância cultural deve ser determinada por diversos grupos sociais e que o conceito de significado deve ser socialmente construído a partir da interação de muitos grupos sociais e uma pluralidade de atores ao longo de um processo de longo prazo. Para os autores, a noção de significância assume um caráter multifacetado e diversificado, imbuído de uma perspectiva temporal e espacial, exigindo uma avaliação incessante no presente. Nesse ínterim, a significância cultural se configura como um produto histórico e social derivado da avaliação de vários sujeitos, que atribuem os mais variados valores ao patrimônio cultural, fazendo com que a significância dependa da intersubjetividade associada aos itens que suportam a memória. Essa concepção ressalta a imbricada dinâmica que permeia a construção e atribuição de significância, em constante renovação e adaptação com os diversos atores sociais envolvidos e um julgamento socialmente validado.

A partir de uma abordagem contemporânea considerando a intersubjetividade do processo de significância e da análise desses conceitos Zancheti et al. (2009) apresentaram uma nova definição da significância cultural como “*o conjunto de todos os valores identificáveis resultantes do julgamento contínuo (passado e presente) e da validação social do significado dos objetos*”⁷⁷ (ZANCHETI et al, 2009, p.51, tradução nossa). Deve-se compreender, portanto, que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os

⁷⁶ Do original em inglês: “*the subject is the active agent in the process of attributing meanings to objects, but it understands the subject is placed within a collective entity, and that he/she does not act, in isolation, as an individual*” (ZANCHETI et al, 2009, p.50, tradução nossa).

⁷⁷ Do original em inglês: “*the set of all identifiable values resulting from continuous (past and present) judgment and the social validation of meanings of objects*”.

significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pelos atores sociais.

Zancheti et al (2009) apontam para um procedimento metodológico para avaliação da significância e elaboração da Declaração de Significância (DS) Cultural a partir da identificação dos significados e julgamento dos valores de acordo com a definição de significância proposta em seus estudos. A partir disso, o próximo passo é validar entre as partes interessadas os valores incluídos na DS. Os autores sugerem a realização periódica de "momentos de retorno", ao longo das etapas que abrangem a coleta de informações sobre o bem patrimonial, a compreensão da significância e a redação da declaração de significância. Dessa forma, a validação deve ser sempre realizada junto aos atores interessados, e caso os valores não sejam corroborados, propõe-se revisitar as etapas anteriores, num processo de revisão reiterado, até que se alcance um consenso satisfatório, como ilustrado na figura 01.

Os autores reforçam a importância da transparência, da participação e da prestação de informações como forma essencial de se manter uma boa conservação considerando que para a conservação do patrimônio ser eficaz todos os valores avaliados, sejam eles validados ou não, servem como documentação para uso futuro, pois a o julgamento e a valorização social referem-se aos aspectos humanos do patrimônio cultural. Por fim, os pesquisadores afirmam que “O Processo da Carta de Burra é um instrumento poderoso capaz de ajudar a determinar a significância cultural de sítios, mas deve ser este deve ser revisado devido aos desafios da plural, multivalente e contingente natureza dos valores na sociedade atual”.⁷⁸

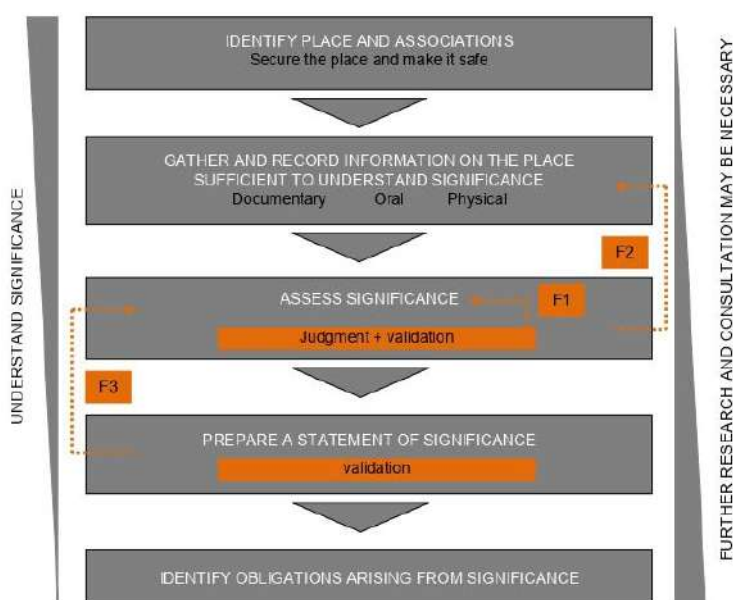


Figura 01: Proposta para introdução de momentos de retorno no Processo da Carta de Burra.
Fonte: ZANCHETI et al, 2009, p.51.

⁷⁸ Do original em inglês: “The Burra Charter Process is a powerful instrument for helping to determine the cultural significance of sites, but it must be revised on account of the challenges of the plural, multivalent and contingent nature of values in society today”. (ZANCHETI et al, 2009, p.52, tradução nossa).

Os autores concluem que a significância cultural desempenha um papel preponderante na salvaguarda e preservação dos sítios patrimoniais, uma vez que orienta as decisões de gestão e os procedimentos de conservação a serem adotados. Contudo, é crucial reconhecer a origem controversa e contingente da declaração de significância, evitando assim comprometer a possibilidade de emergirem novos significados no âmbito do processo de conservação. Nesse sentido, e de acordo com os autores, a declaração de significância atribuída a um determinado sítio será sempre uma fotografia instantânea, capturada em um ponto no tempo, visto que o seu significado cultural não pode ser plenamente apreendido. De fato, é impossível identificar e representar todos os significados que o patrimônio possui para os indivíduos e grupos sociais envolvidos na sua preservação. O significado cultural é dinâmico, sujeito a transformações e requer uma constante reavaliação e reconstrução ao longo do tempo.

Sabemos que valores e significados são a essência da conservação urbana patrimonial, e que o principal objetivo da conservação é preservar o conjunto de valores e significados pelos quais um objeto foi selecionado como bem patrimonial de uma determinada época e lugar, sendo por meio da declaração de significância que essa importância se “materializa” alcançando uma maior relevância a partir do momento que a Unesco passou a exigí-la nos pedidos de análise para inclusão de um bem na lista do patrimônio mundial. A declaração de significância pode ser usada como um importante instrumento nas práticas preservacionistas desde que não seja vista como algo perene, e que haja sempre a participação social na definição dos conjuntos de valores atribuídos ao bem cultural.

Um dos principais marcos dos avanços quanto a noção de significância, como vimos anteriormente, é a revisão da *Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*, realizada em 2013, que trouxe uma abordagem mais abrangente e contemporânea para a compreensão e gestão da significância cultural dos lugares, trazendo a seguinte definição para significância cultural:

Valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras. Está incorporado no próprio lugar, sua estrutura, configuração, uso, associações, significados, registros, lugares relacionados e objetos relacionados. Os lugares podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes. O termo significado cultural é sinônimo de significado de patrimônio cultural e valor de patrimônio cultural (sic). O significado cultural pode mudar ao longo do tempo e com o uso. A compreensão da significância cultural pode mudar como resultado de novas informações. (Austrália ICOMOS, 2013. art. 1, p. 2, tradução nossa).

Sem querer nos tornarmos repetitiva sobre este documento, destacamos apenas que a revisão da carta australiana enfatiza a necessidade de considerar não apenas os aspectos tangíveis, como a arquitetura e a materialidade dos lugares, mas também os aspectos intangíveis, como as memórias, as histórias e as práticas culturais associadas. Essa

ampliação do escopo reconhece que a significância cultural vai além do valor estético e histórico, abarcando a complexidade das relações humanas com o ambiente construído e seu contexto social. Dessa forma, os lugares de significância cultural passam a ser vistos como expressões vivas da identidade e da diversidade cultural. Um dos aspectos mais relevantes dessa revisão é a ênfase dada à participação das comunidades locais e de outros atores sociais no processo de identificação, avaliação e tomada de decisões relacionadas aos lugares de significância cultural. Essa mudança de paradigma reconhece que as vozes e perspectivas diversas são fundamentais para uma compreensão mais abrangente e para a salvaguarda adequada do patrimônio cultural. Ao envolver as comunidades e atores sociais no processo de preservação, promove-se uma maior valorização dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais, garantindo a continuidade das tradições e a sustentabilidade das ações de proteção.

No íterim da última revisão da carta de Burra de 2013, gostaríamos de destacar importantes contribuições acerca do tema da significância cultural, especialmente no âmbito do MDU/UFPE, em que pesquisadores como Azevedo; Hidaka; Lira; Magalhães; Pontual; Silva; Valtim; Vieira-de-Araújo; Zancheti, entre outros, que debruçaram-se sobre o tema da significância cultural, procuraram compreender as dificuldade e nuances que envolvem o tema da significância, compondo um arcabouço teórico consistente e relevante que podem auxiliar em grande medida nas pesquisas no campo da conservação integrada.

Em sua pesquisa, Hidaka (2011), apresenta uma proposta teórico e operacional de um indicativo para avaliar o estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais, incorporando em sua análise a significância cultural, a integridade e a autenticidade como variáveis centrais para avaliar o estado de conservação dos atributos materiais e não-materiais do patrimônio cultural. Uma pesquisa profícua que chega a propor um modelo de sistema de indicador do estado de conservação a partir de uma abordagem subjetiva e intersubjetiva. Em sua pesquisa a autora parte dos documentos doutrinários da Unesco para inscrição na lista do patrimônio mundial e ressalta que:

Nos diversos contextos das cidades patrimoniais a negociação entre os stakeholders, a partir de uma grande variedade de conhecimentos e de competências dos envolvidos, decidirá os valores patrimoniais a serem conservados às futuras gerações. As sínteses que ocorrerão na relação entre as partes interessadas serão fruto das decisões intra e interculturais, e dependerão de prioridades nos valores identificados por estas (mesmo em confronto) que deverão estar registradas nas declarações de significância de cada bem patrimonial (HIDAKA, 2011, p. 89).

A pesquisa de Hidaka (2011), investigou a declaração de significância de 80 cidades patrimoniais, a fim de chegar na identificação dos principais valores patrimoniais atribuído pelos sujeitos, onde a autora destaca que os objetos e os processos não são valiosos em si mesmos e sim os significados atribuídos, mas reconhecer que as dimensões material e

não-materiais ocorrem de forma combinada, a mesma ainda separar os atributos materiais dos imateriais. Por fim, Hidaka (2011), a autora constata que o número de valores encontrados na análise dos documentos é maior que aqueles definidos pelo WHC em seus documentos doutrinários, o que reflete a possibilidade de mudanças nos valores e na percepção desses sítios ao longo do tempo. A autora reforça a estreita ligação entre o termo valor e significado no âmbito da conservação urbana:

Eco (2007) destaca que o significado é uma referência ao conteúdo de uma expressão. O significado também é contextual, pois o contexto é que o define. Tanto o valor quanto o significado são frutos da relação do sujeito frente ao objeto, em uma interação mútua; são processos mentais, quer sejam de identificação, ou de compreensão. Além disso, ambos estão relacionados com objetos chamados signos ou símbolos (HIDAKA, 2011, p. 119).

Sabemos que desde as contribuições de Riegl que os valores patrimoniais são base na conservação, e juntamente com os significados que os diversos grupos atribuem a um determinado objeto estes se diferenciam dos demais, de maneira que o objetivo da conservação urbana é preservar o conjunto de valores e significados atrelados a um determinado bem patrimonial. Sendo assim, a significância cultural vem se consolidando como esse elemento que caracteriza a qualidade e significado que um bem apresenta a partir das suas relações com o seu contexto sócio-cultural. Sobre essa noção alargada e mais abrangente do patrimônio e sua relação com a significância cultural Muñoz-Viñas (2021) reforça:

O conceito de patrimônio já não depende necessariamente de valores altoculturais predeterminados, mas de valores que podem variar substancialmente em cada caso. Esta é uma inovação fundamental, porque o patrimônio deixa de ser algo exterior aos grupos [...], ao contrário, se reconhece como uma construção intelectual das pessoas, fruto de uma “escolha”. O patrimônio é aquilo que os grupos ou pessoas convencionam entender como tal, e seus valores não são algo inerente, indiscutível ou objetivo, mas algo que as pessoas projetam sobre eles. A patrimonialidade não provém dos objetos, mas dos sujeitos: pode definir-se como uma energia não física que o sujeito irradia sobre um objeto e que este reflete (MUÑOZ-VIÑAS, 2022, p. 160).

Até recentemente, como vimos, o campo de estudo patrimonial era relativamente isolado em caixas, como definia Mason (2004), composto por um grupo seleto de especialistas que determinava o que constituía patrimônio e como deveria ser preservado. A introdução da participação social no processo de significação e valoração dos bens patrimoniais foi um avanço importante no campo da preservação, contudo, essa participação ainda apresenta dificuldades de operacionalização, pois o processo de valoração patrimonial, como vimos, é um campo de disputas, e que nem todos os atores contribuem num mesmo nível para avaliar esses valores.

A Declaração de Significância no âmbito da Conservação Contemporânea é um documento que tem se mostrado um mecanismo de gestão patrimonial importante. Seu propósito consiste em sintetizar em um registro os valores culturais atribuídos, julgados e

legitimados por uma comunidade específica, utilizando-se de instrumentos próprios em um período definido. Tais valores devem ser preservados ao longo do tempo, garantindo a observância aos princípios fundamentais de integridade e autenticidade e por isso apresenta-se como uma ferramenta dinâmica e mutável. Utilizada como suporte de memória, a declaração de significância vem sendo usada em diversas ações de conservação e gestão patrimonial, com a finalidade de identificar quais características do bem que devem ser preservadas, servindo como orientação para ações de conservação, (AZEVEDO; PONTUAL; ZANCHETI, 2014).

Apesar da Unesco passar a exigir, em 1990, a declaração de significância para inscrição de um bem na lista de patrimônio mundial e várias instituições utilizarem a declaração como instrumento de conservação, mesmo dez anos depois da última revisão da carta de Burra, “são poucos os documentos que se detém na descrição dos procedimentos para sua elaboração. O suporte teórico existente sobre o tema é escasso e insuficiente, não auxilia os órgãos e as instituições que necessitam elaborar uma declaração” (AZEVEDO; PONTUAL; ZANCHETI, 2014, p. 2). Em artigo elaborado por estes autores, é feito uma análise da declaração de significância de três casos de bens de configurações distintas: o Centro histórico de Olinda (inscrito na lista como conjunto urbano), a Ópera de Sydney (como monumento) e o Rio de Janeiro (como paisagem cultural). Os autores constataram que as declarações se diferenciavam de acordo com a finalidade, não havendo padronização, nem quanto ao texto, nem quanto ao conteúdo, chegando à conclusão que uma declaração elaborada pelo Estado-membro é muito diferente de uma declaração elaborada como parte de um plano de gestão da conservação de um bem patrimonial.

Azevedo, Pontual e Zancheti (2014, p. 6), propõe então uma metodologia para elaboração de uma declaração que se fundamenta no conceito de significância “como um processo construído e validado socialmente”, identificando cinco pontos bases no processo de construção da declaração de significância, além de serem subdivididos em em cinco fases, que são cuidadosamente explicadas ao longo do artigo. Consideramos este como um documento importante pois, relacionam a intersubjetividade que permeia a noção de significância com a objetividade no processo de formulação da declaração de significância cultural tentando dar conta do processo de operacionalização deste conceito. Apesar desses avanços, os próprios autores reconhecem que a metodologia adotada dá conta apenas dos bens que possuem registro histórico, não abarcando os demais bens culturais não tombados.

Zancheti e Hidaka (2014), destacam que é preciso compreender a significância como um conjunto de valores que é resultado do julgamento e da validação social e enfatizam que esse julgamento é feito no presente mas que tem como referência significados e valores do

passado que são apoiados em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade. Os autores então consideram que partindo desse entendimento a declaração de significância pode deixar de ser um instrumento que fixa os valores no tempo e se tornar “o produto de uma visão da cultura como um fluxo contínuo, mutável, envolvendo um conjunto de processos e valores e não um conjunto de elementos estáticos” (ZANCHETI; HIDAKA, 2014, p. 6). Assim, os autores compreendem que os valores não podem ser considerados definitivos e que se faz necessária a apreensão de um sistema múltiplo de valores atribuídos ao bem.

Ao longo dos anos, a atribuição de valores aos bens patrimoniais tem evoluído, assim como a dinâmica da relação entre sujeito e objeto. Contudo, a compreensão desses valores tem sido crucial para orientar decisões relacionadas à conservação e restauração dos bens. Na abordagem da restauração contemporânea, proposta por Muñoz-Viñas, enfatiza-se a necessidade de considerar diferentes perspectivas sobre o objeto em questão, inclusive incluindo a opinião de não-especialistas na identificação de seus valores. Nesse contexto, a Teoria Contemporânea da Restauração propõe uma relação mais estreita entre os atores responsáveis pelo processo de restauração e o conjunto de pessoas apoiadas por ele. Muñoz-Viñas (2021), argumenta que a eficácia da restauração está em atender tanto às decisões dos especialistas envolvidos no projeto quanto às expectativas e vivências dos usuários do bem patrimonial. O valor atribuído ao objeto ocorre por meio da percepção subjetiva do sujeito, que identifica diversos significados, podendo ser intelectuais, relacionados à história, arte e ciência; de identidade coletiva, que engloba os elementos culturais e características dos povos; ideológicos, ligados a fatores políticos e morais; ou sentimentais, que evocam memórias e emoções.

Dessa forma, para o autor, um objeto se torna um bem de conservação quando um sujeito reconhece e atribui a ele, com base em seus significados intelectuais, de identidade, ideológicos e/ou sentimentais, esses valores, que são variáveis, pois cada indivíduo está inserido em contextos distintos, e podem determinar valores diversos sobre o mesmo objeto. A visão tradicional de reconhecimento de bens patrimoniais com foco histórico-artístico é considerada limitada por Muñoz-Viñas, visto que a gama de naturezas dos objetos é extensa. O conceito de patrimônio, assim, deixa de ser predeterminado por grupos técnicos e especialistas, passando a ser uma construção intelectual das pessoas. Nesse contexto, amplia-se a noção de valores patrimoniais para incluir aspectos simbólicos, religiosos, identitários, biológicos, turísticos, pessoais e sentimentais.

Apesar das importantes contribuições que essa ampliação da visão patrimonial trouxe, como a inclusão de outros saberes e expressões culturais e a inclusão da

participação dos diversos sujeitos envolvidos com o bem, Nery e Baeta (2018) alertam para alguns possíveis riscos:

interpretações apressadas e superficiais podem superestimar o papel dos sujeitos a tal ponto de colocarem em risco a própria expressão cultural contemporânea e do passado, através da desqualificação da importância do próprio objeto de preservação - em especial aqueles de natureza material (NERY; BAETA, 2018, p. 10).

Sabemos que nas últimas décadas, a teoria da conservação tem passado por uma ampliação, na qual a noção de valores absolutos vem sendo superada, e a relação entre sujeito e objeto tem ganhado mais visibilidade. Contudo, a recorrência no discurso de valorização exagerada da imaterialidade e da participação dos sujeitos como justificativa para construções miméticas, cada vez mais presentes, é um ponto que nos preocupa. Consideramos essencial a participação dos atores envolvidos no processo de conservação, contudo, essa valorização da subjetividade e do envolvimento dos sujeitos não pode dar-se às custas do objeto que se pretende preservar. Longe de ser considerado como absoluta, a materialidade segue sendo um atributo importante, capaz de carregar valores históricos, artísticos, culturais, entre outros a depender de cada caso. O reconhecimento da participação dos sujeitos e de que devemos olhar o patrimônio como algo que transcende a materialidade, não significa o apagamento das teorias já consolidadas e nem da preocupação com a materialidade. O especialista tem papel fundamental no processo de encontrar o equilíbrio entre esse processo de valoração e conservação dos aspectos intangíveis com os aspectos tangíveis, sendo ao mesmo tempo mediador e sujeito ativo nesse processo.

A significância cultural, vem sendo entendida pela Unesco, segundo o seu *Operational Guidelines for the implementation of the Heritage Convention* (2012) a partir dos valores que são atribuídos ao patrimônio, considerando os condicionantes locais, os atores e grupos envolvidos e sua importância histórica. A noção de significância, como já vimos, vem sendo operacionalizada a partir do instrumento da declaração de significância, contudo, existem lacunas quanto à sua compreensão teórica e, sobretudo, quanto à dificuldade de operacionalização e de incorporação dos diversos atores sociais envolvidos no processo de tomada de decisões, onde muitas vezes as instituições de salvaguardam não dispõem de ferramentas adequadas para colocar em prática o que diz na teoria, de maneira que a maior parte dos julgamentos segue restritos ao corpo técnico. Um desafio que vem tentando ser enfrentado por alguns órgãos mas que ainda encontram dificuldades na sua operacionalização.

No caso dos bairros em estudo, de acordo com o recente diagnóstico⁷⁹ elaborado pela DPPC (2019), os principais atributos valorados para a ZEPH-10 são aqueles ligados ao patrimônio material, como os conjuntos arquitetônicos, o traçado urbano, as igrejas e seus

⁷⁹ Analisaremos o diagnóstico mais profundamente no item 3.3

pátios, ou seja, elementos materiais do espaço urbano. Observa-se, neste contexto, uma normativa fortemente centrada nas dimensões exclusivamente materiais do patrimônio, com uma notável inclinação para o que se poderia chamar de fachadismo⁸⁰. Neste cenário, a gestão desse patrimônio permanece essencialmente compartimentada, com uma separação acentuada entre os aspectos materiais e imateriais, apesar da retórica que defende tal abordagem como uma metodologia apropriada. No entanto, como será discutido em detalhes no capítulo 4, esta abordagem revela-se problemática e, utilizando as palavras de Meneses (2006), caracteriza-se como "esquizofrênica". Esta observação ressalta a necessidade de repensar a estrutura de gestão do patrimônio, a fim de incorporar de forma mais abrangente e integrada tanto os elementos materiais quanto os imateriais, promovendo, assim, uma gestão mais ampla e eficaz desse valioso legado cultural.

Emerge da análise uma estrutura de gestão ainda profundamente arraigada em uma perspectiva dicotômica, demonstrando um avanço limitado na abordagem simultânea das dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio. As discussões contemporâneas em torno dos conceitos de valores, autenticidade, integridade e significado cultural, todos de suma importância para abordar os desafios de preservação, enfrentam obstáculos significativos quando se trata de serem incorporados às práticas preservacionistas vigentes. Nesse contexto, o modelo de gestão tende a seguir uma orientação de homogeneização, evidenciando as complexidades inerentes à gestão da interseção entre materialidade e imaterialidade. Isso se torna ainda mais evidente quando se observa a preservação de áreas históricas de significativa relevância cultural, que são regulamentadas por normas que não são devidamente adaptadas às peculiaridades e singularidades locais, destacando a necessidade premente de repensar e adaptar abordagens preservacionistas para uma gestão mais eficaz e sensível ao contexto local.

O Projeto de Reordenamento do entorno do Mercado de São José⁸¹, é outra iniciativa que nos faz refletir sobre as dificuldades de entendimento e operacionalização da noção de significância cultural. Além desses, outros projetos reforçam esse argumento: o Projeto Porto Novo⁸², o Projeto Novo Recife⁸³. O projeto Porto Novo é uma proposta de continuidade liderada pelo Governo do Estado de Pernambuco, focada na área situada ao norte da orla marítima da cidade, entre os bairros do Recife e São José. O âmbito territorial contemplado no projeto corresponde à antiga zona portuária do Recife, detentora de significativo valor

⁸⁰ Tiesdell, Oc, Heath (1996) apud VIEIRA, Natália Miranda. Artigo publicado no Anais do ARQUIMEMÓRIA 3 - Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008

⁸¹ Para mais informações ler VIEIRA-DE-ARAUJO, Natália Miranda (2021)

⁸² Para mais informações acessar: https://www.portodorecife.pe.gov.br/conheca_portonovo.php

⁸³ Para mais informações ler: KIRZNER, Beatriz Carvalheira. CAOS NO CAIS: Projeto Novo Recife e a Subversão do Patrimônio Cultural. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl.

patrimonial urbano, ambiental e histórico, que, após a realocação das atividades portuárias para o Porto de Suape, ao sul da capital pernambucana, passou por um processo de consideração e emoções de suas estruturas. O Projeto Porto Novo tem como principal objetivo a requalificação e reutilização da área não operacional do Porto, com o propósito de abrigar um complexo turístico, cultural e de lazer, de âmbito metropolitano, sendo executado por iniciativa pública e com concessão de uso a particulares. Sobre esse projeto Vieira-de-Araújo comenta:

No momento atual, a continuidade do projeto Porto Novo [...] deixa evidente que essa área será objeto de grandes pressões por uma modificação de seu perfil de ocupação. Os projetos para uma marina, um centro de convenções e hotel cinco estrelas na borda d'água imediatamente contígua ao miolo do vuco-vuco de Santo Antônio e São José e ao lado das famigeradas “Torres Gêmeas” anunciam tempos de tensão para uma atenção preservacionista para com essa área (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p. 225).

O projeto Novo Recife consiste na construção de torres residenciais e empresariais com altura média de 120 metros no Pátio Ferroviário das Cinco Pontas apresentando-se como uma construção altamente verticalizada, posicionada estrategicamente na principal rota de entrada de ar dos bairros de Santo Antônio e São José. Esse empreendimento vai comprometer significativamente a ventilação dessas áreas e provocar, de forma negativa e drástica, um impacto visual desfavorável na paisagem urbana da região.

Esse projetos atendem a uma lógica empresarial de planejamento da cidade, em que os espaços de frente d'água são explorados como categoria de mercadoria a ser consumida, principalmente pelos grupos mais ricos da cidade e por estarem, relativamente, um pouco mais afastados do “vuco-vuco” que é a área foco da nossa pesquisa, não nos deteremos muito nesses projetos, mas reconhecemos os impactos profundos e irreversíveis que eles ocasionarão (na verdade já ocasionam) na dinâmica desses bairros e na sua significância. Sobre o Projeto Novo Recife a professora e arquiteta Lúcia Veras comenta:

O futuro perfil da borda de São José, com gabaritos entre 31 e 45 pavimentos, adota um novo padrão de ocupação, distinto do estabelecido até o início do século XXI – em torno de seis pavimentos –, o que poderá se definir como uma ilha dentro paisagem-postal 58 a imagem e a palavra na compreensão de um recife urbano da outra ilha deste território. Do ponto de vista da imagem, o ‘Novo Recife’ se sobrepõe ao ‘Velho Recife’ e elimina a imponentia das torres das igrejas que pontuavam este horizonte. Já não serão as torres das igrejas que se sobressairão, mas as dos novos edifícios (VERAS, 2014,p. 57-58).



Figura 02: Linha de borda do futuro Cais José Estelita com o Projeto Novo Recife e os construídos Piers Maurício de Nassau e Duarte Coelho. Entre eles, o “velho” bairro de São José, pontuado de igrejas. (Fotomontagem a partir do Relatório de Impacto do Empreendimento, do Consórcio Novo Recife, 2011).

Fonte: VERAS, 2014

Sobre o projeto de Restauro e Requalificação do Mercado de São José, por ser um bem reconhecido através do registro no Livro de Tombo de Belas Arte Nacional e ter seu valor reconhecido enquanto imóvel de destaque dentro do conjunto de São José, o processo segue (ou deveria seguir) um rigor metodológico com especial atenção aos aspectos materiais. De acordo com Vieira-de-Araújo (2021), é elaborado pela URV-Recife, e aprovado pelo Iphan-PE, um Termo de Referência do plano de trabalho que deveria ser o norte para o desenvolvimento do projeto. Segundo a autora, o Termo de Referência indica que “a contratação desse projeto visa buscar revalorizar sua estrutura arquitetônica e imponência frente ao entorno e as práticas de uso tradicional do Mercado, adaptando-se às novas necessidades” (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p.2018). De acordo com a autora as proposições do projeto visam responder a uma intenção de valorização do lugar enquanto espaço turístico da cidade. Vieira-de-Araújo (2021), destaca as várias fases pelas quais o projeto passou, desde a sua licitação em 2014, até a aprovação dos projetos complementares em 2020. Um longo, oneroso e controverso processo que por muitas vezes não seguiu as orientações do Termo de Referência, como indica Vieira-de-Araújo (2021). A pergunta que nos fazemos com essas ações e projeto é: “para quem é esse novo Mercado”? Sobre essas intervenções no Bairro de São José e sobre os riscos de gentrificação no Mercado e seu entorno, na qual as atividades voltadas ao turismo se dão em detrimento dos usos sociais cotidianos Vieira-de-Araújo (2021) afirma:



Figura 03: Reforma do Mercado de São José
Fonte: autora, julho de 2023.

Em que medida essa “novidade” garante a questão da preservação da identidade do bairro? Parece muito claro que estamos falando de mais um processo de gentrificação em curso. [...] Entendemos que dessa cultura popular nasce a simbiose de que falamos entre MSJ e o bairro de São José, que deveria ser objeto de atenção para a compreensão material e imaterial da área. [...] a tendência à supervalorização de atividades como o turismo em detrimento dos usos sociais dos espaços, do reconhecimento e valorização da integridade sociofuncional do bairro. É preciso levar em conta a relevância dos atributos que constituem esses bens para as relações sociais estabelecidas no contexto em que estão implantadas (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p.226).

Frente a problemática que está posta, se apresenta o desafio à ação projetual e à gestão da conservação e suas práticas preservacionistas. É preciso refletir sobre as teorias da restauração não como algo a ser superado, ao contrário, como algo a ser aprofundado e analisado caso a caso. Vários conceitos introduzidos na teoria brandiana são fundamentais nos trabalhos de conservação que buscam dar conta da preservação da autenticidade e da integridade, noções chaves na preservação da significância cultural.

Ao invés de alargarmos ou abandonarmos alguns conceitos referenciais – o que resulta em atitudes muito próximas por esvaziar os termos de real significado e capacidade operativa – deveríamos precisar ainda mais cada um deles e distinguir suas aplicabilidades. Portanto, muito mais do que aplicar um referencial arquitetônico a uma questão antropológica e vice-versa, deve-se pensar nas tangências entre esses campos na busca da síntese interventiva (NERY; BAETA, 2015).

Devemos, como indica Lira (2020), trabalhar as noções de valores, autenticidade, integridade e significância cultural na contemporaneidade, a partir da ótica da interdependência existente entre esses conceitos e da necessidade de apontar orientações às ações de conservação deste sítio entendendo que este é um processo dinâmico, que precisará ser periodicamente atualizado e que precisa incorporar os múltiplos olhares sociais e grupos envolvidos com o bem, trabalhando simbioticamente seus aspectos materiais e imateriais, para que estas práticas possam subsidiar na gestão democrática e operacional das ações de conservação do patrimônio cultural nos bairros de Santo Antônio e São José e em outros sítios históricos.

Meneses (2006), reforça a necessidade de entender a cidade como um “bem cultural” onde esta possui três dimensões imbricadas: a dimensão da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, etc, a dimensão das representações e a dimensão das práticas sociais.

Além disso, não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tãe natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. São nas forças que geram os interesses e nos conflitos que podem opô-los uns aos outros e nos jogos variados de proposição, imposição ou negociação que encontraremos as chaves pelas quais certos atributos geométricos e físico-químicos (os únicos imanentes) das coisas permitem sua mobilização a serviço do sentido. Sem as práticas sociais não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais

de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio (MENESES, 2006, p. 36-37).

Na pesquisa desenvolvida por Valentim (2020), o autor realizou uma densa investigação sobre o estado da arte da significância cultural tanto pelos teóricos anglo-saxões e brasileiros, quanto pelas instituições de salvaguarda do patrimônio, avaliando qual foi a evolução do termo após quarenta anos da sua primeira publicação. O autor empreendeu uma análise sobre dois bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, ambos reconhecidos como patrimônio cultural (o Chaco Culture National Historical Park - EUA e o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo - Brasil), após densa análise o autor destaca que os valores reconhecido não são confirmados e nem validados socialmente, mas identificados pelos próprios especialistas. Não havendo uma convergência entre teoria e prática, onde a significância é uma noção que justifica o discurso dos valores e da subjetividade na salvaguarda do bem, contudo, não é implementada como instrumento de conservação e, quando o faz, assume uma postura centrada nos especialistas.

Apesar do consenso entre os principais estudiosos do tema da conservação sobre a noção de significância cultural e sua intrínseca relação com o conjunto de valores patrimoniais, com a autenticidade e a integridade, percebemos alguns obstáculos na operacionalização da significância cultural, sendo uma noção pouco explorada como instrumento de conservação na prática, ainda que algumas instituições de salvaguarda façam uso do conceito em seus discursos.

Do ponto de vista prático, a significância tem sido adotada no discurso de salvaguarda [...], mas não tem sido aplicada como instrumento. Além disso, os valores patrimoniais reconhecidos nos documentos são frutos da interpretação de um grupo específico de atores sociais; e por vezes são colocados em risco, face a decisões tomadas pelas próprias instituições (VALENTIM, 2020, p. 135).

A eficácia da significância cultural como ferramenta de conservação enfrenta desafios metodológicos para capturar os valores atribuídos por atores sociais envolvidos com o patrimônio. Além disso, a compreensão teórica do conceito de significância ainda encontra obstáculos diante da predominância de especialistas e técnicos da área de conservação na tomada de decisões sobre a preservação patrimonial, apesar de ser consenso a necessidade de participação dos atores sociais no processo de valoração. Essa realidade propicia a consolidação de abordagens de preservação que se concentram na materialidade do patrimônio e priorizam seus aspectos históricos, mas sobretudo, no olhar apenas do especialista.

A Unesco, ao exigir análises rigorosas de proteção e integridade na formulação da Declaração de Valor Universal Excepcional, delimita tais análises exclusivamente ao escopo dos especialistas, o que frequentemente resulta em considerações majoritariamente centradas em aspectos materiais e cânones históricos nas práticas de preservação

patrimonial. Entretanto, no âmbito teórico, estudiosos como Tainter e Lucas (1983) e Randall Mason (2004), como vimos, identificam deficiências na compreensão da noção de significância e fragilidade na sua aplicação como instrumento de conservação centrado apenas na materialidade, destacando a importância de envolver uma maior diversidade de atores sociais no processo.

A abordagem de Flaviana Lira (2020; 2021) e Isabela Dutra (2021), em suas pesquisas, nos sugere um caminho promissor para efetivar a operacionalização da significância cultural, ao considerar tanto os elementos imateriais quanto os materiais presentes nas práticas preservacionistas. As autoras destacam a indissociabilidade dos conceitos de significância, integridade e confiança como ponto de partida para sua proposta. Dutra e Lira (2021), propõe em sua pesquisa um instrumento de consulta, que foi desenvolvido no âmbito de uma disciplina de planejamento urbano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE em 2017, junto com a professora Virgínia Pontual, onde esse instrumento é aplicado junto aos atores sociais. As autoras orientam que antes da utilização do instrumento seja feito um estudo aprofundado acerca do contexto histórico e legal do objeto a ser analisado, pois esse caminho permite chegar aos atributos⁸⁴ e quais seus valores potenciais. Após selecionar os atributos e os valores, o instrumento é aplicado nos atores sociais envolvidos com aquele bem. O instrumento permite chegar a um juízo qualitativo, uma ferramenta muito importante que é capaz de proporcionar uma análise abrangente de cada atributo e uma visão global da área estudada, chegando a indicar quais atributos precisavam de ações de gestão mais urgentes. Os resultados obtidos pelas autoras apontaram que o trecho do bairro de São José analisado por elas, que coincide em alguns pontos com o trecho desta dissertação, pode ser considerado com íntegro e autêntico mesmo tendo ocorrido perdas durante sua existência, as permanências são algo ainda muito expressivo e os atributos valorados e reconhecidos pelos atores sociais. Ao final da pesquisas Dutra e Lira (2021) chegaram a Declaração de Significância Integridade e Autenticidade de São José, reforçando a importância da pesquisa histórica aprofundada e da multiplicidade de atores sociais envolvidos no processo.

Lira (2020, p.12), propõe alguns aspectos balizadores que permitem analisar de forma integrada, as noções de significância cultural, integridade e autenticidade, premissa basilar para operacionalização efetiva da significância e também a maior dificuldade em seu processo operacional. Assim, a autora define cinco premissas:

- I. A significância cultural, a integridade e a autenticidade estão relacionadas à avaliação dos atributos patrimoniais, ou seja, aos aspectos que mais fortemente caracterizam e são valorados no bem. Disso decorre que o primeiro passo de

⁸⁴ As autoras definem atributos como “as características, tanto materiais como não materiais, dos bens aos quais os valores patrimoniais são atribuídos” (DUTRA; LIRA, 2021, p. 162).

qualquer ação sobre bens culturais deva ser a identificação de seus atributos patrimoniais;

II. Como os atributos patrimoniais se transformam no tempo em razão da ação natural e antrópica, a significância cultural, a integridade e a autenticidade também mudam, sendo, portanto, condições dinâmicas do bem cultural e que se influenciam mutuamente;

III. A construção da significância e a avaliação das condições de integridade e de autenticidade têm que ser realizadas no contexto sociocultural em que cada bem se encontra, a partir de um processo de validação intersubjetiva;

IV. A identificação da significância cultural de um bem deve ouvir, em igual medida, todos os atores sociais diretamente envolvidos; a avaliação das condições de integridade e de autenticidade, por sua vez, por demandar conhecimento técnico e especializado, deverá ser realizada por especialistas;

V. O produto final desse processo deverá ser uma declaração integrada da significância cultural do bem, de suas condições de integridade e de autenticidade (DSIA), na qual já devem estar apontadas diretrizes para a gestão da conservação e/ou diretrizes norteadoras da ação projetual.

A autora reforça a importância da pesquisa histórico-documental como ponto de partida seguido do levantamento das características formais atuais para avaliação do que se perdeu ou foi mantido ao longo do tempo. A pesquisadora indica o levantamento dos usos, pois eles permitem identificar as permanências, perdas ou transformações tanto dos usos, quanto das práticas sociais e investigar quais são os valores atribuídos e como eles se conectam aos atributos. Lira (2020), aponta esse caminho para uma visão integralizada entre as três noções e está relacionada com a sua primeira premissa. Na segunda premissa a autora reforça que as três noções podem ser modificadas com o tempo e que portanto precisam de revisão periódica. A terceira premissa parte do entendimento da necessidade envolver os diversos atores sociais através de um processo de negociação, equilíbrio e consenso sobre as três noções, para a partir dessas informações “construir diretrizes de conservação baseadas em leituras criteriosas do bem, o que será materializado na (DSIA)” (LIRA, 2020, p. 17). O papel de cada ator social na construção da significância cultural e na avaliação da autenticidade e da integridade é do que se trata a premissa quatro.

Um documento importante que aborda a importância da participação dos diversos atores envolvidos é a Portaria nº 375/2018, promulgada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e tem como objetivo a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM). Essa normativa estabelece um arcabouço conceitual e metodológico para a identificação, proteção, preservação e gestão dos bens materiais de interesse cultural, reforçando a necessidade de reconhecimento das expressões culturais e sua salvaguarda para as gerações presentes e futuras. A portaria reforçaria a importância da abordagem integrada e participativa, envolvendo atores sociais diversos no processo de tomada de decisões, de modo a assegurar a ocorrência das ações preservacionistas. A política prevê a elaboração de inventários, registros e mapeamentos dos bens culturais, buscando a identificação, documentação e disseminação das manifestações culturais em todo o território nacional. Além disso, a normativa enfatiza a importância do reconhecimento e preservação do

patrimônio cultural associado a grupos sociais específicos, como comunidades tradicionais e povos indígenas, garantindo a preservação de suas identidades culturais. O documento também estabelece critérios para a concessão de incentivos e apoios financeiros, estimulando a realização de projetos de pesquisa, preservação e educação patrimonial. Sobre o documento Lira (2020) afirma:

O PPCM reconhece a imprescindibilidade da multiplicidade de olhares na conservação e define princípios para tanto, sendo dois deles particularmente convergentes com as questões postas neste artigo: o princípio da ressignificação, que parte do entendimento de que continuamente novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural, o que o torna dinâmico, e não apenas um registro do passado; o princípio da colaboração, que estabelece que a preservação exige a colaboração e a cooperação entre as esferas do Poder Público e a comunidade (LIRA, 2020, p. 17).

A autora ressalta a necessidade de avaliação da autenticidade e da integridade por especialistas pois, demandam um conhecimento técnico sistematizado sobre a história do bem e as mudanças sofridas ao longo do tempo e que por isso devem ser avaliadas por especialistas mas a valoração e a validação dos atributos assim como a apreensão da significância precisa considerar todos os atores sociais envolvidos. Com relação a última premissa, trata-se da DSIA, que segue a metodologia da pesquisa elaborada por Dutra e Lira (2021).

Percebemos uma série de contribuições teóricas no campo da preservação que tem buscado de alguma forma operacionalizar o conceito de significância cultural através de estratégias metodológicas importantes como as já citadas anteriormente. Tais experiências nos mostram o desafio na operacionalização da significância e na prática preservacionista que consiga dar conta, de forma equilibrada, dos aspectos tangíveis e intangíveis dos bens patrimoniais a partir de um olhar sensível e intersubjetivo. Vieira-de-Araújo (2021) ressalta a importância do trato simbiótico⁸⁵ dessas duas dimensões:

Vivemos, portanto, o desafio de tratar simultaneamente materialidade e imaterialidade dos bens culturais. Desafio ainda com grandes questões a serem enfrentadas para que não corramos o risco de relativização absoluta dos aspectos materiais, tampouco da realização de projetos de restauração/ requalificação/ reabilitação em que a materialidade seja um norte tão proeminente que as questões da significância se apaguem (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p.197).

Como vimos, a discussão contemporânea no âmbito da preservação do patrimônio cultural destaca a centralidade das análises sobre a significância cultural e da importância do envolvimento dos atores na atribuição de valores e no reconhecimento do que deve ser objeto de salvaguarda. Nesse contexto, percebemos a aquisição de novas dimensões da

⁸⁵ O presente estudo adota o conceito de simbiose trabalhado na pesquisa da autora Natália Miranda Vieira-de-Araújo, intitulada: VALORES, SIGNIFICÂNCIA E IMATERIALIDADE: Reflexões sobre a relação (simbiótica) entre Mercado e Bairro de São José, 2021 (no prelo), onde a autora ressalta que, “relação simbiótica” é aquela que possui uma associação íntima da qual ambos se beneficiam mutuamente e a qual precisa ser compreendida em sua profundidade para o alcance de uma prática preservacionista efetiva.

preservação ao enfatizar a tentativa de reconhecimento de elementos intangíveis que encontram seu respaldo na substância material. O que queremos destacar é que, mesmo com a bem-vinda e necessária ampliação do campo patrimonial, que abarca as questões intersubjetivas, é de fundamental importância que esse alargamento venha acompanhado do estudo cuidadoso das contribuições da teoria do restauro, para que essas reflexões não coloquem a materialidade em risco e nem desconsidere suas relações subjetivas, portanto, precisamos encontrar o “caminho do meio”. Em outras palavras, consideramos que a atenção com a imaterialidade é de fundamental importância, mas esta deve ser analisada conjuntamente com seus aspectos materiais, reconhecendo que se trata de duas faces da mesma moeda, e que o caminho para alcançarmos uma operacionalização consistente da significância está ancorada nesta premissa, Vieira (2021).

2. EM BUSCA DE UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA PARA UMA PRÁTICA PRESERVACIONISTA MAIS SENSÍVEL

A vivência do espaço social urbano como forma de apreensão fenomenológica do lugar como expressão do espaço social revela-se uma abordagem teórica de suma relevância como apontam as teorias de Lefebvre (1974), cujos fundamentos encontram-se ancorados em uma dialética que transcende a verdade absoluta, essa perspectiva analítica desvela a complexidade das contradições inerentes à vida. Assim, a dialética lefebvriana transcende o mero âmbito teórico, buscando apreender a vida em todas as suas manifestações, priorizando não apenas a ideia, mas também o processo material da produção social. A partir dessa perspectiva fenomenológica, evidencia-se que o espaço, analisado segundo suas três dimensões, pode ser compreendido como espaço social, abrangendo não somente sua concretude material, mas também conceitos pensados e sentidos por meio da experiência corpórea. Nesse sentido, a materialidade por si só, desprovida do elemento da experiência vivida ou dos sentidos nela investidos, carece de existência. A apreensão fenomenológica do lugar, portanto, emerge como uma abordagem enriquecedora e complexa para a compreensão dos fenômenos sociais urbanos, permitindo uma apreciação mais abrangente e profundamente contextualizada dos espaços que habitamos e compartilhamos em nossas vivências cotidianas.

Partindo dessa premissa, as errâncias urbanas revelam-se como uma forma singular de apreensão do lugar e de sua dimensão sensível. Reconhecendo a cidade como o locus das experiências cotidianas, das práticas de espaço vivido e das variadas formas de apropriação do ambiente urbano. Emerge a compreensão de que corpo e cidade estão intrinsecamente interligados, mesmo que involuntariamente, por meio da experiência urbana de um corpo que se deixa afetar. Nesse contexto, o estudo do ambiente urbano, especialmente dos espaços públicos, através das derivas, busca mapear os diferentes estados afetivos que emergem dessa prática de vagar pela cidade. Nessa abordagem, aqueles dedicados à pesquisa e comunicação das realidades psicogeográficas desempenham um papel essencial na compreensão e transmissão dessas experiências, conforme ressaltado por Jacques (2012). A prática da deriva situacionista, assim, assume um enfoque importante na compreensão e exploração do ambiente urbano, ao focalizar a apropriação subjetiva dos espaços e a análise dos afetos desencadeados durante essa caminhada errante, revelando-se como um campo de estudo rico e complexo.

Assim, adotamos o ato de caminhar e de ficar à deriva, como uma experiência corpórea, capaz de conectar-nos com as múltiplas dimensões sensoriais da cidade, que, de

acordo com Francesco Careri, desencadeia uma ativação física e estabelece uma relação direta e imediata com os espaços urbanos, configurando-se como um elemento essencial na percepção e compreensão do ambiente construído. Através dessa prática, somos envolvidos por imagens, cheiros, sons, ruídos e texturas que permeiam a paisagem urbana, proporcionando uma vivência imersiva e profunda. Portanto, reconhecemos que o caminhar transcende a mera locomoção e se revela como uma ferramenta poderosa para apreendermos a cidade em sua plenitude, estimulando uma consciência ampliada e sensível do entorno urbano. Sob essa perspectiva, o caminhar emerge como uma prática de conexão íntima com a cidade, oferecendo-nos a oportunidade de explorar e vivenciar seu espaço social urbano de forma enriquecedora e significativa.

2.1 A vivência do espaço social urbano: a apreensão fenomenológica do lugar como expressão do espaço social.

A categoria espaço, faz parte do senso comum de muitas disciplinas sendo contemplado por várias definições. O conceito de espaço social urbano que estamos trabalhando nesta pesquisa, está ancorado na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (1974) e surge como uma base para observar e apreender o espaço. Lefebvre integra sistematicamente na sua teoria duas categorias - cidade e espaço - em uma única teoria social, na qual nos permite alcançar diferentes níveis de compreensão e análise dos processos espaciais. Os fatores determinantes desta teoria estão embasados em três pilares: i) a dialética não binária - triádica - baseada nas teorias de Hegel, Marx e Nietzsche; ii) a teoria da linguagem, na qual Lefebvre desenvolve uma teoria própria da linguagem, baseado em Nietzsche, onde ele aplica sua dialética triádica concretamente; iii) a fenomenologia francesa, trabalhada com base nos fundamentos de Heidegger, Merleau-Ponty e Gaston Bachelard.

Em 1947 Lefebvre traz seu primeiro estudo sobre o espaço, no qual ele expõe uma crítica ao existencialismo e a geografia positivista das décadas de 1945 e 1947, apontando para a necessidade de um aporte sociológico baseado nas teorias de Marx. Lefebvre trabalha a noção de lugar como sendo a menor célula e não como espaço do afeto, e cria a concepção relacional de Espaço e Tempo, no qual ele traz a noção de espaço enquanto produto social e não como uma realidade material independente que existe em si mesma.

Partindo desse pressuposto, Lefebvre apresenta uma crítica aos estudos filosóficos produzidos à época, que, ao reduzirem a condição humana ao âmbito do *Homem Teórico* - que privilegia o “conhecimento puro” - , acabam por negligenciar as instâncias relativas à vida cotidiana. Desta forma, Lefebvre conclama os filósofos a considerarem a vida cotidiana como instância fundamental para um entendimento mais amplo da condição humana e das relações sociais (NASCIMENTO, 2008, p.18).

O Espaço, para Lefebvre, é ligado a uma relação social dentro de uma realidade social, ou seja, o espaço “em si mesmo” jamais poderá servir como um ponto de partida epistemológico, ele é produzido e experienciado em um determinado lugar social e em um determinado tempo. Segundo Schmid (2012), o conceito relacional que Lefebvre utiliza, aponta o espaço dentro de uma realidade social, sendo este sincrônico e simultâneo, enquanto o tempo é diacrônico - traz a ideia de evolução no tempo, através do processo histórico de uma “produção social”. Essa produção social é o resultado das práticas sociais, das relações entre os seres humanos por meio das suas atividades e práticas que vão além do corpo da matéria. Através das suas constelações sociais de poder e conflito os seres humanos, na sua corporeidade, sensibilidades, imaginação, pensamentos e ideologias sentem e percebem o espaço.

Lefebvre constrói sua teoria da produção do espaço social e do tempo social de acordo com a perspectiva de que espaço e tempo não são puramente aspectos materiais e nem podem ser reduzidos aos seus status puro. Espaço e tempo, para ele, são aspectos integrais da prática social e não existem de forma universal, mas sim, compreendidos num contexto de uma sociedade específica, levando em conta todas as suas relações, complexidades e conflitos. A chave da teoria lefebvriana reside na definição de três dimensões dialeticamente conectadas - a dialética tridimensional, através de uma abordagem dupla do espaço: uma fenomenológica e outra linguística. Para melhor entendimento da teoria de Lefebvre, Schmid (2012), salienta a necessidade de começar pela compreensão a partir do pensamento dialético, no qual a sociedade é marcada por contradições e que só se é capaz de compreender a sociedade por meio da compreensão dessas contradições.

Em oposição à lógica formal, na dialética, nenhuma verdade é absoluta, “toda proposição com um conteúdo real é ambos verdadeira e falsa, verdadeira se é transcendida, falsa se é declarada absoluta”⁸⁶ (LEFEBVRE, 2009, p. 30). Essa lógica lefebvriana pode ser associada à complexidade da noção de autenticidade, principalmente quando esta é vinculada com a ideia de verdade. A dialética lefebvriana expressa tanto o pensamento de Hegel e de Marx, quanto o de Nietzsche, mas foge do campo puramente teórico e tenta compreender a vida em todas as suas contradições. “Por isso, Lefebvre segue Marx que pôs de pé a dialética de Hegel e deu precedência não à ideia, mas ao processo material da produção social” (SCHMID, 2012, p. 6).

Contra o poder do signo, Lefebvre, seguindo Nietzsche, postula a metamorfose do signo: a poesia. Neste caso, a preocupação de Lefebvre não é a poesia erudita, mas a poesia

⁸⁶Do original em inglês: “every proposition with a real content is both true and false, true if it is transcended, false if it is asserted as absolute”.

da vida cotidiana, a arte da vida: “Por este meio, a racionalidade marxista se junta ao pensamento de Nietzsche na elucidação do devir”⁸⁷ (LEFEBVRE, 2016, p.30). Lefebvre chega, através dos conceitos da “dialética germânica”, a uma renovada dialética tridimensional que não tem paralelo na filosofia e na história do conhecimento,

descrevendo, ele mesmo, sua dialética como uma crítica radical de Hegel baseada na prática social de Marx e na arte de Nietzsche. Num nível geral, a figura dialética fundamental na obra de Lefebvre pode ser compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético (SCHMID, 2019, p.7).

Nascimento (2008), salienta que a dialética de Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social ancorada em três dimensões: a prática social material, como seu ponto de partida da vida e da análise baseado em Marx; a linguagem e o pensamento, como parte do pensamento abstrato baseado em Hegel; e o ato criativo e poético, baseado em Nietzsche como forma de transcendência, opondo-se ao “pensamento puro” como lógica que reage a condição humana. Partindo desse pensamento, Lefebvre aponta para a necessidade de aprofundamento e estudo das relações provenientes da vida cotidiana, da “vida como ela é”, do estudo do ser humano em todas as suas relações sociais de contradições e conflitos, onde é nesse cotidiano, que acontece o espaço da reprodução da ideologia, e que irá portanto, dar o caráter de totalidade da condição humana, a partir de uma ordem socialmente construída com base em uma ordem próxima - “constructo social”, e uma ordem distante - “constructo mental”, onde não são suprimidas as ordens intermediárias - proximidade física, espacial e temporal, como enfatiza Nascimento (2008).

O ponto de partida da teoria da linguagem de Lefebvre é baseado na poética de Nietzsche, e ele trabalha com três dimensões: a sintática, que é a dimensão clássica da linguística e da gramática que lida com as regras formais das relações entre as coisas; a dimensão paradigmática, onde ele trabalha com a combinação e seleção de símbolos e signos; e a dimensão simbólica, carregada de imagens, emoções, afetividade, conotações, ambiguidades e complexidades que são integrais à linguagem viva e vivida.

Desta maneira, Lefebvre busca investigar o instintivo, o emocional e o “irracional” como fatos sociais. Como afirma Schmid (2012), é neste sentido que ele desenvolve o interesse pelo símbolo em sua significância para uma dada sociedade, entrando nas estruturas de ideologias sociais, constituindo a base do imaginário social que é diferente do imaginário individual, havendo uma distinção clara entre função filosófica do imaginário e a função social do símbolo. Para melhor compreendermos a teoria lefebvriana é preciso discutirmos sobre a fenomenologia materialista de Lefebvre.

⁸⁷ Do original em inglês: “*Marxist rationality thus links up with Nietzschean thought in the justification of becoming*”.

Na fenomenologia clássica a percepção depende de cada sujeito, Lefebvre combina isto ao conceito da prática espacial, para dizer que a percepção do espaço não acontece apenas na mente, mas baseia-se numa materialidade concreta e produzida através de um corpo que percebe e sente o espaço. É a percepção do espaço através de uma experiência de interação material com ele. Neste sentido, Lefebvre orienta as discussões para o entendimento de três elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço, partindo de uma tríade conceitual que está ligada a uma tríade dialética do homem que é ao mesmo tempo um processo ativo, individual e social: (i) prática espacial - espaço percebido; (ii) representação do espaço - espaço concebido; (iii) espaço da representação - espaço vivido.

i) Na **prática espacial**, ele ancora suas ideias em Marx e trabalha com a dimensão material da atividade e interação social, marcada pelo social através de um corpo. Aqui percebemos a **dimensão sintagmática** atravessada por uma rede de atividade e interações. É a prática social sobre uma base material determinada, representada pela condição do sujeito que não é individual e sim simultâneo, que se dá através de uma rede de articulações e conexões. Ligado a essa prática espacial está o **espaço percebido**, é aquele que pode ser compreendido por meio dos sentidos e de tudo que se apresenta a eles como aspectos sensoriais que estão diretamente relacionados com a materialidade dos elementos que constituem o espaço.

ii) Na **representação do espaço**, Lefebvre ancora seus conceitos em Nietzsche, e analogamente à **dimensão paradigmática** ele trabalha com imagens. É o lugar da representação onde acontece a substituição do real pelo ideológico, através de um esquema organizador se tenta chegar a uma orientação espacial que linguisticamente define e demarca o espaço. É o **espaço concebido**, previamente, no pensamento. É a junção de elementos para formar um todo, presumindo um ato de pensamento que está ligado à produção do conhecimento. É aí que reside uma das grandes perversidades do urbanismo: quando os planejamentos urbanos partem de pressupostos abstratos, que não partem da realidade vivida e não consideram a cotidianidade de seus símbolos criando projetos ideológicos (espaço abstrato) em substituição do real.

iii) No **espaço da representação**, suas premissas partem dos postulados de Hegel. Trata-se do processo de significação que se conecta a um símbolo material. Trabalha a **dimensão simbólica** do espaço através da experiência do **espaço vivido**. É o espaço concreto, do habitar, dos gestos, dos percursos, do corpo e memória, dos símbolos e sentidos. É o mundo como ele é experienciado na prática da vida cotidiana, “onde sempre vai permanecer um excedente, um remanescente, o indizível, que não é passível de análise

apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos”(SCHMID, 2012, p.14). **Com base nessa perspectiva fenomenológica lefebvriana, percebemos que o espaço analisado segundo essas três dimensões pode ser entendido como o espaço social, que inclui não somente a materialidade concreta mas um conceito pensado e sentido através de uma experiência de corporeidade, na medida em que a materialidade em si mesma sem o elemento da experiência vivida ou dos sentidos que são investidos nesta materialidade não possui existência.**

É preciso que haja uma interação entre essas três dimensões para o espaço social emergir. O núcleo da teoria da produção do espaço pode ser identificado a partir de três momentos da produção: a produção material, a produção do conhecimento e a produção de significado. É preciso apontar que o foco da teoria não é o espaço em si mesmo, nem o ordenamento de objetos no espaço, mas sim, a compreensão de que o espaço é para ser entendido em um sentido ativo, como uma imbricada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objetivo da análise de Lefebvre é o processo ativo de produção do espaço no tempo, onde através de uma concepção ideológica e vivência cotidiana se tem a experiência do lugar, **através de um processo ativo individual e social ao mesmo tempo se tem esse espaço que é percebido, concebido e vivido através de uma experiência fenomênica desse lugar** em que você se deixa através da corporeidade⁸⁸, ou seja, a maneira pela qual o cérebro reconhece e utiliza o corpo como instrumento relacional de experiência com o mundo, você se faz poroso, se deixa afetar em todos os sentidos. Através do habitar, do caminhar, dos gestos, percursos, memórias e sentidos.

As transformações espaciais ocorridas por meio da produção e/ou reprodução espacial implicam e simultaneamente são resultados de processos socioespaciais em que há rupturas, mas também permanências. Nesse sentido, procuraremos utilizar as teorias lefebvrianas de produção do espaço social considerando que estas possam auxiliar na análise coerente no processo de produção contemporânea do espaço social da ZEPH-10. Este entendimento da importância de se levar em conta os aspectos intangíveis associados à sua materialidade possibilitará fazer uma interpretação mais coerente sobre os atores envolvidos com o bem e compreender a forma como estes valoram este lugar, buscando, desta maneira, dar sentido e significado a tudo que rodeia este sítio, considerando que todo esse conjunto de elementos tangíveis e intangíveis estão indissociavelmente inseridos em um espaço social urbano. Portanto, o que dota o lugar desse sentido especial é o conjunto de significado que os atores que vivenciam aquele lugar e deles se apropriam em sua relação subjetiva imprimem nesse espaço social urbano.

⁸⁸ Falaremos mais detidamente sobre a importância da relação entre corpo e espaço vivido no próximo item.

2.2 Errar enquanto experiência urbana: A prática do caminhar como forma de apreensão do lugar e sua dimensão sensível.

Reconhecemos a cidade como o lugar das experiências, das práticas cotidianas do espaço vivido e das diversas formas de apropriações do espaço urbano, como vimos na teoria lefebvriana. Partido da mesma premissa de que corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através da experiência urbana de um corpo que se deixa afetar, Paola Berenstein Jacques⁸⁹ e Fabiana Dultra Britto⁹⁰, trazem a noção de corpografia urbana: “A corpografia urbana seria um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana da própria cidade vivida, que configura o corpo de quem a experimenta” (BRITTO; JACQUES, 2008, p.79).

As autoras ressaltam a importância da apropriação do lugar através da experiência afetiva e da prática dos espaços urbanos pela própria experiência corporal e sensorial da cidade, através das “relações entre corpo - corpo ordinário, vivido, cotidiano⁹¹ - e cidade”(BRITTO; JACQUES, 2008, p.80). A autora chama a atenção para essa relação entre corpo-cidadão e corpo-urbano e considera a cidade não mais como um cenário, mas como esse “outro corpo” que estabelece novas e complexas relações que não podem ser reduzidas a um simples espetáculo, uma simples imagem ou uma mera fetichização.

Conforme indicado pela autora, o processo de experienciar através do corpo que experimenta a cidade vivida, é um caminho subversivo que vai de encontro ao mecanismo de espetacularização urbana contemporânea, que está diretamente relacionado com a diminuição da experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana e pode causar o empobrecimento da experiência urbana, levando a uma restrição das possibilidades

⁸⁹ Professora da faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade, pesquisadora do CNPq, associada ao LAA/EAPLV (França) e autora dos livros *Les Favelas de Rio* (Paris, l'Harmattan, 2001); *Estética da Ginga* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2001); e *Esthétique des Favelas* (Paris, l'Harmattan, 2003); co-autora de *Maré, Vida na Favela* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002); e organizadora de *Apologia da Deriva* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003), *Corps et Décors Urbains* (Paris, l'Harmattan, 2006), e *Corpos e Cenários Urbanos* (Salvador, Edufba, 2006).

⁹⁰ Professora da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, onde é Pró-Reitora de Extensão Universitária desde setembro/2014. Possui Licenciatura em Dança (UFBA, 1987), Mestrado em Artes (USP, 1993), Doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC-SP, 2002), Pós-Doutorado em Arte Pública (Bauhaus Universität Weimar, 2009) e Estágio Sênior no CRESSON (Grenoble, 2012). É Coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório Coadaptativo LabZat e colaboradora do grupo de dança *Cena 11* / Alejandro Ahmed (Florianópolis, 1999 a 2012), coautora do “Projeto SKR” (2000-04) e “Guia de idéias correlatas” (2006-08) e consultora em “Skinnerbox” (2003) e “SIM: ações integradas de consentimento para ocupação e resistência”(2009). Autora do livro “Temporalidades em Dança: parâmetros para uma história contemporânea” (Belo Horizonte, FID, 2008) e co-organizadora de “Corpocidade: debates, ações, articulações” (Salvador, Edufba, 2010), e “Corpocidade: gestos urbanos” (Salvador, Edufba, 2017) e da coleção “Experiências Metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea” (Salvador, Edufba, 2015).

⁹¹ “O corpo enquanto possibilidade de resistência à espetacularização, o posto do corpo mercadoria, imagem ou simulacro, produto da própria espetacularização contemporânea” (JACQUES, 2008, p.85).

perceptivas do corpo, onde os espaços urbanos se tornam simples cenários ou “espaços desencarnados” como se referem as autoras.

De acordo com Jacques, a contemporaneidade revela um fenômeno preocupante no contexto urbano: a espetacularização das cidades e suas consequências no empobrecimento da experiência urbana corporal e perceptiva. Em seus estudos sobre esse tema, a autora ressalta a relação direta entre o processo de espetacularização e a perda da vivência corpórea no ambiente urbano. Nesse sentido, no âmbito do urbanismo contemporâneo, nota-se uma crescente distância entre a prática profissional e a própria vivência da cidade, resultando em uma separação entre o espaço urbano e seu caráter experiencial e corporal. A espetacularização das cidades contemporâneas manifesta-se através de um enfoque excessivo na estética, no espetáculo e no consumo, relegando a segundo plano a vivência cotidiana do espaço urbano. Dessa forma, a cidade torna-se um mero cenário para ser observado, admirado e consumido, desvinculando-se das experiências corporais e perceptivas que a tornam um lugar de vivências autênticas.

Em seu texto *“A espetacularização urbana contemporânea”*, Paola Berenstein Jacques fala sobre as “não-cidades”, analisando as correntes de pensamento urbano contemporâneas. A autora critica tanto a corrente mais conservadora, pós-moderna, que preconiza o pastiche, o congelamento e a patrimonialização desenfreada, principalmente nos centros históricos, provocando uma museificação, quanto a corrente dita progressista, que faz apologia a ideia de “Tabula Rasa” e propõe espaços urbanos genéricos, cidades-shoppings, ou ainda, espaços urbanos “higienizados” da vida cotidiano, como é o caso dos novos projetos urbanos que vem sido construídos nas bordas d’água da nossa área de estudo, como citado capítulo 2 desta pesquisa. Percebemos que, muitas vezes, esses discursos aparentemente antagônicos, surgem simultaneamente na mesma cidade, e até no mesmo bairro. Essas intervenções espetacularizadas nos centros históricos se torna ainda mais preocupante, quando pensamos em utilizar modelos de gestão sem adequá-las às particularidades locais.

A memória cultural local - que deveria ser preservada - se perde, e em seu lugar são criados grandes cenários para turistas. Na maioria das vezes, a própria população local, responsável e guardiã das tradições culturais, é expulsa do local da intervenção pelo processo de gentrificação (JACQUES, 2004, p.24).

Segunda a autora, esse processo está intrinsecamente associado a lógica contemporânea de consumo cultural massificado, onde há uma valorização da necessidade de se produzir uma imagem de cidade e uma identidade, contudo, paradoxalmente, as cidades vão se tornando cada vez mais parecidas através de um processo homogeneizador de produção do espaço urbano, onde a perda da experiência urbana corporal e perceptiva acarreta uma série de consequências negativas para a qualidade de vida nas cidades. Ao

negligenciar a importância da vivência física e sensorial do ambiente urbano, cria-se um distanciamento entre os cidadãos e seu entorno, resultando em uma alienação e despersonalização do espaço vivido. A cidade deixa de ser um lugar onde as pessoas se apropriam, interagem e se identificam, transformando-se em um mero palco de espetáculos superficiais e desprovidos de autenticidade. É fundamental, portanto, repensar as abordagens urbanísticas contemporâneas, buscando reintegrar a dimensão corporal e perceptiva no planejamento e na vivência das cidades, visto que “no urbanismo contemporâneo, a distância, entre prática profissional e a própria experiência da cidade, se mostra desastrosa ao separar espaço urbano de seu caráter experiencial e corporal” (BRITTO; JACQUES, 2008, p.84).

Jacques alerta para a necessidade de resgatar a essência humana do espaço urbano, através da promoção de uma reconexão entre o corpo, a cidade e as experiências vivenciadas como caminho possível para superar o empobrecimento da experiência urbana corporal e construção de cidades mais inclusivas, autênticas e humanizadas, onde o espaço social urbano seja verdadeiramente valorizado. Desta maneira, a apreensão das corpografias emerge como uma possibilidade instigante para a análise crítica do urbanismo, viabilizando o surgimento de outras modalidades de apreensão do espaço, seja por meio de manifestações corporais ou pela incorporação de elementos sensoriais e perceptivos. Sendo assim, o estudo corpográfico pode ser proveitoso, “tanto para compreender as memórias corporais resultantes da experiência do espaço, quanto para apreender as memórias espaciais registradas no próprio corpo através das experiências urbanas” (JACQUES, 2008, p.53).

A forma prática para exercer essa corpografia no espaço social urbano, proveniente do corpo comum que experiencia de forma participativa a cidade é denominado pela autora como “Errâncias”. Em seu artigo intitulado “*Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade*”, a autora critica o uso espetacular, não participativo e tradicional das ferramentas projetuais urbanísticas que relegam a experiência corporal e dão ênfase aos diagnósticos, analisados de maneira imparcial que segundo a autora, “poderia ser utilizado como uma possibilidade de contaminação urbana, quando o arquiteto-urbanista se deixaria contaminar pela cidade existente” (JACQUES, 2005, p.16). Ou seja, a autora propõe a participação, a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos, como alternativa para apreensão da cidade, de maneira que a leitura do espaço urbano não se reduza a simples imagens ou cenário, e se estabeleça como o espaço das trocas, conflitos e dos encontros entre o corpo-cidadão e corpo-urbano, utilizando o próprio corpo, assim como o corpo da cidade, como uma forma de ação através da apropriação do espaço público, no caso das errâncias urbanas, através do simples andar pela cidade.

Jacques (2005) e mais detalhadamente em (2012), divide o histórico das errâncias em três momentos, que estão ligados às três fases da história do urbanismo moderno. O primeiro é o período das *flanâncias*, que está inserido no contexto histórico das grandes reformas urbanas que ocorreram na Europa no final do século XIX, principalmente Londres, Paris e Berlim, mas também no Brasil no início do século XX. Corresponde a criação da figura do *Flâneur*, que é aquele que caminha pela cidade se misturando anonimamente com a multidão. Ainda em seus textos, Jacques destaca as figuras errantes de Baudelaire e Walter Benjamin como um desses *Flâneur* que tinham experimentado o trauma das grandes transformações urbanísticas.

A experiência do flâneur, ao vivenciar a cidade antiga sendo demolida para dar lugar à grande cidade modernizada, está diretamente relacionada com o que, de maneiras distintas, a sociologia de Georg Simmel (1858-1918), as crônicas de Siegfried Kracauer (1889-1966) e também, como já vimos, os ensaios de Walter Benjamin (1892-1940), trataram no início dos anos XX como “estado de choque”: o choque da modernidade mas, sobretudo, o choque da transformação da cidade antiga e a emergência da metrópole moderna (JACQUES, 2012, p. 48).

Assim, enquanto naturalmente as pessoas procuram se distanciar desses choques e conflitos, o flâneur põe-se em risco e predispõe-se a experienciar alteridade radical na metrópole. De acordo com Farias (2022), as principais características identificadas nas práticas das *flanâncias* é o caminhar lento e observador, uma metodologia que vai de encontro à lógica do caminhar acelerado imposto pela modernidade, assim, o flâneur escolhe se perder e se misturar à multidão.

A experiência corporal do flâneur dentro da multidão, ao contrário, surge como um novo e enorme campo de experiências, prazeres e possibilidades: gozar ou se embriagar do anonimato, tomar um “banho de multidão”, se perder ou se encontrar no meio de desconhecidos, sentir-se só no meio de tantos outros diferentes, se desorientar no meio de tantas pernas, diminuir o próprio passo, sair do ritmo uníssono da turba, ir mais devagar para forçar desvios, esquivas, deslocamentos de ombros, olhares passantes, toques errantes, encontros de mãos, arrepios de pele, fricções de braços, empurrões, cotoveladas, trombadas, diversos tipos de contato carnavais fugazes, dos mais violentos aos mais afetuosos, com tantos e variados corpos incógnitos (JACQUES, 2012, p.72).

As narrativas propostas pelo flâneur são como uma espécie de crítica à velocidade exacerbada que empobrece a relação da cidade com o Outro⁹². Jacques (2012), destaca a sensibilidade etnográfica no flâneur como uma forma possível de aproximação sensível da cidade, sobretudo para quem busca entendimento para as complexas ambiências⁹³ urbanas

⁹² Tanto Paola Jacques (2012) quanto Francesco Careri (2013/2017) referem-se aos habitantes da cidade como o “Outro urbano”, ou apenas “Outro”, com primeira letra em maiúsculo. Em Elogio aos Errantes (2012) Jacques escreve que “o Outro urbano é o homem ordinário que escapa – resiste e sobrevive – no cotidiano, da anestesia pacificadora” (JACQUES, 2012, p. 15). A autora também coloca, sobre o Outro: “são esses vários outros que, por sua simples presença e prática cotidiana, explicitam conflitos e provocam dissensos, aqueles que Milton Santos chamou de Homens Lentos, que Ana Clara Torres Ribeiro chama de Sujeitos Corporificados e Michel de Certeau, de Praticantes Ordinários das Cidades” (JACQUES, 2012, p. 15). Decidiu-se, então, manter a grafia “Outro” quando trazida por esses autores (Jacques e Careri).

⁹³ Vale destacar que a noção de ambiência que adotaremos daqui por diante, soma-se à noção já exposta pela Recomendação de Nairobi em 1976 e acrescenta-se a noção proposta por THIBAUD (2012): “Uma ambiência é o que dá vida a um meio ambiente, o que lhe confere um valor afetivo. Ambientar um território supõe não apenas controlar os parâmetros físicos de

das metrópoles, onde, “talvez o mais importante para entender a “alma encantadora das ruas” seja mesmo o exercício da errância, da flanância e, sobretudo, o enorme e incondicional amor às ruas, às cidades” (JACQUES, 2012, p.68).

O segundo momento é o das *deambulações*, que corresponde às ações dos dadaístas, surrealistas, e antropófagos no Brasil, ou seja, as vanguardas modernistas no período de 1910 a 1930. Essas *deambulações* ocorriam através de excursões urbanas por lugares banais. Nas *deambulações* e ideia da experiência das errâncias se apresenta de forma um pouco mais radical do que nas flanâncias, principalmente em relação ao Outro, pois na *deambulação* o errante interage com as pessoas e busca deliberadamente provocar estranhamento do que é banal e cotidiano. O interesse dos errantes no caso da *deambulação* é provocar a multidão de forma bem mais ativa do que o flâneur em suas flanâncias; ele a desafia o Outro ao provocar estranhamento, e, a partir daí, busca analisar, com base em investigação psicológica, os diferentes comportamentos, tanto daqueles que estão participando da ação efetivamente, quanto aqueles que somente observam.

Em seu texto Jacques (2012), traz inúmeros relatos sobre *deambulações* e descreve uma “certa atitude etnográfica surrealista, um tipo de etnografia voraz [...] essa busca do estranhamento do próprio cotidiano, a partir da atração pelos resíduos, pelas sobras da fugacidade urbana, num jogo contínuo entre familiar e estranho” (JACQUES, 2012, p.118). De acordo com Farias (2022), os surrealistas buscavam transformar o banal da cidade moderna em algo estranho, inquietante, exótico, dessa maneira o banal viraria surreal. Nas *deambulações* os autores, incluindo antropófagos e surrealistas, valorizaram a experiência da alteridade urbana, enxergando a cidade como um terreno de vivências instigantes. Eles buscavam desestabilizar a realidade por meio de um processo complexo entre diferença e semelhança, estranho e familiar, exótico e cotidiano, rejeitando a noção de totalidade ou unidade. Em vez disso, preferiam a justaposição ou colagem, resultando numa tensão constante e na presença ambígua dessas questões, vivenciadas na própria experiência da cidade moderna, Jacques (2012).

Por fim, neste segundo momento histórico errante, a experiência errática é uma forma radical de caminhar sem destino, uma vivência vertiginosa de trajetos e passagens. O errante estabelece uma relação com a alteridade urbana através de um estranhamento extremo que chega até mesmo à devoração do Outro. Assim, na *deambulação*:

A embriaguez da errância não se dá mais tanto no perder-se na multidão, nem no deixar-se engolir por ela, mas na busca de confrontá-la, provocá-la, ou melhor, de devorá-la. As *deambulações* seriam então errâncias vorazes, insaciáveis, provocadas tanto pelo fascínio do estranhamento do próprio cotidiano urbano banal - que, observado de outra forma, de mais de perto ou mais lentamente, se transforma em

um meio ambiente construído, mas de dotar esse território de um determinado caráter; de um certo valor emocional e existencial. Toda ambiência mobiliza as experiências vividas e as maneiras de se estar juntos” (THIBAUD, 2012b, p. 32).

surreal – quanto pela atração pelo que desaparece na transformação da própria cidade (JACQUES, 2012, p. 139).

O terceiro e último momento definido por Jacques, está situado no contexto histórico dos anos 1950-1960 e surge como uma crítica tanto aos pressupostos básicos dos CIAMs, quanto à sua vulgarização no pós-guerra, Jacques (2005). Esse terceiro momento das narrativas errantes é denominado de *derivas*, e corresponde ao pensamento urbano dos situacionistas e letristas no caso da Europa e Estados Unidos e os tropicalistas no Brasil.

As narrativas das *derivas* abordam, de maneira ampla, a interação entre arte e vida a partir do contexto urbano, propondo a participação ativa e o elemento lúdico como estratégias para confrontar a espetacularização da sociedade e escapar da inércia e alienação que permeiam a vida cotidiana moderna. Essas *derivas* enfatizam a importância de romper com a monotonia e desafiar a passividade diante das demandas impostas pelo ambiente urbano, incentivando uma abordagem mais engajada e criativa na busca por experiências significativas e autênticas.

A deriva situacionista, distante de uma concepção estritamente artística, é considerada uma técnica urbana situacionista que busca concretizar a ideia de construção de situações através da psicogeografia. De acordo com Jacques (2012) essa prática consiste em uma forma específica de errância urbana, na qual o indivíduo se apropria do espaço urbano por meio da ação de caminhar sem destino pré-determinado. Ainda segundo a autora, a psicogeografia, por sua vez, dedica-se ao estudo do ambiente urbano, especialmente dos espaços públicos, **por meio das *derivas*, e busca mapear os diferentes estados afetivos que emergem dessa ação de vagar pela cidade.** Nesse contexto, aquele que se dedica à pesquisa e comunicação das realidades psicogeográficas assume um papel essencial na compreensão e transmissão dessas experiências, Jacques (2012).

A prática da deriva situacionista representa, portanto, uma abordagem inovadora para a compreensão e exploração do ambiente urbano. **Ao enfocar a apropriação subjetiva dos espaços urbanos e a análise dos afetos gerados durante essa caminhada errante, a psicogeografia revela-se como um campo de estudo rico e complexo.** Aqueles que se dedicam a pesquisar e transmitir as realidades psicogeográficas desempenham um papel fundamental na disseminação dessas vivências singulares, contribuindo para a compreensão mais profunda das interações entre indivíduos e cidades. Ao desvendar as nuances das experiências psicogeográficas, tais estudiosos desafiam os paradigmas tradicionais e enriquecem a discussão sobre a relação entre o espaço urbano, a subjetividade humana e as possibilidades de construção de situações que transcendem os limites do cotidiano. Neste sentido:

A psicogeografia seria então uma geografia afetiva, subjetiva, que buscava narrar, através do uso de cartografias e mapas, as diferentes ambiências psíquicas

provocadas pelas errâncias urbanas que eram as derivas situacionistas. Algumas dessas derivas foram descritas em relatos, [...] foram fotografadas – algumas fotocollagens do tipo fotonovela eram vistas como mapas [...] ou filmadas (JACQUES, 2012, p. 2015).

Outro ponto destacado pela autora é a deriva, antes de ser uma técnica, procedimento ou método de apreensão e estudo da cidade, era considerada uma distração e a psicogeografia um jogo, onde **a premissa básica é a ideia da participação** ou, no caso dos situacionistas, a construção de situações que propiciem a participação da vida cotidiana. “A ideia que estaria por trás de todo pensamento urbano situacionista – construção de situações, desvio, urbanismo unitário, psicogeografia e derivas – seria então essa questão do jogo, uma grande arma antifuncionalista que prioriza os usos e não as funções” (JACQUES, 2012, p. 221). Diferente dos flâneurs e dos surrealistas, os errantes agiam conforme o que o Outro lhes oferecia, nas derivas **o errante inventa e cria situações favoráveis para se relacionar com as pessoas de forma livre:**

Se os flâneurs se deixavam levar pela multidão, os antropólogos e surrealistas provocavam e devoravam a multidão, os tropicalistas e situacionistas não se contentavam com a multidão em si, ou seja, com simplesmente fazer a experiência da alteridade já dada. Eles buscavam criar novas condições de possibilidades para a experiência de alteridade, outras vivências urbanas de alteridade, inventar novas situações, criar novos jogos para possibilitar outras experiências: um possível devir-multidão ou devir-outros (JACQUES, 2012, p. 228).

Diante dessas três maneiras de errâncias apresentadas por Paola Jacques, compreendemos que a experiência dos errantes na investigação do espaço urbano se configura como uma possibilidade importante de apreensão urbana. Essa abordagem valoriza a experiência físico-corporal como um método de investigação de áreas complexas como o caso das áreas estudadas nesta pesquisa. A distância ou mesmo o descolamento, entre sujeito e objeto, com a cidade em si, entre a prática profissional e a vivência ou experiência cotidiana se mostra um caminho desastroso ao se trabalhar em áreas com complexa dinâmica urbana, que é o que observamos nos bairros como os de Santo Antônio e São José. Através das errâncias e da experiência da vida cotidiana busca-se fazer uma apreensão do espaço urbano através da alteridade urbana.

A experiência errática se apresenta como uma atitude crítica e consciente de estar na cidade, de senti-la e percorrê-la, sem traçar um objetivo previamente estabelecido. “O errante é então aquele que busca o estado de espírito – ou melhor, de corpo – errante, que experimenta a cidade por meio das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, as ações e os percursos do que com as representações, as planificações ou as projeções” (JACQUES, 2008, p. 53). De acordo com Jacques (2012), o errante não vê a cidade apenas de cima, através apenas dos mapas, pelo contrário, o errante vive a cidade de dentro e de perto, ele vê e sente através da experiência sensível, não se detendo apenas a dados estatísticos, objetivos e

genéricos do lugar, como normalmente encontramos nos métodos urbanísticos tradicionais dos diagnósticos⁹⁴. O que se busca nesta pesquisa é, além de (re)conhecer as importantes permanências materiais existentes nos bairros, valorizar e reconhecer o Outro através da relação indissociável com a materialidade através da alteridade urbana desses lugares utilizando a experiência errática como ferramenta de apreensão da cidade mas também da ação humana e suas relações cotidianas com a materialidade.

O estado do corpo errante, sensível às circunstâncias que o rodeiam e atento às manifestações do Outro e de seu entorno, encontra-se intrinsecamente vinculado à experiência corporal da alteridade urbana, a qual pode se dar de diferentes maneira, Jacques (2012), destaca possíveis “errantologias” urbanas nas quais ela denomina de “*dinâmicas processuais das errâncias*”, divididas em três momentos intrinsecamente conectados.

O primeiro processo é denominado pela autora como *desorientação*, que diz respeito à capacidade de se perder no espaço, de não pré-estabelecer caminhos, na qual a propriedade de se perder seria uma das maiores características do estado de corpo errante. Enquanto a educação no âmbito do urbanismo se concentra na habilidade de orientação espacial, os errantes, por sua vez, procuram deliberadamente desorientar-se e, ao se perderem, descobrir as múltiplas alteridades presentes nas cidades, Jacques (2012). Assim, a desorientação implica em uma experiência direta entre corpo e cidade. Na desorientação o errante se coloca disponível a se perder, mesmo nos lugares que mais conhece, de maneira que através do “erro” pode-se realizar uma apreensão ou percepção espacial diferenciada da sua própria memória local. “Perder-se no lugar conhecido é uma experiência mais difícil, porém bem mais rica, do que a desorientação no espaço totalmente desconhecido” (JACQUES, 2012, p. 277).

O que nos leva ao segundo processo, que a autora denomina de *lentidão*, uma vez que na medida que estamos perdidos tendemos a caminhar mais lentamente. Contudo, a autora destaca que a lentidão dos errantes não se refere a um estado objetivo, de necessariamente caminhar devagar, trata-se muito mais de uma maneira diferente de se movimentar ou de uma forma de apreensão e percepção do espaço urbano de maneira mais atenta. Refere-se a uma quebra do tempo e da correria acelerada da vida contemporânea. Jacques (2008), explica que essa dinâmica está relacionada aos “*homens lentos*” de Milton Santos⁹⁵ “que podem

⁹⁴ “Essa prática pressupõe que a cidade é um organismo que está doente e precisa de um diagnóstico para ser tratado de forma eficiente. O diagnóstico tradicional é visto como uma análise prévia ao planejamento ou projeto urbano e não como parte deste, o que pode ser consequência do lema de Patrick Geddes (1994) (que é um dos primeiros a tratar do tema em “*Cities in evolution*” de 1915)” (JACQUES, 2012b, p. 202)

⁹⁵ Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. [...] A força é dos lentos e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, nas esteiras de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens lentos, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito

melhor ver, apreender e perceber a cidade e o mundo, indo além de suas fabulações puramente imagéticas” (JACQUES, 2012b, p. 199). Assim, a lentidão se coloca como um modo qualitativo de apreender o lugar, não importando a velocidade do movimento.

A lentidão, enquanto propriedade da errância, está diretamente relacionada com a questão da corporeidade que experimenta a cidade, o que nos leva ao terceiro processo definido pela autora como *incorporação*. É onde há o encontro entre o corpo-cidadão e o corpo-cidade, é onde percebemos de forma mais clara e crítica o cotidiano contemporâneo cada vez mais desencarnado e espetacular, Jacques (2012b). De acordo com Jacques, a incorporação seria a própria ação do corpo errante no espaço urbano, a efetivação da sua copografia, ou seja, é a própria relação entre corpo e cidade. Sobre essa relação que a autora também chama de “contaminação” entre corpo físico do errante e o corpo da cidade ela descreve: “corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana. A cidade é experimentada pelo corpo como conjunto de condições interativas, e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade a corpografia urbana” (JACQUES, 2012, p. 300).

As corpografias, como expressões da experiência espaço-temporal, emergem do processo pelo qual o corpo estabelece relações com todos os elementos que compõem seu contexto de existência: outros corpos, objetos, ideias, lugares, situações e assim por diante. Nessa perspectiva, a cidade pode ser compreendida como um conjunto de condições que propicia essa dinâmica complexa de interações corpóreas. A cidade, enquanto cenário vivo e pulsante, oferece um vasto repertório de estímulos sensoriais, encontros e desafios, que se entrelaçam em um intrincado tecido de experiências corpóreas. É nesse contexto que as corpografias ganham forma, capturando a essência das vivências urbanas e revelando a interdependência entre o corpo e o ambiente urbano. Entendemos portanto, que essas dinâmicas apontadas pela autora são caminhos para auxiliar na prática das errâncias e tornar possível uma apreensão mais sensível da cidade.

Para o errante, as experiências e ações desempenham um papel central, pois é por meio de apropriações singulares, desvios e atalhos que ele se relaciona com a cidade. A cidade é apreendida através de uma experiência corporal intensa, permeada pelo tato, pelo contato direto e pelos passos dados. Essa vivência da cidade, dessa vida urbana em sua essência, revela e expõe aquilo que é excluído pelo projeto urbano estratégico, pois revela tudo aquilo que escapa às intenções do projeto, revela as táticas e micro-práticas cotidianas do espaço vivido. São as múltiplas apropriações do espaço urbano que escapam das

tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações.” (SANTOS, 1996, p. 261 apud JACQUES, 2012b, p. 202).

disciplinas urbanísticas hegemônicas, mas que não deveriam, ou melhor, não podem, ser consideradas como elementos exteriores ao seu campo de ação.

Essas práticas de apropriação do espaço, realizadas pelo errante, permitem um encontro com as realidades urbanas mais autênticas, nas quais as vivências individuais e as dinâmicas do cotidiano se manifestam em sua plenitude. Essas apropriações revelam as múltiplas formas de resistência e adaptação que ocorrem na cidade, fora dos limites impostos pelos planejamentos urbanísticos hegemônicos. Reconhecer e compreender essas apropriações diversificadas é essencial para uma visão mais abrangente e inclusiva da cidade, capaz de valorizar as experiências individuais e coletivas que escapam aos moldes padronizados do urbanismo tradicional. “São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado; ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano” (JACQUES, 2012, p.272).

Francesco Careri⁹⁶, enfatiza a importância do ato de caminhar como uma experiência corpórea de valor inestimável, capaz de nos conectar com as múltiplas dimensões sensoriais da cidade. Segundo o autor, o caminhar desencadeia uma ativação física e estabelece uma relação direta e imediata com os espaços urbanos, configurando-se como um elemento essencial no processo de percepção e compreensão do ambiente construído. Para Careri, por meio dessa prática, somos envolvidos por imagens, cheiros, sons, ruídos e texturas que permeiam a paisagem urbana, proporcionando uma vivência imersiva e profunda. Careri reconhece que o caminhar transcende a mera locomoção e se revela como uma ferramenta poderosa para apreendermos a cidade em sua plenitude, estimulando uma consciência ampliada e sensível do entorno urbano. Nessa perspectiva, o caminhar surge como uma prática de conexão íntima com a cidade, oferecendo-nos a oportunidade de explorar e vivenciar seus espaços de forma enriquecedora e significativa.

Para conseguir ver esses espaços não basta inverter o olhar, é preciso colocar-se na condição graças à qual aquela paisagem possa desvelar-se, fazer mais um esforço contra o nosso corpo: é preciso ir lá, caminhar nela, mergulhar nela sem preconceitos culturais, fazer dessa paisagem uma experiência direta. Há um belíssimo verbo em alemão que explica isso tudo: *spazieren*, caminhar, passear, mas acima de tudo eu diria “espaciar”, “produzir espaço caminhando” (CARERI, 2017, p. 97).

Careri (2013), propõe o caminhar como um instrumento estético capaz de descrever os espaços, e o percurso como estrutura narrativa à disposição da arquitetura.

O caminhar revela-se útil à arquitetura como instrumento cognitivo e projetual, como meio para se reconhecer dentro do caos das periferias uma geografia e como meio através do qual inventar novas modalidades de intervenção nos espaços

⁹⁶Arquiteto, artista, professor universitário e Co-fundador do Stalker / Nomade Observatory, com quem vem experimentando ações urbanas e práticas de intervenção criativa na cidade desde 1995. Vale a pena ressaltar que Paola Berenstein Jacques escreve o prefácio do livro *Walkscapes* (2013) de Careri lançado no Brasil, e que o professor cita alguns encontros com a arquiteta em *Caminhar e Parar* (2017).

públicos metropolitanos, para pesquisá-los, para torná-los visíveis. (CARERI, 2013, p. 32).

De acordo com o autor, através do caminhar podemos perceber diversas sensações em relação aos ambientes, e que a medida que prestamos atenção, ou como sugere Jacques, caminhamos lentamente, podemos perceber pelo diversos percursos zonas de bem-estar e de mal-estar, que podem se alternar em uma mesma rua, como veremos nos mapas dos percursos comentados mais adiante. Obter essas informações pode nos ajudar a propor ações na gestão desses espaços para sua melhoria ou proteção nos indicando caminhos para uma intervenção mais sensível. Para o autor o caminhar é “uma ação que, simultaneamente, é ato perceptivo e criativo, que ao mesmo tempo é leitura e escrita do território” (CARERI, 2013, p.51).

Em seu livro “*Caminhar e Parar*” (2017), Careri indica possíveis ferramentas táticas a serem utilizadas no processo de caminhar. Ele sugere a técnica do caminhar e parar encarando “o parar” como parte da caminhada, que “pode ser lido como uma reflexão quanto ao tomar seu lugar, ou tomar uma posição, quanto ao cuidar de um lugar e assumir uma responsabilidade ética e estética do momento de parar” (CARERI, 2017, p. 8). Francesco Careri propõe a caminhada como uma prática fundamental para a exploração e a reapropriação da cidade, reconhecendo-a como uma metodologia de pesquisa e didática. Ele enfatiza a importância de se deambular com um olhar enviesado, não apenas em direção a uma meta específica, mas também em direção ao que se distancia dessa meta. Essa abordagem consciente de perder-se na cidade está fundamentada, segundo o autor, nos conceitos situacionistas de *dérive* e de *psycogéographie*, abrindo-se para os acidentes de percurso, mudanças de direção e a possibilidade de tropeçar e errar deliberadamente o caminho.

A urbanística, de acordo com Careri, tem sua gênese a pé, e deve adotar uma abordagem labiríntica e participativa. O autor então propõe um método deambulatório que permite ler e transformar as cidades, indo além de uma visão abstrata e estática representada por mapas coloridos e zonas funcionais. Em vez disso, ele defende um relato fenomenológico evolutivo, descrito a partir de uma perspectiva horizontal, colocada em movimento através do caminhar pelas dobras da cidade. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda da dinâmica urbana e uma apreensão significativa da sua dimensão cultural, possibilitando a descoberta e a transformação poética e política dos lugares. Essas ideias propostas por Francesco Careri revelam a importância do caminhar como uma prática urbanística vital para a apreensão das dinâmicas urbanas e a compreensão da sua significância cultural. A caminhada não é apenas uma forma de locomoção, mas uma experiência enriquecedora que nos permite mergulhar nas entranhas da cidade, explorar

suas camadas e descobrir suas peculiaridades. Ao adotar uma abordagem de deambulação consciente, aberta aos imprevistos e desvios, somos capazes de enxergar além das superfícies, rompendo com as visões estereotipadas e estáticas das cidades. O caminhar, nesse sentido, torna-se uma prática de desvelamento, revelando as dobras e os contornos ocultos, e nos proporcionando uma experiência imersiva e transformadora. Assim, a partir dessa perspectiva, a urbanística é concebida como uma disciplina em movimento, que se nutre das vivências e interações que ocorrem durante o percurso pelo labirinto urbano, convidando-nos a construir narrativas complexas que capturam a essência das cidades em constante transformação.

Careri (2017), traz tanto no glossário, quanto no decorrer do seu livro, regras e definições a serem seguidas no caminhar, contudo, ele coloca como primeira palavra do glossário a *metodologia*, justamente para explicar que a mesma não se trata de nada estático, dogmático ou rigidamente definido, pelo contrário, é algo que vai sendo “construído, ao longo do caminho, ao caminhar” (CARERI, 2017, p. 88).

Destacamos algumas dessas regras ou palavras, que alinham-se aos objetivos desta pesquisa e se assemelham a forma de caminhar adotada durante o processo de construção desse estudo. Uma das primeiras regras apresentadas pelo autor é que ao caminhar “devemos aprender como encontrar o Outro”, aprender a interagir: “Cada um tem o dever de se colocar em alguma situação de dificuldade superando, além das barreiras físicas, também as psicológicas: fazer perguntas, iniciar uma conversa que não seja banal, colocar em risco a própria presença, construir uma relação criativa com o Outro” (CARERI, 2017, p. 82).



Figura 04: Varredor de rua; Figura 05: Vendedor de vagem do Mercado de São José
Fonte: Ivan Alecrim (2009)

Outra regra determinada pelo autor, e que decidimos adotar, foi a do “*perde tempo, ganha espaço*”, em que se aprende a perder tempo para ganhar espaço, a caminhar e a *tropeçar*, essa tática podemos associar às dinâmicas processuais de desorientação e lentidão propostas por Jacques. É o não estabelecer metas e estimular desvios para que haja então

uma “mudanças de rumo, paradas para falar com o dono da casa que naquele momento, já curioso, convidou-o para entrar e tomar um café”⁹⁷, ou uma parada para tomar água de coco e ouvir o Sr. Edson contar a quanto tempo vende coco ali na Dantas Barreto, ou aprender com o Sr. Antônio como descamar um peixe.



Figura 06: Sr. Edson, vendedor de coco da Av. Dantas Barreto; Figura 07: Sr Antônio, vendedor de peixe do Mercado de São José. Fonte: A autora (2023)

Careri propõe ir “*além da representação*”. Chamada também pelo autor de “*reterritorialização*”. Na qual o autor sugere ser um processo que tem início com a caminhada, mas que continua depois dela, de acordo com Careri (2017), é a maneira pela qual podemos mensurar a capacidade transformativa da caminhada, é onde e quando comunicar aquilo que compreendemos.

É intervir na cidade. Reencontrar o prazer da reapropriação dos espaços. Descobrir o direito à transformação da cidade com as próprias mãos. Não representar espaços, mas produzir novos espaços na escala 1:1. Estar presente, com sua mente e seu corpo no corpo da cidade. Ser agentes da transformação (CARERI, 2017, p. 84).

Mais uma explicação do glossário de Careri (2017) diz respeito ao “*tropeçar*”. O autor aqui sugere que imprevistos fazem parte da caminhada e precisamos estar disponíveis para o imprevisto, e que é muitas vezes, com esses tropeços que chegamos a lugares em que o projeto jamais teria podido nos levar, e é neste ponto onde devemos “perder” mais tempo. As últimas palavras do glossário que consideramos importantes para essa pesquisa estão relacionadas entre si, que são “*corpo*” e “*one to one*”. Que trás a ideia de consciência corporal do caminhante e a relação da presença do corpo naquele espaço e as possíveis transformações que esse corpo é capaz de produzir. “É o corpo a corpo com a cidade. Não se pode conhecer o espaço a não ser atravessando-o com nosso corpo” (CARERI, 2017, p. 94). Ideias que se assemelham com as da corpografias propostas por Jacques, esforços que ambos

⁹⁷Careri, 2017, p. 82.

autores empreenderam na busca por reforçar a caminhada enquanto processo e forma de apreensão das cidades.

A partir das ideias propostas por Francesco Careri, surge a reflexão sobre a importância de considerar tanto o ato de caminhar quanto o momento de parar como elementos essenciais na prática urbanística e na apreensão da dinâmica urbana. Nesse contexto, é necessário refletir sobre como escolher o local apropriado para estabelecer um trabalho de campo, como construir um espaço de interação com o Outro e como prolongar uma abordagem nômade mesmo estando em um estado de pausa. Em vez de encarar o caminhar e o parar como termos contraditórios, eles são percebidos como partes intrínsecas de um mesmo processo.

A abordagem do “parar” revela-se como uma valiosa oportunidade para continuar agindo com a mesma disposição e energia do caminhar, porém em um contexto de presença e permanência. É um convite para explorar um espaço do estar, onde se pode aprofundar a compreensão da cidade e suas dinâmicas, estabelecendo conexões significativas com o ambiente e as pessoas que o habitam. O ato de parar não significa uma interrupção, mas sim uma transformação da experiência, permitindo uma imersão mais profunda nas nuances do lugar e a possibilidade de interações mais densas e enriquecedoras. Nesse sentido, o caminhar e o parar são entendidos como complementares e inseparáveis, ambos desempenhando um papel crucial na apreensão da dinâmica urbana e na construção de uma prática urbanística sensível e reflexiva.

Essa prática do caminhar e parar está associada, segundo Careri (2017), aos conceitos de deriva e deambulação, que descrevem as caminhadas pela cidade, e possuem uma conexão metafórica com o mar e a prática de navegação. Ele explora a noção de que a deriva é um termo dual, carregando consigo a essência surrealista do acaso e da navegação ao sabor das correntezas. Comparando-a a um veleiro que se desloca sem vento e sem mapa, ele descreve a *deriva* como um movimento à deriva, caracterizado pela ausência de direção preestabelecida.

A deriva é um dispositivo que não se opõe ao devir, mas o deixa acontecer e desdobrar-se, acompanhando-o para seus próprios fins: atravessar o mar, um território fluido em perpétuo movimento – e, portanto, um território do “aqui e agora”, como tantas vezes são os fenômenos urbanos – obtendo potência e secundado a energia do vento, daquela pura força imaterial que, quando para, deixa de existir (CARERI, 2017, p. 28).

A deriva é a caminhada livre, entretanto, como vimos, a parada é tão importante quanto caminhar. Segundo Careri (2017), o parar é como levantar âncora. É ancorar para (re)conhecer de perto o Outro. “Quem levanta a âncora para uma longa viagem, além das velas e dos remos, leva certamente consigo também a âncora: a possibilidade de parar e conhecer de perto outros territórios e outras gentes” (CARERI, 2017, p. 28). Assim

reconhecemos os Elementos Veiculadores da Significância Cultural (EVSC)⁹⁸, como esse elemento que convida o errante a parar depois de uma longa deambulação, é o lugar que depois de ficarmos à deriva ancoramos para sentir e nos deixar afetar pela ambiência⁹⁹ que nos envolve.



Figura 08: Montagem elemento âncora como Elementos Veiculadores da Significância Cultural
Fonte: Autora a partir de fotografias de Ivan Alecrim (2009) e autora(2023)

Reconhecemos os métodos já estudados sobre a significância cultural, principalmente no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco, e os sucessos obtidos, contudo, o que pretendemos com essa outra maneira de apreender a cidade a partir de um viés mais sensível, é compreender a dinâmica urbana de lugares complexos como a maioria dos centros históricos, em especial os bairros de Santo Antônio e São José, e assim se fazer conhecer as realidades das rotinas cotidianas, investigar fenômenos emergentes por meio da interação com o espaço social, entrar em contato com as diversas culturas que habitam a cidade, as dos comerciantes, a dos ambulantes, a dos moradores de rua, a dos moradores e trabalhadores locais, a dos usuários e passantes, e por fim, tentar compreender as relações indissociável dessa dinâmica com a materialidade do local, a fim de melhor entender a significância cultural desses lugares, partindo de uma perspectiva fenomenológica para uma gestão mais sensível e abrangente de área centrais com intenso valor patrimonial.

⁹⁸ Falaremos mais detalhadamente sobre esse assunto no próximo capítulo.

⁹⁹ Falaremos mais detalhadamente sobre esse assunto no próximo item.

2.3 Uma inspiração na etnotopografia como caminho metodológico para apreensão dos Elementos Veiculadores da Significância Cultural

O caminho que escolhemos seguir nesta pesquisa teve inspiração na etnografia, pois, nós precisávamos do olhar “de perto e de dentro” proposto por Magnani (2002), pois queríamos uma metodologia que chegasse mais próxima do objeto de estudo, que neste caso, está relacionado tanto com a materialidade concreta de alguns Elementos¹⁰⁰ do bairro, quanto às relações que se estabelecem em torno desses Elementos e as suas dinâmicas relacionadas. Esse olhar aproximado nos permite apreender mais profundamente as ambiências e atmosferas¹⁰¹ que envolvem essa área, que abarcam além das diversas sensações, uma complexa rede de elementos materiais com forte dimensão subjetiva relacionadas a este Lugar.

No primeiro momento desta pesquisa, empreendemos uma análise centrada em alguns Elementos arquitetônicos, que se revelavam à pesquisadora por meio das suas experiências vividas naquele lugar. Assumimos esses Elementos como âncoras, tanto pela sua referência cultural e gerador de dinâmica, quanto pela sua permanência material, ou seja, a hipótese levantada inicialmente era de que existiam atributos¹⁰² que poderiam ser valorados pela sua forte permanência material, mas sobretudo, pelas relações indissociáveis da dinâmica urbana com esses Elementos.

Como já citado, as metodologias utilizadas por Lira (2009), Hidaka (2011), Silva (2012); Dutra (2018), entre outras no MDU, assim como também a metodologia adotada pela DPPC que ancora suas bases nas próprias ferramentas indicadas pelo MDU, são ferramentas muito importantes, com estudos sérios e aprofundados que incorpora tanto os atores sociais, quanto os especialistas na avaliação ou julgamento dos atributos que são previamente escolhidos pelos especialistas a partir de um levantamento histórico e legal, e, posteriormente esses atributos são validados com os atores interessados. No âmbito desses estudos são avaliados as condições de integridade e autenticidade dos atributos que mais

¹⁰⁰ Utilizaremos a partir deste ponto a grafia da palavra Elemento com a primeira letra maiúscula quando estivermos falando dos Elementos Veiculadores da Significância cultural.

¹⁰¹ Utilizamos nesta pesquisa a noção de atmosfera defendida por Juhani Pallasmaa. O autor aborda as atmosferas como um conjunto de propriedades de um lugar que atuam na nossa percepção, memória e imaginação. Explica que elas são criações que partem do sujeito, ou seja, são imagens produzidas mentalmente, que partem da sensibilidade, emoções e significados atribuídos por ele. “*A atmosfera é uma troca entre os materiais ou propriedades existentes de um lugar e o reino imaterial da percepção e imaginação humanas. No entanto, não são ‘coisas’ físicas ou fatos, pois são ‘criações’ humanas experienciais. Paradoxalmente, nós captamos a atmosfera antes de identificarmos seus detalhes ou entendê-la intelectualmente*” (PALLASMAA, 2014, p. 232).

¹⁰² Consideramos nesta pesquisa a noção de atributo como aspectos que vão se pautar nas características materiais e não-materiais dos bens culturais nos quais valores patrimoniais são atribuídos e feito sobre eles uma reflexão sobre sua autenticidade, integridade e significância cultural, ou seja, são aspectos que mais fortemente caracterizam e são valorados no bem (LIRA, 2010; HIDAKA, 2011).

fortemente caracterizam o bem cultural através de um instrumento de consulta a fim de se obter a Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) da área. O instrumento busca avaliar conjuntamente esses três aspectos balizadores e produzir um instrumento de gestão que possa dar suporte às decisões de intervenção sobre áreas patrimoniais.

Consideramos, portanto, essa uma ferramenta importante e um método que é capaz de avaliar as condições de conservação da área estudada, que claro, precisará de revisões periódicas e adaptações para cada situação específica. A nossa pesquisa não tem o objetivo de desqualificar os métodos já utilizados, pelo contrário, o que buscamos aqui é somar esforço para tentar dar conta da complexidade que envolve a operacionalização da significância cultural, aplicada em áreas patrimoniais, e que incorpore a intersubjetividade e a relação indissociável entre materialidade e imaterialidade nos seus processos de gestão.

Partindo deste ponto, podemos afirmar que não pretende-se construir um novo conceito de significância cultural, mas sim, buscar por um amadurecimento na relação que se estabelecem entre materialidade e imaterialidade, utilizando uma metodologia que incorpore a intersubjetividade das relações que se desenvolvem na dinâmica urbana de área centrais, históricas e complexas como o caso de Santo Antônio e São José. Assim, na procura por essa metodologia que tente compreender as práticas sociais e o lugar em seu sentido ativo, como uma imbricada teia de relações que se retroalimenta, a etnotopografia se coloca, junto com as errâncias, como um caminho para análise desses lugares, pois era preciso se deixar afetar, se perder, tropeçar e ficar à deriva para então apreender e sentir as ambiências desses lugares pelo olhar da pesquisadora¹⁰³.

A Etnotopografia é uma metodologia trabalhada pelo Laboratório de pesquisa Arquitetura Subjetividade e Cultural (LASC)¹⁰⁴, no Rio de Janeiro, desde os anos 2000. Trata-se de um tipo de etnografia espacial que visa, através de instrumentos voltados a interpretação e conhecimento do ambiente construído, apreender os diversos usos, valores e significados dentro de uma sociedade, Melo (2019). Segundo Duarte et al. (2007), a análise etnotopográfica

utiliza ferramentas cuja base é o leque interdisciplinar das ciências humanas, porém adaptado à linguagem e à sensibilidade próprias a pesquisadores da área de arquitetura e urbanismo [...] buscando a sistematização de métodos para a análise da configuração dos atributos do espaço, a fim de não só estabelecer tipos identitários dos significados e das imagens urbanas coletivas, como também compreender o

¹⁰³ É importante ressaltar que o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu no contexto da pandemia do Coronavírus (COVID-19), o que exigiu adaptações no processo de consulta dos envolvidos. Vale mencionar que o término da pandemia foi oficialmente declarado em março de 2023, o que limitou a oportunidade de testar a hipótese com outros atores interessados. Diante dessa conjuntura, a pesquisa se desenvolveu com base na perspectiva da autora, representando um caminho a ser explorado para futuras investigações.

¹⁰⁴ O grupo de Arquitetura, Subjetividade e Cultura desenvolve pesquisas e análises sobre a inter-relação pessoas-espaco construído. O laboratório analisa fatores de ordem subjetiva e cultural que participam da construção do Lugar, da memória e da identidade espacial dos grupos sócio-culturais.

espaço como materialização das culturas, subjetividades e projetos de vida (DUARTE et al., 2007, p. 525).

Assim, de acordo com Carvalho (2019), a etnotopografia se enquadra dentro de uma pesquisa qualitativa que se estabelece a partir do processo de raciocínio indutivo, onde novas questões vão sendo observadas durante o desenvolvimento da pesquisa de maneira a abarcar imprevistos e proporcionar uma visão mais ampla do problema. A base da etnotopografia é a relação entre o ser social com o espaço em si, buscando chegar a uma interpretação dos significados que os sujeitos atribuem ao lugar. Esse método busca uma compreensão mais sensível a partir das ambiências e principalmente das ações e afetações desses indivíduos com o espaço.

Em meio às ambiências, os sujeitos e suas atitudes perante a sociedade são observados, mas o que mais se destaca numa análise etnotopográfica são as relações estabelecidas no espaço que, sob características lumínicas, sonoras, dimensionais, olfativas, táteis e imaginárias, reafirmam-se como tais a partir da edificação de Lugares (CARVALHO, 2019, p.159).

Assim como Duarte (1994), acreditamos que o espaço construído, traz muito mais que sua materialidade, ele é capaz de transmitir informações sobre seus usuários que vão além do que pode ser revelado por meio de questionários e entrevistas, contudo, é indispensável a presença de um bom observador, pois este deve estar atento a tudo que encontra, sobretudo, os comportamentos mais banais, utilizando essa ferramenta para apreender as experiências das pessoas com o meio físico e as relações sensíveis que se estabelecem nesses lugares. O resultado desse processo, baseado em uma descrição ativa e participante, consistirá em uma gama diversificada de referências ao lugar, bem como observações relacionadas aos comportamentos e dinâmicas presentes no ambiente analisado. Em consonância com Duarte (2010) e Magnani (2002), defende-se aqui uma abordagem perceptiva moldada pela pesquisadora em arquitetura, por meio de um olhar próximo e imersivo na situação vivenciada e observada. Essa perspectiva possibilita a identificação, descrição e reflexão de elementos que escapam aos enfoques distanciados e externos, geralmente adotados por pesquisadores mais vinculados ao positivismo.

Esse método busca uma imersão nos lugares de estudo, de maneira que o pesquisador se deixe afetar perante ao que lhe é familiar, para tentar captar das sensações mais sutis às mais potentes. O arquiteto inspirado na etnografia precisa está inserido na situação e atento aos detalhes, registrando em seu diário de campo comentários sobre a relação de formas, luzes e sombras, a influência dos odores e ruídos, a descrição de cores e texturas, a interação entre pessoas e espaços, as memórias evocadas e qualquer outra observação que julgue pertinente. Essas anotações minuciosas ampliam a compreensão do espaço e enriquecem a análise, proporcionando um entendimento mais profundo das nuances e significados presentes na materialidade e na interação humana com o ambiente construído.



Figura 09: Fotomontagem - apreensão das ambiências em Santo Antônio e São José.
 Fonte: montagem da autora a partir de fotos da autora (2023) e croqui de José Clewton do Nascimento (2021)

Para melhor compreensão das noções que delineiam o método etnotopográfico se faz necessário um breve retorno ao arcabouço conceitual que norteia a metodologia da etnografia para esta pesquisa. Desta maneira, em correspondência com os estudos de Teixeira (2020), quando o autor traz no capítulo três da sua pesquisa o seu percurso metodológico para apreensão das manifestações urbanas que acontecem no Bairro do Recife, assumindo o caminho da antropologia em cidades e utilizando a etnografia para entender a cidade como um fenômeno social fruto da natureza humana. Em outras palavras, o autor se fundamenta no campo da antropologia e se inspira no método etnográfico para estudar a questão habitacional e a população envolvida com o seu espaço de estudo, investindo tanto no lado humano, através dos atores sociais, quanto no aspecto da paisagem entendendo esta última como parte constitutiva do recorte de análise. Assim, com inspiração na antropologia e no método etnográfico procuramos construir estratégias qualitativas onde a etnotopografia se coloca tanto como uma técnica, quanto como um modo de acercamento para

complementar a apreensão dos Elementos que selecionamos, ressaltando sempre a influência mútua entre o ambiente construído e seus usuários, a fim de nutrir as análises realizadas após a pesquisa de campo.

De acordo com Duarte (2010), a descrição etnográfica depende muito das qualidades do observador e da forma como este se coloca sensível ao Outro e também do seu conhecimento sobre o contexto de estudo, portanto, para a autora, não se trata somente de estabelecer relações ou selecionar algumas informações e transcrevê-las em um diário. Para Duarte o que deve caracterizar a etnografia é a natureza de esforço intelectual que ela representa, ela ainda completa:

O objeto da etnografia é esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem com categoria cultural. Esses conjuntos de significantes apresentam como estruturas interrelacionadas, em múltiplos níveis de interpretação (DUARTE, 2010, p. 134).

José Guilherme Cantor Magnani, doutor em antropologia social e especialista em antropologia urbana, destaca a etnografia como a possibilidade para compreensão do fenômeno urbano, da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas. O autor propõe um olhar “de perto e de dentro” em contraste com o olhar “de fora e de longe”, que segundo Duarte (2010), é o olhar empregado pelas disciplinas “duras” como a geografia e o urbanismo. O processo etnográfico proposto por Magnani (2002), visa ressaltar a dimensão das práticas cotidianas realizadas pelos usuários, moradores, trabalhadores locais, introduzindo outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade para além da perspectiva do poder, seja ele econômico, político ou acadêmico. Para o autor a antropologia propõe através do método etnográfico o estudo e identificação das práticas urbanas e dos rituais da vida pública. Ressaltamos ainda, que um dos pontos-chave destacados por Magnani é a necessidade de uma perspectiva que vá além do olhar distante e superficial comumente associado aos estudos urbanos. Para ele, a compreensão das práticas e significados presentes no contexto urbano requer uma aproximação minuciosa, que capte nuances e detalhes muitas vezes negligenciados em abordagens mais abrangentes. Assim, o autor propõe uma “etnografia urbana de proximidade”, que busca desenvolver a complexidade e diversidade dos fenômenos sociais na cidade, na medida em que é nessa

perspectiva de perto e de dentro, que se é capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2002, p. 17).

Outro aspecto crucial em sua teoria é a valorização da subjetividade do pesquisador como elemento central na construção do conhecimento etnográfico. Magnani enfatiza que o olhar do pesquisador, suas experiências e impressões pessoais são elementos fundamentais

para a compreensão e interpretação dos fenômenos observados. Comungando das ideias propostas por Magnani (2002),

O que propomos com esta pesquisa é tentar adotar uma perspectiva de “de perto e de dentro” pela vivência de um corpo que se deixa afetar, alicerçado nos arranjos intrínsecos aos atores sociais próprios, isto é, nas formas pelas quais eles determinam suas conexões com a cidade, usufruem de seus serviços, usam suas estruturas, estabelecem encontros e promovem intercâmbios nas mais distintas esferas - religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa, entre outras. Tal abordagem requer um investimento em ambos os pólos da relação: por um lado, sobre os atores sociais, o grupo e as práticas que estão sendo investigadas; por outro, sobre os Elementos na qual essas práticas se desenrolam, compreendendo-os como um todo indissociável.

Dessa forma, a etnografia urbana se torna uma prática intimamente conectada à subjetividade, na qual o pesquisador atua como um agente ativo, inserido no campo de estudo e interpretando os significados e sentidos dos eventos urbanos a partir de sua própria perspectiva. Vale destacar que nesta pesquisa, buscou-se preservar o rigor científico, mesmo reconhecendo a impossibilidade de neutralidade por parte da pesquisadora. Assim, optamos por adotar uma postura de sujeito participante, reconhecendo o papel ativo da pesquisadora na construção do (re)conhecimento e na influência na ressignificação dos Elementos analisados.

Assim, através dessa inspiração etnográfica, utilizaremos a etnotopografia como ferramenta de apreensão dos fenômenos que ocorrem nos bairros de Santo Antônio e São José. Os pesquisadores do LASC indicam algumas possibilidades de ferramentas que podem ser utilizadas pelo pesquisador no seu processo de registrar suas vivências e ajudar a captar a todo entrelace das dinâmicas sociais urbanas. Uma dessas ferramentas que iremos utilizar é o *Croquis de Campo*, que de acordo com Duarte (2010), “consiste em um produto gráfico da observação, constituído de desenhos arquitetônicos, rabiscos, croquis e esquemas” (DUARTE, 2010, p. 137). Trata-se de uma ferramenta que é capaz de representar as impressões subjetivas captadas pelo arquiteto e pesquisar como uma expressão própria da profissão, muito mais do que é uma mera ilustração, o croquis de campo é a própria descrição, não escrita mas sim, desenhada no lugar analisado. Desta maneira, simultaneamente à elaboração visual das representações, o pesquisador desenvolve uma consciência aguçada em relação aos elementos que capturam sua atenção e, valendo-se de representações gráficas, descreve minuciosamente suas observações.

No caso desta pesquisa, utilizaremos alguns croquis elaborados pelo arquiteto e urbanista, pós-doutor, José Clewton do Nascimento, coordenador do grupo Urban Sketchers

em Natal - RN, o qual tive a oportunidade de guiá-lo em uma caminhada errante pela área de estudo, e, em alguns outros casos serão utilizados croquis elaborado pela própria pesquisadora em conjunto com alguns mapas e fotos.

Esse estudo gráfico contribui para a descrição espacial dos eventos e sua verificação física no ambiente. Sua elaboração em campo pode ser considerada tanto uma ferramenta de observação como uma ferramenta de interpretação imediata, que possibilita compreensão ou até mesmo a comparação de uma situação com outra (DUARTE, 2010, p.138).

Outra ferramenta que vamos adotar justamente com o croquis de campo é o *Mapa de Manifestações*, que chamaremos nesta pesquisa de *Mapeamento Sensível*. Essa ferramenta busca extrair as sensações e sentimentos que são desenvolvidos pelas pessoas em determinados lugares. Esse instrumento consiste em demonstrar (normalmente em planta baixa) as manifestações de afeto, as relações interpessoais, ou ainda, movimentos, emoções e qualquer outro evento que possa ocorrer em campo (Duarte, 2010), buscando tornar mais clara as situações de interdependência de fatores emocionais/imateriais e espaciais/materiais. Segundo Carvalho (2019, p.163), existem dois tipos de abordagem nesta ferramenta: uma que consiste nos mapas centrados no lugar. “Que são aqueles produzidos a partir da observação do espaço e de tudo que ocorre nele”; e outra centrada nos indivíduos, é quando “a intenção do pesquisador está no comportamento da pessoa e como esta interage no espaço”. Para esta pesquisa, adotaremos o mapeamento voltado para o lugar, uma vez que a proposta é analisar os Elementos Veiculadores da Significância enquanto suporte material que interfere diretamente na dinâmica social urbana.

Outras duas ferramentas que também adotaremos são: As *Narrativas Urbanas*, que nesta pesquisa chamaremos de *Narrativas Errantes*, e trata-se dos diários de bordo, falaremos mais aprofundadamente sobre elas no item 4.3; e *O Caminhar Fotográfico* como forma de apreensão dos EVSC. Uma ferramenta que foi utilizada em 2022, também por uma arquiteta pesquisadora do MDU e fotógrafa, Marília Cavalcanti Farias, utilizou esta técnica para a apreensão das atmosferas e das ambiências em Santo Antônio. O caminhar, como já explicado no item 3.2 vai ser através do método das errâncias e da deriva, e a atitude de fotografar diante de algo que é percebido, é uma escolha e uma ação. Sendo assim, quanto ao caminhar fotográfico, parar para fotografar configura também uma ação, uma ação de “estar”. Assim, relembremos Careri: “parar é, de fato, uma grande oportunidade para continuar a agir com o mesmo espírito do andar, mas num espaço do estar” (CARERI, 2017, p. 83). Assim, em consonância com Farias (2022), acreditamos que o ato de fotografar trata-se de uma ação que busca apreender e comunicar determinada percepção sobre algo. E que, desse modo, pode está associada às errâncias, enquanto caminhada com a intenção de

perceber a cidade, e que todas essas ferramentas se desdobraram em expressões artísticas, mapeamentos sensíveis e narrativas errantes.

Em um contexto no qual uma abordagem puramente objetiva e direta não é mais suficiente, é imperativo estabelecer um contato profundo com os sujeitos, sua cultura e seu espaço, a fim de traçar planos e soluções que possam avançar nas questões de operacionalização da significância cultural desses lugares. Nesse sentido, a Etnotopografia surge como uma estratégia metodológica permeável e fluida, capaz de se adaptar às necessidades de cada processo, sem comprometer o seu rigor científico. Ela se expande para abranger uma ampla gama de situações-temporais, e no caso desta pesquisa ela permite uma compreensão mais abrangente e sensível dos que são e de como trabalhar com os Elementos Veiculadores da Significância Cultural.

Assim, as aplicações das táticas metodológicas alcançadas neste estudo não se trata de uma abordagem linear para contemplar o meio urbano, mas sim de um compromisso com a subjetividade intrínseca à arquitetura, exigindo olhares sensíveis capazes de enxergar além do que é visível. Embora existam diversas formas de apreender as relações existentes nos espaços, as táticas oferecidas servem como um meio adaptável para desvendar e apreender essas dinâmicas. Diante disso, a pesquisa apresenta uma abordagem metodológica que visa transcender a limitação de uma análise objetiva e direta, abraçando a complexidade dos sujeitos, culturas e espaços envolvidos e a relação imbricada entre materialidade e imaterialidade. Através da Etnotopografia e de suas táticas adaptáveis, busca-se criar a noção de Elementos Veiculadores da Significância Cultural, como caminho para uma compreensão mais ampla da significância cultural incorporando o contexto de sensibilidade e respeito à subjetividade da arquitetura, proporcionando uma perspectiva mais profunda e enriquecedora dos espaços urbanos.



Figura 10 e 11: Vendedora do Mercado de São José. Sr. no pátio do Sebo.
Fonte: Ivan Alecrim (2018); Fonte: autora (2023)

3. OS BAIRROS IRMÃOS: SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ

Os bairros de Santo Antônio e São José são duas áreas historicamente importantes da cidade de Recife, localizada no estado de Pernambuco, Brasil. Ambos surgiram no século XVII como uma resposta ao desenvolvimento do porto e do comércio de açúcar, tornando-se importantes centros urbanos da região. Santo Antônio, em particular, desenvolveu-se como um espaço de moradia da elite e da igreja, enquanto São José tornou-se um bairro mais popular e industrial. Ao longo dos séculos, esses bairros foram palco de diversos eventos históricos, incluindo revoltas populares, conflitos políticos e a presença de importantes figuras públicas. Sua importância cultural e histórica é evidenciada por seus diversos monumentos, edifícios históricos e manifestações culturais, que fazem parte do patrimônio cultural da cidade e da região. Hoje os bairros de Santo Antônio e São José, estão classificados na categoria de Conjuntos Antigos (Lei municipal nº 13957/79) e fazem parte da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH-10 (Lei nº 17511/2008).

Esse capítulo se fundamenta em uma abordagem histórico-morfológica dos bairros de Santo Antônio e São José, abarcando uma parte do que é convencionalmente definido como o núcleo central do Recife. O cerne deste estudo reside na investigação dos marcos que assinalam a evolução temporal e urbana dessas localidades. O ponto de partida da análise temporal remonta à incipiente povoação estabelecida no istmo de Olinda e com a efetiva ocupação pelos holandeses a partir de 1630, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, passando pelos principais planos urbanísticos e chegando, por fim, até os dias atuais. As interpretações elaboradas deram-se a partir de consultas em planos e projetos urbanísticos, legislações, fotografias, mapas, livros, artigos, teses e dissertações sobre o tema. A metodologia de análise se fundamenta em uma teoria descritiva do espaço conhecida como sintaxe espacial, recorrendo aos princípios e procedimentos inerentes a esta teoria, buscamos aplicar uma interpretação desse espaço urbano para além da aparente aleatoriedade procurando entender a influência da organização espacial sobre a vida social dos bairros de Santo Antônio e São José.

3.1 A formação histórica e a evolução dos bairros de Santo Antônio e São José: Da formação inicial até o século XIX

Além do istmo onde hoje encontra-se o Bairro do Recife, situava-se a ilha que iria originar os bairros de Santo Antônio e São José, um pedaço de terra chamado de Ilhas do Porto dos Navios, que servia como uma espécie de ancoradouro. Assim, de acordo com o estudo realizado por Menezes (1988), em seu Atlas Histórico-Cartográfico do Recife, podemos perceber que o início da ocupação regular dos bairros de Santo Antônio e São José situa-se no começo do século XVII. Como sabemos, a ocupação do território brasileira é atrelada a uma política extrativista, onde a Coroa portuguesa estabeleceu por meio de Carta de Doação, a liberdade para os donatários de capitânias usufruírem dessas terras conforme suas necessidades e conveniências comerciais, sendo Duarte Coelho um importante donatário da Capitania de Pernambuco, (LOUREIRO; AMORIM, 2000). Depois de algumas doações e vendas de terras as partes norte e sul da ilha aos poucos foram se desenhando. De acordo com Leal (2008), na parte poente da ilha um pedaço de terra foi doado aos religiosos franciscanos para fundarem um convento sob a proteção de Santo Antônio. Posteriormente, um outro colono, chamado Antônio Vaz, adquiriu a ilha que passou a se chamar Ilha de Antônio Vaz.

Os franciscanos dão início à construção do seu convento no ano de 1606. Como podemos observar no mapa de 1630 da figura 15, existiam algumas poucas residências e armazéns no entorno da igreja, todo o restante da ilha encontrava-se desabitado. Nesse período, a ocupação do Recife, ainda incipiente, concentrava-se na parte mais ao sul do Istmo de Olinda, onde hoje está situado o Bairro do Recife. De acordo com Pontual (2021), depois do incêndio que aconteceu em Olinda em 1931, o Recife deixou de ser apenas o porto e passou a ser o centro político do governo holandês no Brasil.



Figura 12: Detalhe da gravura "Porto e Barra de Pernambuco", de 1630, mostrando acima a ocupação de Antônio Vaz.
Fonte: Reis, 2000. Reproduzida em DPPC, 2019.

Com a invasão holandesa em 1630 as tropas portuguesas sucumbiram e o Recife passou a ser a sede administrativa da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) fora dos Países Baixos e base de expedições militares e exploratórias, alcançando rapidamente um processo de urbanização e fortificação, conforme podemos observar na figura 16.



Figura 13: A ocupação holandesa em 1631, demonstrando a criação do sistema de fortificação na Ilha de Antônio Vaz.
Fonte: Reis, 2000. Reproduzida em DPPC, 2019.

Com a chegada de Maurício de Nassau à Ilha de Antônio Vaz em 1637, houve uma grande urbanização na ilha, principalmente pelo intenso déficit habitacional que estava se apresentando na estreita faixa de terra do istmo do Recife. Assim, pela necessidade de expansão e da criação de uma nova área que acomodasse os funcionários da WIC e a população mais carente, em 1639 deu-se início ao plano de urbanização da Cidade Maurícia, também chamada de *Mauritsstad* atribuído ao arquiteto holandês Pieter Post com a coordenação do próprio Maurício de Nassau, (LEAL, 2008). De acordo com Reynaldo (2017), é na ilha de Antônio Vaz onde vai se desenvolver o crescimento das novas áreas residenciais, comerciais e centro do poder político. Segundo a autora, o crescimento urbano da ilha inclui a construção da primeira ponte da cidade, concluída em 1644, conectando o núcleo portuário à ilha de Antônio Vaz.

A partir dessa data experimenta-se uma relativa urbanização do território desde o porto. O governo local impulsiona a ocupação de Antônio Vaz por meio de uma série de medidas, como o aterro dos terrenos inundáveis, a construção de canais, jardins e praças, e a delimitação de ruas e terrenos (REYNALDO, 2017, p. 60).

O plano holandês de 1639 configura-se por quatro elementos fundamentais: o traçado geométrico, a distribuição de atividades, a localização de grandes equipamentos e a estruturação de vias. O território é ocupado em toda extensão da frente fluvial da ilha, limitada a oeste pelo recinto amuralhado, no extremo norte pelo forte *Ernefta* (onde estava localizado o convento franciscano) e no extremo sul pelo forte *Frederik Henrici* (atual Forte das Cinco Pontas). Sobre o plano Reynaldo (2017) comenta:

O traçado geométrico apoia-se em dois eixos ortogonais que desempenham o papel de nós de articulação, em torno dos quais se distribuem os âmbitos edificáveis: o residencial ao sul e o não residencial ao norte. Apresenta uma hierarquia de espaços dotados de distintas morfologias: a área não residencial desenvolve-se por um número reduzido de quadras distribuídas no entorno da praça central. A área

residencial ocupa uma maior superfície de solo, onde um grande canal funciona como eixo de simetria das duas áreas residenciais propostas dotadas de pequenas praças cada uma. Essa área caracteriza-se por um maior número de quadras, quadras de maior tamanho e, conseqüentemente, maior superfície edificável do que a proposta no recinto comercial (REYNALDO, 2017, p. 61).



Figura 14: Ilha de Antônio Vaz, 1644.
Fonte: Reis, 2000. Reproduzida em DPPC, 2019.

Assim, três importantes eixos são percebidos no plano holandês: um eixo ligando a ilha ao continente, um outro eixo ligando a ilha ao istmo - hoje Bairro do Recife, e outro grande eixo longitudinal, ligando o (I) Palácio de Friburgo, o antigo (II) Forte Ernesto - hoje convento de Santo Antônio, (III) à Praça dos Coqueiros e (IV) o atual Forte das Cinco Pontas. Todos esses elementos permanecem no tecido urbano, e se apresentam como importante permanência arquitetônica. Estes testemunham a notável influência do plano urbanístico holandês na trajetória evolutiva deste território. Sobretudo, ressaltam-se como elementos robustos de interação, apropriação e práticas culturais, carregados de significado simbólico e vívidas conexões afetivas dentro do contexto da importante vida urbana dessa ilha.

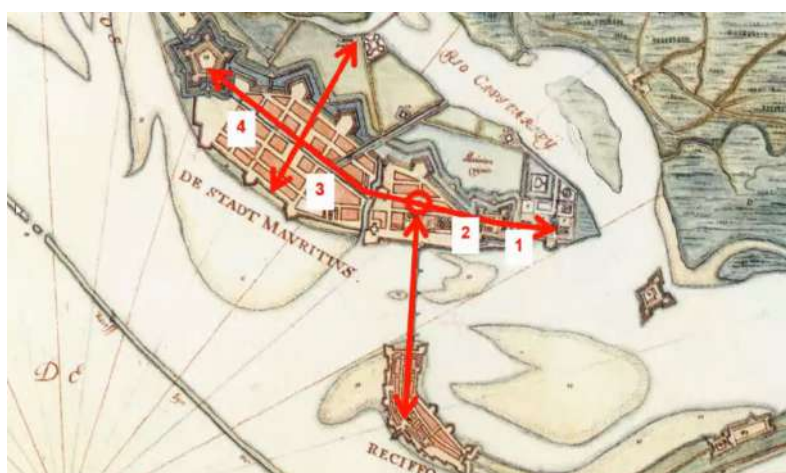


Figura 15: histórico de formação urbana da cidade Maurícia mostrando os principais eixos de ligação da ilha, 1644.
Fonte: diagnóstico DPPC, 2019.

De acordo com Pontual (2021), o plano urbanístico não estava restrito apenas ao sistema defensivo, a região alcançou alguns progressos em sua vida citadina com a construção do sistema de canais, a construção do jardim botânico, os palácio de Friburgo e Boa Vista e o museu, “imprimindo um caráter laico e mundando ao assentamento urbano” (PONTUAL, 2021, p. 36).

Embora a área destinada às construções residenciais do plano tenha surgido como uma forma de desafogar a ocupação do istmo, a dificuldade de comunicação entre as áreas com a demora na construção da ponte contribuíram para um desenvolvimento urbano mais lento, fazendo com que a população menos abastada se estabelecesse em pequenas casas térreas na ilha de Antônio Vaz. Sobre esse ponto Reynaldo (2017) comenta:

A dificuldade de comunicação entre as duas áreas e a distância até o porto contribuíram para o desenvolvimento escasso da urbanização proposta [...] Ao contrário, passou a atrair a população mais pobre, brasileiros brancos e mulatos e negros livres, que passaram a residir em simples residências de planta baixa construídas na área residencial no plano urbanístico de Post. Tal ocupação contribuiu para a estratificação social do espaço, caracterizado pela residência popular ao sul, o centro de atividades comerciais na praça da Polé e o poder político ao norte e oeste da ilha (REYNALDO, 2017, p. 62).

Assim, o que podemos destacar com o término da colonização holandesa, alguns elementos: no recinto portuário misturava-se a residência burguesa, uma parte do comércio e as atividade ligadas diretamente ao porto, como os armazéns de açúcar e o mercado de escravos. Já na Ilha de Antônio Vaz, no entorno da Praça da Polé havia um maior adensamento, onde grande parte do comércio estava localizado no térreo dos sobrados e as residências mais pobres se distribuíam na parte sul da ilha. Apesar das muitas modificações sofridas ao longo dos anos na geometria proposta por Post, ainda podemos perceber muitas dessas configurações como permanências desse processo histórico: o porto, o centro de negócios, o centro comercial, o centro político-administrativo e a residência popular. Os sobrados ainda se colocam como elementos predominantes na configuração tipológica no entorno da Praça da Polé (hoje Praça da Independência) em Santo Antônio, e as residências térreas são protagonistas da parte sul da ilha.

No início da década de 1640, a Companhia das Índias Ocidentais implementou uma série de medidas com o propósito de ampliar os ganhos provenientes da indústria açucareira no Brasil. Tais medidas incluíram o aumento das taxas, a recuperação de dívidas pendentes por parte dos proprietários de engenhos e a pressão para aumentar a produção de açúcar. Essas ações provocaram considerável descontentamento entre os proprietários de engenhos e não obtiveram a aprovação de Maurício de Nassau, levando-o a renunciar ao cargo de governador em 1644. A saída de Nassau da liderança governamental rompeu uma harmonia previamente existente entre os holandeses e os proprietários de engenhos. Muitos destes últimos ficaram a se organizar, formando milícias e procurando o apoio de colonos, com o

intuito de expulsar os holandeses do nordeste brasileiro. Esse objetivo foi concretizado em 1654 por meio da Insurreição Pernambucana¹⁰⁵. O fato é que a guerra destruiu grande parte da ilha e muitas casas holandesas foram reformuladas nos moldes lusitanos. Os trechos arrasados foram reconstruídos sem seguir o antigo traçado holandês e o sistema de fortificação foi desmontado. Apesar disso, Segundo a DPPC (2019):

Na Ilha de Antônio Vaz, que passou a ser chamada de povoado de Santo Antônio, a divisão de usos promovida pela ocupação neerlandesa, com residência popular ao sul, atividades comerciais na área mais central e a sede do poder político no extremo norte, estava consolidada. A área comercial manteve o padrão tipológico do núcleo portuário, de sobrados de uso misto, enquanto a área residencial conformava-se com pequenas construções térreas. A partir da segunda metade do século XVII, a construção religiosa apareceu como elemento relevante da urbanização da área (DPPC, 2019, p.11).

De acordo com Loureiro e Amorim (2000), após a expulsão dos holandeses, os comerciantes portugueses preferiram continuar instalados no Recife, mesmo após Olinda ter sido reconstruída. Segundo os autores, tal escolha se deve ao fato das condições portuárias e à proximidade e acessibilidade à Várzea do Capibaribe, principal área produtora de açúcar. O primeiro governador após a saída de Nassau, Francisco Barreto de Meneses, manteve a sede do governo na Ilha de Antônio Vaz, ocupando o antigo palácio de Friburgo. Já o seu sucessor, André Vidal de Negreiros, transferiu a sede do Governo para Olinda, acirrando ainda mais a disputa pelo poder entre as duas aglomerações que representavam as posições sócio-econômica de dois principais grupos: de um lado os comerciantes portugueses que defendiam o Recife como sede; e do outro, os proprietários de terra e donos de engenhos produtores de açúcar, defendendo Olinda como sede do Governo. De acordo com Pontual (2021), a pressão desses comerciantes junto à Coroa portuguesa impulsionou uma solução que foi a concessão de um alvará que elevava, no início do século XVIII, o povoado de Recife à condição de Vila, dividindo a jurisdição e dando início à Guerra dos Mascates¹⁰⁶. De acordo com Pontual (2021):

O termo do Recife - área sobre a qual a Câmara Municipal passava a ter jurisdição - incluía a península do Recife e a Ilha de Antônio Vaz [...] A denominação de Ilha de Antônio Vaz passa a ser Santo Antônio do Recife, após a compra do terreno desocupado pela irmandade do Santíssimo Sacramento e o início da construção da

¹⁰⁵ Conflito entre portugueses e holandeses entre os anos de 1645 e 1654. Vários líderes se destacaram como: João Fernandes Vieira, um senhor de engenho português de origem africana, André Vidal de Negreiros era da região da Paraíba e conseguiu a adesão de várias pessoas do Sertão, Felipe Camarão tinha descendência indígena potiguara e era comandante de sua valente tribo que conhecia as regiões das matas, Henrique Dias era brasileiro e filho de escravos. Ficou conhecido como o “governador da gente preta”, Antônio Dias Cardoso foi um grande líder português da insurreição que lutou contra um exército bem maior que o seu na batalha de Montes Tabocas.

¹⁰⁶ Conflito ocorrido entre 1710 e 1711 com significativa importância para a compreensão da dinâmica socioeconômica e política da época colonial em Pernambuco. Foi uma guerra entre dois grupos socioeconômicos distintos: os comerciantes portugueses do Recife, chamados pejorativamente de mascates, e os senhores de engenho, proprietários rurais tradicionais do interior que estavam falidos devido à crise do açúcar no mercado internacional. A dependência econômica dos senhores de engenho pernambucanos em relação aos comerciantes portugueses coexistiu com sua resistência à emancipação político-administrativa do Recife, até então uma comarca subordinada a Olinda. A emancipação do Recife foi percebida como um agravante da posição dos latifundiários locais (devedores) frente à burguesia lusitana (credora), que passou a ocupar um patamar de igualdade política.

igreja matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, em 1752 (PONTUAL, 2021, p.37).

Assim, em meados do século XVIII, segundo Pontual (2021), já haviam 30 mil pessoas habitando Santo Antônio do Recife, onde seu adensamento pode ser percebido através das cartografias no sentido norte-sul da ilha. De acordo com Loureiro e Amorim (2000), a ocupação da ilha segue, ao contrário do plano holandese, uma malha bastante irregular, composta por ruas estreitas e tortuosas que ora se abrem em amplos espaços abertos estruturados por igrejas e conventos, ora são cortados por becos e ruelas estreitas. “Ruas atropeladas, enoveladas... com seu comércio de artigos baratos... ruas estreitas, becos e travessas. Confusão...” (CASTRO, 1957. apud LOUREIRO; AMORIM, 2000, p. 27).



Figura 16: Planta geográfica da Villa de S. Antonio Recife de Francisco de Oliveira Miranda, João Garcia Velho do Amaral e José Peixoto de Abreu, 1763.

Fonte: Reis, 2000, p. 102. Reproduzida em Silva, 2006.

Conforme afirma Loureiro e Amorim (2000), a localização das igrejas tem papel fundamental na estruturação desse novo tecido português uma vez que essa sintaxe sagrada conforma grande parte do tecido urbano e que em várias ocasiões vai se diferenciar do espaço comercial do dia-a-dia. A presença de elementos religiosos que adotam as correntes arquitetônicas e ornamentais barroca e rococó consolidam-se como uma presença marcante na paisagem deste sítio histórico urbano. Os clérigos, ocupantes de vastas propriedades de terras, estabeleceram-se como um dos pilares essenciais para o parcelamento desse território, com suas liturgias impregnando os pátios que se delineavam ao redor dessas edificações eclesiásticas, locais que ainda hoje são palco de muitas dessas cerimônias. Nas palavras de Pontual (2021):

A perspectiva desses edifícios religiosos se caracteriza pelo efeito uniforme de seu conjunto e pelo sentido de direção presente na altura das torres. Esse elemento esguia e proeminente do edifício religioso também servia como balizamento para as embarcações que entravam pelo porto da cidade ou percorriam os rios Capibaribe e Beberibe. E mais: deles, saíam as procissões e cortejos, como as procissões dos Fogaréus e do Triunfo, que contribuíram para a vivência noas largas, praças e ruas (PONTUAL, 2021, p. 39).



Figura 17: Construções religiosas como elemento chave da configuração urbana de Santo Antônio e São José.

Fonte: REYNALDO, 2017.

De acordo com Reynaldo (2017), a colonização holandesa reprimia as manifestações cristãs como uma forma de impor o seu culto protestante. Com a expulsão dos holandeses as construções religiosas se colocaram como elementos relevantes da urbanização de Santo Antônio com a substituição dos elementos emblemáticos holandeses por construção de igrejas católicas, alcançando seu ponto culminante no século XVIII.

Desde o fim do século XVII a ocupação da ilha foi avançando, foram realizados inúmeros aterros e as quadras avançaram em direção ao rio, e aos poucos, a ilha foi aumentando sua área territorial. Até então a localidade de São José não era distinguida, mas a área compreendida entre a igreja do Livramento até o Forte das Cinco Pontas se desenvolvia gradativamente e se consolidando ao longo do século XVIII, onde nessa época já é possível identificar algumas diretrizes de crescimento urbano: formação de quadras em direção ao rio, as construções religiosas e seus pátios e a consolidação do traçado urbano, onde a maioria deles elementos fazem parte do tecido atual.



Figura 18: Traçado urbano da ilha de Antônio Vaz em 1739, já aponta uma grande quantidade de espaços livres públicos.
 Fonte: DPPC, 2019.

Em 1808 a Corte portuguesa chega ao Brasil, passando o Brasil de condição colônia para a condição de Reino Unido a Portugal. Por sua vez, em 1823, Recife recebe a honra de cidade pela Carta Imperial, e em 1888 o Brasil adquire sua independência. Um processo que resultou na instauração do Estado nacional e, conseqüentemente, um rearranjo de forças políticas e administrativas (PONTUAL, 2021). Diferentemente do Rio de Janeiro e de Salvador, que as mudanças políticas e econômicas repercutiram no contexto citadino, no Recife quase tudo ficou inalterado. Como a administração portuguesa teve um peso menor, quando comparada com outros atores como comerciantes e religiosos, a conformação do espaço urbano não teve muitas alterações, de maneira que o Recife se caracterizou por ser uma cidade onde o poder real teve pouco peso na definição da sua estrutura formal, (ZANCHETTI, 2012).

Pontual (2021), aponta alguns textos das memórias de viajantes que passaram pela Capitania de Pernambuco no século XIX que demonstram a geografia do lugar associada ao crescimento populacional juntamente com o ambiente construído e as necessidade de criação de uma estratégia de limpeza urbana em decorrência da insalubridade das ruas e dos surtos epidêmicos de meados do século XIX. Destacamos o texto do francês Louis-François de Tollenare que, de acordo com a autora viveu no Recife entre os anos de 1916 e 1917:

A ilha de Santo Antônio, à qual dá acesso uma ponte arruinada [...] tem ruas um pouco mais largas do que as do Recife. Encontra-se ali uma praça quadrada, onde estão construindo um mercado coberto, que será de muito bom gosto. [...] Cinco sextos das casas de Santo Antônio têm apenas um pavimento térreo; só em volta da praça e em algumas ruas principais é que se encontram casas elevadas como as do Recife. [...] Este bairro é habitado por muitos brasileiros brancos natos, e mulatos e negros livres. Encontram-se ali várias bonitas igrejas e conventos [...]. Há um teatro em Santo Antônio, mas as apresentações são extremamente medíocres, e a casa

pequena e pouco frequentada [...] (TOLLENARE, 1992, p.95, *apud*, PONTUAL, 2021, p. 40).

Salientamos também as colocações sobre a insalubridade do Recife, apontadas pelo inglês Charles Darwin, que esteve de passagem pela cidade em meados do século XVIII:

A cidade é por toda parte detestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgubres. A estação das chuvas acabava apenas de finda-se, de maneira que a região adjacente, com quase não se acha acima do nível do mar, apresenta-se completamente alagada, pelo que não logrei fazer passeios distantes (darwin, 1992, p. 165, *apud*, PONTUAL, 2021, p. 41).

De acordo com Leal (2008), apenas no contínuo desenvolvimento urbano dos três bairros (Recife, Santo Antônio e Boa Vista), a cidade do Recife formava-se entre ruas estreitas, próximas ao rio, algumas ainda com leito de barro ou de terra batida, a infra-estrutura era deficiente, a limpeza urbana era precária e não existia água encanada ou saneamento básico. Em vista dessa situação, a Câmara Municipal, preocupada com a higiene pública criou o Conselho Geral de Salubridade Pública da Província de Pernambuco, em 1845, (PONTUAL, 2021).

Assim, em meados do século XVIII o Recife já era uma cidade consolidada. A parte norte de Santo Antônio se caracterizava como o local dos burgueses ricos e do trabalho das classes sociais mais altas, responsáveis pela administração pública, profissões liberais, atividade jurídica e de imprensa, por outro lado, o crescimento populacional da parte sul divide a ilha em duas freguesias, conservando o norte com o mesmo nome e o sul como Freguesia de São José, onde abrigava o comércio de base popular e armazéns, os trabalhadores negros e as residências dos ex-escravos, “nenhum outro bairro central do Recife tinha uma população tão pobre quanto aquela freguesia” (CARVALHO *apud* LUCENA, 2015, p. 4). São José foi o local dos artesãos, dos clubes carnavalescos populares do Recife, dos negros e batuques dos terreiros, dos pescadores e marisqueiras e dos feirantes e comerciantes que vendiam seus produtos na “Ribeira do peixe” - atual Mercado de São José. Juntamente com Santo Antônio, ambos são donos de uma rica história secular e de um profundo valor econômico e cultural, assim como já foram palco de grandes transformações urbanas e higienistas.

Para Zancheti (2012), o século XVIII pode ser chamado de século do Ouro para esses bairros, pois teve seu ápice como uma cidade construída segundo princípios artísticos barrocos. O autor afirma que uma análise do Recife como cidade barroca é possível não levando à risca os padrões formais urbanos, mas focando, por outro lado, na compreensão da lógica barroca em uma cidade de crescimento não planejado, procurando entender o barroco como um conhecimento prático de fazer o urbano através da experiência desse espaço, que se faz a cada caminhada pelas suas ruas estreitas e tortuosas e a grata surpresa de “descobrir” um novo pátio e se deparar com um espaço aberto reverenciando uma igreja.



Figura 19: Perspectiva do Pátio de São Pedro, 2021.
Fonte: Autora, 2021.

A noção de perspectiva urbana foi muito utilizada com a função de “criar cenários” e por meio da cenarização do espaço público e pela sequência de “efeitos surpresa” que foram sistematizados pelas diversas formas de percurso com a finalidade de valorizar tanto a paisagem natural quanto a paisagem da própria cidade, incorporando no século XIX, “a paisagem como um elemento propositivo na estrutura urbana” (ZANCHETI, 2012, p. 10). Seguindo uma lógica clara de formação e de composição que organiza elementos urbanos simples orientados pela perspectiva como sistema de arranjo espacial, a freguesia de Santo Antônio se organiza seguindo dois tipos de sintaxe: a de praças e largos, e, a de percursos, onde tem nas torres de suas igrejas o ponto de fuga dessa perspectiva. Desta maneira, a cidade se expandia conforme apareciam novas necessidades funcionais ou de representação simbólicas na medida em que “seus percursos levavam a uma sequência de mudanças forçadas do olhar para novas perspectivas”.(ZANCHETI, 2012, p. 9).



Figura 20: Conjunto urbano homogêneo da Ilha de Antônio Vaz, 1759
Fonte: Diagnóstico propositivo DPPC, 2019.

Como já citamos anteriormente, Zancheti (2012) destaca o caráter comercial e burguês da cidade do Recife desde a sua origem, uma vez que o centro político era a cidade

de Olinda e lá se encontrava a aristocracia. Baseado no autor, podemos afirmar que o Recife se configura como uma cidade que foi produto de três atores sociais: o comerciante burguês, os religiosos e o administrador português. De maneira que o comerciante surge como uma figura importante na configuração urbana uma vez que este foi o ator que trouxe o maior dinamismo e quem deu impulso à cidade, acumulando riqueza e transformando as construções. Essa vigorosa dinâmica urbana, mais conhecida como “vuco-vuco” (LACERDA, 2018, p. 11), está historicamente relacionada com essas atividades comerciais de base popular, é uma permanência de característica forte nos bairros de Santo Antônio e São José e permanece até os dias de hoje sendo um importante atributo que precisa ser mais valorizado e integrado nas práticas preservacionistas.

Na primeira metade do século XIX a cidade se modernizou em função do crescimento da renda dos comerciantes, como já citamos. Segundo Loureiro e Amorim (2000), em 35 anos a população em 76.000 habitantes, chegando a ter 116.000 segundo o Primeiro Recenseamento da População Geral do Império. A grande maioria das construções era térrea, contudo podíamos encontrar casario de três, dois e um pavimento, embora não fossem tipos predominantes era evidente a mescla de edifícios.



Figura 21: Entrada do Porto de Pernambuco - Rua do Crespo (atual rua 1º de Março), 1852.

Fonte: Emil Bauch (1823 – 1874) - alemão. Entrada do Porto de Pernambuco [do Álbum Souvenirs de Pernambuco]. Cromolitografia. 1852. Dms 293 x 544 mm. Coleção do Príncipe D. Pedro de Orléans Bragança. Reproduzida em FERREZ, 1984a. apud DUARTE, 2015.

Apesar das mesclas, a moradia em São José era em sua grande maioria das classes mais pobres, conforme afirma Carvalho (2010). De acordo com o autor, apenas 9,8% da população de São José era constituída de cativos. Ao investigar a população de escravos no Recife o autor comenta:

Era em São José, portanto, onde residia grande parte da tal “populaça” da cidade, que tanto aperreava as autoridades. O planejamento urbano refletia esse problema. É significativo observar que a freguesia de São José, dessa população pobre e deslocada, ficava de um lado da ilha (sul), e o palácio do governo, o teatro e o passeio

foram construídos do outro (norte). Os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde havia muito trabalho braçal para se fazer (CABRAL, 2010, p. 92).

O jornalista pernambucano, Antônio Pedro de Figueiredo, publicou uma crônica sobre o Recife no ano de 1857 sobre as quatro freguesias existentes naquele momento: a de São Frei Pedro Gonçalves no bairro do Recife, a de São José, a de Santo Antônio, e a da Boa Vista. O jornalista segue sua crônica descrevendo e quantificando os principais elementos construídos nas freguesias de São José e Santo Antônio e ressalta a construção da nova Matriz de São José, que além da sua notável beleza arquitetônica consolida a expansão da parte mais ao sul da ilha em direção a Afogados. O jornalista ainda ressalta várias igrejas e seus pátios, dentre elas o templo de São Pedro. “um dos edifícios sagrados desta cidade, [...] tem este largo dezessete casas, a saber: seis de um andar, duas de dois andares e dezessete térreas” (FIGUEIREDO, 1992, p. 170 apud PONTUAL, 2021, p. 44).

Segundo Reynaldo (2017), os sobrados seguem configurando as ruas irregulares do traçado português juntamente com as igrejas e praças. Além das diferenças espaciais e sociais entre o norte e o sul da ilha em termos de ocupação, vale destacar os contrastes das torres das igrejas em São José, e apesar de ser considerada uma área menos abastada, Pontual (2021) e Reynaldo (2017), destacam a presença de edificações de maior altura no entorno das construções religiosas, onde evidenciava-se sombreados de arquitetura notável.

Destacamos algumas dessas igrejas e pátios: Basílica da Penhas, São José do Ribamar, Santa Rita de Cássia, Igreja de Nossa Senhora do Terço, todas elas ainda no século XVIII, marcando o processo de configuração desse bairro, juntamente com o Mercado de São José no Século XIX.



Figura 22: Pátio do Terço. Cromolitografia de F. H. Carls. 1878; Figura 23: Largo do Livramento. 1878
Fonte: Acervo do Museu do Estado de Pernambuco. Reproduzida em DUARTE, 2015;

Podemos perceber nas figuras 25 e 26 diferentes tipologias, algumas arquiteturas monumentais, outras mais singelas, ruas estreitas e tortuosas, outras mais amplas e largas, estratos sociais diversos marcando a distinção arquitetônica, urbanística e social dos bairros de Santo Antônio e São José. Santo Antônio, por sua vez, apresentava uma área com

edificações mais altas no entorno da praça da Polé, os núcleos urbanos e centro político-administrativo e cultural na sua porção norte, onde encontramos o Teatro Santa Isabel e o antigo Palácio de Friburgo. Os conjuntos religiosos, assim como em São José, também se consolidam nesse bairro, como o próprio convento de Santo Antônio, a igreja Matriz de Santo Antônio, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, a igreja do Livramento dos Homens Pardos, a de São Pedro dos Clérigos, a igreja do Rosário dos homens Pretos. Assim vai se configurando a estrutura urbanas desses bairros irmão no início do século XX: os edifícios religiosos erguem-se como símbolos na paisagem se configurando também com um elemento funcional com papel impulsionador na urbanização desses bairros, as edificações de maior altura vão se concentrar no entorno da Praça da Independência e ao longo das ruas 1º de Março e rua Nova em algumas áreas em que o solo foi ficando mais valorizando como no entorno das igrejas do Livramento, do Terço, dos Martírios, do Espírito Santo e do Rosário dos Homens Pretos, (REYNALDO, 2017).



Figura 24: Vista de Santo Antônio (tirada de S. Amaro do mirante da casa do Sr. E. Burle). Cromolitografia. 1878
Fonte: Acervo do Museu do Estado de Pernambuco. Reproduzida em DUARTE, 2015;

A ilha é dividida em dois núcleos distintos que refletem os principais usos desenvolvidos em seu território. São José, a área menos abastada, destaca-se por sua função residencial e pela concentração significativa de indústrias, além de sua conexão eficiente com outras localidades, especialmente após a criação da estação de trem. Vale destacar as características sociais que envolvia a freguesia de São José comentadas por Carvalho (2010):

[...] Em São José, surgiram alguns dos primeiros grêmios de artesãos do Recife e clubes carnavalescos populares atestando a ligação do bairro com a história social da cidade, já evidente em 1817, pois ficava ali o quartel de artilharia onde começou o levante militar que desaguou na insurreição republicana. [...] Como não poderia

deixar de ser, São José também era local de batuques e terreiros onde os negros do Recife reconstruíam os laços culturais e religiosos esgarçados pelo desenraizamento violento que foi o tráfico atlântico de escravos. Eram pontos de encontro, nos vários sentidos desta expressão, mesmo levando-se em conta que os negros também se dividiam por nação. [...]Aquele cenário de casebres pobres, visto no campo ao redor da cidade por vários viajantes, foi pouco a pouco sendo internalizado à medida em que aumentava o desemprego urbano. Boa parte do bairro de São José, no coração da ilha de Santo Antônio, já nasceu pobre. Os anseios de riqueza impeliam os homens livres e libertos a colaborar com a reprodução do sistema, mas a realidade diária da falta de alternativas econômicas, e os preconceitos contra os não-brancos, eventualmente empurravam essa massa para o lado dos cativos (CARVALHO, 2010. p.92/310).

Por outro lado, Santo Antônio assume um papel consolidado como núcleo político e cultural, complementado por suas atividades comerciais. À medida que a cidade torna-se densamente povoada e diversos loteamentos são estabelecidos, grande parte das áreas alagadas e manguezais são aterrados. Esse cenário marca o início das demandas por serviços urbanos, os quais têm sido alvo de críticas severas. A cidade implementa um sistema de transporte público, introduz um sistema de iluminação pública baseado em lampiões e estabelece uma companhia de abastecimento de água (LOUREIRO; AMORIM, 2000). Ao fim do século XIX percebe-se uma influência de costumes vindos da Europa, em particular pela França também muito influenciados pelo modernismo e pelo movimento positivista, nesse contexto, os moradores do Recife começam a ansiar por um novo modelo de vida urbana. É neste momento que as práticas urbanísticas se intensificam dando origem aos planos urbanísticos.

3.2 Proteção versus transformação: As remodelações de Santo Antônio e São José e os planos urbanísticos do século XX

Ao longo de todo processo de transformação ocorrida nos bairros de Santo Antônio e São José, podemos destacar três momentos marcantes na proteção e na política de transformação urbanísticas desses bairros: um primeiro período mais intervencionistas (1930-1946), predominando os princípios da Sociedade Francesa de Urbanismo e os preceitos modernistas dos *Ciams*, assim como as ações higienistas de demolição e remodelação do espaço urbano, compreendendo a passagem da cidade colonial para o centro antigo; um segundo momento em que se destaca ainda mais a supremacia do ideário moderno (1946-1979), onde a arquitetura modernista assenta sua base na transformação urbana deste território, tanto em edificações como em parcelamento do solo, e nesse momento uma nova arquitetura complementa essa paisagem urbana, provocando uma mudança radical na escala e nos elementos estéticos da fase anterior; e a terceira fase vem a partir de 1979, quando o ideário protecionistas recupera algumas pautas dos debates tradicionalistas, procurando deter as transformações e ampliar o conceito da conservação, havendo uma proteção muito mais voltada aos edifícios com arquitetura notável, como as igrejas e os traçados antigos;

Não pretendemos, aqui nesta pesquisa, dar conta de todo o processo de urbanização do Recife, e nem tampouco detalhar todos os planos urbanísticos propostos para Santo Antônio e São José¹⁰⁷. Abordaremos alguns pontos que influenciaram nas principais posturas e intervenções urbanísticas e que vieram a interferir na sua configuração espacial, social, econômica e cultural. Contudo, nosso foco temporal principal, será entre 1965 e 1979. Após o avanço substancial das demolições ocasionadas pela Av. Dantas Barreto, tomamos como ponto de partida o plano de 1965 - O Plano de Gabarito - um instrumento municipal que tinha como objetivo propor a salvaguarda dos monumentos históricos, especialmente em Santo Antônio e São José, e, no ano de 1979, registramos a aprovação do Plano de Preservação de Sítios Históricos (PPSH), um marco importante na consolidação normativa para os projetos urbanos em áreas de valor patrimonial. Esse período marca a importância normativa como prática de ordenamento urbano nas áreas centrais do Recife.

Como vimos no item anterior, já em meados do século XVIII no Recife, havia uma certa preocupação com as medidas higienistas em função da insalubridade e das péssimas condições habitacionais que estavam possibilitando o agravamento das epidemias, sobretudo em Santo Antônio e São José. Nesse contexto, as práticas urbanísticas adquirem

¹⁰⁷ As diversas propostas urbanísticas para o Recife encontram-se bem referenciadas em trabalhos já realizados por Pontual (1998; 1999), Reynaldo (2017), Moreira (1999), Loretto (2008) e Moreira et al. (2022).

uma abordagem referenciada nas ciências médicas, na qual a cidade passa a ser considerada como um organismo doente que precisa de medidas de salubridade e higiene para tornar esse “corpo” saudável, (PONTUAL; PICCOLO, 2008). A partir desse entendimento da cidade como um corpo doente, as concepções urbanísticas previam destruições e reconstruções como meio de saneamento e higienização. No Recife, em 1854, o médico higienista e Presidente do Conselho Geral de Salubridade Pública da Província de Pernambuco, Joaquim d’Áquino Fonseca, elabora as bases para um Plano Geral de Edificações da Cidade, ressaltando a importância dos ventos, da luz do sol e da água no processo de salubridade da cidade, o que acarretaria da mudança tanto nas ruas estreitas, quanto das edificações, que eram coladas umas nas outras, como os sobrados característicos dos bairros de Santo Antônio e São José, conforme indica Pontual, (2021). Sobre questões referentes às condições sanitárias, Moreira (1992), traz as considerações do engenheiro Saturnino de Brito:

Os quintaes sombrios e sujos, as terras e as águas maculadas, no interior da cidade, o ar viciado, os esgotos defeituosos, sem águas bastante e incompletos, a água potável insuficiente e mal distribuída, fornecidas em doses mínimas para a maior parte da população. Existe, entretanto, um outro importantíssimo: o grande número de habitações, essas mal edificadas e mal cuidadas pelos moradores (BRITO, Francisco Saturnino. Plano de Saneamento do Recife: Descrição e Relatórios. Recife: Typographia da Imprensa Oficial, 1917, p. 44, *apud*, MOREIRA, 1992, p.194).

Fica claro portanto a preocupação com a precariedade do sistema sanitário na cidade do Recife. Nesse sentido, podemos observar uma mudança da gestão desses serviços, passando da esfera privada para a pública, o que desencadeia uma reestruturação abrangente e um esforço notável. Médicos, sanitaristas, advogados e urbanistas passaram a trabalhar juntos “numa cruzada de conscientização da relação entre os males epidêmicos e a questão urbana” (MOREIRA, 1992, p. 195). Ao longo das primeiras duas décadas do século, podemos observar o processo de reformas significativas e contínua modernização das estruturas de salubridade pública. Essa abordagem higienista se encaixa no contexto de modernização urbana, caracterizado pelas obras do Porto, a revitalização do bairro do Recife e a implementação do Plano de Saneamento. Um aspecto crucial é sua conexão com a rejeição e remoção das habitações insalubres das áreas centrais, contribuindo para o processo de reestruturação dessas áreas. Importante notar que esse período enfrenta não somente uma crise habitacional intensa, mas também uma amplificação dos receios em relação às classes marginalizadas.

Moreira (1992), argumenta que apesar da necessária intervenção higienista, as medidas tomadas beneficiavam também, outros interesses sociais e econômicos, no sentido de reconfigurar a cidade eliminando as habitações insalubres das áreas centrais. Assim, o esforço do capital comercial e financeiro auxiliaram na remodelação urbana favorecendo os interesses das elites nessas áreas centrais. O que podemos perceber em consequência disso é

que na década de 1930 há uma tendência, muito influenciada pelo movimento moderno e pelas questões anteriormente mencionadas, em evocar o princípio da *tabula rasa*¹⁰⁸, destruindo “artefatos urbanos e arquitetônicos” (LORETTO, 2008), característicos das cidades coloniais, como foi o caso da Av. Guararapes. No entanto, nessas áreas, o discurso higienista deu lugar a uma abordagem técnica baseada em critérios de circulação e tráfego.

As principais propostas urbanísticas desta fase encontram-se nos projetos de Domingos Ferreira (1927 e 1931), que foi amplamente criticado, não sendo colocado em prática, o de Nestor de Figueiredo (1932), que também foi rejeitado e reelaborado em 1934, mas que também não foi executado, o de Atílio Correa Lima (1936), que de acordo com Loretto 2008, foi o plano com menor modificação da malha existente e com o menor número de destruições, aproveitando a maior parte das quadras e vias existentes, ainda assim a proposta não foi adiante. Somente em 1938 é que o plano de reforma elaborado pela Comissão do Plano da Cidade, que se assemelhava ao plano proposto por Figueiredo em 1934 é aprovado. O plano propunha a demolição total de várias quadras e vias, bem como o corte de outras tantas quadras e lotes, para criação de novas ruas e avenidas. A intervenção deste plano saía desde a quadra ao lado da Praça da República até a quadra onde estava a igreja de Santo Antônio, tudo seria destruído para dar lugar a Av. Guararapes e a uma parte da Av. Dantas Barreto. Loretto (2008), ressalta um ponto interessante:

A proposta foi idealizada a partir de duas formas intervenções distintas para cada uma das áreas separadas pelo eixo norte-sul que cortava todo o bairro de Santo Antônio. Enquanto na porção inferior as medidas consistiram basicamente em retificação da malha existente para uma melhor circulação, na parte superior houve quase uma completa remodelação, onde foram alteradas as vias, o macro e o microparcelamento do solo. Entre essas duas bandas ficou a Praça da Independência, que também foi remodelada e deixou de ter sua forma fechada e quadrada (LORETTO, 2008, p. 73).

Ainda que tivesse um plano de Reforma aprovado, faltava um plano de expansão. Nesse contexto, a Comissão do Plano da Cidade sugere ao Prefeito que ele convide o urbanista Ulhôa Cintra (Diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo), para integrar a equipe da Comissão no intuito de elaborar o plano da cidade, e em julho de 1943, Ulhôa Cintra apresentou o seu plano que foi aprovado por unanimidade. Em oposição aos outros planos, este evitava a convergência para a Praça da Independência e propunha um perímetro de irradiação. A implantação desse perímetro exigiu a abertura e alargamento de ruas do bairro de Santo Antônio, como a Dantas Barreto. Um ponto de destaque nas propostas de Cintra, é que além de levar em consideração as propostas urbanísticas dos projetos anteriores, sendo considerado como uma síntese dos projetos anteriores (PONTUAL 1999; REYNALDO, 2017),

¹⁰⁸ Utilizamos esse conceito como, normalmente, ele vem sendo empregado no urbanismo. Tanto em termos filosóficos, no sentido de expressar um estado de completo vazio, e sabemos que essa é uma noção idealizada, quanto no sentido de “tábua rasa”, remetendo a uma superfície preparada para receber uma inscrição, (LORETTO, 2008).

o engenheiro traz contribuições claras das correntes internacionais modernistas e na sua preocupação da coexistência do novo com o antigo e o reconhecimento dos edifícios relevantes. O engenheiro propõe a hierarquização do centro em relação à periferia, e uma nova configuração para a Praça do Carmo, ficando esta como ponto de atração e distribuição do tráfego urbano, identificando o núcleo do sistema de irradiação urbana e o seu reordenamento para o desempenho das atividades coletivas. A elaboração do plano de Cintra “encerrou o importante ciclo de planejar a cidade do Recife por meio do plano e do projeto urbanístico e norteou por muitas décadas o ordenamento da cidade” (REYNALDO, 2017, p. 260).



Figura 25: Remodelação dos bairros de Santo Antônio e São José proposta por Ulhôa Cintra em 1943.
Fonte: REYNALDO, 2017, p. 266.

De acordo com Pontual (1999), os planos concebidos nesses primeiros anos do século XIX “eram imagens de uma cidade futura, bela e radiosa, onde a monumentalidade se interligava com aspectos técnicos, práticos e funcionais, e cujo resultado deveria ser uma cidade ordenada e disciplinada, em oposição aos caos da cidade espontânea e intuitiva” (PONTUAL, 1999, p. 94-95). Nesse contexto, desses planos urbanísticos vale ressaltar que a ideia de verticalização representou um marco significativo para muitos, sendo promovida como um símbolo de progresso. Houve uma ênfase na necessidade de incentivar a adoção de construções verticais em contraposição ao padrão predominante na época, onde as casas se mesclavam com o solo, conferindo à cidade uma aura de subúrbio. Contudo, a discussão sobre a verticalização e as densidades construtivas elevadas foi um tema de debate, com alguns a favor e outros contra. Essa tensão era mais proeminente nos locais onde o modelo desejado visava à impessoalidade, elegância e monumentalidade, (PONTUAL, 1999).

A influência do movimento moderno europeu na arquitetura e no urbanismo da cidade do Recife nos anos 30 se tornou evidente por meio dos planos de reforma e expansão.

Esses planos incorporaram a noção de planejamento e o modelo funcional de cidade, seja pela adoção do princípio da "tábua rasa", pela definição de um sistema viário específico, pelo estabelecimento de zonas com funções exclusivas, ou pela promoção de condições salubres e higiênicas, que incluíam aspectos como insolação, ventilação e iluminação de espaços fechados e abertos. Além disso, houve uma preferência clara por edifícios verticalizados e a busca por concentrações urbanas maiores, principalmente nas áreas centrais da cidade. O valor do elemento natural também foi enfatizado, com a criação de parques, praças e jardins como parte do planejamento urbano dessas primeiras décadas do século XIX.



Figura 26: Construção da Ponte Duarte Coelho e dos edifícios modernos da avenida Guararapes, vendo-se, à esquerda, a torre da Igreja do Paraíso, Recife, Pernambuco, 1943.

Fonte: Foto Benício Whatley Dias [Acervo Arquivo Iphan PE]

Conforme Pontual e Piccolo (2008), as demolições que ocorrem tanto no bairro do Recife, quanto nos bairros de Santo Antônio e São José, acabaram com a lógica urbanísticas desses bairros que era marcada pela alta densidade da sua forma construída que conformava quadras maciças e contínuas, como o caso dos sobrados altos e estreitos de Santo Antônio, quebrando a homogeneidade das quadras formadas por ruas estreitas e tortuosas que ora levava a um beco ainda mais estreito e ora desembocava em um pátio de uma bela igreja. Muitas quadras foram remodeladas, ganhando novo formato e dimensão. Imponentes arranha-céus se fazem notar no horizonte ao longo das avenidas, e essa nova configuração urbana moderna se consolida na paisagem de Santo Antônio e São José. Cabe ainda relembrar, que foi durante esse processo de remodelação dos bairros do Recife, que o Sphan começou a funcionar, em 1937, mas sua atuação mais efetiva deu-se somente, a partir de 1946. Até então não existia nenhum órgão oficialmente responsável pela proteção do nosso patrimônio nacional. O que nos leva a recordar também, que este era o período do Estado Novo, fase ditatorial comandada por Getúlio Vargas (1937-1945). O Recife foi governado

nesse período por Agamenon Magalhães, que apoiava o regime de Vargas e defendia a forte intervenção do Estado na vida econômica e social. Sob a nomeação do Governador, Antônio Novaes Filho, assumiu a prefeitura do Recife, e permanecendo no cargo durante todo o Estado Novo. Nascido em uma família aristocrática da cana de açúcar, Novaes Filho trazia com ele o discurso de modernidade atrelada a ideia de monumentalidade, verticalização, fluidez e velocidade. Seu objetivo era criar uma cidade que tivesse “a cara” do Estado Novo, (MOREIRA, 2016).



Figura 27: Recife, vista aérea - Praça da Independência e Av. Guararapes (início da década de 1950).
Fonte: FUNDAJ, JPC 3111. Reproduzida por MOREIRA, 2016.

Em meados da década de 1940, para contextualizarmos com o que estava acontecendo no mundo, tínhamos o fim da Segunda Guerra Mundial e a destruição massiva de grande parte das cidades europeias, iniciou-se um movimento de reconstrução da identidade nacional nos países atingidos, isso implicou na reconstrução física e na reorganização do espaço urbano, uma prática que influenciou em certa medida o ambiente brasileiro. No Recife, a prática de verticalização começa a ser questionada. Santo Antônio, paradoxalmente, já acumulava uma grande parte do seu território transformado, mas também reunia o maior acervo de bens protegidos da cidade. A questão dos gabaritos já no início da década de 1950 começa a incomodar, sobretudo no entorno dos monumentos. De acordo com Pontual (1999), esse período após o Estado Novo e que se prolonga até o final da década de 1950, foi um tempo de incertezas, ajustes e efervescência político-cultural na cidade do Recife. Nesse momento o chefe do 1º Distrito Regional do DPHAN, sediado no Recife, Ayrton Carvalho comenta sobre a visibilidade dos monumentos:

[...] visibilidade não se deve entender, do ponto de vista da legislação defensora dos monumentos nacionais, apenas a possibilidade de avistar esses monumentos, mas, evidentemente, a sua perspectiva, o equilíbrio de volumes e a escala de suas proporções (Carvalho, 1953 apud PONTUAL; PEREIRA, 2011, p. 104).

Esse é um ponto importante que pode ser comparado com a noção de ambiente trabalhada por Giovannoni desde os bastidores da Carta de Atenas no início da década de 1930 na Itália, como vimos anteriormente. É lamentável que, agora no século XXI, nas bordas dos bairros de Santo Antônio e São José, essa noção de ambiente ou de visibilidade não esteja sendo respeitada pelos projetos executados nesse entorno, falaremos disso no item 3.3. Além do processo de verticalização que vinha ocorrendo na cidade, sobretudo em Santo Antônio, por ser uma área de interesse para o mercado imobiliário, ainda estava em andamento a abertura da Avenida Dantas Barreto iniciada desde o plano de Cintra. Pontual e Piccolo (2008) comentam: “[...] a abertura da Avenida Dantas Barreto simbolizava, ainda, progresso, e a arquitetura do período colonial, atraso e vergonha” (PONTUAL; PICCOLO, 2008, p. 8). Nessa obra, foram demolidos mais de 50 prédios, e mesmo com algumas mudanças no seu traçado, várias igrejas foram demolidas, dentre elas a Igreja dos Martírios¹⁰⁹, sendo o primeiro caso de destombamento no Brasil, assinado pelo general e presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici em 1972.obre essa abertura da Dantas Barreto Reynaldo (2017) comenta:



Figura 28: Av. Dantas Barreto. Vista aérea da cidade, onde vemos assinalado a Igreja dos Martírios, que seria demolida pela prefeitura para dar lugar a uma nova avenida; Figura 29: Capa do Diário de Pernambuco de 13 de abril de 1972.

Fonte: Arquivo/DP/D.A Press. Brasil. Recife – PE. Disponível em :

<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/02/26/o-martirio-de-uma-igreja/>

Mais do que a destruição de um edifício relevante, o traçado da via altera radicalmente uma unidade urbana: a escala e a extensão da via provocaram a transformação mais brutal da área jamais identificada em toda história da renovação urbana desde o início do século XX (REYNALDO, 2017, p. 358).

Apesar da Av. Dantas Barreto ser defendida e considerada como sinônimo de progresso, no final da década de 1950 essa intervenção já apresentava várias críticas, tanto porque era uma via que, nos moldes em que foi executada, não desafogava o tráfego, quanto por não representar mais a nova visão urbanística que tendia para uma lógica um pouco mais conservadora e protecionista. De acordo com Loretto (2008), iniciou-se uma série de

¹⁰⁹ Para informações mais detalhadas ler LORETTO, Rosane Piccolo. Paraíso e Martirio: Histórias de Destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

questionamentos acerca das demolições ocorridas para construção da avenida, e da relocação de grande parte da população residente, assim como também da relocação do comércio, em detrimento da construção do “novo” e, quais os reais benefícios para população na construção dessa via, visto que tinham outras questões sociais que precisavam de atenção da prefeitura naquele momento, como por exemplo a ocupação da cidade pelos mocambos¹¹⁰.

Neste momento, a legislação que viabilizava o crescimento em altura nas áreas centrais começava a ser questionada, a verticalização que se consolidava nas décadas de 1950-1960, induziram a mudanças significativas no parcelamento do solo e na estrutura tipológica da cidade, com destaque para o bairro de Santo Antônio. O alargamento da Av. Dantas Barreto possibilitou ainda mais essa verticalização com os parâmetros da lei vigente. Sabemos que a articulação do DPHAN com o governo municipal foi se estabelecendo lentamente, aos poucos a preservação patrimonial começa a ganhar contornos mais definidos, determinando novas formas de atuação em áreas patrimoniais, um marco nessa articulação foi a elaboração do Plano de Gabaritos dos bairros de Santo Antônio e São José em 1965, que tinha como principal objetivo a proteção da visibilidade das igrejas tombadas, onde, apesar da intensa verticalização que aconteceu em Santo Antônio, podemos destacar que esta não aconteceu sem conflitos.

Segundo Pontual e Pereira (2011), diversos processos foram enfrentados pelo 1º Distrito Regional do DPHAN, encabeçado por Ayrton Carvalho, no que diz respeito ao processo de verticalização dos edifícios em Santo Antônio. As autoras destacam alguns como o Edf. Igarassu e o Edf. do Banco Mercantil, e os principais confrontos enfrentados pelo 1º distrito, reforçando que o principal dilema que os urbanistas recifenses enfrentavam estava entre verticalizar ou manter a ambiência de edifícios seculares. Assim, na tentativa de amenizar os conflitos, mas permitir a renovação imobiliária dessa área central do Recife, foi aprovado em 1965 o Plano de Gabaritos de Santo Antônio e São José, a partir de uma parceria entre a prefeitura do Recife com o arquiteto Marcos Domingues, que depois foi substituído pelo arquiteto Vital Pessoa de Melo, com o 1º Distrito Regional do DPHAN, com o arquiteto José Luiz da Mota Menezes, (PEREIRA, 2021). O Plano de Gabaritos foi elaborado como uma planta de zoneamento com o propósito de estabelecer diretrizes de altura para as construções ao redor de monumentos tombados e edifícios históricos situados nos bairros de Santo Antônio e São José, compreendendo a área entre a Praça da Independência e o Forte das Cinco Pontas. A delimitação geográfica do plano foi uma resposta às necessidades de uma área específica que estava passando por transformações naquele período.

¹¹⁰ Para um maior aprofundamento sobre o tema ler: LIRA, José Tavares Correia de. Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

É importante notar que a porção norte de Santo Antônio não foi incluída no plano, pois já havia sofrido alterações substanciais, e outras áreas do bairro que não foram abrangidas pelo plano eram de pouco interesse imobiliário na época. O Plano de Gabaritos estabeleceu doze alturas diferentes, variando de 10 metros a 53 metros, além de áreas designadas para conservação do patrimônio existente, faixas de transição e áreas a serem demolidas. Em 17 de julho de 1965, o Plano de Gabaritos para os Bairros de Santo Antônio e São José foi oficializado, com a assinatura do arquiteto Vital Pessoa de Melo, sua aprovação pelo Prefeito Augusto Lucena e o apoio de Ayrton Carvalho, chefe do 1º Distrito da DPHAN. Importante ressaltar que o Plano não se tornou uma lei, uma vez que não passou pela aprovação da Câmara Municipal. No entanto, ele representou o primeiro instrumento municipal voltado para a efetiva proteção do patrimônio histórico e permaneceu em vigor até 1979, quando foi aprovado o Plano de Preservação de Sítios Históricos (PPSH).

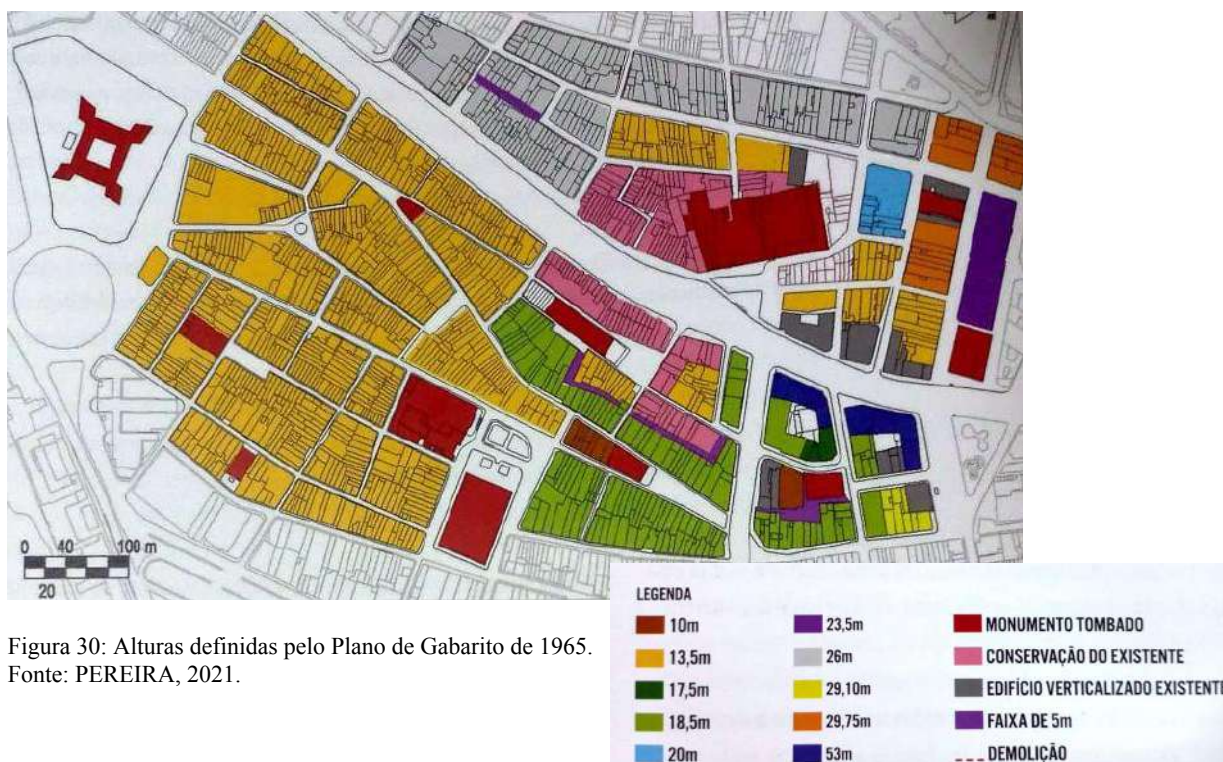


Figura 30: Alturas definidas pelo Plano de Gabarito de 1965.
Fonte: PEREIRA, 2021.

De acordo Pontual e Pereira (2011), os gabaritos que foram fixados no plano, foram determinado a partir do Código de Obras de 1961 e das alturas máximas dos edifícios já existentes nas quadras. Contudo, as autoras reforçam que o plano não tinha instrumentos capazes de garantir que a tipologia dessas áreas fossem mantidas. A categoria "conservação do existente" se posicionou como um intermediário entre a preservação integral e a possibilidade de destruição. Essa categoria abrangia apenas áreas que, além de já estarem protegidas pelo tombamento do Decreto nº. 25, não haviam sido afetadas por construções em altura, devido aos direitos adquiridos. Consequentemente, somente parte do entorno do

Conjunto do Carmo e da Igreja de São Pedro foi incluída nessa categoria. Vale ressaltar que essa categoria do Plano não apenas regulava a morfologia, mas também a tipologia das edificações, (PONTUAL; PEREIRA, 2011).

No mapa elaborado por Pereira (2021), é possível identificar áreas próximas ao Convento do Carmo que foram designadas pelo plano para demolição, uma medida relacionada ao conceito em voga entre os funcionários da DPHAN na época, conhecido como "*mise en valeur*". Esse conceito envolvia a demolição de construções que não eram contemporâneas ao edifício, com o objetivo de restaurá-lo ao seu estado original, embora essa restauração não tenha sido concretizada (PPSH/RMR, 1978). Outro elemento presente no Plano de Gabaritos ressaltado pelas autoras, eram as pequenas vias para pedestres e as faixas de transição, com uma altura de 5 metros, entre as áreas preservadas e as áreas de transformação. Essa abordagem visava criar uma separação física e uma relação conceitual entre os conjuntos históricos e as novas construções.



Figura 31: Av. Dantas Barreto, Pátio e Igreja de Nossa Senhora do Carmo à esquerda e Edf. Leira e Igarassu à direita.
Fonte: autora, fevereiro de 2023.

Pereira (2021) resalta a quantidade de recusas e embargos em projetos na época em que o plano estava em vigor. Com as restrições e o fracasso dos construtores em burlar as recomendações do plano, diversos investidores do mercado imobiliário começaram a se voltar para outras áreas da cidade. Apesar de tentar manter a escala das edificações no entorno dos monumentos, o plano não foi capaz de frear o processo de descaracterização da vizinhança desses monumentos. O Plano de Gabaritos como o primeiro instrumento voltado para conservação do Recife alcançou avanços importantes no campo da preservação, contudo, frente às destruições causadas pela abertura da Av. Dantas Barreto e as severas críticas que essa reforma recebeu, sobretudo após a demolição da igreja dos Martírios, no mesmo ano da sua demolição, o governo federal assinou a criação do Programa Integrado de

Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, assinado em 1973, e tinha Recife como sede desse programa.

De acordo com Reynaldo (2017), “o programa exigia a indicação de construções notáveis que deveriam ser restauradas e das áreas urbanas que deveriam ser reabilitadas, potencializando os roteiros turísticos previamente recomendados ou resultantes dos projetos desenvolvidos” (REYNALDO, 2017,p. 359). É dentro desse panorama, onde se cria a primeira lei municipal de preservação do patrimônio no Recife, com a elaboração do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), publicado em 1978. Como resultado desse plano, ocorreu a identificação de sítios históricos tanto urbanos quanto rurais nos nove municípios que compunham a Região Metropolitana do Recife na época. Ao analisarmos a conjuntura internacional, rememoramos que existia uma visão preservacionista advinda das discussões no entorno da Carta de Veneza (1965), das normas de Quito (1967), da Recomendação de Paris (1972) e a Declaração de Amsterdã, onde havia uma lógica de regulação das intervenções urbanísticas em centros históricos proveniente dessas discussões internacionais. Podemos perceber a influência desse pensamento preservacionista nas propostas elaboradas pelo PPSH/RMR.

Uma das contribuições mais relevantes do PPSH/RMR foi a identificação sistemática e documentação dos sítios históricos, tanto urbanos quanto rurais, presentes nos nove municípios que compunham a Região Metropolitana do Recife na época. Isso possibilitou um entendimento mais abrangente e preciso do patrimônio cultural da região, incluindo aspectos arquitetônicos, históricos e culturais. O plano traz ainda a definição de princípios básicos da preservação como a noção de sítio histórico e de conjunto ambiental, avançando na questão da ideia de monumento isolado, transcendendo o bem arquitetônico tombado pela sua excepcionalidade ou singularidade. Os sítios reconhecidos pelo plano como de interesse de preservação agregavam, então, valores históricos, artísticos (arquitetônicos e urbanísticos), econômicos e sociais.

Além disso, o plano estabeleceu diretrizes e critérios claros para a preservação desses sítios históricos, incluindo normas de conservação, restauração e uso adequado. Essas diretrizes forneceram um arcabouço legal e técnico para orientar as ações de preservação e restauração, procurando garantir a preservação do patrimônio histórico. Outro ponto importante foi a conscientização pública sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e histórico da região. O plano destacou o valor cultural e econômico desses sítios históricos, incentivando a sua proteção e uso sustentável. Outra contribuição fundamental do PPSH/RMR reside na categorização dos sítios históricos em sete distintas categorias,

incluindo sítios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conjuntos antigos, edifícios isolados, povoados antigos, ruínas, sedes de engenhos e vilas operárias. Essa categorização permite uma abordagem específica e adequada à natureza de cada sítio, direcionando as estratégias de preservação de acordo com suas características individuais. De particular interesse é o método adotado na caracterização dos sítios históricos, que inclui a delimitação de áreas de proteção com diferentes níveis de rigor classificadas como Zona de Preservação Rigorosa e Zona de Preservação Ambiental, estabelecendo uma hierarquia na proteção cabível a cada uma dessas áreas. Essa abordagem de zoneamento contribui para uma gestão eficiente e personalizada dos sítios, adaptando as medidas de preservação às particularidades de cada localidade, procurando garantir, o máximo possível, a manutenção do patrimônio histórico da região metropolitana do Recife.

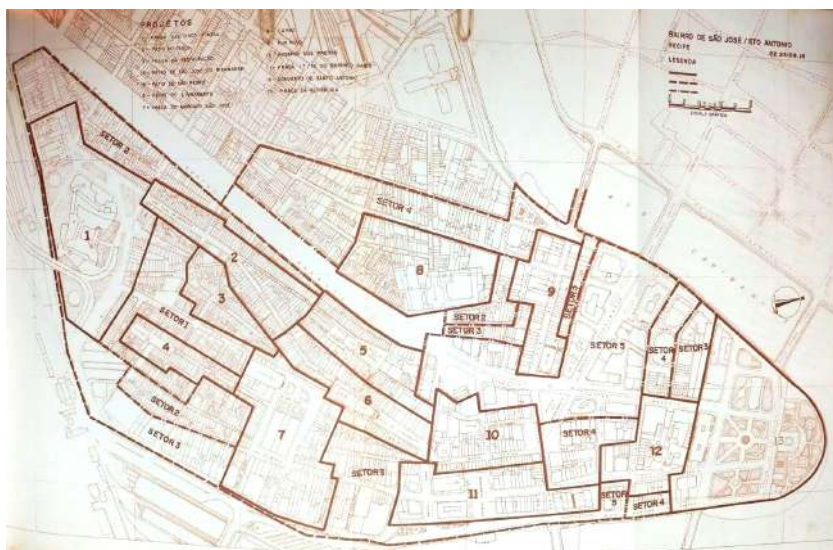


Figura 32: Proposta de preservação do PPSH/RMR para os bairros de Santo Antônio e São José.
Fonte: Fidem, 1978.

Tomando como base o plano da FIDEM, a Prefeitura do Recife elaborou seu próprio Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH-Recife) em 1979, efetivando a preservação do patrimônio arquitetônico em nível municipal. A Lei N° 13.957/1979 instituiu 31 Zonas de Preservação (ZP), nas categorias de sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, distribuídas em diversas áreas da cidade. Como já citamos, uma das influências notáveis na criação deste plano foram os documentos doutrinários da Unesco e as cartas de: Veneza (1964), as Normas de Quito (1967), o compromisso de Brasília (1970), o compromisso de Salvador (1971) e a Declaração de Amsterdã (1975), que enfatizavam a conservação e utilização de monumentos e sítios como parte de um esforço multinacional, e, na defesa pela importância de incorporar todo o conjunto urbano na noção de proteção como elemento-chave da configuração da área, estimulando o correlação entre proteção e planejamento urbano. Para efeitos de legislação de proteção, as normas recomendavam que

o espaço urbano ocupado pelos núcleos ou conjuntos monumentais fossem delimitados da seguinte forma: (i) zona de proteção rigorosa, que correspondia à de maior densidade monumental ou de ambiente; (ii) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; e (iii) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de integrá-la com a natureza circundante.

O Recife adaptou esses conceitos, criando as Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR) e Zonas de Preservação Ambiental (ZPA), com a finalidade de garantir um equilíbrio entre a proteção estrita das edificações e a integração com a cidade circundante. É válido destacar o emprego da noção de sítio histórico em decorrência da apropriação da Carta de Veneza, que alarga a noção de monumento histórico e sítios monumentais para sítio urbano ou rural e obras modestas, (PONTUAL, 2021b). No entanto, um desafio significativo foi a falta de consideração dos usos nas zonas criadas e a ausência de análise aprofundada quanto aos usos autorizados em cada Zona. Além disso, a ênfase no aspecto material das edificações, como fachadas e volumetria, levou a uma subvalorização dos valores intangíveis dos lugares históricos, assim como a importância de manter residentes nas áreas históricas.

A Lei No 13.957/1979, promulgada pela Prefeitura, estabeleceu o Plano de Preservação dos Sítios Históricos, quando os princípios de autenticidade e integridade ainda não haviam sido plenamente explorados, embora já fossem destacados na Carta de Veneza de 1964. Essa abordagem, que considerava cada imóvel isoladamente, pode ter impactos problemáticos, incluindo a perda de autenticidade mesmo em casos de restauro. Por sua vez, as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) substituíram as ZP, com Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e Setores de Preservação Ambiental (SPA). No entanto, alguns desafios persistentes, particularmente em áreas como o Bairro de Santo Antônio e São José, demandam uma revisão conceitual e prática mais profunda para enfrentar os problemas de conservação urbana.

O plano surgiu como um instrumento para que houvesse um controle rigoroso sobre as Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR), com o objetivo de evitar intervenções que pudessem comprometer as características originais dos imóveis. No entanto, a exigência de que qualquer alteração na feição original fosse restaurada enfrentou desafios, uma vez que o processo de restauro poderia resultar na perda da autenticidade. A Lei Nº 13.957/1979 abordou conjuntos edificados e edificações isoladas de maneira semelhante, considerando os sítios como a soma dos imóveis individuais. Essa abordagem levou em conta aspectos materiais, como fachadas e volumetria, mas negligenciou os valores intangíveis dos locais históricos e a importância da presença de residentes nas áreas preservadas, contrariando as diretrizes da Conservação Integrada, conforme definido na Declaração de Amsterdã de 1975.

Após as longas e grandes reforma dos bairros de Santo Antônio e São José houve um intenso processo de metropolização e a descentralização, e os bairros passaram por graves problemas de funcionalidade que vieram a contribuir para o esvaziamento econômico e populacional em toda a área central (REYNALDO, 2017). A evasão populacional, também pode ser atribuída, em certa medida, às leis de zoneamento que delimitavam a funcionalidade do centro urbano, excluindo em grande parte de sua área, o uso habitacional. Assim, houve uma redução drástica no número de moradores dos bairros estudados, conforme podemos observar nas figuras 35.

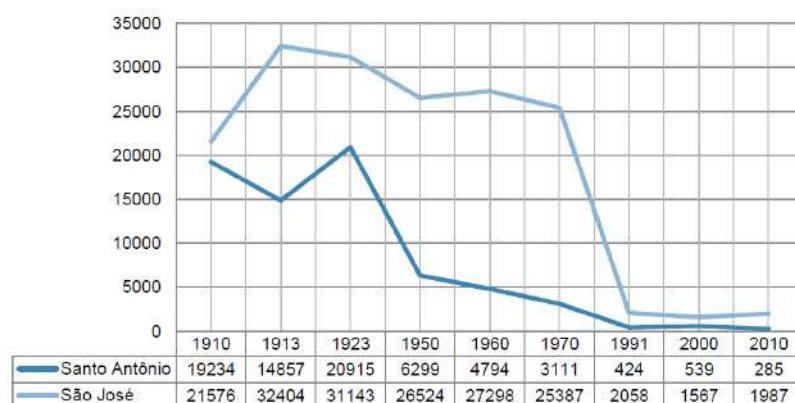


Figura 33: Evolução populacional de Santo Antônio e São José no Recife (1910-2010).

Fonte: Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural/ ZEPH-10/14, novembro de 2020.

Na década de 1970, os princípios relacionados ao desenvolvimento regional foram acompanhados pelo crescimento dos eixos viários, resultando na criação de novas zonas residenciais que gradualmente ocuparam as áreas periféricas das regiões norte, oeste e sul do espaço urbano. Esse processo, que teve início especialmente a partir dos anos 1970, causou uma reconfiguração da dinâmica do centro histórico do Recife. Mesmo possuindo infraestrutura e serviços comerciais e administrativos, o centro histórico foi afetado por um declínio populacional (LAPA; SILVA, 2022).

A institucionalização da Região Metropolitana do Recife teve lugar em 1973, conforme estabelecido pela Lei Federal Complementar nº 14, datada de 8 de junho de 1973, marcando o estabelecimento das primeiras regiões metropolitanas no cenário brasileiro. A confluência desses fatores levou o Recife a enfrentar, ao longo do final do século XX, notáveis disparidades econômicas e sociais, segundo Lapa e Silva (2022). Os autores afirmam que, enquanto a atividade econômica contribuiu para a formação de centros de desenvolvimento, incluindo setores de caráter tecnológico, as desigualdades sociais e econômicas persistiram de maneira proeminente, deixando uma marca indelével no perfil da população e, conseqüentemente, repercutindo na configuração da paisagem urbana. A década de 1970 foi, portanto, um período decisivo para a implantação da estrutura de planejamento e gestão metropolitana do Recife.

3.3 Tensões e confrontos no século XXI: uma breve análise do Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural - ZEPH-10

Devido as grandes transformações e a urgência em conter o processo de destruição do patrimônio cultural metropolitano, o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMR deu origem ao Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR), como vimos anteriormente. Com base na Lei nº 13.957 de 1979, foi promulgado, pela Prefeitura da cidade do Recife, o Decreto Nº 11.693 de 22 de setembro de 1980, que criou a atual ZEPH-10, que, como visto, preservou o bairro de Santo Antônio e parte de São José. O diagnóstico do PPSH/RMR, que propôs a preservação, apresentou como destaque para a área o seu acervo considerável de edificações antigas do século XVIII, XIX e do início do século XX, constituindo vários conjuntos, onde se observa, em grande parte, o traçado primitivo da trama urbana, sobretudo no Bairro de São José, caracterizada pelas ruas estreitas, becos, vielas tortuosas e pátios, consolidado o padrão de ocupação que temos hoje.



Figura 34 e 35: Mapa do Recife - localização da ZEPH-10 e 14, e delimitação dos bairros de Santo Antônio e São José. Fonte: DPPC, 2019.

Em 1996, a nova LUOS (lei nº 16.176/96) alterou a denominação da Zona Especial de Preservação (ZEP) para Zona Especial de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPH). As ZEPH passaram a incorporar o termo “cultural”, que permitiu um avanço importante ao atribuir a esses sítios históricos, valores provenientes da dimensão imaterial e natural, incluindo a paisagem, contudo, Reynaldo (2017) destaca que na legislação de 1996 há uma perda em relação à proteção das ZEPH’s, sobretudo a ZEPH-10, pois, de acordo com a autora, não consta regramento para número máximo de pavimento, resultando em um alto coeficiente de utilização do solo, havendo uma perda de mais de 130 hectares de superfície protegida, segundo a autora. “A lei de uso e ocupação do solo, de 1996, não somente expôs o

solo do Recife a uma altíssima utilização, como retirou dos sítios históricos parte das condições que lhe foram atribuídas na normativa de 1979” (REYNALDO, 2017, p.394). A partir dessa nova lei, as ZEPH foram divididas em setores assim nomeados: Setor de Preservação Rigorosa (SPR) e Setor de Preservação Ambiental (SPA). De acordo com Pontual (2021b), a lei confere um caráter generalizante para os bairros na medida que os engloba a cidade em apenas quatro zonas: Zona de Urbanização Preferencial; Zonas de Urbanização de Morro; Zonas de Urbanização Restrita e Zonas de Diretrizes Específicas, essa última engloba as ZEPH's. Ainda sobre essa lei Pontual (2021b), acrescenta:

Embora o entendimento sobre o patrimônio, nessa lei, o considere como algo além do edifício de pedra e cal, ainda está distante de levar em conta o conjunto de memórias propaladas nas narrativas literárias. O rigor técnico não consegue expressar a riqueza e beleza dos jogos de memórias (PONTUAL, 2021b, p. 253).

Em 2008 o novo Plano Diretor da cidade (Lei No 17.511/2008), ratifica essa nomenclatura e define os seguintes aspectos a serem considerados na classificação de novas ZEPH: (i) referência histórico-cultural; (ii) importância para a preservação da paisagem e da memória urbana; (iii) importância para a manutenção da identidade do bairro; (iv) valor estético formal ou de uso social, relacionado com a significação para a coletividade; (v) representatividade da memória arquitetônica, paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX; (vi) tombamento pelo Estado de Pernambuco; e, (vii) tombamento pela União.

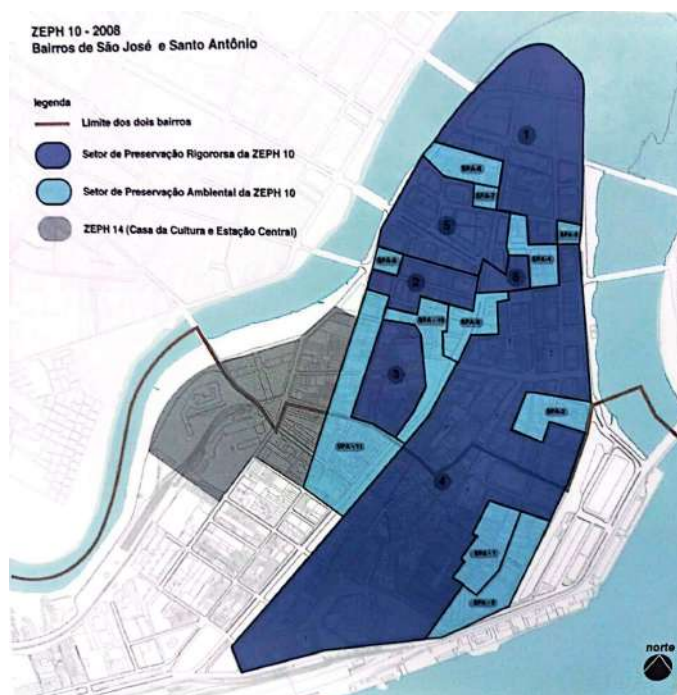


Figura 36: Mapa de zoneamento da ZEPH-10 - 2008, bairros de Santo Antônio e São José.
Fonte: Menezes, 2015. Reproduzido por PONTUAL, 2021b.

Sem a criação das ZEPH, é possível, que grande parte do patrimônio cultural tivesse se perdido ao longo da evolução urbana do Recife, no entanto, constatamos que o pouco

avanço no trato simbiótico das questões acima mencionadas, estão trazendo vários danos, muitos dos quais irreversíveis, especialmente para a ZEPH-10.

Após a classificação do território como Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), todo o bairro de Santo Antônio e uma porção de São José passaram a ser submetidos a um estrito controle quanto à sua configuração física, abrangendo tanto as tipologias arquitetônicas quanto a morfologia urbana. Esse contexto viu a continuidade da especialização funcional, particularmente no que se refere ao comércio, com destaque para a década de 1970 e 1980, período em que o comércio local experimentou um processo de popularização, direcionando-se predominantemente para as camadas de menor renda, com a crescente presença de vendedores informais (ARAÚJO, 2014). Conforme observado por Araújo (2014), ao longo das décadas de 1980 e início de 1990, as vias centrais já estavam ocupadas por ambulantes, exacerbando os conflitos relacionados à sua presença. Nos anos 1990, diferentes administrações municipais voltaram suas atenções para a remoção dos ambulantes e a revitalização dos espaços públicos em Santo Antônio e São José. Surgiram iniciativas como a "Operação Camelô"¹¹¹, o Shopping Popular de Santa Rita¹¹², o Mercado das Flores¹¹³ e o Calçadão dos Mascates¹¹⁴, também conhecido como Camelódromo, que foi construído na Avenida Dantas Barreto, ocupando seu amplo canteiro central.

A partir de 2003, foram implementadas ações com orientação semelhante, incluindo a requalificação e pavimentação de importantes vias comerciais, como as Ruas Duque de Caxias, Nova e a Praça da Independência. No entanto, vale ressaltar que, apesar de terem sido realizadas em sítios históricos, essas intervenções não estavam vinculadas a objetivos de preservação do patrimônio ou à melhoria da qualidade de vida dos residentes locais (VIEIRA, 2007).

¹¹¹ Retirada de todos os equipamentos utilizados pelos comerciantes informais, inclusive fiteiros e bancas de revista, das ruas Imperatriz (na Boa Vista), Nova, Duque de Caxias, Palma, Flores e Estreita do Rosário (todas em Santo Antônio). A prática da Operação foi criticada por diversos segmentos sociais, por ter sido realizada numa quinta-feira da Semana Santa, à noite, sem aviso prévio e sem identificação dos equipamentos, impossibilitando sua recuperação pelos comerciantes (DPPC, 2020).

¹¹² Construído em 1995 para abrigar os feirantes e ambulantes das ruas de acesso ao Mercado de São José. Em 1999, ainda não estava plenamente ocupado, devido à recusa dos ambulantes de saírem das ruas onde estavam (ARAÚJO, 2014).

¹¹³ Com capacidade para 52 boxes, ficou muito tempo com ocupação abaixo de sua capacidade, devido ao baixo fluxo de consumidores (está localizado no encontro das avenidas Sul e Dantas Barreto) (DPPC, 2020).

¹¹⁴ Faz parte da proposta de ordenamento do comércio informal no centro da cidade, realizado pela URB. Foi projetado entre 1993 e 1995. O projeto se resume a seus módulos lineares organizados em dois níveis, onde o terço se configura como uma extensa galeria de circulação.



Figura 37: Av. Dantas Barreto, Camelódromo à esquerda, 2021.
Fonte: Marília Cavalcanti Farias, 2021.

Os bairros de Santo Antônio e São José possuem uma quantidade expressiva de espaços livres, que fazem parte desse tecido histórico urbano, e que são responsáveis por caracterizar essa área da cidade. São pátios e praças que se conectam, muitas vezes, por ruas estreitas e são configurados pela disposição das edificações que se voltam para esses espaços, muitos remanescentes desde o século XVII, tornando-os áreas propícias à contemplação do conjunto edificado. Como podemos observar na figura 39, os espaços livres desse sítio são espaços remanescentes do século XVIII e constituem importantes permanências nesse tecido urbano. Diversas irmandades e comunidades de mestres de ofícios e artesão utilizavam tanto o espaço da igreja quanto o seu pátio, como local de celebração e de formação de artistas, sendo esses espaços um lugar de referência e agregação de cultura e religião, onde se concentravam diversos grupos e atividades sociais, o que nos possibilita visualizar a importância desse espaço na dinâmica urbana e o seu valor identitário e cultural para a cidade do Recife.

Esses espaços livres são considerados elementos de articulação significativos para a configuração desses bairros, e também, fortes elementos veiculadores da memória deste lugar, no qual várias manifestações culturais aconteceram e ainda acontecem, sendo estes espaços sociais urbanos de intensa influência na dinâmica da cidade, e deveriam portanto, serem tratados como ponto de partida nas ações intervencionistas e nas tomadas de decisões, reforçando ainda mais a importância e a urgência de não se separar os aspectos materiais e imateriais das ações de gestão desse patrimônio cultural.



Figura 38: Espaços livres ZEPH-10 e 14, 2019.
 Fonte: DPPC, 2019.

Com relação a esses espaços livres públicos, mais especificamente os pátios, a DPPC apresentou, no seu recente diagnóstico, o estado de conservação dos pátios da ZEPH-10. No diagnóstico, foi salientado que muitos desses pátios encontram-se com elevado grau de descaracterização material e alto índice de danos e patologias nas fachadas. Neste mesmo diagnóstico, um dos pátios que mais chamou atenção foi o de São José do Ribamar, considerado um dos pátios mais importantes, pois deu nome ao bairro. Este pátio apresentou o maior grau de descaracterização, sendo o mais sacrificado, não só nas suas edificações mas também na sua espacialidade perdida, uma vez que a noção da delimitação do espaço do pátio foi, em parte, comprometida por conta do uso desse espaço como estacionamento.

Das 34 edificações analisadas, que conformam o conjunto do pátio de São José do, 32 estão descaracterizadas. Ainda assim, seu grau de comprometimento das fachadas é muito elevado, chegando a 75%, ou seja, o discurso de que “é difícil manter edificações antigas” é inválido, na medida que você tem 94% dos imóveis substituídos, com materiais construtivos recentes e sem manutenção, não é o fato do imóvel ser antigo que dificulta o seu cuidado, trata-se muito mais de uma questão de gestão patrimonial e de ações de conservação. A descaracterização do pátio, não está ligada ao fato das edificações serem novas ou antigas, está atreladas muito mais às práticas preservacionistas que não estão adequadas às demandas atuais. (VARGAS, Cecília. 13ª Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco. 19 de agosto de 2020).



Figura 39 e 40: Pátio de São José do Ribamar, 2021 e 2023.
Fonte: autora, 2021 e 2023.

Apesar do reconhecimento do IPHAN quanto aos valores patrimoniais que envolvem o conjunto de São José do Ribamar, a crescente demanda por necessidades do tempo presente, o desuso, o abandono e o descuido na forma de gestão desse conjunto, tem levado ao seu esvaziamento, contudo, ainda existem alguns ambulantes vendedores de fruta que se mantêm tradicionalmente a frente das escadarias da igreja todos os dias, atraindo um pouco de vitalidade para essa área.

Além da preocupante descaracterização dos imóveis desse conjunto e da sua degradação, a sua ambiência também já foi bastante comprometida pelo fato do seu pátio ter sido transformado em um grande estacionamento, comprometendo em grande medida sua percepção espacial. “O pátio que agrupava fiéis e festividades religiosas, teve sua dinâmica alterada quando as casas que abriam para tal espaço passaram a ser fundo das lojas voltadas para outras ruas, atualmente é utilizado apenas como estacionamento e área de carga e descarga”. (DUTRA, 2018, p. 82). Vieira (2006), aponta que a deterioração de áreas como essa acarreta em mudanças indesejáveis que podem modificar seu caráter e destruir o tecido social que forma a identidade característica daquele lugar, o que pode ocasionar a perda do sentimento de pertencimento por parte da população e no consequente abandono, além de imóveis desocupados e obsoletos.

Acrescido a isso, outro fator preocupante é o discurso do esvaziamento desses bairros nos horários não comerciais devido ao predomínio desse tipo de uso. Sobre isso destacamos as colocações de Pontual (2021b):

É sintomático que narrativas deem destaque à pouca presença habitacional no bairro de São José e imputem essa ocorrência ao uso comercial. [...] existem pessoas que que residem no bairro de São José, o comércio informal e em estabelecimento conferem vida ao bairro e constituem uma tradição desde os anos de 1940. Portanto, não é o caso de apreciar um uso contra o outro, mas entender as narrativas técnicas em curso. O pressuposto de que o uso comercial não dá qualidade de vida urbana está filiado a vertente do urbanismo higienizador, que proporciona um processo de mudança social ou gentrificação (PONTUAL, 2021b, p. 254-255).

A autora reforça que o processo de incentivar o uso habitacional não é recente, aconteceu no bairro do Recife em 1992, e pode indicar um interesse em promover a gentrificação através de narrativas que afirmam que a atuação dos comerciantes é a causa da descaracterização arquitetônica dos bairros de Santo Antônio e São José. Em concordância com o exposto por Pontual (2021b), acreditamos que apesar das perdas materiais o sentimento de pertencimento e de identidade também permanecem e o vucu-vuco característico desses bairros continuam sendo a “alma da cidade” na qual fica explícita o caráter popular da vivência dos bairros irmãos.

Assim, no contexto desses desafios enfrentados pelas áreas patrimoniais, onde a necessidade de ajustes legais e práticos se tornou evidente para melhor se adequarem à dinâmica urbana, possibilitando uma gestão mais eficaz desses locais, a cidade se deparou com a elaboração do Projeto de Lei (PL Nº 28/2018), uma década após a revisão do Plano Diretor. Este projeto de lei visa estabelecer uma política patrimonial que tenta abarcar os princípios contemporâneos de conservação urbana integrada, reconhecendo a indissociabilidade dos aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio. Nesse contexto foi elaborado, o já citado diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural. Nesse documento, também é introduzida a nomenclatura "Zonas Especiais do Patrimônio Cultural (ZEPP)" em substituição do termo ZEPH.

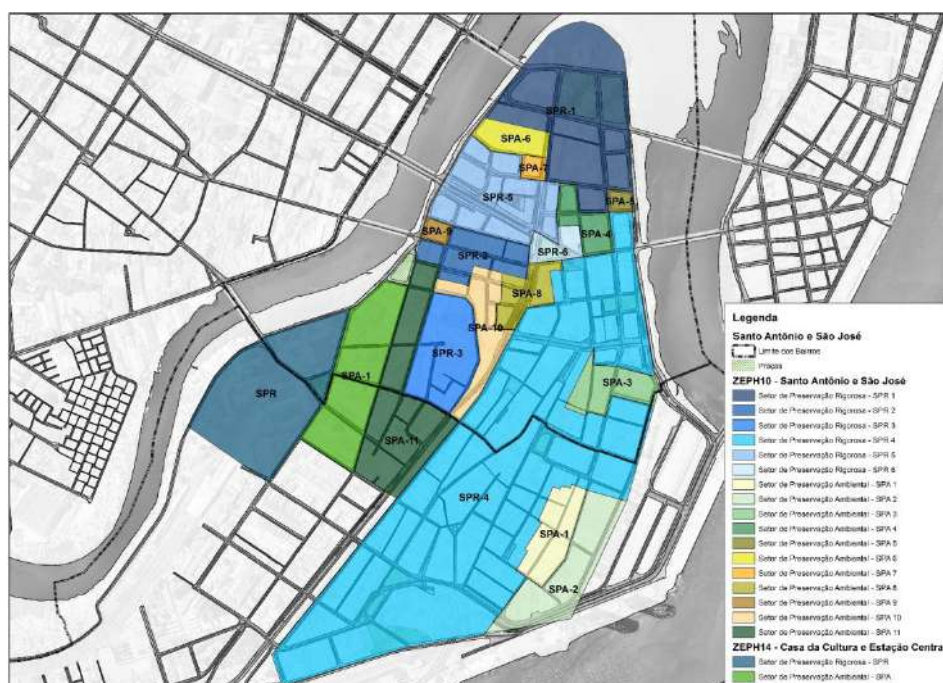


Figura 41: Mapa de zoneamento ZEPP-10 e ZEPP-14.
Fonte: DPPC, 2019.

Acreditamos que para uma gestão efetiva desses sítios, é preciso se levar em consideração, os fatores sociais e a integração do patrimônio na vida social. Um trabalho que deve ser elaborado em cima, não só, dos valores culturais das construções, mas sobretudo do

seu valor de utilização e o seu valor simbólico, entendendo que os problemas sociais que envolvem a gestão desse patrimônio, só poderão ser resolvidos através de uma combinação dos diversos atores e atributos envolvidos com o bem.

A situação geral em que se encontra a gestão da ZEPP-10 é preocupante. De acordo com o mesmo diagnóstico, no que diz respeito ao nível de preservação, há uma grande predominância de imóveis substituídos e descaracterizados (63%), além de uma quantidade significativa de fachadas com alto grau de comprometimento da sua conservação (DPPC, 2019), situação decorrente tanto de prática preservacionistas não efetivas, quanto do descaso que se produziu nas últimas décadas, seja pelo poder público, seja pela própria população, contudo, vale destacar que muito da sua dinâmica social e grande parte dos espaços livres são permanências que resistem à força especulativa que incide sobre esses bairros.

Muitos foram os fatores que contribuíram para essa evasão populacional, dentre eles podemos destacar a abertura da avenida Dantas Barreto, que teve início na década de 40, e que acarretou em uma ruptura nos padrões de ocupação e de uso, provocando o início de uma série de transformações. Esse esvaziamento populacional desencadeou na evasão cultural, onde várias manifestações que ocorriam nessas áreas acabaram por ser transferidas para outras localidades - então não se poder dizer que uma modificação nos aspectos materiais acontecem apenas em si mesma, apenas na sua materialidade, isso afeta diretamente nas suas relações, corroborando com a hipótese que trazemos, de que o trato entres os aspectos tangíveis e intangíveis precisam ser trabalhados de maneira simbiótica.



Figura 42: Folia na Pracinha do Diário. Vê-se ao fundo a Igreja de Santo Antônio e a Avenida Guararapes; Figura 43: Passista em frente a Igreja Matriz de Santo Antônio

Fonte: Fotografia de Pierre Verger, 1947. Google Arts and Culture; Fonte: Marcel Gautherot / Acervo IMS, 1949.

Essas transformações que vem ao longo dos anos se apresentando de maneira mais contundente e definitivas nos bairros de Santo Antônio e São José, estão contribuindo para a mudança do panorama da paisagem deste território e conseqüentemente na sua dinâmica urbana, como foi o caso das “torres gêmeas”, que são os edifícios Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho, dois prédios com 41 pavimentos, ambos localizados no Cais de Santa Rita e contíguo ao SPR4, que modificaram drasticamente a paisagem dessa área. Em vários locais em que se vá nos bairros, podemos observar as torres interferindo desrespeitosamente no panorama dos bairros estudados. Cabe destacar que esses edifícios são ocupados pelos estratos mais ricos da cidade, e também o local onde ocorreu o terrível incidente no caso do menino Miguel¹¹⁵.

Mesmo essa área tendo sido elevada pela municipalidade à condição de sítio histórico urbano, por conter um grande número de edificações religiosas do século XVIII e manter uma ambiência urbana setecentista, como já vimos, o empreendimento, cujas características arquitetônicas comprometem a integridade da área tombada, particularmente no que se refere aos aspectos de escala e relação entre espaços público e privado, foi aprovado e construído com o discurso de trazer dinamicidade e modernidade ao sítio, promovendo moradias para população de classe média alta com o pretexto de trazer uma requalificação urbana para este centro histórico. Segundo texto do Ministério Público Federal.

O prejuízo voluntário e consciente de uns poucos particulares não pode se sobrepor ao prejuízo de toda a sociedade. É preciso considerar que está em jogo um patrimônio construído ao longo dos séculos, que nossa geração tem o dever de preservar para as futuras, assim como nossos antepassados o fizeram. (MPF/Recife).

Respondendo a uma demanda, nem tão contemporânea assim, o empreendimento traz o discurso de atender às necessidades de uma elite que procura por diversão, lazer e status em condomínios fechados de luxo com vista privilegiada da paisagem. Sem nenhuma intenção de preservar o perfil urbano pré-existente, o empreendimento visou alcançar a máxima rentabilidade através da especulação imobiliária em detrimento das condições urbanísticas do local. Como bem coloca Amorim e Loureiro (2006), as torres gêmeas foram planejadas com o propósito de oferecer uma situação geográfica privilegiada e definitiva para uma população elitista que acessa o seu imóvel tanto pela terra, quanto pela água, quanto pelo ar, onde as redes de socialização não se dão na sua vizinhança imediata, e cujo território circundante é apenas passagem e paisagem, e não permanência.

¹¹⁵ Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, um menino preto, pobre e periférico, filho de mãe-solo, preta, pobre e periférica, empregada doméstica, caiu do nono andar do Condomínio Pier Maurício de Nassau no dia 2 de junho de 2020. No momento do acidente, ele tinha sido deixado pela mãe— que estava na parte de baixo do prédio passeando com o cachorro dos patrões — aos cuidados da então patroa dela. O garotinha tinha ido para o trabalho com a mãe pois as aulas da creche estavam suspensas por conta da Pandemia do Covid-19.

O argumento da construtora de que o empreendimento buscava trazer inclusão social, dinamicidade e moradia para o centro cai por terra, uma vez que os usuários desse empreendimento, a alta classe média, pouco são vistos em interação social com as camadas populares que trabalham e moram em São José, não se percebe um vínculo desses moradores com o lugar e nem uma relação de pertencimento, identitária ou de troca com essa estrutura física que dê suporte às suas redes de socialização. Antagônico a isso, o que podemos perceber é a negação desse espaço público, na medida em que se constata essa diferenciação social, demonstrada através da arquitetura ao erguer-se muros altos e criar áreas vips, anunciando claramente o lugar dos senhores e dos pobres, reforçando e estimulando a violência em uma clara tentativa de se fechar “portas adentro”.



Figura 44: Vista das "torres gêmeas do Recife" de vários lugares de Santo Antônio e São José.
Fonte: autora, 2023.

A arquiteta e professora Lúcia Veras (2014), em sua tese de doutorado sobre a paisagem urbana comenta sobre as torres gêmeas:

O problema pontual dos dois edifícios em São José, posto que tenham surgido numa área geográfica estratégica, entre as mais significativas do centro do Recife, denuncia um processo de transformação que parece estar apenas começando. Nestas áreas, a falta de investimentos provocou um abandono e substituição de funções e foram gradativamente se degradando (LOUREIRO & AMORIM, 2006). Nos últimos anos, no rastro dos investimentos em centros históricos, o poder público definiu políticas de requalificação de áreas centrais, para tentar assegurar a identidade física do local. Neste processo, envolveu o capital privado imobiliário e junto com ele, o rompimento da integridade arquitetônica da área histórica e do conjunto da paisagem. Na tentativa de se requalificar com investimentos em parceria com a iniciativa privada, nem sempre se consegue manter a identidade física do lugar, o

que vem apontando para a criação de um 'lugar fora do lugar', descolado da paisagem, como se esta fatia de solo do Recife pertencesse a outros territórios. Um Recife vertical, fora-de-cena e, portanto, *ob-sceno* (VERAS, 2014,p. 55).



Panorama de Santo Antônio e São José, 1855



Panorama de Santo Antônio e São José, 2014

Figura 45: Vista panorâmica da ZEPH-10 comparando o panorama das edificações em 1855 e 2014. Ao fundo à esquerda, da imagem de 2014 às "torres gêmeas do Recife". Fonte: DPPC, 2019.

Um dos imóveis se encontra totalmente e outro parcialmente inseridos no polígono de entorno¹¹⁶ aos bens tombados pelo IPHAN. Devido à altura e ao estilo moderno, essas "torres gêmeas" geram uma ruptura na característica urbana desses bairros, que pode ser observada de todo e qualquer ponto do sítio histórico do bairro do Recife, de outros pontos da cidade e até de Olinda, o que impediu que a área pudesse vir a ser reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, título que poderia atrair investimentos internacionais e benefícios ao turismo local. Torna-se patente que as narrativas de descaracterização, que insidiosamente pairam sobre os bairros de Santo Antônio e São José, funcionam como uma "cortina de fumaça" que obscurece um desígnio de desmantelamento perpetrado pela impiedosa "cultura do imaterial". Esta cultura, que atua como a força propulsora subjacente ao capitalismo, almeja a verticalização dessas áreas urbanas centrais, sob o pretexto falacioso da revitalização por meio do uso habitacional. No entanto, sob a superfície do discurso benevolente, o que verdadeiramente se encoraja é a dissolução da rica tapeçaria de memórias afetivas que enriquecem a trama desses bairros, deixando-os vulneráveis à aniquilação progressiva, (PONTUAL,2021b).

A partir da análise do referido diagnóstico outros pontos chaves nos chamaram atenção: o primeiro é que os principais atributos valorados para essas Zonas Especiais são aqueles ligados ao patrimônio material, como os conjuntos arquitetônicos, o traçado urbano,

¹¹⁶ Estes limites referem-se ao polígono do Sítio Histórico do Bairro de São José, que compreende dois setores – proteção rigorosa e proteção ambiental, conforme definidos no PPSH – Plano de Preservação de Sítios Históricos, de 1979, que sofreu uma revisão em 2019.

as igrejas, etc, e que essa análise ainda trabalha de forma separada do patrimônio imaterial. O segundo ponto, foi a observação de que não há nenhuma legislação específica que regule os espaços livres públicos permitindo assim, que qualquer transformação possa acontecer sem que se leve em consideração as dinâmicas que ocorrem nestes espaços, que são naturalmente, elementos importantes para articulação da memória e da paisagem¹¹⁷ deste sítio histórico.

Percebemos ainda no documento que alguns atributos intangíveis ainda não são protegidos pela lei da ZEPH tais como: atividades relacionadas à água, atividades portuárias, festejos culturais e históricos, expressões artísticas e o comércio. É preciso superar a separação que existe entre sujeito e o mundo e compreender que essa paisagem se faz pelo entrelaçamento entre sujeito e objeto, entre cultura e natureza, entre pessoa e território. O que se percebe é a presença de uma normativa fortemente pautada nas questões puramente materiais do patrimônio, com uma grande tendência ao “fachadismo”. Não existem avanços significativos na estrutura de gestão desse patrimônio, onde o material ainda é trabalhado separadamente do imaterial. Os instrumentos são construídos para lidar com uma dimensão ou com outra, evoluindo muito pouco no trato simbiótico das duas questões. Apesar do entendimento das ZEPH como uma área de grande valor simbólico, o diagnóstico proposto pela DPPC aponta claramente esta deficiência:

Uma vez que a legislação **somente contempla a preservação do conjunto edificado em seus aspectos materiais, somente esses foram analisados**. Isso, no entanto, não significa que não consideremos a existência do patrimônio imaterial e a necessidade de uma visão integrada acerca dos conjuntos preservados da cidade – uma visão de paisagem. Trata-se tão somente de uma decisão operacional, um primeiro passo que precisa ser dado no longo caminho da gestão do patrimônio cultural da cidade do Recife. (DPPC, 2019, p. 6, grifos da autora).

“Se tal separação é por um lado necessária para dar conta de naturezas específicas do tipo de bem que se deseja salvaguardar, por outro, elas estabelecem uma cisão forte e difícil de ser superada”. (VIEIRA, 2021, p. 14). Ao longo de grande parte do diagnóstico as análises são pautadas apenas nos aspectos materiais do patrimônio, como parcelamento do solo, tipologia, gabarito, estado de preservação, estado de conservação das fachadas, etc.

Os principais atributos valorados inicialmente para a ZEPH-10 são os diversos conjuntos arquitetônicos representativos dos diferentes momentos de ocupação de Santo Antônio e São José, assim como o traçado urbano que remete até o século XVII. O diagnóstico enfatiza também o valor ambiental e a beleza dos pátios das igrejas, assim como a grande presença de monumentos, muitos dos quais tombados em nível federal. (DPPC, 2019, p. 155).

¹¹⁷A noção de paisagem que adotaremos nesta pesquisa segue os princípios utilizados por COLLOT (2012), onde o autor compreende a paisagem como uma categoria de pensamento, fundamentada especialmente na fenomenologia da percepção do filósofo Maurice Merleau-Ponty. A sua contribuição aponta para uma forma de viver e de pensar a relação com o mundo através da fenomenologia, procurando entender a paisagem como uma manifestação dos fenômenos humanos e da interação da natureza, da cultura, da economia, dos valores simbólicos, do indivíduo e da sociedade, propondo pensar a paisagem como um procedimento estratégico, através de um novo modelo de categoria de pensamento, não se tratando apenas de um procedimento social, econômico e político, mas de um processo onde são investidos significações e valores tanto individuais quanto coletivos.

Na parte II do diagnóstico a DPPC traz a importância da abrangência do conceito de Patrimônio Cultural e a necessidade de sua permanente revisão, “o patrimônio cultural é uma noção em permanente revisão, e a incompatibilidade da legislação vigente com os conceitos patrimoniais mais recentes é um dos grandes problemas para a gestão dos sítios históricos do Recife” (DPPC, 2019, p. 344). Percebemos que existe um pequeno avanço no entendimento das necessidades de se abarcar as noções contemporâneas da conservação, principalmente na definição das novas categorias propostas para as ZEPP: (1) setor de preservação da significância - está relacionado às edificações ou conjuntos urbanos; (2) setor de preservação da morfologia e (3) setor de preservação do patrimônio imaterial - lugares de referências culturais relevantes para a memória e para a identidade da cidade. A fragmentação das Zonas Especiais de Preservação Patrimonial (ZEPP) em setores estanques, que não se interconectam ou se sobrepõem, constitui uma problemática evidente. A divisão desses setores em compartimentos distintos, exemplificada pela segregação do setor de preservação da significância, dos setores encarregados da salvaguarda do patrimônio imaterial e da morfologia urbana, engendra complexidades no entendimento e na operacionalização do conceito de significância cultural. Essa complexidade se torna patente quando consideramos que, mesmo em áreas dos bairros estudados onde a morfologia apresenta variações de integridade, esta continua a possuir significado cultural.

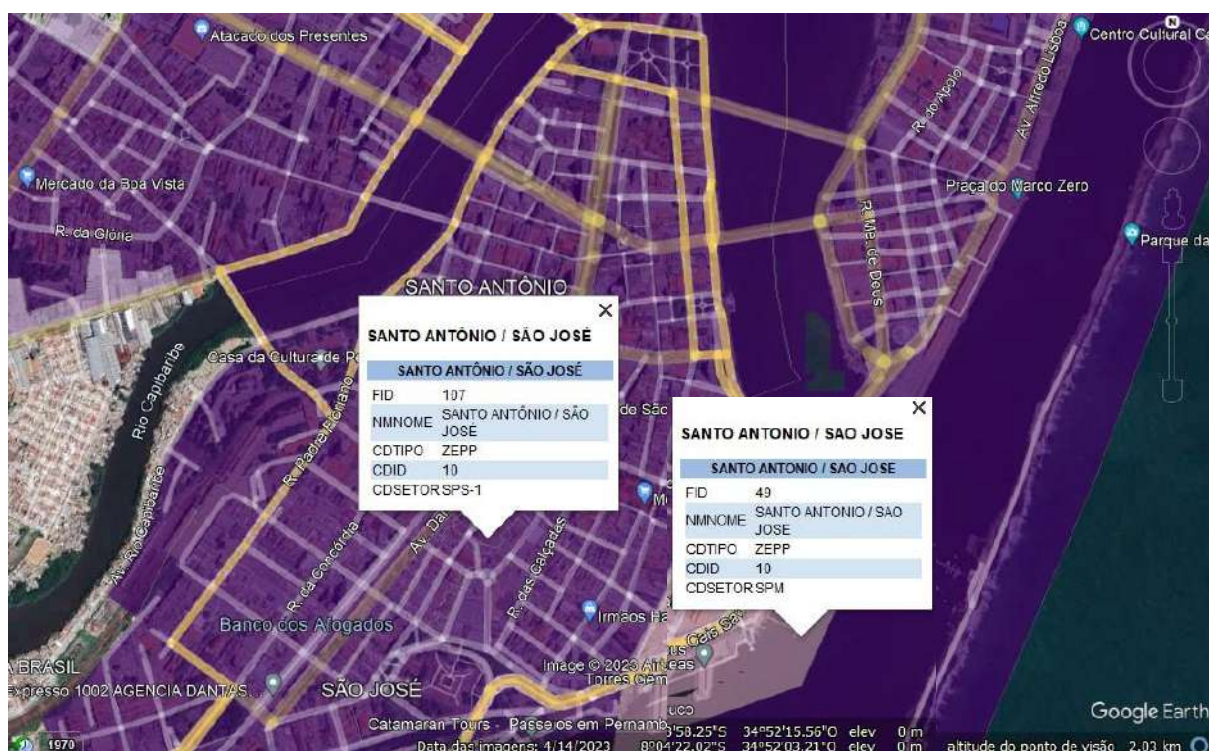


Figura 46: Ortofoto dos bairros de Santo Antônio e São José com a demarcação das novas categorias para essa ZEPP. Fonte: Google Earth, agosto de 202

O entrelaçamento inerente entre a dimensão imaterial e a noção de significância reforça a falha intrínseca à separação das ZEPP em categorias estanques, que mais obstrui do que facilita a compreensão da importância da significância cultural. Podemos perceber que a estrutura de gestão ainda é fortemente assentada em uma visão binária, avançando muito pouco no trato concomitante das questões tangíveis e intangíveis do patrimônio, na medida que essas categorias são colocadas em “caixas” separadas como pode ser observado no mapa da figura 41, que separa o setor da significância do setor da morfologia.

Como já vimos, as discussões contemporâneas em torno dos conceitos de valores, autenticidade, integridade e significância cultural, apresentam dificuldades de serem incorporadas nas práticas preservacionistas. Apesar da ampliação dos conceitos de patrimônio cultural, de paisagem histórica urbana¹¹⁸, e da promulgação do Decreto-lei 3.551/2000, que institui a proteção federal dos bens culturais imateriais, e dos avanços com relação aos critérios de salvaguarda para os bens culturais, a operacionalização dos instrumentos não se mostra uma tarefa fácil. Percebemos isso claramente nos sítios urbanos tombados e especialmente na ZEPP-10, lugar que além de apresentar fortes permanências materiais, ou seja, aspectos históricos e artísticos materializados em edificações, abrigam também várias manifestações culturais intangíveis e indissociáveis daquele espaço social urbano¹¹⁹. Chamaremos essa relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade de "Elementos Veiculadores da Significância Cultural"¹²⁰.

De acordo com as ideias propostas na carta de Petrópolis, Iphan (1987), consideramos que a paisagem da ZEPP-10 comporta além dessas permanências arquitetônicas a vivência dos seus habitantes, expressa na forte dinâmica urbana do comércio de base popular, que se apresenta em um espaço social urbano de valores do passado e do presente contribuindo para a formação da identidade deste local. Portanto, consideramos que esse sítio urbano deva ser entendido simbioticamente nas suas dimensões materiais e imateriais. Os fatos apresentados pelo recente diagnóstico nos incitam a refletir sobre a forma de planejamento e de gestão que vem sendo aplicada em sítios históricos urbanos. Se faz necessário preservar os valores patrimoniais associados a este sítio partindo de um entendimento do seu legado histórico, mudando a ênfase primária dada aos aspectos puramente materiais do patrimônio, trazendo um reconhecimento mais amplo sobre a importância dos processos sociais,

¹¹⁸ Conceito que foi definido e adotado na recomendação sobre a paisagem histórica urbana em Paris, 10 de novembro de 2011 pela UNESCO como: “a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de “centro histórico” ou de “conjunto histórico” para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica.” (Recomendação sobre a paisagem histórica urbana, 2011, p.4).

¹¹⁹ Trabalharemos o conceito de espaço social urbano ancorado na Teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre que será aprofundado no próximo capítulo.

¹²⁰ A conceituação dos elementos estruturadores da significância cultural está fundamentada na ideia da relação simbiótica e indissociável dos elementos tangíveis e intangíveis e na relação dos atores com o bem a partir da experiência vivida nesse espaço social urbano. Esse conceito será aprofundado no capítulo 4.

culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos, complementado por um interesse de adaptar as políticas existentes e criar novos instrumentos que trabalhem com uma visão mais ampliada do patrimônio.

Os critérios preservacionistas e os tipos de projetos de “requalificação” que são apresentados para esses sítios urbanos, que privilegiam os aspectos materiais em detrimento da sua dimensão simbólica, correm o risco de trazer gentrificação¹²¹ e uma prática de patrimonialização e estetização que atendendo a uma lógica contemporânea de consumo cultural, onde o modelo de gestão segue a mesma lógica de homogeneização: ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural, utiliza normas de intervenção internacionais que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais. Como os casos dos Projeto Novo Recife e do Projeto Porto Novo Recife, já citados no capítulo. Estas formas de standardização dos espaços urbanos e fetichização¹²² das frentes d'águas em áreas patrimoniais do Recife, evidencia a mercantilização desses espaços urbanos espetacularizados¹²³. Esses pressupostos são construídos sobre a base de um discurso de resgate da história, da memória da cidade e de revitalização urbana e estão sobre o respaldo legal das normas que regulamentam esses sítios históricos urbanos, quando na verdade, os instrumentos de salvaguarda deveriam “na diversificação dos instrumentos de proteção considerar essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a condição de mercadoria” (RECOMENDAÇÃO DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 2).



Figura 47: Praça Dom Vital, Mercado de São José e Basílica da Penha, ao fundo as “torres gêmeas” comprometendo a paisagem do sítio. Foto: Pedro de Paula/Semoc -Prefeitura do Recife, 2019. Montagem: da autora, 2021.

¹²¹ “Elitização, expulsão da população mais pobre, termo desenvolvido por Neil Smith em *The new urban frontier, gentrification and the revanchist city*, Londres, Routledge, 1996” (JACQUES, 2004, p.28).

¹²² Como colocado por David Harvey (1992), é a preocupação direta com aparências superficiais que ocultam, deliberadamente, a base real das distinções econômicas e significados subjacentes através dos domínios da cultura e do gosto.

¹²³ Segundo JEUDY (2005), é o processo indissociável das novas estratégias de marketing, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas que lhe garantam um lugar na nova geopolítica das redes internacionais, seguindo uma lógica contemporânea de consumo onde a cultura é concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente pelos turistas e investidores.

Como pode ser observado na figura 42, nesta área do sítio histórico predominam os casarios baixos, com edificações de até quatro pavimentos, composto na sua maioria por construções geminadas, de testada estreita, onde o que se destacava na paisagem eram as torres das igrejas. Os espaços públicos seguem a lógica de formação lusitana, com ruas estreitas e irregulares articulando adros e pátios, característica comum às cidades históricas barrocas, como vimos no item 3.1. Outro ponto que chama a atenção são aqueles referentes às ações de restauro e requalificação de bens tombados, onde muitas vezes existe um restauro apenas do bem isolado, desconsiderando totalmente a dinâmica do seu entorno, a sua ambiência e os aspectos simbólicos e intangíveis desse espaço social. Como foi o caso da retirada das barracas dos feirantes do entorno do Mercado de São José¹²⁴, do restauro da Basílica da Penha e do projeto de restauro da fachada da Igreja de São José do Ribamar.

Segundo a matéria do site do Governo do Brasil - Ministério do Turismo do último dia 06 de janeiro de 2021, começaram as ações de Restauro da Igreja de São José do Ribamar no Recife - igreja esta, de fundamental importância, pois dá nome ao bairro de São José - faz parte do PAC Cidades Históricas para a área de São José. Contudo, o Plano de Gestão da Conservação da Irmandade de São José do Ribamar, proposto pelo CECI (Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada) em parceria com a URB-Recife não chegou a ser concluído, ficando apenas nos estudos preliminares. Uma pena, visto que o plano de gestão para este pátio seria um documento importante que poderia servir como instrumento de planejamento capaz de auxiliar na política de gestão mais adequada para o uso deste espaço como um todo, e na garantia tanto da integridade física da edificação, quanto dos valores de significância do bem cultural, uma vez que esse espaço exerce uma forte influência na dinâmica urbana, e portanto, deveria ser tratado como ponto de partida nas ações de intervenção neste sítio.

Frente a problemática que está posta, se apresenta o desafio à ação projetual e à gestão da conservação e suas práticas preservacionistas, tendo como objetivo refletir sobre as teorias contemporâneas da conservação considerando a interdependência existente entre esses conceitos contemporâneos e a necessidade de apontar orientações às ações de conservação deste sítio. O medo que se tem é que o discurso de que está tudo descaracterizado ou abandonado, ou ainda, de que as grandes transformações que já ocorreram é um caminho inevitável, levem a uma prática de gentrificação ou de total desprezo pelas preexistências ou das permanências. Ao contrário do que se pode pensar, esse é um tecido histórico ainda muito relevante para a memória da cidade do Recife, com fortes permanências sejam elas materiais ou imateriais. São pertinentes, portanto, os

¹²⁴ Falaremos mais sobre isso na capítulo 4

questionamentos sobre a forma como se vem trabalhando esses instrumentos normativos e de gestão dessas áreas. O tipo de preservação que temos atualmente, que implica no congelamento dos espaços no setor de preservação rigorosa no qual nenhuma transformação na forma é permitida, não é mais viável de operacionalizar. Desse modo, é possível chegar às seguintes indagações: Como gerir essas transformações que fazem parte da dinâmica desse sítio e que acontece desde o período da sua preservação (1979) e trabalhar simbioticamente seus aspectos tangíveis e intangíveis? Como se dá essas relações entre materialidade e imaterialidade nesse espaço social urbano?

Vem à tona uma discussão imprescindível sobre as atuais práticas preservacionistas ainda conservadoras, que tratam separadamente o patrimônio material do imaterial, e a relação simbólica dos atores com esse espaço social urbano que é indissociável da sua materialidade. É fundamental, se queremos preservar os valores imateriais, estar atentos ao suporte material desses valores. Logo, uma das questões que motivaram esta pesquisa é: como contribuir para operacionalização do conceito de significância cultural através da ideia de elementos estruturadores da significância cultural, considerando a significância cultural como caminho metodológico para uma gestão efetiva e abrangente desse espaço social urbano?

A pesquisa envolve um problema prático, onde apesar das fortes permanências materiais e imateriais que este sítio ainda apresenta, evidenciamos uma situação de descaracterização material e esvaziamento urbano de uma grande parcela deste sítio, e a constatação, a partir do lançamento do último diagnóstico realizado pela DPPC, de que pouco se avançou, na prática, no trato simbiótico das questões materiais e imateriais para gestão desses espaços sociais urbanos. Trata-se de uma situação recorrente, não só nesta ZEPP, como também em outras áreas históricas das cidades brasileiras, demonstrando a possibilidade de aplicabilidade desta pesquisa em outros contextos. Destaca-se ainda, a sua relevância por procurar trazer essa visão mais ampliada da gestão patrimonial e na urgência de operacionalização desses conceitos, especialmente neste tecido urbano, na tentativa de conter ou diminuir as ações transformadoras que vem causando tanto impacto na materialidade e na dinâmica social dos bairros de Santo Antônio e São José.

4. A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE ELEMENTOS VEICULADORES DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL: A MATERIALIDADE E A IMATERIALIDADE EM UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA

A partir desse ponto da pesquisa é importante ressaltar todos os desafios da preservação da materialidade e da imaterialidade com valor patrimonial. Procuramos, até aqui, identificar os avanços e dificuldades enfrentadas no campo preservacionista e algumas possibilidades teórico-metodológicas para alguns enfrentamentos. Cabe aqui destacar, que neste capítulo, especialmente no item 4.1, focaremos no debate de como as questões da imateriais se refletem nas práticas preservacionistas sobre a materialidade. Em comunhão com as pesquisas de (Vieira-De-Araújo, 2020; 2022) pretendemos investigar se as práticas preservacionistas, no caso de estudo, nos bairros de Santo Antônio e São José, têm acompanhado os avanços teóricos no campo da conservação integrada. Não pretendemos aqui dar conta do apanhado sobre os avanços no campo do patrimônio imaterial¹²⁵ em si e os percalços por eles enfrentados, apesar de reconhecermos que exista uma interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural.

Cabe no âmbito desta dissertação, fazer uma análise sobre as relações que se estabelecem entre as práticas preservacionistas voltadas a materialidade e como elas lidam com a sua dimensão imaterial e como essas relações impactam e influenciam na gestão de sítios históricos como o caso de Santo Antônio e São José no Recife, procurando manter uma visão permeada pelo entendimento desse “documento” material a partir de seus aspecto simbólicos, uma vez que o objeto de estudo, como vimos no capítulo 3, apresentam muitas e importantes permanências materiais, mas sobretudo, dinâmicas sociais que também são permanências importantes, como o caso comércio informal, que influenciam diretamente a materialidade e as relações que ali se estabelecem. Pretendemos, por fim, identificar esses Elementos Veiculadores da significância através de um processo metodológico que busca refletir o entranhamento entre materialidade e imaterialidade e as relações e dinâmicas que se desenvolvem em torno desses Elementos como uma maneira mais sensível de operacionalizar a significância cultural.

¹²⁵ O patrimônio imaterial tem seu marco internacional de reconhecimento após o resultado da 32ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, no ano de 2003, a chamada Convenção pela Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Um documento importante pois traz contribuições acerca de uma abordagem interdependente entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural.

4.1 Além da pedra e cal: A indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade como caminho para manutenção da significância cultural

Como vimos no capítulo um, o marco indiscutível que serviu como base para as posturas preservacionistas que temos hoje foram, tanto as contribuições trazidas por Riegl ainda em 1903, onde o autor reconhece que os valores são atribuídos aos objetos pelos sujeitos, pavimentando assim o caminho para o entendimento dessa noção indissociável entre materialidade e imaterialidade e da importância dos significados atribuídos, quanto as profícuas contribuições de Cesare Brandi, ainda na década de 1960 e as questões relacionadas ao “juízo crítico”, assim como outros que embasaram o “restauro crítico” como já citado, sendo portanto, a partir dessas contribuições que as principais ideias patrimoniais vão sendo aprimorados em contribuições posteriores, como a própria Carta de Veneza de 1964, que traz no transcorrer do seu texto vários pontos essenciais para o campo da preservação, inclusive no que tange às questões da significação cultural e da preservação para além do monumento, assim como o caso da Carta de Burra (2013)¹²⁶, que também já citamos anteriormente, onde esta última já traz contribuições mais profundas acerca do tema da significância cultural, dando bastante atenção aos aspectos intangíveis que envolvem a preservação patrimonial e aprofundando ainda mais a relação imbricada entre elementos tangíveis e intangíveis e a necessidade de incorporar os diversos atores nos processos de tomadas de decisão.

Além de todas as cartas e recomendações citadas, vale destacar que no âmbito europeu foi promulgada em 2005 a Convenção de Faro, promovida pelo Conselho da Europa. A Convenção de Faro, consagra-se como um marco paradigmático no campo da preservação patrimonial ao focar de maneira abrangente pontos importantes dessa temática. Através de uma abordagem ampla e multidisciplinar, a convenção estabelece uma visão contemporânea que reconhece o patrimônio cultural como um elo essencial entre as comunidades e suas identidades, além de um recurso dinâmico propulsor de inovação social, econômica e cultural. Deste modo, ao privilegiar a participação ativa das comunidades na definição, gestão e salvaguarda de seus patrimônios, a convenção fomenta a democracia cultural, fidelizando o patrimônio a um caminho sustentável para o futuro. Além disso, por meio da abordagem inclusiva e colaborativa, o documento endossa a diversidade cultural como um valor imprescindível, propiciando a construção de sociedades mais coesas e enriquecidas por meio do diálogo intercultural. A convenção propõe ainda a valorização do

¹²⁶ Como já citado, o ICOMOS-Austrália considera que a única versão válida é a última de 2013, as anteriores são, atualmente, documentos de arquivo.

patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento sustentável da cidade, além de utilizar o patrimônio como instrumento de cooperação cívica envolvendo ativamente a sociedade no processo de conservação do seu patrimônio. Nesse sentido, a Convenção de Faro apresenta-se como um pilar importante para a promoção da consciência patrimonial, culminando em alicerces sólidos para uma perspectiva mais humanista e próspera no cenário patrimonial contemporâneo.

Nesse ínterim da revisão da Carta de Burra e da Convenção de Faro, foi adotada em 2011, pela 17^a Assembléia Geral do ICOMOS em Paris, os Princípios de La Valletta para a salvaguarda e gestão de cidades e conjuntos urbanos Históricos. Esses princípios surgiram como uma resposta oportuna às crescentes ameaças enfrentadas pelos centros urbanos históricos em todo o mundo, em decorrência do crescimento urbano desenfreado, do desenvolvimento insustentável e da falta de consciência sobre o valor intrínseco dos espaços urbanos históricos. Surgindo como resposta a um cenário contemporâneo caracterizado pela rápida urbanização e pelo crescimento desordenado, os princípios de La Valletta delineiam estratégias integradas de planejamento, conservação e gestão sustentável, buscando conciliar os interesses sociais, econômicos e culturais presentes em cada contexto histórico. Dessa forma, a importância desses princípios reside não apenas na salvaguarda de uma herança cultural única e irreplicável, mas também na promoção de um desenvolvimento urbano harmonioso que respeite e valorize a identidade e a memória coletiva das comunidades que habitam essas áreas históricas. O documento traz considerações muito relevantes quanto a importância e necessidade de se proteger o patrimônio para além da sua materialidade, reforçando a importância de se preservar os elementos intangíveis que estão direta ou indiretamente associados aos elementos tangíveis protegidos, considerando que esses lugares históricos apresentam uma identidade cultural que está intrinsecamente relacionada com as práticas culturais, tradições, memórias e referências que são delineadas pela materialidade, pelas estruturas urbanas, pelas linhas de horizonte, pelo panorama e locais de referência e que portanto os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio precisam ser considerados de forma indissociável.

No transcorrer do documento de La Valletta é referenciado a Declaração de Québec de 2008, por também utilizar em seus parâmetros o conceito de espírito do lugar. A Declaração de Québec é um documento que visa a proteção do patrimônio tangível e intangível através da preservação do “*Spiritu loci*”, isto é, a essência da vida de determinado lugar. O documento enfatiza a importância da preservação do espírito do lugar pois este por ser composto por elementos tangíveis e intangíveis contribuem em grande medida “para formar o lugar e lhe conferir um espírito”. A declaração ainda ressalta a complexidade do

tema e que é um processo em permanente reconstrução, podendo variar ao longo do tempo e de uma cultura para outra em conformidade com suas práticas de memória.

Assim, com o amadurecimento dessas questões, e em prol de uma abordagem mais ampla sobre o patrimônio das cidades considerando a importância da aproximação entre as pessoas e o patrimônio a partir de uma abordagem interdisciplinar a Unesco promove em 2011 a *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*¹²⁷ demonstrando no transcórreo do documento uma ampliação no entendimento do que é patrimônio cultural. A recomendação aborda aspectos preeminentes relativos à preservação patrimonial. O documento exalta a importância de se considerar a cidade como uma paisagem cultural, em que elementos físicos, sociais e culturais interagem de maneira intrínseca e define a paisagem histórica urbana como:

A área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais que transcende a noção de centro histórico ou conjunto histórico para passar a incluir o contexto urbano mais abrangente, bem como o respetivo meio geográfico. Esse contexto mais alargado inclui nomeadamente a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, os elementos construídos, históricos ou contemporâneos, as infraestruturas (à superfície ou subterrâneas), os espaços livres e os jardins, os planos de ordenamento e a organização espacial, as percepções e relações visuais, e todos os outros elementos da estrutura urbana. Engloba, igualmente, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e os aspectos intangíveis do património, enquanto vetores da diversidade e da identidade.

Esta definição dá suporte a uma estratégia global e integrada para a identificação, avaliação, conservação e gestão das paisagens urbanas históricas no quadro mais geral do desenvolvimento sustentável. A estratégia de intervenção na paisagem urbana histórica tem por finalidade preservar a qualidade do ambiente humano, melhorar a utilização produtiva e sustentável dos espaços urbanos, reconhecendo o seu carácter dinâmico e promovendo a diversidade funcional e social. Conjugua os objectivos da conservação do património urbano com os do desenvolvimento económico e social. Constitui uma abordagem baseada numa relação equilibrada e sustentável entre o ambiente urbano e o meio ambiente, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado do passado.

A estratégia de intervenção nas paisagens urbanas históricas considera a diversidade e a criatividade culturais como ativos essenciais para o desenvolvimento humano, social e económico, e fornece as ferramentas para gerir as transformações físicas e sociais. Assegura, ainda, que as intervenções contemporâneas sejam harmonicamente integradas com o património, nos contextos com valor histórico, e respeita as particularidades regionais. A estratégia de intervenção nas paisagens urbanas históricas inspira-se nas tradições e as percepções das comunidades locais, respeitando, igualmente, os valores das comunidades nacionais e internacionais. (UNESCO, 2011, p.4)

Nesse contexto, enfatiza-se a necessidade de valorização não apenas dos monumentos e sítios históricos isolados, mas também da trama urbana em sua totalidade, compreendendo-a como um patrimônio imaterial em contínua evolução. Além disso, a recomendação fomenta uma visão holística e inclusiva do patrimônio cultural, reconhecendo a diversidade de expressões culturais presentes nas cidades e enaltecendo a necessidade de preservar as práticas e saberes tradicionais das comunidades, incorporando, assim, uma

¹²⁷ Do Original Em Inglês: Recommendation On The Historic Urban Landscape. Disponível em português em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>

dimensão mais ampla e abrangente na concepção de patrimônio cultural. Essa abertura conceitual representa uma ampliação profunda no entendimento do que é patrimônio cultural, apontando para uma visão patrimonial para além da sua materialidade, valorizando as identidades locais e promovendo a sustentabilidade cultural das cidades em um mundo em constante transformação.

O ponto principal que pretendemos destacar aqui é a necessidade de uma prática preservacionista que invista no tratamento simbiótico entre materialidade e imaterialidade. Sabemos dos avanços bem-vindos sobre o tema do imaterial, sobretudo após a Convenção da Unesco em 2003, da tomada de consciência de que os valores são atribuídos, da necessidade de participação da comunidade nos processos de intervenções em área patrimoniais, contudo, tudo isso deve ser acompanhado de uma reflexão profunda sobre as relações desses aspectos intangíveis com a materialidade envolvida, (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022).

Entendemos que se faz necessário uma atenção especial à perigosa e cada vez mais recorrente tendência contemporânea ao relativismo absoluto e suas possíveis consequências para a preservação do patrimônio cultural construído. Isso porque, para de fato avançarmos sobre a complexidade da questão preservacionista, devemos trabalhar por uma abordagem que trate, de fato, materialidade e imaterialidade como os dois lados de uma mesma moeda. Ou melhor, como dimensões superpostas que não podem, de forma alguma, ser entendidas de forma dissociada e que se influenciam mutuamente (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022, p.123).

A grande questão que nos instiga é como tratar do patrimônio material sem perder de vista a sua dimensão imaterial?

No artigo da pesquisadora Cecília Londre Fonseca (2003), intitulado *“Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”*, a autora tece argumentos sobre a importância de tratar conjuntamente as questões imateriais que estão relacionadas ao patrimônio material. Ela traz exemplos de bens tombados e chama atenção para os aspectos intangíveis desses bens e que não são levados em consideração pelo livro do tombado, como o caso por exemplo na cidade de Goiás, que tem seu centro histórico tombado mas que não leva em conta a Procissão do Fogaréu, que acontece há muito tempo na Semana Santa e confere à cidade um significado particular e indissociável daquele patrimônio.

Da mesma maneira, como uma forma de aproximação do nosso objeto de estudo, podemos destacar que todos os Elementos Veiculadores da Significância Cultural elencados nesta pesquisa apresentam esse tipo de relação indissociável entre materialidade e imaterialidade como veremos no item 4.2. mas que tem na sua gestão práticas preservacionistas que ainda tratam separadamente essas dimensões, gostaríamos, entretanto, de destacar especificamente uma ação ocorrida no entorno do Mercado de São José, como exemplo dessa prática que dissocia a materialidade das relações e dinâmicas que estão associadas a ela.

A ação especificada acima trata-se do Projeto de Reordenamento do entorno do Mercado de São José, sob a responsabilidade da Prefeitura da cidade do Recife em conjunto com a Autarquia de serviços Urbanos do Recife (CSURB), do Plano de Mobilidade sob a responsabilidade da Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano (Semoc) em parceria com a Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU). Sabemos que o comércio informal encontra-se incorporado à dinâmica do bairro de São José desde o século XIX, ou seja, desde o momento em que o bairro é reconhecido. Podemos afirmar que o comércio é a alma deste bairro, tanto como manifestação social, gerando um processo dinâmico que, através da criatividade que é algo inerente a esses comerciantes, os quais se adaptam com facilidade às inovações mantendo as características que lhe são peculiares (formas de organização e apresentação), quanto pela sua contraposição às características da formalidade, onde estes atuam vendendo as suas mercadorias nas ruas, avenidas, praças, becos e calçadas, sendo um dos principais atributos que conferem vitalidade a esse lugar.

Como parte do que a prefeitura do Recife chama de “plano de ordenamento da gestão municipal para o bairro de São José”, em setembro de 2019 deu-se início ao “Projeto de Reordenamento do entorno do Mercado de São José”. Foram construídos três novos equipamentos para abrigar os comerciantes: o Centro de Comércio do Cais de Santa Rita, o Anexo do Mercado de São José e o Novo Mercado das Flores. O projeto conta com um anexo ao lado do mercado de São José, localizado entre a Rua do Porão e a Padre Muniz, onde uma edificação foi ocada e as barracas foram inseridas lá dentro. O acesso se dá pela rua Dom Vital, e pelo cais de Santa Rita e a proposta era de que a edificação comportaria cerca de 87 vendedores. Internamente o projeto conta com um espaço mal ventilado, com pouca iluminação natural, banheiros precários e além disso as barracas são de péssima qualidade. Sobre esse Projeto de Reordenamento do entorno do Mercado de São José, um ponto que chama bastante atenção é sobre a falta de transparência de como se deu esse processo e também de como não houve participação ou escuta dos atores sobre a identificação dos valores do bem em questão. Os depoimentos dos usuários e vendedores do local sobre o que eles achavam do projeto de requalificação da área só é possível de ser encontrado em pesquisas nas matérias dos jornais locais. Até mesmo sobre o projeto é difícil achar documentos, não havendo clareza e nem diálogo entre os órgãos sobre isso.

Apesar dos avanços importantes realizados pela DPPC nas discussões sobre a identidade das áreas que compõem a Zeph-10 lançadas no diagnóstico citado no item 1.3.2, é inquietante pensar que essas ações intervencionistas em áreas patrimoniais ainda sigam trabalhando apenas a materialidade, sem consultar os atores envolvidos, sobretudo, sem

diálogo entre os órgãos competentes. Sobre o projeto citado o secretário de mobilidade e controle urbano, João Braga, em entrevista para o Diário de Pernambuco comenta:

A retirada do comércio informal do entorno desse equipamento público faz parte de um projeto de requalificação que engloba não apenas as calçadas e vias, mas sobretudo toda a estrutura física do mercado. **A proposta é tornar o equipamento um polo de atração cultural, artística e gastronômica, a exemplo do Mercado Municipal de São Paulo** (CAVALCANTI, 2019, grifo nosso).

O projeto de mobilidade urbana elaborado pela Autarquia de Serviços Urbanos do Recife (Csurb) em parceria com a Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) consistiu na implantação de faixas de pedestres elevadas, duas delas nas áreas pedestrianizadas e duas nas áreas com circulação de veículos. Foram implantadas duas vagas de estacionamento para ônibus de turismo na lateral Norte do Mercado de São José. Ao todo, 25 vagas de Zona Azul foram preservadas nas laterais Oeste e Norte da Praça Dom Vital, incluindo vagas de carga e descarga. Sobre esse projeto o secretário João Braga ainda comenta:

Com mais essa mudança, a Prefeitura do Recife dá um novo passo para a melhoria do ordenamento do Centro do Recife. **O Mercado de São José, a Praça Dom Vital e a Basílica da Penha estão mais visíveis para o turista** e para o recifense, o pedestre tem mais mobilidade e os comerciantes têm um lugar mais confortável e digno para comercializar seus produtos (Prefeitura do Recife avança no ordenamento do Bairro de São José, 2019, grifo nosso).

Pontual (2021), traz considerações importantes sobre esse assunto:

Claro que as vivências desses comerciantes não são consideradas nas políticas públicas de gestão do patrimônio. Ao contrário, esses comerciantes enfrentam, por vezes, a ação da prefeitura, impedindo-os de permanecer no lugar [...] Os comerciantes são apenas evidências óbvias, mas há também os interesses especulativos dos proprietários dos imóveis e do setor imobiliário, que assim agem numa tentativa de mudar a paisagem física e humana do bairro, promovendo perdas e descaracterizações. Essa gestão do patrimônio é seletiva, pois contempla habitus de estratos sociais da mais alta renda (PONTUAL, 2021, p. 242).

Para além das questões das mudanças no espaço urbano em termos materiais, a própria dinâmica urbana dessa área, tão conhecida pelo seu “vuco-vuco”, foi drasticamente comprometida com as ações desse projeto. Como foi apontado no diagnóstico elaborada pela DPPC, citado anteriormente, nas análises das referências culturais e patrimônio cultural imaterial um trecho interessante traz a importância das atividades dos feirantes para a dinâmica deste local:

Para além desse compêndio de conhecimentos observável para os que apenas têm o comércio popular como alvo da observação, é importante enfatizar: as feiras são lugares extremamente intensos. Nelas, há gritos, palmas, gesticulações, abordagens, interações sociais imperativas, além de piadas, desafios e discussões nos bastidores. **A interação social é a ferramenta mais comum para garantir uma venda, então se faz necessário ultrapassar barreiras sociais geralmente convencionadas** (DPPC, 2019, p. 28, grifo nosso).



Figura 48 e 49: A esquerda, foto dos ambulantes no entorno do Mercado de São José antes da retirada das barracas e a direita foto da rua Dom Vital após a retirada dos ambulantes.
Fonte: Filipe Jordão/JC Imagem, 2019; Fonte: autora, 2021.

Para além das questões pragmáticas ligadas à materialidade que envolvem o Mercado de São José e seu entorno, é importante também estar atento às relações que se desenvolvem e se estabelecem para além dessa materialidade. As relações simbólicas que os atores estabelecem com seus espaços sociais estão amparadas pelas referências que associam a estas, por sua vez, amparam as respectivas construções simbólicas que expressam a memória do lugar e às próprias de cada sujeito, é uma relação íntima e imbricada entre materialidade e imaterialidade que juntas e indissociáveis conformam esse patrimônio cultural. Retirado do sujeito o que o identifica e o valoriza no lugar e em si, o lugar e o sujeito desqualificam-se, assim como aponta Chuva (2012):

A percepção da cidade apenas como patrimônio cultural material induz a um entendimento limitado dos moradores e usuários cujos modos de vida estão vinculados àquele espaço. Se esta população for expulsa do sítio tombado, cabe perguntar o que exatamente se pretendia preservar naquele amontoado de pedra e cal. (CHUVA, 2012, p. 165).

Sobre essa ação, Vieira-de-Araújo (2021) ressalta a falta de comunicação entre o projeto de reordenamento do espaço urbano do bairro de São José e as discussões sobre a identidade do bairro desenvolvidas pela DPPC-Recife. A autora argumenta que esta parece ser mais uma ação higienista da área.

Como ressalta Geraldo Gomes em seu texto ainda em 1985, [...] “os tradicionais camelôs sempre ocuparam os arredores do mercado” e é enfático ao ressaltar que “foi a cultura popular que fez o mercado ter a vida que possui até hoje” [...] A área necessita, sim, de atenção, requalificação urbana e ordenamento espacial, mas a partir de uma profunda compreensão dessas relações simbióticas (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p. 226).

Tomando como base as reflexões de Jokilehto (2006), Vieira-de-Araújo (2021) atenta para o conceito de integridade proposto pelo autor no sentido de chamar a atenção para o fato de que:

Tão importante quanto a ‘integridade visual’, que diz respeito aos aspectos materiais e de preservação das feições de determinado bem cultural, é a preservação do que

dele deno,mina como ‘integridade sociofuncional’, que diz respeito aos usos tradicionais e formas de apropriação dos bens culturais por parte da população (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p. 227).

Não se trata de lidar com uma dimensão ou com outra, mas sim de um dimensão na outra, trabalhadas simbioticamente, considerando que a preservação destes espaços patrimoniais não devam se concentrar apenas na materialidade e sim no trato conjunto com a imaterialidade como ferramenta fundamental para a manutenção da sua significância cultural. O que buscamos com isso é alcançar práticas preservacionistas que tentem dar conta de aspectos imateriais que envolvem o bem cultural e que só podem ser alcançados através de um olhar intersubjetivo e atento ao fato de que essa materialidade é o meio veiculador do seu significado.

Nobuo Ito em seu texto “*Intangible Cultural Heritage Involved in Tangible Culture Heritage*” (1990), já traz essa relação entre a cultura imaterial e o patrimônio cultural tangível, incluindo monumentos e sítios, sendo tão próximas que é impossível separar. Ele compara essa relação como uma corda torcida que é impossível de separar.

A relação entre cultura imaterial e patrimônio cultural tangível, incluindo os monumentos e sítios que constituem o alvo da atividade do ICOMOS, é tão estreita que é impossível separar. A cultura intangível produz objetos culturais tangíveis que requerem cultura intangível. Essa relação pode ser comparada com a corda torcida, mas não é tão simples. Deve ser nossa tarefa comum estudar essa relação. (ITO, 1990, p. 1, tradução nossa).¹²⁸



Figura 50: vendedor do Mercado de São José
Foto: Ivan Alecrim, 2011.

¹²⁸ Do original em inglês: The relationship between intangible culture and tangible cultural heritage, including monuments and sites which constitute the target of the ICOMOS activity, is so close that it is impossible to separate. Intangible culture produces tangible cultural objects which require intangible culture. This relationship may be compared with the twisted rope, but is not so simple. It should be our common task to study this relationship

O que podemos observar é que, vinte anos depois do texto de Fonseca (2003), as políticas patrimoniais continuam focadas no tombamento e visam conservar a integridade física e proteger as edificações apresentando dificuldades de incorporar as principais ideias e recomendações dos documentos citados anteriormente. Percebemos que essa abordagem preservacionista acaba associando às ideias de conservação e imutabilidade e separando as dimensões materiais e imateriais que envolvem o patrimônio, onde o foco recai mais no objeto em si e menos nos significados atribuídos a ele ou nas dinâmicas sociais que envolvem o bem.

A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo “preservação”, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem aos grupos sociais de tradição européia, que, no Brasil, são aqueles identificados como as classes dominantes (FONSECA, 2003, p. 62).

É preciso pensar no patrimônio cultural não apenas como objeto isolado mas associado com todos os elementos simbólicos que constituem aquele bem, levando sempre em consideração que os grupos sociais envolvidos façam parte do processo de reconhecimento e apropriação do seu patrimônio cultural. Entretanto, Vieira e Nascimento (2012), ao refletirem sobre as práticas preservacionistas realizadas pelo Iphan e outras instituições que seguem as referências do órgão federal constataam que em muitos casos existe uma “cristalização de determinadas eternas imagens do passado” expondo diversas contradições entre teoria e prática em muitas atuações em sítios históricos brasileiros reconhecidos como patrimônio nacional.

[...] apesar da ampliação das abordagens conceituais, que evidenciam novas orientações acerca dos aspectos relacionados à definição de “sítio histórico” a ser preservado, quanto à prática preservacionista atual, o que identificamos é continuidade de algumas práticas que foram estabelecidas no período de consolidação da IPHAN no Brasil, e que criaram bases “sólidas” na forma de intervir (tradição?). Uma significativa parcela de intervenções urbanas e arquitetônicas realizadas nos sítios históricos sob proteção no âmbito patrimonial no Brasil, estão pautadas em uma representação constituída de que este patrimônio é tratado como uma “reliquia”, onde ainda prevalece a visão de que é necessário a sua “feição primitiva”, sua “identidade” a partir, predominantemente, da afirmação de seus aspectos formais, definidos como elementos caracterizadores de uma determinada época e determinado lugar (VIEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 3-4).

O que nos preocupa é que apesar da ampliação da noção de patrimônio cultural ainda podemos perceber um certo distanciamento das discussões teóricas das práticas preservacionistas. Vieira e Nascimento (2012), reforçam o cuidado ao abordarmos o tema da autenticidade, da integridade e da legibilidade pois as posturas semelhantes à proposição da Teoria Contemporânea da Conservação, neste ponto, podem levar a perpetuação de ações de “cristalização da imagem do passado” e interpretações equivocadas sobre os conceitos de autenticidade e integridade, assim como tais autores, acreditamos que a ampliação do

conceito de patrimônio cultural não invalida de forma nenhuma os princípios propostos por Cesare Brandi (KÜHL, 2007; CARBONARA, 2006; VIEIRA, 2004). Mais uma vez ressaltamos aqui a necessidade de superar a dicotomia contraproducente entre “brandianos” e “pós-modernistas”.

Como vimos nos capítulos anteriores, uma mudança significativa na abordagem do tema do patrimônio cultural teve como marco o Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975 por Aloísio Magalhães, assim como a criação do da Fundação Nacional Pró-Memória, na qual vários órgãos que se encontravam em condições bastante precárias foram incorporados, proporcionando um crescimento significativo do setor cultural. A expansão desse campo além de abarcar um universo amplo de atores sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio, promoveu uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à sua gestão, tanto relacionada aos bens de natureza material com sua proteção, quanto aos bens de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda. Chuva (2012), aponta que “de um modo geral, tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação”. (CHUVA, 2012, p.159).

Nesta conjuntura, de resgate da identidade nacional, houve uma tentativa de ampliação da noção de patrimônio cultural, na medida em que novos bens, objetos e práticas passam a ser incluídos, ultrapassando-se uma avaliação puramente material para um complexo processo multidimensional de produção de valor baseado tanto em aspectos tangíveis, quanto nas formas culturais intangíveis. Essa noção de referência cultural, formulada nos anos 70, foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio cultural. Partindo dessas atualizações globais, a Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo Nº 216, seção II – DA CULTURA, estabeleceu o conceito de Patrimônio Cultural:

Constituem Patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver; III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Brasileira de 1988, artigo 216, seção II).

Como marco importante desse avanço no entendimento do patrimônio cultural, concretizou-se em 4 de agosto de 2000, o decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, incorporando a metodologia desenvolvida no CNRC criando o Inventário Nacional de Referências Culturais

(INRC). Esse Programa, inicialmente vinculado ao Ministério da Cultura, foi transferido em 2003 para o Iphan, que absorveu todas as atribuições relativas ao patrimônio imaterial. Vieira-de-Araújo (2022), destaca que “tão relevante quanto observar *o que* se identifica como referência cultural, é observar *quem faz* essa identificação. [...] Assim, se o entendimento de referência cultural é de algo que seja a expressão de um povo precisa se discutir de que povo estamos falando” (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022, p. 146).

No artigo intitulado *"A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização"* Márcia Sant'Anna (2013), aborda o conceito de referência cultural e discute estratégias para enfrentar a dicotomia entre materialidade e imaterialidade no âmbito do patrimônio cultural. Mediante um enfoque técnico e analítico, Sant'Anna explora a natureza mutável das práticas culturais, alicerçada em manifestações tangíveis e intangíveis que moldam a identidade de uma sociedade. Através do uso de novos instrumentos de reconhecimento e valorização, a autora busca mitigar as barreiras que historicamente impuseram a valorização desigual entre o patrimônio material e imaterial, conferindo maior dinamismo e abrangência ao processo de preservação e salvaguarda da diversidade cultural. Nesse contexto, a autora revela a importância de compreender a interconexão entre as dimensões material e imaterial do patrimônio como forma de fomentar uma abordagem mais abrangente e inclusiva para a salvaguarda do legado cultural das sociedades contemporâneas.

Trabalhando com as categorias instituídas pelo Decreto 3.551/2000, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é um instrumento de pesquisa de busca dar conta dos processo de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como das suas condições materiais de produção. **Operando com o conceito de referência cultural, o INRC supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tomando-os como faces de uma mesma moeda: a do patrimônio cultural** (SANT'ANNA, 2003, p. 56, grifo nosso).

Apesar do avanço conceitual proposto pelo INRC, o que ainda percebemos depois de duas décadas, é uma dificuldade de incorporação desses conceitos nas políticas preservacionistas, tanto na operacionalização do inventário, quanto no trato simbiótico do patrimônio material e sua imaterialidade. Acreditamos que a divisão entre patrimônio material e imaterial é ultrapassada, e precisa ser superada, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade, uma vez que os danos causados pela perda de elementos do Patrimônio Cultural podem provocar rupturas nas relações dos atores com aquele bem. A perda de uma referência cultural pode afetar mais profundamente do que apenas sugere a sua perda material.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, integrou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), foi membro do conselho do Iphan por mais de quinze anos, participou dos comitês brasileiros do ICOM e do ICOMOS e

foi um dos coordenadores do primeiro curso de especialização em preservação patrimonial no Brasil na FAU/USP, sendo considerado um importante nome na contribuição da ampliação do debate sobre o trato simbiótico entre materialidade e imaterialidade. Em entrevista concedida em 2011, ao citar “*O tambor de crioula*” caso em que foi relator, Meneses reforça a inadequação de se trabalhar distintamente materialidade e imaterialidade.

São certas celebrações muito antigas, com mais de dois séculos, em que se dança a partir, justamente, do toque dos tambores. Elas têm peso religioso muito grande - em geral, celebram São Benedito. Mas a coisa é muito mais vasta e serve de articulação, funciona por bairro. [...] A dança do tambor, justamente, é essa do corpo tomando posse do espaço, não negando, mas se apropriando dele. Ora, eu vejo espaço e corpo como realidades materiais. Eu percebo a imaterialidade dessa dança pelos significados e valores que ela expressa. Mas dentro daquela práxis gestual, a matéria prima é corpo e chão. Então, quando você fala material e imaterial, o negócio fica complicado (HAYMANN; LACERDA, 2011, p. 428-429).

Fazendo uma ligação com o nosso objeto de estudo, não poderíamos deixar de mencionar a Noite dos Tambores silenciosos. Uma celebração ritualística importante para os Maracatus-Nação e para as religiões de matriz africana e indígenas, que desde a década de 1960 acontecem na frente da Igreja do Terço, lugar onde já foi ponto de comercialização de escravos, e mesma rua onde hoje encontra-se a casa de Badia¹²⁹ no bairro de São José.

Um ambiente carregado de sentido religioso, conviviam uma igreja - a de Nossa Senhora do Terço - e um terreiro. À casa onde viveram as Tias do Terço não era apenas um lugar acolhedor, onde se bebia, conversava brincava, era também lugar em que o sagrado e o profano conviviam lado a lado. O espaço se integrava às pessoas. Estas se integravam às outras. [...] Espaço de festa, espaço da religião, o Pátio e a casa das Tias contam muito da história da cidade, do cotidiano das pessoas que ali protagonizaram momentos de suas vidas, momentos importantes com testemunhos importantes: de um lado os que ali habitavam, o outro, os que trabalhavam, a igreja que abençoava (e abençoa) suas vidas e o lar das Tias que proporcionava tanto o conforto religioso, como o espiritual e, através destes, o ombro amigo para momentos difíceis companheirismo para a celebração do espetáculo da vida em sua plenitude (MONTEIRO; FEITOSA, 2004, p. 10-11).

À meia-noite da segunda-feira de carnaval, ocorre o evento em que, após as apresentações das nações dos maracatus, Pais e Mães de Santo entoam cantos e realizam preces em Iorubá em homenagem aos Eguns (ancestrais). Nesse instante, para além da sua materialidade e da dinâmica cotidiana do comércio informal, no espaço do Pátio do Terço pulsa a sua imaterialidade que permeia todo o lugar com seus elementos simbólicos e sagrados.

¹²⁹ Em Recife, no dia 9 de abril de 1915, nasceu Badia, também conhecida como Maria de Lourdes Silva, neta de africanos. Ao longo da vida, ela morou no Bairro de São José, reduto de descendentes de escravos libertos que se tornaram trabalhadores de baixa renda, e lá se tornou um símbolo da identidade e cultura negra da cidade, além de ser uma das principais representantes da religiosidade e tradição popular. O local onde ela residia ficou famoso como Casa das Tias, e foi organizado e liderado por Badia e outras “xangozeiras”.



Figura 51 e 52: Noite dos Tambores Silenciosos
Fonte: Fernando da Hora/ JC imagens, 2016.

A reflexão que queremos trazer aqui, é da necessidade de uma visão mais ampla do patrimônio, como a que Meneses propunha:

A gente não escapa das coisas materiais, mas elas não têm valores intrínsecos, não têm nada de imanente que não sejam as propriedades físico-químicas. No entanto, elas têm propriedades de natureza material que permitem externalizar ideias, expectativas, ideologias, memórias, identidades; elas funcionam como mediadoras, como combustível para a intervenção no mundo real. Então, eu diria que elas atuam como uma dimensão de qualificação diferencial - esse diferencial é importante, porque senão tudo vale tudo - do cotidiano e do trabalho (HAYMANN; LACERDA, 2011, p. 429-430).

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais (MENESES, 2012, p.31).

A premissa destas reflexões é o valor cultural entendido como o potencial de qualificar (diferencialmente) qualquer tempo ou segmento da vida humana integral e seus processos de socialização pela interação recíproca com espaços, coisas, práticas. Não se justificam, assim, polaridades excludentes entre sujeito e objeto, utensílios e usuários, hábitat e habitante, patrimônio material e imaterial (MENESES, 2017, p.39).

Meneses (1996), propunha uma visão do patrimônio a partir da cultura, entendendo esta a partir do universo do sentido e da atribuição de valores, mas não no sentido abstrato e sim, na sua inserção na vida social, considerando que a cultura abarca tanto os aspectos materiais como os não-materiais presentes na experiência prática do cotidiano sendo portanto uma condição de produção e reprodução da sociedade:

tais sentidos, ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir inteligibilidade e elaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando (MENESES, 1996, p. 89).

Meneses (1996), ressalta que o universo da cultura, envolve questões ligadas a escolhas e valores atribuídos, valores que qualificam o objeto, mas que sobretudo, esses

valores não são imanentes a eles, são produzidos na relações sociais que se estabelecem com esses objetos e que, portanto, é um campo em conflito que envolve relações de poder e de caráter político, e que “o conflito deve ser considerado não apenas como ingrediente normal da cultura, mas ainda como instância geradora, força motriz” (MENESES, 1996, p.92). O autor ainda ressalta que não existe valor permanente e nem universal. Ainda no mesmo artigo o autor ressalta a questão dos valores estéticos e como estes se modificam historicamente:

Não se trata de cair num relativismo estéril, mas de localizar na sociedade e nas suas contingências a gênese da cultura [...] os sentidos e valores não se confinam no universo mental. Para que tenham existência social, para que se traduzam em práticas, para que induzam a comportamentos, em síntese, para que encarnem na materialidade da vida, eles precisam manifestar-se (MENESES, 1996, p.93).

A relevância dos fenômenos sensoriais no âmbito cultural emerge como fundamento primordial. O patrimônio cultural, assim sendo, demanda a apreensão dos circuitos de produção e apreciação de sentido e valor intrínsecos a uma sociedade, superando a mera catalogação empírica de traços presumivelmente culturais. Sabemos que esta ótica implicaria em mudanças substanciais nas abordagens utilizadas, nos trabalhos de inventário e registro cultural, superando as conveniências das sintomatologias positivistas às quais especialistas e técnicos se apegaram. Importa, pois, ressaltar invariavelmente que o cerne da compreensão reside não nas coisas em si, mas nas relações entre a sociedade e o bem, e, além disso, nas interações humanas dentro da própria sociedade.

Em seu artigo “*Repovoar o patrimônio urbano*” Meneses (2017), critica a base universal e autoritária na qual o patrimônio vem sendo trabalhado e aponta a necessidade de integrar no planejamento urbano aos diversos componentes e atores sociais abrindo caminho para a expressão de “patrimônio ambiental urbano” no qual os usuários são reintroduzidos como protagonistas e sua relação com o patrimônio não se dá de forma etérea.

Sem dúvida, a difusão do imperativo de conservação integrada produziu uma verdadeira vascularização do pensamento patrimonial, internacionalmente, e abriu perspectiva para aceitação da natureza social do patrimônio e de suas funções como tal, reforçadas como a obrigação da sustentabilidade. [...] Impõe-se, portanto, repovoar o patrimônio urbano, nele reintroduzir o seu protagonismo (MENESES, 2017, p.40-41).

O autor ressalta que de jeito nenhum pretende desqualificar e nem desmobilizar as atividades dos órgãos de patrimônio ou de pesquisa, nem tampouco é a pretensão desta dissertação, o que comungamos com Meneses, é o desejo de chamar a atenção para necessidade de uma compreensão ampliada do patrimônio a partir da sua natureza social, tratando simbioticamente seus aspectos tangíveis e intangíveis, e, atribuindo maior foco e

participação dos atores envolvidos, longe contudo, de qualquer visão excessivamente relativista e de exploração econômica do patrimônio.

Contudo, como enfatiza Vieira-de Araújo (2014), um ponto de preocupação é a recorrência do “discurso de valorização da imaterialidade e participação popular como justificativa para a realização de reconstruções miméticas” (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2014, p. 17). Nesse contexto, evidenciamos que para além de uma defesa acrítica de uma postura intervencionista ou de um entusiasmo desmedido em favor da autenticidade, é preciso refletir acerca de outras abordagens que vão além das práticas de reconstituição. É imprescindível considerar o aspecto imaterial, os usos e os significados, porém, isso não significa que as decisões podem ser tomadas sem uma reflexão teórica e técnica sobre as alternativas de intervenção na pré-existência. (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2014). Acreditamos que é essencial também levar em conta a materialidade e os valores estéticos e históricos intrínsecos a essa abordagem.

Nery e Baeta (2015), reforçam a importância do cuidado com a excessiva relativização do suporte material ao darmos demasiada atenção a imaterialidade:

Se, por um lado, a expansão e flexão dos objetos, conceitos e instrumentos de preservação possibilitam uma melhor e mais rica aproximação com a cultura tradicional e suas tão diversas e particulares manifestações, por outro a ampliação excessiva do campo e o afrouxamento dos referenciais podem gerar um estiramento descomedido e uma banalização que façam desaparecer seus limites, mesmo que eles nunca tenham sido absolutamente nítidos (NERY;BAETA, 2015).

A importância da ampliação do campo patrimonial e o reconhecimento de suas especificidades inerentes requerem uma compreensão profunda da aplicabilidade e dos limites dos fundamentos teóricos e instrumentos práticos relacionados à natureza e complexidade diferenciada dos objetos a serem preservados. Todavia, essa diversidade de abordagens não deve ser baseada em uma estéril e fragmentada individualização, restrita apenas a avaliar cada caso isoladamente. É fundamental que essa análise caso a caso seja embasada em diretrizes conceituais, possibilitando o estabelecimento de linhas condutoras e agregadoras para lidar com a variedade de desafios que impactam e/ou constituem os objetos de interesse na preservação patrimonial, (NERY;BAETA, 2015). Assim, é fundamental considerar as interações entre os campos da arquitetura e da antropologia em busca de uma síntese interventiva, em vez de simplesmente aplicar um referencial arquitetônico a uma questão antropológica ou vice-versa, sobre essa responsabilidade de uma conduta reflexiva acerca das posturas adotadas os autores acrescentam:

Apesar da perda da centralidade da matéria, ela ainda é um dos mais fortes elementos sob os quais incidem a atribuição de significados e valores, bem como configuram e materializam os desejos, as necessidades, as práticas, enfim os lugares. E como nos coloca Aldo Rossi, é o fato urbano o objeto construído que materializa o habitat humano. Mesmo que o valor não seja a matéria em si é sobre ela que incide a possibilidade de determinadas valorações. Assim, falar da especificidade de certos conceitos não é tentar dar um sentido de prevalência ou

totalidade, mas apontar seus cruciais contributos no mosaico dos problemas da preservação, e devem ser entendidos como tal – desenvolvidos tanto nas suas especificidades, como em suas interpolações com os demais. O “caminho do meio” implica o reconhecimento de que a ação de preservação no patrimônio edificado não é somente restaurativa, nem necessariamente recreativa, e que dentre as várias possibilidades de intervenção na preexistência o restauro, como um tipo bastante específico, ainda é uma das opções. Também vale frisar que a restauração ou a recriação, bem como a consolidação, a estabilização, a conservação preventiva ou a anastilose são apenas partes das ações de preservação (NERY; BAETA, 2015).

Ainda sobre o tema da restauração e a sua ampliação no campo preservacionista, Nery e Baeta (2015) ressaltam os riscos do seu esgarçamento ou relativização absoluta que, em muitos casos, podem levar ao descaso com a materialidade. Consideramos que toda intervenção, ainda que não busque a restauração da unidade potencial, deve estar ancorada e refletir os princípios operativos estabelecidos pelo campo, independentemente de qual seja a escolha do tipo de intervenção. Sobre isso Nery e Baeta (2015) acrescentam:

[...] alguns pontos devem ser rigorosamente respeitados: em primeiro lugar, um denso conhecimento do objeto, da sua historicidade e de seu contexto, seguido de uma generosa sensibilidade crítica e grande erudição; e, por fim, o domínio profundo do significado da opção feita e seus impactos sobre a preexistência (NERY; BAETA, 2015).

Sobre o assunto Vieira-de-Araújo (2022, p. 186) reforça, “para nós, o ‘denso conhecimento do objeto’ e de seu contexto passam, necessariamente, pela aproximação com os diferentes atores que atribuem valor ao bem e o tornam passível de reconhecimento e, conseqüentemente, de uma ação preservacionista”. Percebemos que existem alguns enfrentamentos importantes no campo da preservação, sobretudo no século XXI, que tem utilizado a abordagem centrada nos valores na busca pela operacionalizar o conceito de significância cultural, tentando dar conta das questões sobre a intersubjetividade e do trato simbiótico necessário entre o patrimônio material e a imaterialidade relacionada a ele. Tais experiências apontam o grande desafio que se coloca quando buscamos alcançar o equilíbrio das questões materiais e imateriais, reconhecendo-se a necessidade de conferir protagonismo às relações estabelecidas entre pessoas e bens culturais, considerando que este é um caminho urgente e necessário para a operacionalização da significância cultural.

4.2. Narrativas errantes, diários urbanos: uma abordagem sensível a partir dos vínculos entre o objeto empírico e a pesquisadora.

A motivação que guiou a pesquisa partiu de alguns elementos pré-estabelecidos em um estudo historiográfico dos bairros, mas os percursos utilizados para ir de um ponto a outro se deu por meio das derivas e das errâncias, como uma tentativa de uma experiência de alteridade urbana pretendia-se que a pesquisadora fizesse parte da dinâmica urbana, sendo ao mesmo tempo observadora e participante da cotidianidade. Nesta parte da pesquisa tentaremos demonstrar através do processo das narrativas urbanas, utilizando como base os estudos de Walter Benjamin (1987), as pesquisas de Paola Jacques (2012) e os diários de bordo com inspiração na etnografia e nos estudos de Pinheiro et al (2008), onde a partir das errâncias feitas pela própria pesquisadora no decorrer de mais de três anos de pesquisa, com o objetivo de investigar as relações simbióticas estabelecidas entre a dinâmica urbana e materialidade tentamos identificar o que essas relações dizem a respeito dos bairros e apontar caminhos para operacionalização da sua Significância Cultural e de uma prática de gestão mais sensível e atenta a essa relação entre materialidade e imaterialidade.

A principal questão está, além da experiência da alteridade em si, já entrando no campo do simbólico e da partilha do sensível, na construção dessas subjetividades e na valorização dessas experiências. Como vimos anteriormente, as fragilidades das experiências urbanas impostas pela vida contemporânea distanciam as pessoas dessa alteridade urbana, e como enfatiza Jacques (2012), dificultam a transmissão e compartilhamento das experiências vivenciadas. Benjamin (1987), em seu texto *O Narrador*, situa essa fragilidade contemporânea no ato de compartilhar e narrar experiências em decorrência da contemporaneidade. Em seu texto o autor afirma que esse processo que vem expulsando gradualmente as narrativas da esfera do discurso vivo tem se desenvolvido ao mesmo tempo que as forças de produção.

Contudo, o autor reforça a importância das narrativas como forma de fazer o outro experimentar um pouco daquilo que se viveu: “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1987, p.198). Segundo o autor, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987, p. 201). Assim, em seu texto Benjamin (1987), destaca o senso prático como uma das características do narrador, e que a narração tem muitas vezes uma dimensão utilitária, onde esta utilidade pode se constituir de

um ensinamento moral, uma sugestão prática, “[...] de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos”(BENJAMIN, 1987, p. 200).

Benjamin (1987) segue seu texto explicando a diferença entre a narrativa, o romance e a notícia e culpa o declínio das narrativas a difusão da informação. O autor afirma que as notícias são acompanhadas de explicações e precisam ser atuais, se perdem no tempo e são pobres em surpreender. Para o autor, a força da arte narrativa está em evitar explicações e conservar sua força ao longo do tempo. Neste sentido o autor acrescenta: “O extraordinário e o miraculoso são narrados com maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele vive para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIN, 1987, p. 203). De acordo com o autor, a habilidade do narrador em abrir a mão das sutilezas psicológicas, de maneira natural e fluida, desempenha um papel crucial na capacidade da história de se inscrever profundamente na memória do ouvinte. Quanto mais essa renúncia ocorre, mais a narrativa se integra à própria experiência do ouvinte, e mais ele se sentirá inclinado a tentar-la em algum momento. Para o autor, a própria forma de narrativa que floresceu por tanto tempo no meio artesanal pode ser considerada uma forma artesanal de comunicação. Seu propósito não é transmitir simplesmente a essência pura da história como uma mera informação ou relatório, mas sim imergir a história na vida do narrador para, em seguida, extraí-la dele. Dessa forma, a narrativa carrega consigo a marca única do narrador.

As narrativas de Walter Benjamin, ao explorarem essa abordagem artesanal da comunicação, expressam-se como uma forma poderosa e envolvente de transmitir histórias. Elas não se contentam em ser meros relatos objetivos, mas mergulharam nas experiências subjetivas do narrador, trazendo à tona uma conexão profunda entre a história contada e a identidade daquela que a conta. É nesse processo que a narrativa adquire um caráter vivido, impactando o ouvinte de maneira mais significativa. Por meio dessa abordagem, Benjamin demonstra que a narrativa vai além da simples transmissão de fatos, tornando-se uma expressão autônoma e pessoal do narrador, que molda e dá vida à história por meio de sua própria perspectiva. “Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1987, p. 205). Esse caráter artesanal das narrativas de Benjamin é capaz de deixar uma impressão duradoura nos ouvintes, incitando-os a compartilhar as histórias e preservar a tradição narrativa. Afinal, a força das narrativas reside na maneira como elas se entrelaçam com a experiência humana.

Nesse mesmo, em Elogio aos Errantes, Paola Berenstein Jacques (2012) também menciona Benjamin em O Narrador. A arquiteta busca destacar exatamente a questão da dificuldade de transmitir e compartilhar as experiências vivenciadas. A autora ressalta a

relevância dessa transmissão que auxilia na formação de subjetividades e no processo de valorização da experiência

Assim, as narrativas urbanas resultantes dessas experiências realizadas pelos errantes, sua forma de transmissão e compartilhamento, podem operar como potente desestabilizador de algumas das partilhas hegemônicas do sensível e, sobretudo, das atuais configurações anestesiadas dos desejos (JACQUES, 2012, p.11).

A autora, influenciada pelo pensamento de Michel de Certeau, enfatiza que a narração é uma forma de dar continuidade à experiência e que “o próprio exercício de narração já está associado também a uma prática espacial” (JACQUES, 2012, p.17). Assim, a autora aborda a relação entre experiência e narração e atribui a esta última como sendo um outro tipo de experiência que está ligada a ideia de percurso, da experiência de percorrer, consequentemente ligada a própria ideia de errância. Portanto, o que pretendemos extrair dessas ideias para utilizarmos nesta pesquisa é a experiência de apreensão e investigação do espaço urbano através das errâncias e transmiti-las por meio das narrativas errantes. Assim Jacques (2012) define as narrativas errantes:

São narrativas menores, são micronarrativas diante das grandes narrativas modernas; elas enfatizam as questões da experiência, do corpo e da alteridade na cidade e, assim, reafirmam a enorme potência da vida coletiva, uma complexidade e multiplicidade de sentidos que confronta qualquer “pensamento único” consensual, como o promovido hoje por imagens midiáticas luminosas e espetaculares das cidades (JACQUES, 2012, p.20).

Para Jacques (2012), as narrativas são um tipo de historiografia não linear, não cronológica e que está nas margens, nas brechas e nos desvios, mas que é sobretudo, ambulantes, ou seja, está em constante movimento e é através dessas narrativas que a continuidade da experiência é garantida, ainda que deixemos claro que apesar do compartilhamento da experiência seja um tipo de continuidade ela não é a experiência vivida. Nesse contexto, Jacques discorre sobre a narração como uma forma de dar sequência à experiência. De acordo com ela, quando a vivência dos errantes é narrada, preserva-se a vitalidade das jornadas percorridas. Assim, adotamos a perspectiva de que, por meio das narrativas errantes, é possível adquirir uma nova compreensão do espaço urbano. De acordo com Jacques (2012), isso se dá a partir da premissa de que os errantes engajam-se em uma abordagem crítica ao questionar o planejamento e a construção dos espaços urbanos. Deste modo, ao vagarmos pela cidade sem um trajeto pré-definido, o ato de errância em si se transforma em uma forma de crítica ao urbanismo como uma disciplina prática de intervenção nas cidades, (JACQUES, 2012). A autora enfatiza a possibilidade dessa crítica assumir formas variadas por meio de distintas narrativas urbanas artísticas, abrangendo abordagens literárias, etnográficas, fotográficas, cinematográficas, musicais, cartográficas, entre outras, todas concretizadas pelos errantes com base em suas experiências de explorar a cidade.

Tais narrativas errantes não apenas abrem novas perspectivas para a apreensão do espaço urbano, mas também têm o potencial de suscitar reflexões acerca da construção do ambiente urbano em sua totalidade. O questionamento crítico dos errantes confronta o *status quo* do urbanismo, enfatizando a importância de considerar múltiplas visões e experiências no planejamento das cidades. O movimento de errar pela cidade transcende a simples noção de deslocamento físico, tornando-se uma forma de resistência e contraposição aos modelos tradicionais de intervenção urbana. Essas narrativas, seja através da escrita, da arte visual, da fotografia ou de outras manifestações, carregam consigo a essência das experiências dos errantes, e ao serem compartilhadas, promovem uma visão mais sensível e reflexiva do espaço urbano e da interação humana com ele. Assim, as narrativas errantes, ao revelarem as complexidades e nuances da vida urbana, enriquecem o debate sobre o desenvolvimento e a evolução das cidades contemporâneas.

Diantes dessas reflexões acerca das narrativas, em especial as narrativas errantes, utilizaremos nesta pesquisa a metodologia dos Diários de Bordo, com a intenção de guardar e compartilhar as errâncias e derivas fotográficas nos bairros de Santo Antônio e São José, como uma outra forma de apreensão da significância cultural procurando trazer também uma reflexão crítica sobre os diagnósticos urbanos mais comuns, que muitas vezes são genéricos em suas leituras sobre a cidade. Consideramos o diário de bordo como uma ferramenta de pesquisa valiosa para os estudiosos que se dedicam ao campo das relações pessoa-ambiente. Sua utilização proporciona *insights* fundamentais sobre as interações entre o ser humano e o ambiente que o cerca, indicando aspectos que, ao longo da investigação, podem ser aprofundados por meio de instrumentos mais estruturados, como indica Pinheiro et al. (2008).

Essa abordagem associada à coleta de dados, visitas ao local de estudo, observações não sistemáticas e levantamento de vestígios comportamentais, foram caminhos que decidimos adotar nesta pesquisa e que chamaremos aqui de Diários Urbanos. Diários porque se trata de registros pessoais, onde guardamos lembranças, memórias e experiências vividas, e Urbanos, porque está relacionado com essa experiência de vida na cidade e na interação com o Outro. Assim, o diário urbano assume uma posição de destaque com a finalidade de complementar os estudos descritivos acerca das errâncias e da apreensão dos EVSC com o intuito de explorar as possíveis contribuições dessa técnica para a investigação nesse campo específico e na gestão de sítios históricos. Ao explorar a utilização de diários urbanos como instrumento de pesquisa, somos conduzidos a uma jornada que revela um vasto potencial para o avanço dos estudos no âmbito das relações pessoa-ambiente. Ao conectar as informações disponíveis na literatura com os resultados obtidos em nossas pesquisas,

buscamos ampliar o conhecimento existente e estimular futuros estudos que explorem de forma abrangente o potencial dos diários urbanos como uma ferramenta de pesquisa nas relações pessoa-ambiente e apreensão da significância cultural a partir de uma perspectiva mais sensível.

De acordo com Pinheiro *et al.* (2008), no diário pessoal como técnica de coleta de dados, o pesquisador estrutura seu relato segundo sua própria percepção e em função da ocorrência do fenômeno de interesse da pesquisa, sendo assim, as narrativas dos diários urbanos atendem a uma reflexão a partir das experiências pessoais da autora da presente pesquisa, onde procuramos investigar mais “de dentro e de perto” as relações que se estabelecem e a dinâmica urbana entorno dos EVSC em seu contexto físico, social e histórico, apresentados-se com uma ferramenta complementar capaz de acrescentar informações subjetivas importantes na investigação descritiva revelando aspectos da vida cotidiana. Um dos pontos-chaves dos diários são os conjuntos verbais de informações, contudo, Pinheiro *et al.* (2008), destacam a possibilidade de combiná-los à componentes não-verbais nos diários, como por exemplo desenhos e/ou fotografias de maneira que se possa captar cenas relevantes dos ambientes estudados, assim, essa técnica oferece uma possibilidade de registro da experiência vivida como afirmam os autores:

Esta técnica de coleta de dados espontaneamente gerados permite incluir repetidas apreciações sobre um mesmo tema, focalizando os vários aspectos julgados relevantes para os fins do estudo, sejam eles sobre o autor do diário, como sentimentos experimentados na situação; sobre a situação social, como interação com outras pessoas presente; ou sobre o contexto geral da experiência vivida, como razões ao ambiente físico, tempo gasto em uma determinada atividade, deslocamentos espaciais, preferências ambientais, entre outros (Pinheiro *et al.*, 2008, p. 287).

Assim, de maneira geral, o processo de construção de narrativas errantes por meio de diários urbanos revela-se como uma ferramenta poderosa para transcrever e retratar as variadas sensações experimentadas ao percorrer as ruas dos bairros de Santo Antônio e São José. Esses diários buscam captar, para além da materialidade física, a riqueza cultural que envolve os elementos presentes nessas localidades e suas interações com a dinâmica social urbana. Ao descrever detalhadamente os cenários, os relatos abrangem não apenas aspectos visuais, mas também sensações como clima, cheiro e temperatura, além de refletirem os sentimentos e emoções vivenciados pela pesquisadora durante as suas jornadas. Através das anotações pessoais, os diários urbanos se tornam um registro singular e autêntico das experiências da narradora, permitindo ao leitor mergulhar nas particularidades e peculiaridades desses bairros. As narrativas desvelam as múltiplas camadas culturais que permeiam as ruas, becos, praças e vielas, trazendo à tona histórias e cotidianidades que moldam a identidade dos locais observados.

Dessa forma, o objetivo central desses diários é transcender a mera descrição material, buscando desvendar a significância cultural e o sentido simbólico presentes em cada elemento veiculador observado. Assim, ao explorar os detalhes aparentemente triviais do cotidiano urbano, essas narrativas se tornam uma valiosa fonte de compreensão e apreciação da complexa tessitura sociocultural que permeia os bairros de Santo Antônio e São José.

4.2.1. Mapeamento sensível e Diários urbanos

Considerando o patrimônio cultural a partir da visão mais ampliada na qual está em consonância com as pesquisas de Vieira-De-Araújo (2020; 2022), reconhecemos a necessidade de valorizar não apenas dos monumentos e sítios históricos isolados, mas também da trama urbana em sua totalidade, fomentamos uma visão mais abrangente e inclusiva do patrimônio. Essa abordagem ampliada destaca além da importância da preservação material a diversidade de expressões culturais presentes nas cidades e a importância de preservar as práticas e saberes tradicionais das comunidades, incorporando, assim, uma concepção mais ampla do patrimônio cultural. Este entendimento aponta para uma visão patrimonial que investe na relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade. Com base nesse entendimento, elaboramos uma ferramenta metodológica que visa abordar a complexidade de espacializar a experiência da vivência cotidiana em áreas históricas com intensa dinâmica urbana e alto grau de preservação da sua materialidade. A partir de um olhar de perto e de dentro, procuramos captar os diversos sentimentos e sensações ao adotar o ato de caminhar e parar nos bairros de Santo Antônio e São José.

O primeiro ponto que determinamos foi o de não estabelecer nenhum percurso pré-definido, assim como propõe a própria experiência errática citada anteriormente, aqui queríamos deliberadamente nos perder, tropeçar, parar e “perder tempo” para ganhar emoções e sensações. Como propõe Careri (2017), ancorar para (re)conhecer de perto o Outro. Nesse sentido os mapas sensíveis surgem como uma síntese visual das apreensões e sentimentos despertados mediante a experiência de ficar à deriva em determinadas ambiências dos bairros estudados. O mapa sensível busca tornar mais clara as situações de interdependência de fatores emocionais/imateriais e espaciais/materiais.

Segundo Carvalho (2019, p. 163), há duas abordagens para esta ferramenta: uma centrada no lugar, baseada na observação do espaço e seus eventos, e outra nos indivíduos, focada no comportamento e interação das pessoas no espaço. Para esta pesquisa, adotaremos o mapeamento centrado no lugar, uma vez que o nosso objetivo é investigar de que maneira as permanências materiais do patrimônio interferem na dinâmica social

urbana. Nesse ponto é importante destacar que essa pesquisa ocorreu em um cenário pandêmico e que o teste do mapa sensível ficou limitado a perspectiva da autora.

Tomamos como ponto de partida um recorte de um mapa dos bairros de Santo Antônio e São José impresso em tamanho de papel A4. No segundo momento circulamos atributos da paisagem urbana que se destacavam como permanências materiais. No terceiro momento anotamos os principais sentimentos que surgiam à medida que experienciávamos a vivência naquela dinâmica, além de algumas características morfológicas. À medida que se parava para observar e participar, e deliberadamente encontrar com “o Outro” outras sensações foram sendo captadas. Após a visita, era feita a síntese visual das apreensões e sentimentos percebidos na observação participante. Foram atribuídas cores às emoções e aos sentimentos, e depois, tamanhos nas manchas dessas representações. Quanto maior o sentimento e/ou sensação, maior a mancha no mapa. Além das manchas, atribuímos aos mapas croquis de campo e palavras-chaves que ressaltavam para aquele bem patrimonial, como pode ser observado na Figura 53. Ao final da produção do mapa sensível conseguimos perceber de maneira espacializada os sentimentos e sensações que estavam diretamente ligadas às permanências materiais e de que forma essas emoções podem impactar na dinâmica urbana. Considerado que todos os bens patrimoniais analisados apresentavam alto grau de permanência da sua materialidade, pudemos observar que os bens patrimoniais que possuíam próximo a eles intensa atividade de pessoas, seja por conta do comércio, seja por conta de tradições culturais/religiosas eram os locais com maiores quantidades de emoções e sensações agradáveis e por consequência eram os lugares com maior sensação de vitalidade e segurança. Ou seja, nada mais é do que o mapeamento das ambiências, daquilo que dá vida aos bairros, o que confere valor afetivo aquela materialidade.

Mapa sensível - visita 01-(24/09/2020) - pandemia

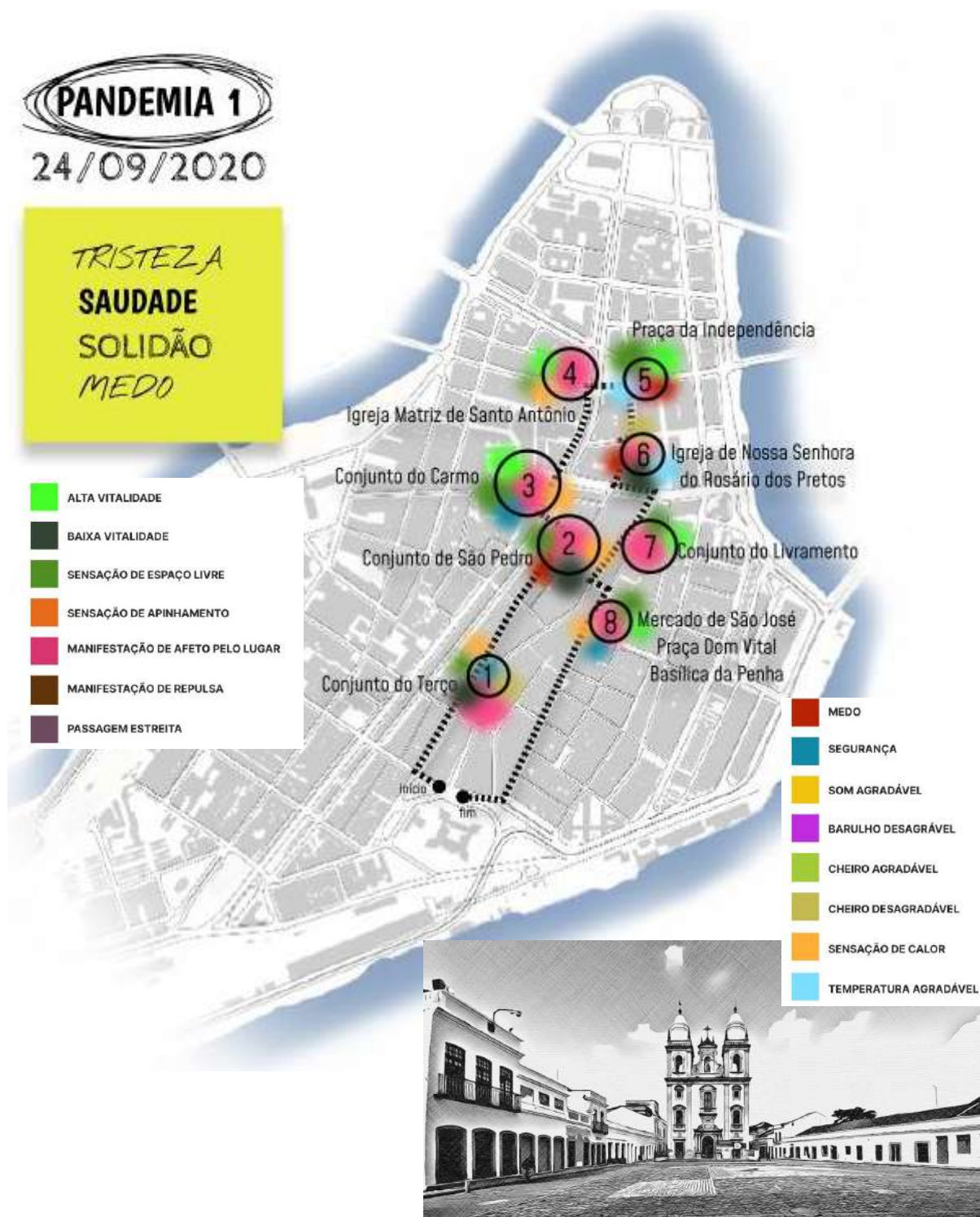


Figura 53: Mapa sensível - visita 01; Figura 54: Conjunto de São Pedro
Fonte: autora, agosto de 2023; Fonte: autora, setembro de 2020.

Diário urbano nº 01 -(24/09/2021)

Eu já tinha ido muitas vezes ao bairro de Santo Antônio e São José, mas dessa vez foi completamente diferente. Era a minha primeira visita depois de entrar no MDU, eu tinha programado na minha cabeça muitas coisas para essa visita mas ela foi o oposto do que eu tinha planejado. Estávamos em meio a pandemia do COVID-19 no Brasil, tudo era incerto, o mundo estava triste com a quantidade de mortes e ainda nem tínhamos a dimensão de quanta coisa ruim ainda íamos passar. Me arrisquei a ir mesmo assim fazer a minha primeira jornada. Estava com medo de tudo. Medo do COVID-19, medo de ser assaltada, medo de não dar conta do mestrado, e até, medo dos bairros que pareciam gigantes naquela imensidão silenciosa.



Figura 55: rua Vidal de Negreiros - Conjunto do Terço; Figura 56: Lateral da igreja de São Pedro dos Clérigos
Fonte: autora, setembro de 2020; Fonte: autora, setembro de 2020.

Ainda sem saber que rumo tomar e sem nenhuma ideia do caminho metodológico que eu iria dar na minha pesquisa, optei por fazer meus percursos mais tradicionais pelos bairros como uma maneira de me sentir mais segura. Evitei deliberadamente me arriscar em novos caminhos. A verdade é que quando cheguei e me deparei com um vazio angustiante. Minha forma de apreensão e captura das imagens estava comprometida. O vazio torna mais difícil fotografar sem ser observada pelas poucas pessoas que também se arriscaram a estar ali. Não me senti muito à vontade, não só pela insegurança, eu acho, mas pela atenção que

eu estava chamando por tentar fotografar. Eu senti a imensidão dos bairros através das ausências e do silêncio que ecoava por todas as ruas e becos de Santo Antônio e São José.



Figura 57 e 58: Conjunto do Carmo; Figura 59: Igreja Matriz de Santo Antônio
Fonte: autora, setembro de 2020; Fonte: autora, setembro de 2020.

Saí apressada do Pátio de São Pedro, atravessei a Av. Dantas Barreto e parei no Pátio do Carmo. Ali eu consegui me senti segura pela primeira vez. Tinham algumas pessoas caminhando apressadas e outras entrando na igreja. Também entrei. Aproveitei também para entrar na igreja da Ordem Terceira do Carmo, ela estava em reforma mas estava aberta, aproveitei para fazer uma oração. Reparei nos pisos das igrejas como eram belos.

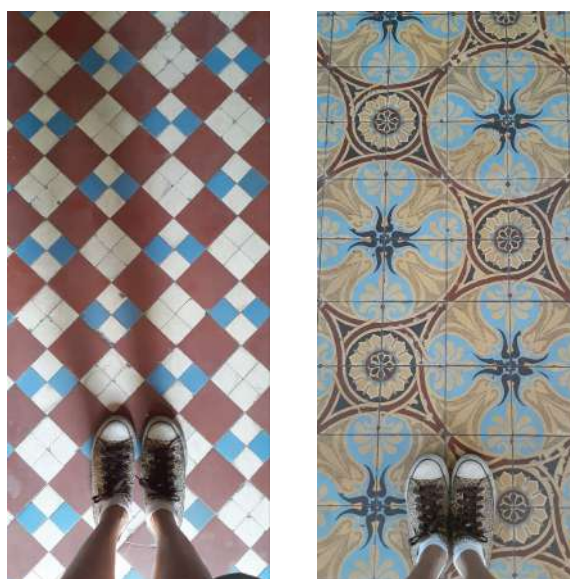


Figura 60: piso da igreja da Ordem Terceira do Carmo; Figura 61: piso da Basílica de Nossa Senhora do Carmo
Fonte: autora, setembro de 2020; Fonte: autora, setembro de 2020

Saí do Conjunto do Carmo e fui em direção a Matriz de Santo Antônio, o movimento de pessoas era menor que o habitual, mas tinha mais gente do que em outras partes. Atravessei a Av. Dantas Barreto e parei no canteiro central, estava bem quente mas aproveitei o baixo fluxo para contemplar a avenida, lembrei de quantas destruição ela causou, não me demorei ali. Passei pela Praça da Independência, tirei umas fotos apressadamente. Tinha algumas pessoas sentadas no banco da praça, mas a sensação de que eu estava sendo observada me incomodou, o pior é que eu também estava observando eles, acho que tenho que me familiarizar mais com essa sensação.



Figura 62: Av. Dantas Barreto em frente a Praça da Independência
Fonte: autora, setembro de 2020



Figura 63: Av. Dantas Barreto em frente a Praça da Independência
Fonte: autora, setembro de 2020

Saindo dali segui caminho pela rua Larga do Rosário, estava deserta e eu fiquei com medo, não arrisquei me demorar por lá e segui direto para o Pátio do Livramento. Estava com um fluxo mais intenso de usuários, consegui me senti segura novamente. Contemplei o céu pela primeira vez nesse dia, era um dia bonito. As portas da igreja estavam abertas mas

não entrei, estava ficando cansada. Me chamou atenção um cartaz sobre a retirada dos comerciantes informais do entorno da igreja para um novo centro e pensei “não basta o que fizeram no entorno do Mercado?”. Avistei a cúpula da Basílica da Penha, ou foi minha inconsciente que me levou a olhar para lá porque lembrei do comércio informal que também foi retirado de lá. Peguei a rua da Penha e segui até lá contemplando as pouquíssimas lojas abertas.

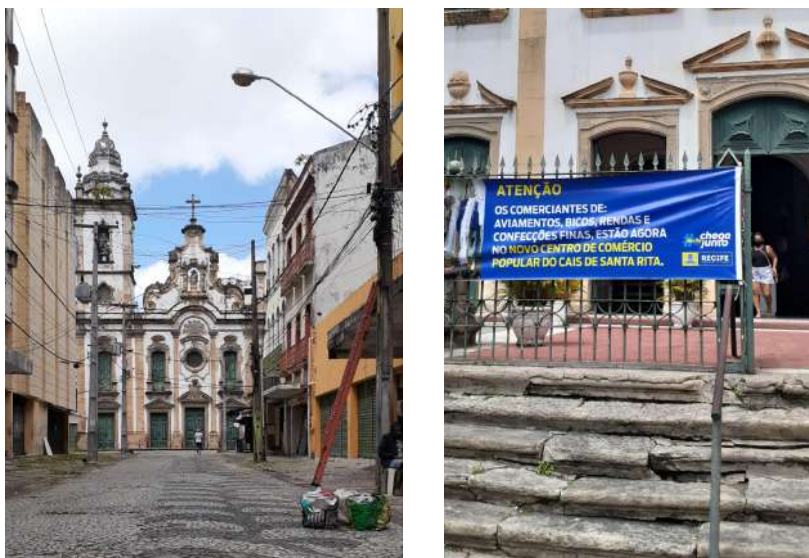


Figura 64: rua Larga do Rosário, ao fundo a Igreja do Rosário dos Pretos; Figura 65: detalhe da faixa no gradil da Igreja do Livramento

Fonte: autora, setembro de 2020; Fonte: autora, setembro de 2020;

Cheguei na Praça Dom Vital e olhei para as ruas em volta, elas estavam menos movimentadas que o de costume, mas ainda assim havia várias pessoas, isso me deu um pouco de esperança. A basílica da Penha também estava aberta. Percebi quantos fiéis ficam sentados na escadaria da Basílica enquanto os bancos da praça ficam vazios, achei curioso. Por último observei o Mercado de São José, fiquei feliz em vê-lo aberto e com tantas pessoas fazendo uso dele. Sempre me causa um pouco de nostalgia quando passo por aqui. A temperatura na praça é bem agradável por causa das árvores e a sensação de espaço livre me faz lembrar como é bom esse passeio pela “cidade”. Essa primeira jornada acabou por aqui e apesar dos medos e inseguranças da “primeira viagem” estou animada para as próximas.



Figura 66: Mercado de São José e Praça Dom Vital; Figura 67: Praça Dom Vital e Basílica da Penha

Fonte: autora, setembro de 2020; Fonte: autora, setembro de 2020;

Mapa sensível - visita 02 - (11/10/2021)

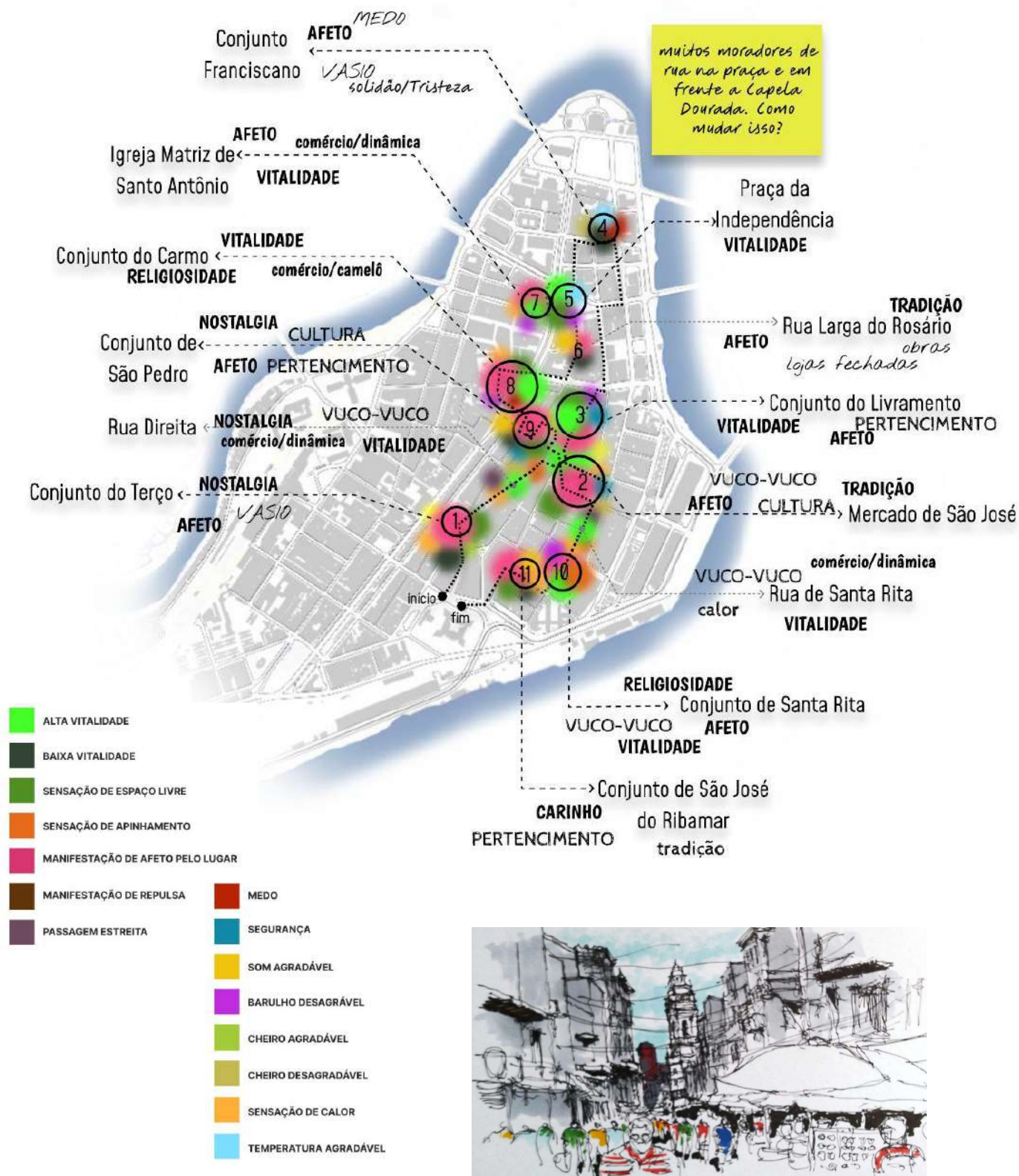


Figura 68: Mapa sensível - visita 02; Figura 69: Croqui Rua Direita
 Fonte: autora, agosto de 2023; Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido a autora, outubro de 2021.

Diário urbana nº 02 -(11/10/2021)

Após o fim do primeiro *Lockdown* em Recife, e com a minha primeira dose da vacina contra COVID-19 tomada, eu decido continuar com as visitas aos bairros de Santo Antônio e São José. Mesmo depois de tantas mortes por conta da pandemia e de tantas tristezas acumuladas, é difícil retomar as atividades. Acho que ninguém será do mesmo jeito de antes e que todo mundo, de alguma forma, ficou com algumas cicatrizes. Elas vão nos lembrar da fragilidade humana e do quanto dependemos uns dos outros para superar adversidades inesperadas. É como se cada rua, cada igreja, cada olhar cruzado carregasse consigo um pedaço desse lamento compartilhado, mas também a promessa de dias melhores. Este regresso revelou-se extraordinariamente singular. Urdiram-se as estrelas para que minha mestra e eu traçássemos juntas esta peregrinação de retorno aos bairros irmãos. Quantos corações desfrutaram de tal dádiva? Senti-me envolvida por uma melodia de honra entrelaçada às circunstâncias que emolduram esse contexto. Ela ainda desvelou que o seu amigo, e avaliador da minha banca, um ser de traços à mão e muita sabedoria, também vagava pelas veredas recifenses e iria partilhar da jornada errante conosco. Meus sentidos se exaltaram como ventos de entusiasmo em velas inquietas. Seria uma deriva de fato ímpar. Eu não queria decepcionar, então planejei um roteiro, não muito rígido, mas que encantasse e fosse capaz de demonstrar a eles os encantamentos que me fascinam nos bairros de Santo Antônio e São José.

Era um dia ensolarado, combinamos de chegar cedinho para tomar café da manhã nas barraquinhas da parte de fora do Mercado de São José, uma rotina comum, um vislumbre do cotidiano, uma ação corriqueira e cotidiana para quem trabalha nessas imediações. Queria que eles vivenciassem essa experiência. Estacionamos o carro no Forte das Cinco Pontas. Logo vi que o marido da minha orientadora e a esposa do meu avaliador também participariam da nossa jornada, fiquei ainda mais animada. Seguimos pela rua Vidal de Negreiros, e ali foi nossa primeira parada - a Casa de Badia, um hino à simplicidade arquitetônica, um baú de memórias entrelaçadas com o fio do tempo. Por trás das modéstias de suas janelas, dançava uma grandiosidade histórica, um segredo partilhado pelos que ali aportavam.



Figura 70: Casa de Badia
Fonte: autora, outubro de 2021

E assim, decidimos âncorar por um tempo. Ali parada na sombra das casas eu percebi a consequência do *Lockdown*, muitas lojas fechadas, algumas placas de aluga-se e quase nenhuma pessoa na rua. Um vazio que incomodava.



Figura 71: rua Vidal de Negreiros
Fonte: autora, outubro de 2021.

Seguimos em direção a Igreja do Terço. Muitos carros estacionados e à medida que nos aproximamos da rua Direita logo a sensação de calmaria mudou. O “vuco-vuco” estava ali diante de nós. As barracas de ambulantes disputando cada centímetro da rua, as pessoas se espremendo nas calçadas procurando uma sombra. Curioso que a igreja do Terço não deteve a atenção dos meus convidados tanto quanto a dinâmica pulsante da rua Direita. Observei esse fato contentemente. E o professor Clewton fez um lindo desenho captando a experiência desse momento. Seguimos para o Mercado de São José, estávamos famintos.



Figura 72: Croqui rua Direita;
Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido à autora, outubro de 2021

O cheiro de comida caseira nos traz memórias muito boas. Eu pedi pão francês assado na chapa com ovo mexido e café com leite. Um café da manhã clássico e tradicional mas cheio de afetividade e memória. Quando terminamos nosso desjejum fomos apreciar os

encantos do Mercado de São José. Eu não me canso de admirar sua arquitetura. Comentamos brevemente sobre o projeto de intervenção proposto para o MSJ, tenho severas críticas ao projeto, mas não era o momento de falarmos sobre isso, a caminhada estava só começando.



Figura 73: Mercado de São José
Fonte: autora, outubro de 2021.

Tomamos caminho pela rua da Penha em direção ao Conjunto do Livramento, onde fizemos nossa terceira parada. O dia estava muito quente, procuramos nos abrigar à sombra das edificações. A igreja estava com suas portas fechadas e enquanto os amigos faziam seus registros eu observava a dinâmica daquele lugar. A maioria das pessoas circulam pelas bordas e não pelo centro do pátio. Acredito que seja por causa do sol. No térreo, é contagiante a irreverência, a criatividade e a alegria dos vendedores das lojas, uma dupla de “super-heróis” roubam a cena e várias pessoas tiram fotos com eles.



Figura 74 e Figura 75: Conjunto do Livramento
Fonte: autora, outubro de 2021.

Percebo que não existem muitos ambulantes aqui como em outros locais do bairro. Tem na rua da Penha e na rua Direita, mas no pátio do Livramento, no máximo um vendedor de água. Será algum tipo de acordo com os lojistas? Será uma intervenção da prefeitura? Ou é só por conta do clima? Vou atrás dessa resposta depois. Nos pavimentos superiores eu percebo que as fachadas do Conjunto do Livramento são muito bonitas e bem preservadas, isso me arranca um sorrisinho de felicidade e muitas fotos. O colorido das fachadas, dos produtos expostos nas vitrines e das pessoas passando dão um tom alegre e leve para esse pátio. É um lugar bom para parar apesar do sol. À sombra de um coqueiro esperamos nosso amigo fazer mais um lindo desenho, que sensivelmente, capta muito daquele lugar.



Figura 73: Croqui Conjunto do Livramento
Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido à autora, outubro de 2021

Hora de puxar âncora e continuar nossa errância, fomos direto para o Conjunto Franciscano. A igreja estava fechada e na sua frente tinham muitos moradores de rua. Um misto de tristeza e solidão me invadiu. A temperatura era bem agradável, a calçada era larga, não tinham muitos carros passando, mas também não tinha pedestres. Uma dinâmica completamente diferente do vuco-vuco. Não era uma sensação muito agradável estar ali, pelo menos pra mim. Seguimos nossa errância para a Praça da Independência.



Figura 77: Conjunto Franciscano
Fonte: autora, outubro de 2021.

Apesar do sol a praça é bem arborizada e a temperatura estava agradável. Reparei o quanto a praça estava movimentada, principalmente nas proximidades da Av. Dantas Barreto. Havia também muitas pessoas sentadas nos bancos da praça sob a sombra das árvores e enquanto eu registrava algumas pessoas me olhavam também, e pela primeira vez percebi que ao mesmo tempo eu observo a dinâmica acontecendo eu também estou fazendo parte dela. Me agrada essa ideia.



Figura 78: Praça da Independência
Fonte: autora, outubro de 2021

Caminhamos pela praça e seguimos em direção a rua Larga do Rosário, que estava em obras. A quantidade de imóveis fechados me impressionou. No começo da rua alguns ambulantes sapatos. Do mesmo lado da rua um punhado de homens jogam dominó. Uma prática comum nessa rua. Do outro lado, um vendedor de discos e alguns homens sentados à soleira da porta de uma loja fechada nos observam. Meus olhos se demoraram sobre o antigo Hotel Nassau, que jazia abandonado, como uma testemunha silenciosa do tempo. Esta rua, outrora repleta de restaurantes vibrantes, parecia ter sido tocada pela Pandemia, e seus contornos haviam se alterado sutilmente.

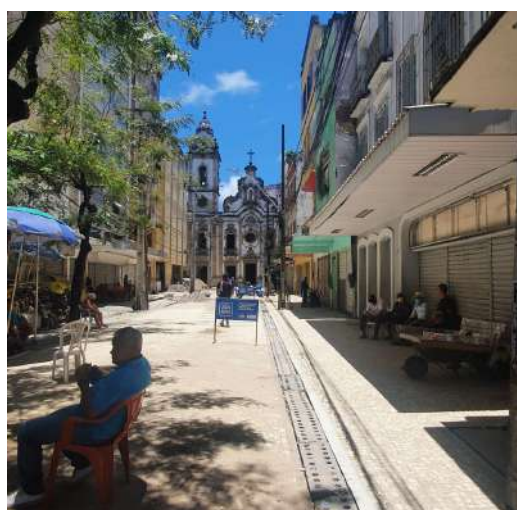


Figura 79 e Figura 80: rua Larga do Rosário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário
Fonte: autora, outubro de 2021

Nossa jornada nos levou à sétima parada, a imponente Igreja Matriz de Santo Antônio. A Av. Dantas Barreto fervilhava com o incessante fluxo de carros e transeuntes, mas nas escadarias da igreja, uma inusitada quietude pairava. Normalmente um refúgio para viajantes exaustos, agora estava vazia, talvez devido ao sol inclemente que dominava o firmamento. Meu estômago faminto deu seus sinais, o que me fez lembrar que meus convidados também deviam estar com fome. Não demoramos ali, seguimos adiante, rumo ao Conjunto do Carmo.



Figura 81: Croqui Igreja Matriz de Santo Antônio
Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido à autora, outubro de 2021

Seguimos em direção ao Conjunto do Carmo. Se apresenta, de cara, um amplo espaço aberto e quente. Dava para sentir nas pernas o calor do asfalto quente da Dantas Barreto. Vendedores de ouro, água de coco e artefatos para celulares se alinhavam à direita da Basílica, enquanto à esquerda, o camelódromo exibia sua complexa vitalidade social urbana. Pelo centro do Pátio do Carmo, as pessoas passavam com pressa, e o local não parecia convidativo para uma pausa, sobretudo sob o ardente sol do meio-dia.



Figura 82: Croqui vista da Av. Nossa Senhora do Carmo para o pátio do Livramento e Pátio do Carmo
Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido à autora, outubro de 2021

De costa para o conjunto avistamos as torres da majestosa igreja de São Pedro dos Clérigos. Lá decidimos ancorar e almoçar no Restaurante Buraquinho. Um lugar modesto em sua essência, com mesas de madeira e toalhas de pano, mas com uma culinária tradicional deliciosa. Após o almoço contemplamos a beleza do Pátio. Um conjunto que tem uma linda arquitetura com fachadas muito bem preservadas. A igreja se coloca imponente no centro do pátio. Estava de portas fechadas. Apesar de estar no centro do vuco-vuco não é um pátio com intensa vitalidade como o do Livramento, fiquei me perguntando o porquê e qual seriam as possibilidades para mudar essa dinâmica. Antes de ir embora fiz uma foto com a minha orientadora aos pés da igreja de São Pedro e mais uma vez me senti grata pela experiência que compartilhamos juntas.



Figura 83 e Figura 84: pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos
Fonte: autora, outubro de 2021

Seguimos o caminho de volta ao carro, estávamos felizes e exaustos. Mas antes ainda tínhamos duas paradas finais. Voltamos pela rua de São Pedro, passamos pela rua Direita e seguimos pela Travessa do Mercado, ruas com intensa vitalidade, que demonstram a energia frenética e pulsante desses bairros. Passamos novamente pela praça Dom Vital e seguimos pela rua de Santa Rita onde fizemos nossa penúltima parada, a Igreja de Santa Rita. A rua estava apinhada de gente, comércio lojista e ambulante despertava a atenção de todos. Uma sinfonia caótica de sons, um caleidoscópio de cheiros e um desfile de cores preenchiam os sentidos. É realmente potente a experiência na rua de Santa Rita. Na quietude da igreja de Santa Rita, porém, a fachada banhada pelo sol parecia serenar o coração da agitação circundante. No meio da correria, muitos passavam alheios à sua presença, mas eu me detive, em reverência à sua história silenciosa.



Figura 85 e Figura 86: rua e igreja de Santa Rita; Figura 87: Pátio e igreja de São José do Ribamar
 Fonte: autora, outubro de 2021

Por fim, nossa jornada nos levou à última deriva, o Conjunto de São José do Ribamar. Seu pátio, fiel a seu costume, recebia uma coleção de carros estacionados, enquanto as barraquinhas de frutas se desdobravam em cores vivas e perfumes doces. Era um lugar de movimento constante, porém, diferente das ruas anteriores, as pessoas aqui pareciam caminhar com passos mais lentos, como se a dinâmica da vida se entregasse a um ritmo mais simples e tranquilo, assim como a própria igreja, que se erguia serenamente como um guardião discreto nas portas do tumulto de São José.

À medida que percorremos esses caminhos familiares, minha jornada se tornava uma metáfora viva: a busca por um sentido, a busca por uma cura depois de tudo que vivemos em consequência da Pandemia do COVID-19. Olho para o tanto de comércio que fechou com tristeza, sim, mas também com um coração resiliente que anseia por um novo amanhã. Segurei as lágrimas, talvez por vergonha das pessoas que estavam comigo, mas enquanto seguimos para o carro eu pude sentir que as dores do vivemos vai nos fazer mais humanos e resilientes no futuro, eu sei que não todo o mundo, mas pelo menos aquelas pessoas que estavam desfrutando daquela caminhada errante comigo, eu acredito que sim. Eles nem sabem o quanto agradeço imensamente a cada um deles a companhia nesse retorno às minhas errâncias.

Mapa sensível - visita 03-(05/05/2021)

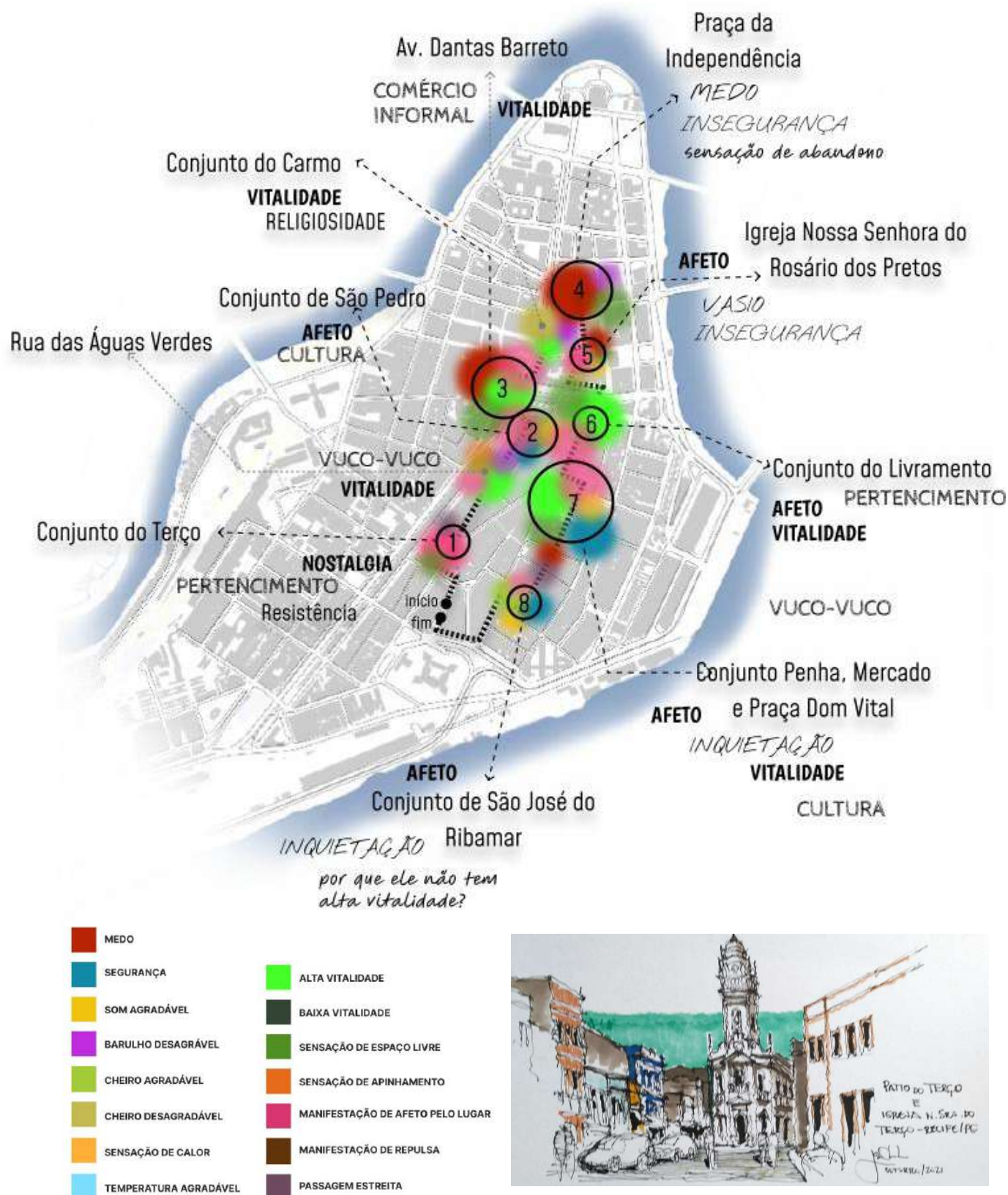


Figura 88: Mapa sensível - visita 03; Figura 89: Croqui Conjunto do Terço.
 Fonte: autora, agosto de 2023; Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido a autora, outubro de 2021.

Diário urbano nº 03 -(05/05/2023)

Quarta caminhada fotográfica, era uma sexta-feira, fui no meu intervalo de almoço do trabalho, não tinha muito tempo, optei por devagar pelos lugares mais familiares. Estacionei próximo ao pátio do Terço, gosto de começar minhas errâncias por aí, é como se pedisse a benção aos meus guias para uma boa caminhada. Está muito calor, eu decido seguir pela rua das Águas Verdes, a sombra dos toldos das barracas dos ambulantes deixa o caminho menos calorento. No cruzamento com a rua Tobias Barreto eu paro e fico contemplando a dinâmica social desse lugar. É o espaço concreto, dos gestos, dos percursos, do corpo. Olho ao redor e vejo ao longe a cúpula da Basílica da Penha e como eu acho linda ela contrastando com o colorido dos guarda-sóis, ou será que a ambiência desse lugar que me deixa animada? Pensando bem, acho que sim! Fico por um algum tempo ancorada nesse cruzamento até que percebo as “torres gêmeas” destoando daquele contexto, isso me incomoda, me entristece, lembro da morte do Menino Miguel e decido seguir caminhando.



Figura 90: Torre da Igreja Nossa Senhora do Terço. Figura 91: Espaço social urbano - cruzamento das rua das Águas Verde com rua Tobias Barreto
Fonte: Autora (2023)

Vou em direção ao Pátio de São Pedro, chegando lá sempre fico meio perdida pensando no que registrar. A sensação meio barroca de sair de uma rua estreita e cair em um pátio amplo, iluminado e com uma igreja tão imponente acho que me intimida. O pátio está menos movimentado que o de costume. A luz que incide na igreja me chama atenção, decido então por fotografá-la. Percebo outras pessoas contemplando o monumento, outra só passando e ainda umas que fazem o sinal da cruz quando passam. É uma sensação atmosfera diferente, menos caótica, transmite mais paz. O cheiro das comidas dos restaurantes abertos

é gostoso, me lembro que não almocei. Mas não vai dar tempo, então decidi seguir a caminhada para a Basílica Nossa Senhora do Carmo.



Figura 92: mesa dos restaurantes do Pátio de São Pedro. Figura 93: Fachada da Igreja de São Pedro

Fonte: Autora (2023)

Atravessei a Av. Dantas Barreto, é impressionante a complexidade da dinâmica desse lugar, o tempo ali é diferente, parece que ele passa mais ligeiro, ou talvez a velocidade dos carros tenha dado essa impressão, ou o barulho dos ambulantes, não sei dizer, a atmosfera é diferente. Bem no meio da praça do Carmo estava acontecendo uma espécie de feirinha de plantas, mas o calor estava fazendo as plantas murcharem, não me deti muito tempo ali. Entrei na basílica do Carmo, tinha muita gente rezando, fiquei impressionada, tocada, parecia que entrava em outra ambiência. Tinha uma senhora que parecia apressada mas mesmo assim ela entrou na igreja e fez sua oração, não resisti e tirei uma foto, me lembrei da charge de Ulpiano Bezerra de Menezes sobre a senhora “atrapalhando” os turistas numa igreja de Paris. A religiosidade aqui nesses bairros é algo pulsante. Sai da basílica com uma sensação boa, recomfortada. Fiquei no portal de entrada contemplando as pessoas que passavam, não é um lugar onde as pessoas param naturalmente, é muito quente, mas nas bordas da praça, onde tem os ambulantes, tem muita gente. Mais uma vez sou trazida de volta dos meus devaneios pela imagem das “torres” brancas ao fundo. De todo lugar se avista elas. Quase do mesmo gabarito das torres da Igreja de São Pedro, agredindo a ambiência e desrespeitando a preexistência. Decido ir embora.



Figura 94: Conjunto da Basílica Nossa Senhora do Carmo. Figura 95: interior da Basílica Nossa Senhora do Carmo. Figura 96: Vista do interior da basílica para a praça ao fundo a Igreja de São Pedro e as torres “gêmeas”
Fonte: Autora, 2023.

Sigo à minha deriva até a Praça do Diário. Um sentimento de medo e angústia tomam conta de mim, eu paraliso. Por que não me senti à vontade para fotografar a praça? Talvez a quantidade de moradores de rua tenha me intimidado. Alguns estavam se drogando, outros dormindo e uns tantos só olhando a vida passar. Tive medo de ser assaltada. Não fiz muitos registros. Aproveitei que estava ali e caminhei na direção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, tenho um afeto sem explicação por ela. Mas a rua estava pouco movimentada e eu continuei insegura. O vazio expõe a gente e fotografar sem ser observada é mais difícil. Me senti desconfortável, não só pelo medo de ser assaltada, mas também pelos olhos atentos e julgadores dos poucos vendedores que estavam por ali. Um parou e me perguntou: “é pra que essas fotos hein? a senhora é da prefeitura?” Eu respondi timidamente que era só uma foto porque o lugar era bonito. Fiz meia dúzia de fotos apressadas e fui embora. Meu tempo estava acabando, tinha que voltar ao trabalho.



Figura 97: Praça do Diário; Figura 98: Vendedor de discos Rua do Fogo; Figura 99: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Fonte: Autora (2023)

Segui meu caminho de volta ao carro tomando a rua do Fogo como rota até chegar no pátio da Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos. Eu já estava cansada, mas a dinâmica desse lugar me convida a ancorar. As cores da fachada do casario se misturam com o colorido das lojas de roupa, a igreja se coloca imponente como um ponto de fuga na perspectiva, as pessoas passam e se benzem. Tem gente que passa e tem gente que fica. A temperatura é agradável, percebo pela primeira vez, até agora, a vegetação do lugar.



Figura 100: pátio da Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos; Figura 01: Sr. que descansava no banco do pátio. Fonte: Autora (2023)

Caminhei pela rua da Penha em direção ao “conjunto” que envolve o Mercado de São José. Cheguei de frente para a Praça Dom Vital. Minhas emoções ficam bem confusas. Me vem à memória os antigos ambulantes, vendedores de frutas e ervas, sinto saudade do cheiro. Fico parada, me sinto nostálgica. Olho para a praça e me distraio com as pessoas sentadas. Eu me sentei poucas vezes nessa praça. Seria por conta dos antigos ambulantes que ocupavam toda a praça? O tempo aqui parece o oposto do tempo na Dantas Barreto. Aqui é mais devagar, as pessoas param, a temperatura é amena. Olho para a Basílica da Penha, muitas pessoas parecem olhar também. Me viro para olhar o Mercado de São José. Olho para o lado esquerdo, em direção ao Cais de Santa Rita, essa rua já teve uma dinâmica social muito mais efervescente, complexa, caótica até, me sinto nostálgica de novo e meio triste pelo vazio de pessoas. Olho pra cima e lá estão elas novamente, impiedosas e desrespeitosas, as duas “torres gêmeas”. Acho que é minha deixa para ir embora.



Figura 102: Praça Dom Vital com Basílica da Penha; Figura 103: Lateral do Mercado de São José; Figura 104: Fachada principal do Mercado de São José com “torres gêmeas” ao fundo. Fonte: Autora (2023)

Fui chegando ao fim da minha viagem, peguei o caminho da rua de São José do Ribamar. Mais uma rua estreita que nos leva a um lindo pátio. Não tinha mais tempo, já estava atrasada para voltar para o trabalho, queria ter feito mais fotos. Na próxima eu faço. Cheguei no pátio da igreja, sempre tem vendedor de frutas aqui, eu gosto do cheiro. Presto atenção na igreja, a ambiência aqui é diferente, é mais introspectiva. Vejo que tem umas almofadas para vender nos degraus da escadaria da igreja, eu amo a “não lógica” do comércio daqui. Ainda nas almofadas percebo três palavras: família, sonho e gratidão. Voltei pra casa pensando se era uma mensagem do universo ou era só eu que me deixei afetar e ficar sensível com toda aquela experiência errante. Fui embora sem saber a resposta.



Figura 105: Pátio e igreja de São José do Ribamar; Figura 106: Porta da igreja de São José do Ribamar - detalhe das almofadas. Fonte: Autora (2023)

Mapa sensível - visita 04-(17/06/2023)

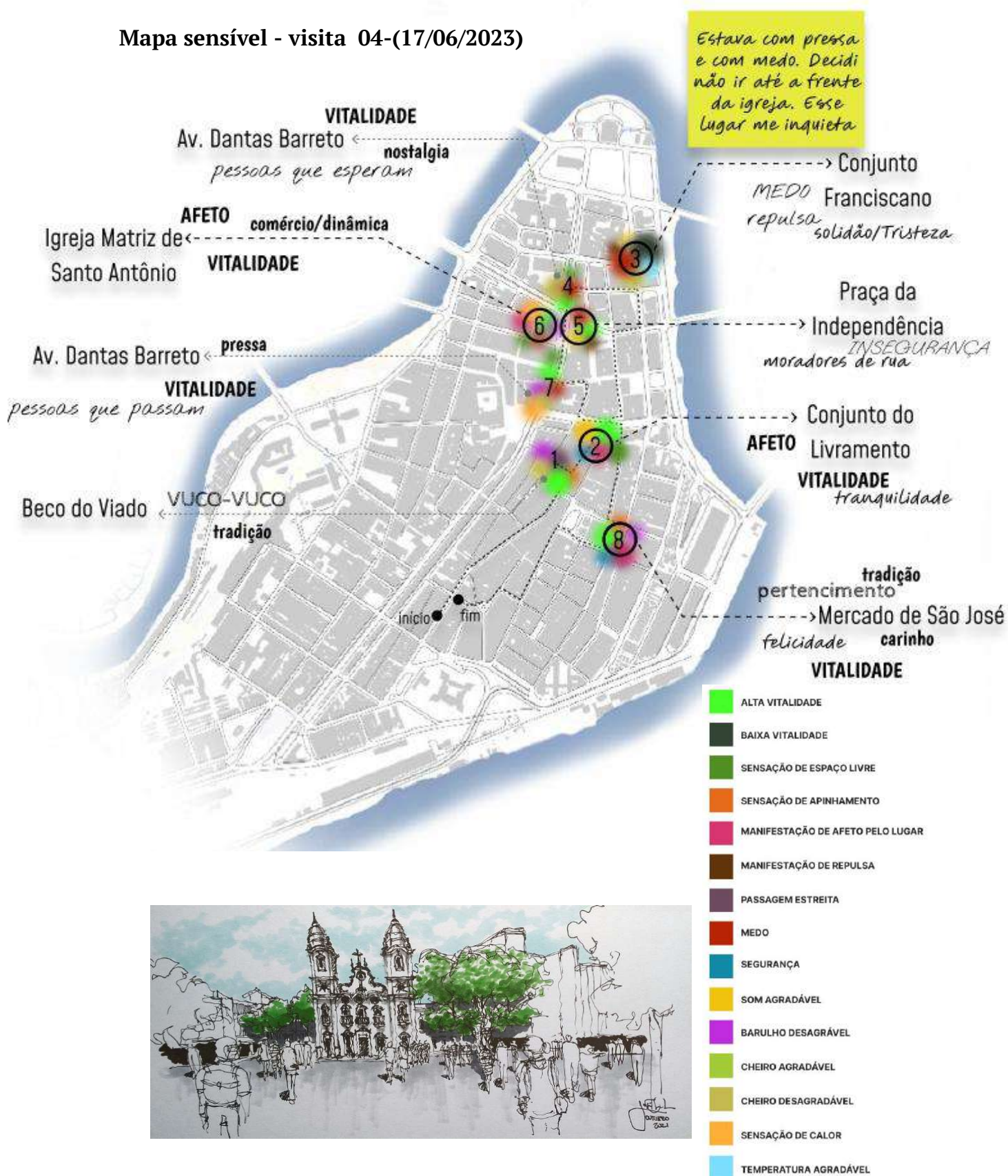


Figura 107: Mapa sensível - visita 04; Figura 108: Croqui Igreja Matriz de Santo Antônio vista da Praça da Independência
Fonte: autora, agosto de 2023; Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido a autora, outubro de 2021.

Diário fotográfico nº 04 -(16/06/2023)

Mais uma vez decido aproveitar o meu intervalo de almoço e me perder pelas ruas enredadas de Santo Antônio e São José. Minha primeira parada foi o pitoresco "Beco do Viado". Seu nome original é Rua São Pedro e liga a rua Direita ao Pátio de São Pedro. Até onde eu sei, o seu curioso nome se dá por conta de uma pequena estatueta situada na parte superior da fachada do sobrado de esquina com a rua Direita. O beco estava repleto de pessoas. Era um verdadeiro vuco-vuco, com cabeleireiros habilidosos, vendedores de alicante e um sentimento de apinhamento que emanava das paredes estreitas. Era como se as paredes testemunhassem todas as histórias, risos e conversas daquele lugar.



Figura 109 e Figura 110: Beco do Veado
Fonte: autora, junho de 2023.

Saindo da rua São Pedro segui para o Conjunto da Igreja e Pátio do Livramento, na minha segunda parada, uma explosão de cores e vitalidade me saudou. Era uma vivência da diversidade, com ambulantes espalhando suas mercadorias com alegria. Os tons vibrantes das fachadas comerciais dançavam com o calor do dia, enquanto os vendedores espalhavam sorrisos e simpatia. O pátio do Livramento é sempre um lugar bem movimentado, mas seu amplo espaço aberto nos dá uma sensação de espaço livre e ventilado. Paro um pouco para observar as pessoas e a como elas se relacionam com aquele lugar.



Figura 111: Pátio do Livramento
Fonte: autora, junho de 2023.

A igreja estava fechada hoje, não tinha ninguém nas escadarias, mas vez ou outra passava alguém fazendo o sinal da cruz. Percebi que as pessoas andam calmamente por esse lugar, muitas tomam acento nos bancos ali postos. É um lugar de parada, contudo eu tenho que continuar seguindo.

Na terceira parada, o "Conjunto Franciscano na Rua Imperador Pedro II", as sensações mudam diametralmente. O ambiente estava equisito, um vazio pairava no ar. A presença marcante de moradores de rua dava uma sensação de abandono. Um misto de medo e compaixão me envolveu, e decidi seguir em frente, levando comigo a sensação de questionamento sobre a cidade e seu cuidado com essas áreas. Na Avenida Dantas Barreto, encontrei meu refúgio no quarto ponto. Um dia escaldante pedi por uma pausa e o Sr. Edson, com sua barraca de coco, me recebeu de forma amigável. Enquanto saboreava a água refrescante, meus olhos vagaram por um sebo de livros e discos. A energia de um senhor absorto em um celular despertou minha imaginação, e me peguei pensando sobre as histórias que ele já havia colecionado. Pessoas paravam para admirar os livros antigos, e senti uma ligação com essa busca pela essência do passado, eu mesma olhei alguns livros.



Figura 112: Rua do Imperador Pedro II em frente a Capela Dourada; Figura 113: vendedor de água de coco; Figura 114: vendedor de livros - Av. Dantas Barreto. Fonte: autora, junho de 2023.

Minha quinta parada na Praça da Independência trouxe um misto de vitalidade e melancolia. O clima ameno das árvores contrastava com a presença constante de moradores de rua. O cenário era um espelho do dilema humano, onde a beleza e a tristeza dançavam em harmonia, em uma dança de sombras e luz. Era interessante ver as pessoas utilizando a praça como local de descanso após o almoço, mas ao mesmo tempo eu não queria ficar parada ali por medo de ser assaltada, como me alertou o Sr. Edson. Então segui para Igreja Matriz de Santo Antônio, minha sexta parada. Não foi uma parada longa, meu tempo de almoço estava acabando e eu ainda queria consertar meu relógio. Ao chegar em frente a igreja fui contemplada com um vislumbre da reverência e cotidiano. Pessoas sentadas nas

escadas, uma barraca de flores na esquina e a igreja aberta como um convite à introspecção. No meio à pressão da vida moderna, esses momentos de observação me fizeram perceber a necessidade de ressensibilizar o nosso olhar para os detalhes da vida cotidiana.



Figura 115: Praça da Independência; Figura 116: Igreja Matriz de Santo Antônio
Fonte: autora, junho de 2023.

Na av. Dantas Barreto, a sétima parada, as barracas ambulantes de relógios trouxeram uma sensação de nostalgia e funcionalidade. Um senhor atencioso consertou meu relógio enquanto compartilhava comigo o quanto o suco de laranja do outro lado da rua era delicioso. Atrasada, deixei essa pequena aventura para outra ocasião.



Figura 117: Av. Dantas Barreto - detalhe relógio e Igreja Matriz de Santo Antônio ao fundo.
Fonte: autora, junho de 2023.

Minha última parada foi no majestoso Mercado de São José e na Basílica da Penha. Ao entrar na Basílica, fui envolvido por uma atmosfera imponente e reconfortante. As preces ressoavam nas paredes, e minha atenção foi atraída pelo teto perfeitamente adornado. Orgulho e emoção preenchiam meu coração pela riqueza cultural e patrimonial da cidade. Hoje, em meio a essas paradas, fui além da técnica e abracei a poesia das ruas dos Bairros de Santo Antônio e São José. As histórias e os sentimentos que conheceram enriqueceram meu entendimento da cidade e de seus habitantes, como notas de uma sinfonia urbana que nunca deixa de tocar.



Figura 118: interior da Basílica da Penha;
Fonte: autora, junho de 2023.

Mapa sensível - visita 05-(03/07/2023)

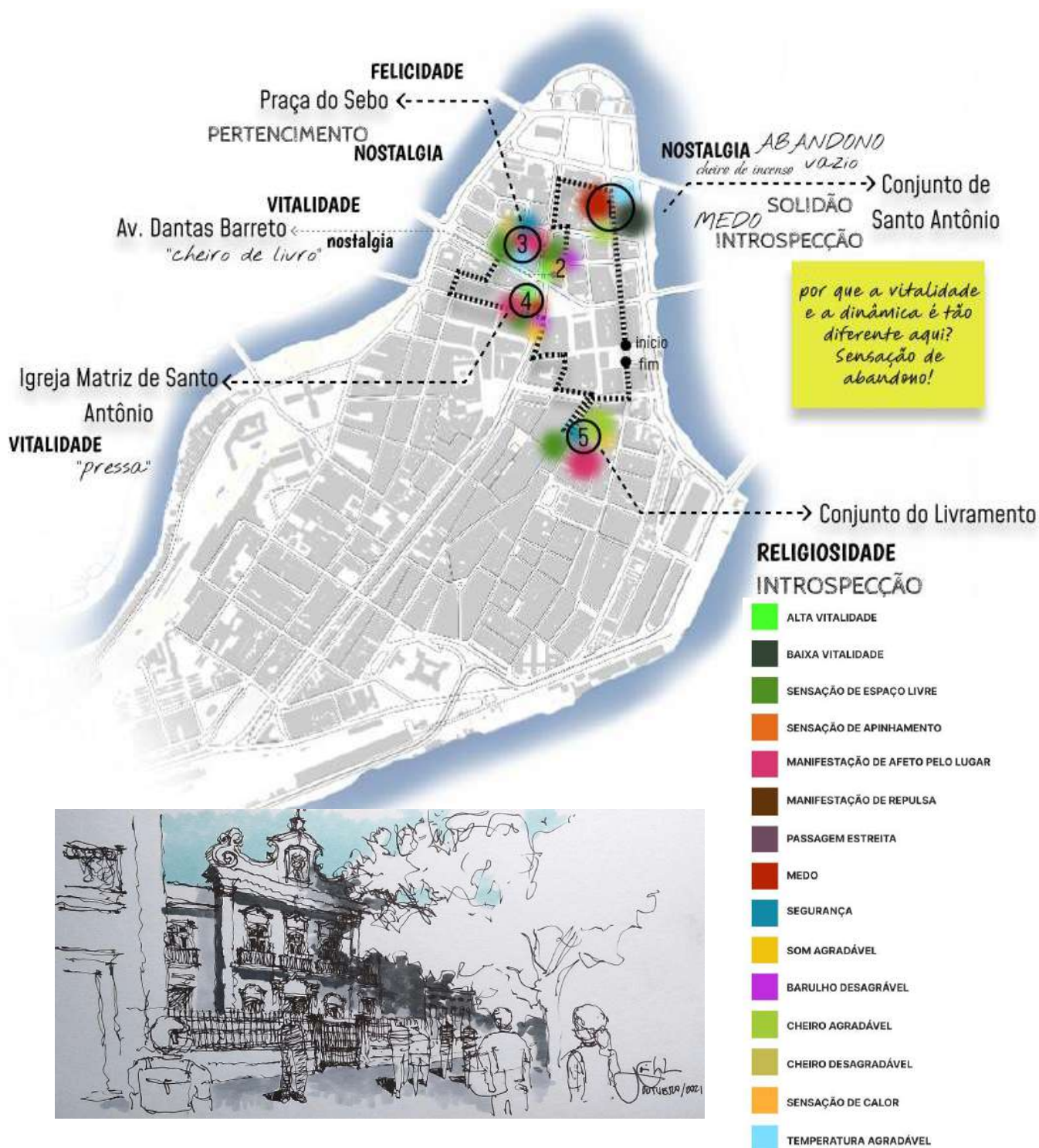


Figura 119: Mapa sensível - visita 05 Figura 120: Croqui Capela Dourada

Fonte: autora, agosto de 2023; Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido a autora, outubro de 2021.

Diário fotográfico nº 05 -(03/07/2023) - mapa com yara

Depois de alguns dias de chuva fez um sol radiante em Recife, decidi então que faria mais uma visita no meu horário de almoço. Convidei três colegas de trabalho para seguirem comigo nas minhas errâncias pelos bairros de Santo Antônio e São José. Estava decida a me perder, e como os colegas não eram recifenses, dois dos colegas são de Caruaru e um é de Garanhuns, deixei que eles escolhessem por onde nossos corações ancorariam em mais essa caminhada errante, ansiosa por desvendar novas percepções e mostrar para eles as emoções que esse lugares suscitam. Estacionamos na rua Imperador Pedro II, começamos por este ponto. É uma rua bastante arborizada, mas de alguma forma não me sinto segura. Existem muitos moradores de rua, os carros passam rápido, a arquitetura moderna contrasta com a Capela Dourada, ancoramos nela. Percebo que a igreja está aberta, fico envolvida por um aroma doce e sereno, remissente de incensos e velas. Paredes de pedra, gastas pelo tempo, me sussurravam histórias de tempos remotos. Detalhes em várias camadas transbordavam da materialidade e me tocavam. Não sei se pelo fato de não estar sozinha, essa foi a vez que me senti com menos medo de caminhar por ali e pude apreciar com mais calma a beleza daquele lugar.



Figura 121: Capela dourada; Figura 122: banca de revista na rua Frei Vicente Salvador
Fonte: autora, julho de 2023; Fonte: autora, julho de 2023;

O ritmo da dinâmica urbana dessa área me incomoda, sinto falta do vucovuco e da agitação da outra parte do bairro. Me pergunto o porquê dessa área ser menos movimentada e o que poderia ser feito em termos de gestão para trazer uma dinâmica mais intensa para esse lugar. Não consigo fazer muitas fotos, ainda sinto um pouco de medo, os colegas me chamam e então seguimos caminho pela estreita rua Frei Vicente Salvador quando me

depara com uma banquinha de revistas, muito difícil encontrar dessas pela cidade ainda, apesar dos olhar julgador do dono eu consigo fazer uma foto e saio feliz de lá .

Saindo da igreja, mergulhamos no calor urbano da Av. Dantas Barreto, onde os edifícios modernos me emocionam, gosto deles. As texturas da cidade se misturavam: o concreto quente do sol de meio dia, os panos de vidros modernos refletiam a vida daquele lugar, o barulho do trânsito em conjunto com o canto dos pombos que teimavam em ser ouvidos. Cada passo me levava a um universo diverso, em que o antigo e o moderno coexistem, pintando um retrato vivo da evolução urbana desse bairro. Em um instante, meu olfato foi presenteado com a tentadora fragrância de uma barraca de frutas, onde maçãs, mangas, uvas e limões repousavam como jóias suculentas. As cores vibrantes dos produtos contrastavam com o cinza da metrópole, e o sabor da natureza fresca inundava meus sentidos. Como fico fascinada com a diversidade desse lugar. As paradas de ônibus são um fascínio à parte. Sempre com barraquinhas de comidas, pessoas de todas as idades, algumas passando, outras esperando, outras só ficam. Eu contemplo anestesiada quando escuto: “bora no sebo?”



Figura 123: Detalhe barraca de frutas na Av. Dantas Barreto; Figura 124: Av. Dantas Barreto -pessoas na de ônibus
Fonte: autora, julho de 2023; Fonte: autora, julho de 2023;

O Pátio do Sebo é um refúgio, parece um lugar apartado da dinâmica frenética dos bairros, ele nos acolheu com cheiro nostálgico de livros antigos e pessoas que ficam ou passam com calma por esse lugar. Cada página amarelada ou disco antigo de vinil era como um convite a desacelerar da correria cotidiana e contemplar o conhecimento e a sabedoria popular que resistem ao tempo. Fico sempre deslumbrada quando vou nesse lugar mas decidimos que tínhamos que levantar âncora e seguir a caminhada.

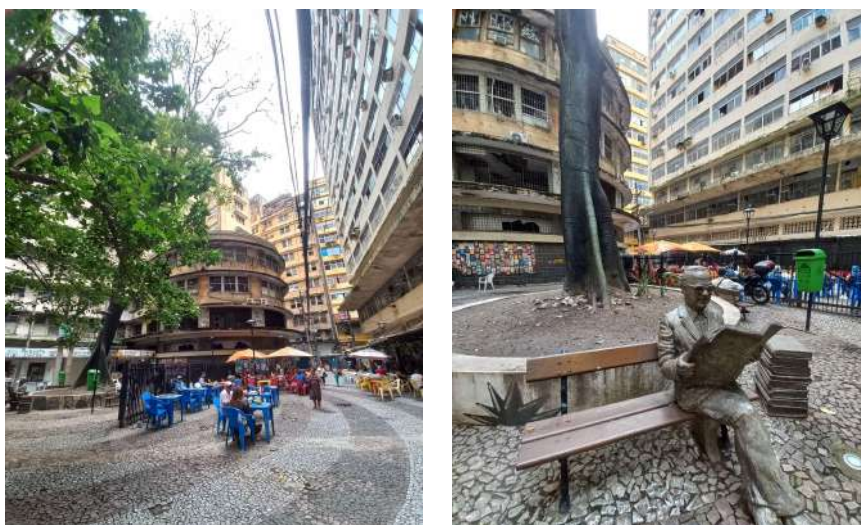


Figura 125 e Figura 126: Praça do Sebo
 Fonte: autora, julho de 2023; Fonte: autora, julho de 2023;

Saímos do pátio do sebo e fomos até a Igreja do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio que erguia-se majestosa diante da gente, e rapidamente a sensação muda, mais uma vez a materialidade extrapola suas paredes e sua fachada imponente dá o “tom” do lugar. Ali é um lugar complexo, a dinâmica é intensa, tem uma parada de ônibus na frente da igreja, tem sempre muita gente ali. Percebo que tem muitas pessoas sentadas na escadaria da igreja, sempre tem. Olho para o lado e está o Edifício do BANCEPE (atual Edifício Guararapes) Projeto de Acácio Gil Borsoi, Vital Pessoa de Mello e Joaquim Cardozo, me encanto pelos vitrais coloridos e me dou conta da complexidade de cores e texturas que tem aqui. Decidimos continuar a caminhada, nosso horário está acabando e ainda não almoçamos.



Figura 127: Edif Guararapes; Figura 128: pessoas sentadas na escadaria de Matriz de Santo Antônio; Figura 129: Vendedores ambulantes - Av. Dantas Barreto.
 Fonte: autora, julho de 2023; Fonte: autora, julho de 2023;

Atravessamos a Av. Dantas Barreto e fomos para o Pátio do Livramento. Tinha um estande no meio do pátio com um carro e parecia ser alguma liquidação. As pessoas passavam e olhavam curiosas, assim como eu. O tempo estava fechando e a gente ainda não tinha almoçado, com o estômago faminto, paramos para almoçar, em uma pausa para nutrir meu corpo e minha mente. Sabores locais se misturavam em um banquete de cultura, onde cada prato contava a história de uma tradição ancestral. Enquanto saciava minha fome, senti que a cidade se entranhava em mim, tornando-me parte de sua essência, ao mesmo tempo estava feliz porque os colegas não paravam de comentar como tinhas achado tudo lindo e que “de longe” nem imaginavam que os bairros eram daquele jeito. E eu pensei: “pelo menos mais três eu consegui mostrar como a vida nesses bairros tem tanto para contar e para viver”. Finalmente, com as energias renovadas, voltei ao trabalho, caminhando com os passos leves e o coração pleno de emoções. Cada detalhe, cada aroma, cada textura, e cada sabor dessa jornada pelos bairros de Santo Antônio e São José haviam deixado mais uma marca indelével em minha alma de pesquisadora e caminhante incansável.



Figura 130: Pátio do Livramento; Figura 131: rua da Penha
Fonte: autora, julho de 2023; Fonte: autora, julho de 2023;

Mapa sensível - visita 06-(17/07/2023)

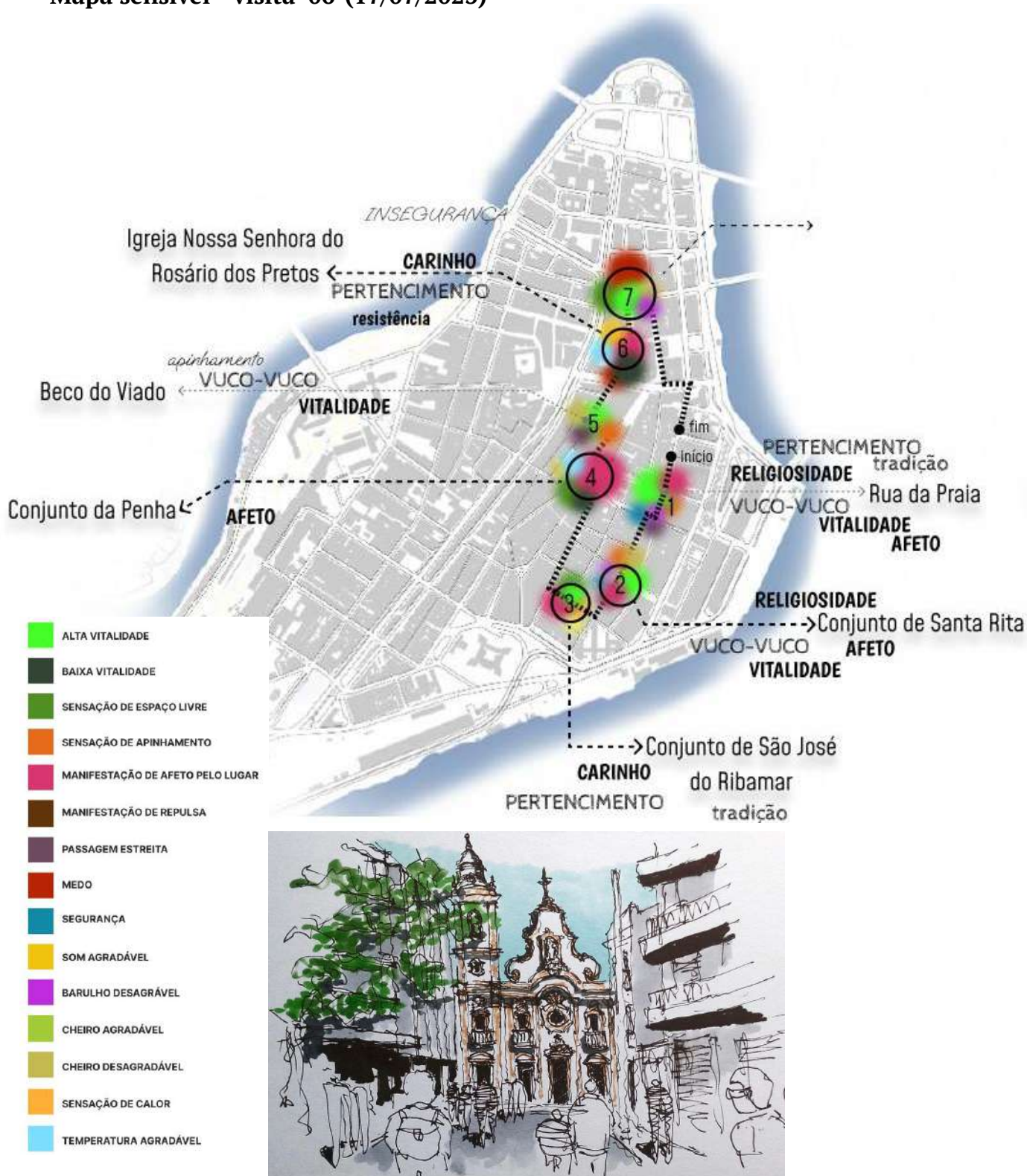


Figura 132: Mapa sensível - visita 06; Figura 133: Croqui Igreja do Rosário dos Pretos
 Fonte: autora, agosto de 2023; Fonte: José Clewton do Nascimento, cedido a autora, outubro de 2021.

Diário fotográfico nº 06-(17/07/2023)

Sexta visita, uma segunda-feira ensolarada. Eu estava animada. Chamei mais uma vez meus colegas de trabalho para me acompanharem em mais uma jornada. Dessa vez levei um amigo recifense, que não tinha o hábito de caminhar pelos bairros de Santo Antônio e São José. Prometi a ele que a aventura iria valer a pena, então saímos no nosso horário de almoço. Consegui estacionar na rua da Praia, é um estacionamento concorrido porque é bem no começo do vucu-vuco. Passamos por diversas lojas de materiais de pesca e também artigos ligados à perfumaria. O aroma me fez lembrar que eu queria passar no local das ervas. Seguimos então até as lojas de artigos afroindígenas. É um lugar especial pra mim, que sempre mexe com as minhas emoções e faz vibrar energias potentes. Entramos rapidamente no galpão das ervas. Um cheiro forte de arruda fez um dos amigos lembrar-se da sua avó, ele chorou e todos nós nos emocionamos junto com ele. É sublime a energia ancestral que emana dessa parte do bairro.



Figura 134: loja de artigos afroindígena na rua da Praia; Figura 135: Galpão das ervas, na rua da Praia
Fonte: autora, julho de 2023; Fonte: autora, julho de 2023;

Seguimos para a segunda parada pela rua de Santa Rita. A profusão de cores e textura dessa rua ainda me surpreende. A vitalidade pulsa por todos os lados. O aroma de coentro prendeu minha atenção. O vendedor de ervas me olhava com desaprovação enquanto eu tentava capturar de alguma forma a atmosfera em fotografias. Eu fico constrangida e decido seguir minha caminhada. Paramos em frente à Igreja de Santa Rita, e o sol castigava. Um indivíduo buscava refúgio do sol sob um guarda-chuva, e numa inscrição no detalhe da

fachada, "Carlos" estava escrito, como um mistério que me prendeu por um instante, evocando histórias desconhecidas. Não sei quanto tempo fiquei ali à deriva, contemplando aquela cena. Um dos amigos puxou a âncora convidando a seguir viagem.



Figura 136: vendedor de frutas e verduras, rua de Santa Rita ; Figura 137: Igreja de Santa Rita
 Fonte: autora, julho de 2023; Fonte: autora, julho de 2023;

Seguimos pela rua de São José do Ribamar. Tenho um carinho especial por essa igreja. A igreja estava fechada, como a maioria das vezes, mas também como de costume tinha algumas pessoas na escadaria descansando. Me peguei atenta às texturas da fachada e aos detalhes da pedra de cantaria das suas colunas, e em uma delas tinha uma concha do mar incrustada. Fui tomada pela história da construção dessa igreja. Percebi que o amigo de Recife, que não tinha o hábito de andar por essas ruas, também estava absorto olhando tudo que envolvia aquele ambiente. Peguei ele fotografando tudo.



Figura 138, Figura 139 e Figura 140: detalhe fachada da igreja de São José do Ribamar
 Fonte: autora, julho de 2023

Quando sai do meu breve devaneio observei bem o pátio, ele estava com muitas barracas de frutas e estava com um cheiro ótimo de jaca, lembrei da minha mãe, é sua fruta favorita. Comprei uma bandeja para ela. Fiquei pensando como é incrível a diversidade do comércio desses bairros, tem disso, de você sair só “pra resolver uma coisinha” e voltar cheia de coisas pra casa.



Figura 141 e Figura 142: pátio de São José do Ribamar
Fonte: autora, julho de 2023

Seguimos nossa errância pela rua Coração de Maria em direção a rua das Calçadas. Mais uma vez as cores e texturas chamam atenção. A diversidade do comércio ambulante dá o tom da vitalidade daquela rua. Chegamos a nossa quarta parada. A praça Dom Vital e a Basílica da Penha. A igreja estava fechada, inclusive o seu gradil. Tinha algumas poucas pessoas sentadas na escadaria. A monumentalidade dessa materialidade ainda me emociona. A praça se apresentava como esse lugar de refúgio e parada. Os bancos convidavam a sentar e contemplar a cotidianidade. Fiquei observando as pessoas que entravam e saíam do Mercado de São José. Estava bem movimentado. Tinha uma barraca com laranjas lindíssimas, tinha cavalos da guarda civil, tinha pessoas na praça fotografando. Era o espaço social urbano na essência, em sua vitalidade cotidiana.



Figura 143, Figura 144 e Figura 145: rua das Calçadas
Fonte: autora, julho de 2023



Figura 146: praça Dom Vital e Mercado de São José; Figura 147: Travessa do Mercado
Fonte: autora, julho de 2023

Seguimos pela travessa do Mercado, pegamos a rua Direita em direção a rua São Pedro em direção a nossa quinta parada, o Beco do Veado. O vucu-vucu, a sensação de apinhamento e a irreverência das pessoas que trabalham nessa rua é indescritível, só indo lá pra ver. Os amigos que foram comigo também se sentiram contagiados pela atmosfera daquele lugar. Acharam curioso as pessoas cortarem o cabelo no meio da rua. Aproveitamos uma cadeira do cabeleireiro que estava vazia e fizemos uma foto. Vou guardar esse registro aqui e no coração.



Figura 148 e Figura 149: Beco do Veado
Fonte: autora, julho de 2023

Nosso tempo estava acabando. Decidi levá-los para conhecer uma das igrejas que mais mexe comigo. A igreja do Rosário dos Pretos. Demos sorte, ela estava aberta! A

simplicidade da igreja é oposta à imensidão da sua história. Me perco em minhas orações. E como que em uma despedida dessa pequena jornada eu saio agradecida e feliz dali.



Figura 150 e Figura 151: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos
Fonte: autora, julho de 2023

Caminhando de volta em direção ao carro fizemos a nossa última parada, e a última dessa pesquisa, a Praça da Independência. Por tantas visitas eu me esquivei de vir aqui. A presença de moradores de rua e a quantidade de assaltos diários é algo que ainda me dá medo. Mas também tenho um pouco de coragem, e decido terminar minha jornada me despedindo da praça com a esperança de que alguma coisa seja feita no sentido de trazer mais segurança para os usuários desse lugar. Observo que hoje tem dois policiais perto do edifício do antigo Diário. É perto deles que decido ancorar. Ao parar, respirar e me permitir contemplar eu vi um morador de rua se banhando, com sabonete e tudo, na fonte da praça, ele não estava preocupado com aquela situação, parecia que era algo comum para ele, e para muitas pessoas em volta.



Figura 152, Figura 153 e Figura 154: Praça da Independência
Fonte: autora, julho de 2023

Aparentemente só eu e meus amigos ficamos incomodados com aquela situação. Tentei olhar para outras pessoas. Tinha um casal pregando “a palavra do Senhor”, tinha

gente correndo para pegar o ônibus, tinha muita gente sentada contemplando o pós almoço, tinha os policiais olhando vídeos no celular, tinha bicicletas, tinha ambulantes, tinha camelôs. Consegui ver de dentro e mais de perto a vitalidade daquela praça. Ainda tenho medo dela. Mas estou mais encantada com a curiosa e diversa dinâmica cotidiana das pessoas que frequentam esse lugar. Às vezes a gente precisa se permitir certas aventuras. Voltamos para o carro. A última errância, a última deriva dessa jornada acabava por aqui. Meus amigos estavam extasiado com a riqueza cultural e com a dinâmica social urbana dos bairros de Santo Antônio e São José. Elogiaram muito a materialidade, principalmente das igrejas, mas ficaram tocados com a vitalidade desses bairros e com as relações diferentes que se estabelecem entre as pessoas e a materialidade. Longe de respostas definitivas eu saio com mais perguntas e inquietações, com a esperança de que existe caminho possível para tratarmos simbioticamente elementos materiais e simbólicos através de uma participação ativa, de dentro e de perto, apreendendo os detalhes cotidianos que muitas vezes passam despercebidos quando olhamos de fora e de longe. Espero que essa próxima jornada venha em breve.

4.3 A identificação dos Elementos Veiculadores da Significância Cultural: Uma escolha afetiva.

Os significados atribuídos aos elementos vão se materializando em eventos cotidianos que explicam a razão da dinâmica daquele lugar, portanto a materialidade serve como suporte da vida que se desenvolve para além do que está construído. Onde a compreensão do espaço é entendida em um sentido ativo, como uma imbricada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente, através da relação entre materialidade e imaterialidade e a dinamicidade que envolve essa relação. Seja na relação de um vendedor de água que fica naquele local há muitos anos, ou uma carroça de fruta que vai para aquela escadaria toda sexta-feira, ou ainda um visitante que passa por aquele caminho por afeto ao lugar. O objeto em sua materialidade, as ruas que o conformam, os aromas, as texturas, o calor, a sensação de amplitude ou de apinhamento, os sons, as pessoas, as práticas urbanas, os hábitos dos usuários, todas as relação imbricada e indissociável com a materialidade, onde as propriedades materiais do espaço e os estados afetivos do sujeito fundem-se na ambiência e é impossível dissociá-los. Assim são os Elementos Veiculadores da Significância Cultural (EVSC), elementos que carregam em si, muito além da sua permanência material, carregam o sentido das relações que se estabelecem naquele lugar. Apresentam seu aspecto material como identificador e no seu descritor aparece fortemente essas relações que são imbricadas e indissociáveis.

Utilizamos como já foi dito, no primeiro momento a noção de atributo para identificação desses elementos, contudo, era preciso abarcar a dimensão sensível e intangível que envolve esses elementos. Utilizemos como exemplo o Pátio do terço: não se trata de observar só a igreja do Terço como um atributo e depois analisar e validar as questões indissociáveis entre autenticidade, integridade e valores patrimoniais. E como se avalia a relação entre as pessoas, a igreja, a Casa de Badia, o pátio, o comércio de tecidos e roupas, o vendedor de arrumadinho e a noite dos tambores silenciosos? Como chegar a uma Declaração de Significância sem investigar toda essa relação? A busca pela definição desses elementos é justamente tentar compreender esses atributos associado às relações imbricadas entre a materialidade e a imaterialidade, sobretudo com a dinâmica urbana e as experiências que esses lugares proporcionam enquanto um todo.

Esta pesquisa procura analisar a importância da apropriação do espaço social urbano como ferramenta fundamental para a construção do conceito do que são Elementos Veiculadores da Significância Cultural considerando-os como elementos-chave da organização e da configuração urbana enquanto veiculador de significado. Para além da

noção morfológica do que são elementos veiculadores, este trabalho busca trazer a noção desses elementos-âncora como sendo esse elemento portador de memória, símbolos e significados, tendo o seu espaço social como veiculador dessa memória, o que gerou o uso da categoria "Elementos Veiculador da Significância Cultural", ou seja, é algo que é observado no espaço físico (material) como suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial) expressando toda a singularidade deste espaço social urbano.

Entendendo que a preservação deste espaço não deve se concentrar apenas na materialidade e sim no trato conjunto com a imaterialidade como ferramenta fundamental para a manutenção da sua significância, onde o objetivo é decifrar o sentido próprio daquela realidade e as expressões humanas, e que virão determinar o intercâmbio entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio material e social, a fim de orientar a vivência cotidiana desta cultura no espaço urbano.

Esta compreensão da importância de se levar em conta os aspectos intangíveis que envolvem esse sítio, é fundamental na busca de uma compreensão mais ampla do espaço urbano, para que haja uma interpretação coerente sobre os atores envolvidos com o bem e a forma como estes valoram o espaço urbano. Neste sentido, estudar o homem em sua capacidade de errância e seus aspectos simbólicos e imagéticos é peça fundamental para compreensão do espaço urbano e sua dinâmica, buscando dar sentido e significado a tudo que rodeia este sítio. Considerando sempre que todo esse conjunto de elementos intangíveis estão inseridos em um espaço urbano e estão associados a elementos tangíveis sejam eles edificadas ou espaços livres públicos. Na tentativa de melhor compreender a narrativa desses atores quanto a sua relação com esse espaço social, ou dizendo de outra maneira, na busca por compreender a materialidade da imaterialidade das relações entre os atores e o sítio que compreende a ZEPH-10, procuramos definir elementos que apontem ou elucidem parâmetros materiais e imateriais que sejam fortes permanências da dinâmica desses atores.

No contexto desse estudo, para melhor compreender a dinâmica urbana e a materialidade das relações sociais, principalmente nas relações do comércio de base popular, que é característica tão marcante desse território, e também suas manifestações artísticas, culturais e religiosas, consideramos que os Elementos Veiculadores da Significância Cultural é algo que transborda da materialidade pragmática. Esses Elementos são elementos-chave da organização e da configuração urbana enquanto elementos âncora na dinâmica urbana, são espaços (sociais) que carregam em si, histórias, sentimentos, sensações, vida cotidiana, valores, autenticidade, integridade e significância. Em outras palavras, são elementos urbanos que apresentam uma forte permanência arquitetônica na sua materialidade (histórica, temporal, de integridade e autenticidade), associados à sua importância nas

relações simbólicas, cognitivas, imagéticas, culturais e, principalmente, por expressar a dinâmica urbana. É em si um espaço social que inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido através de uma experiência vivida, uma vez que a materialidade em si mesma sem o elemento da experiência vivida ou dos sentidos que são investidos nesta materialidade não possui existência.

Desta maneira, a escolha dos Elementos Veiculadores da Significância Cultural tem em parte, um aporte histórico pois, são elementos que permanecem na trama urbana deste sítio desde os primórdios até os dias de hoje, e se apresentam como uma importante permanência arquitetônica, mas também são fortes elementos de interação, apropriação e práticas culturais, simbólicas e afetivas com forte vitalidade urbana. A escolha envolve também um aporte na dinâmica urbana e seus aspectos simbólicos e imagéticos, pois como apontam Lefebvre (2014), Ulpiano (2006), Vieira-de-Araújo (2022), se queremos preservar os valores imateriais precisamos necessariamente estar atentos ao suporte material desses valores. Assim, neste capítulo trataremos as relações intersubjetivas e o ambiente urbano e como indica Bomfim (2008), enfatizando o afeto como grande agregador da percepção e do conhecimento sobre a cidade, buscaremos uma compreensão psicossocial e sociocultural na relação entre subjetividade e espaço construído.

Em seu texto “*Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos*”, Zulmira Bomfim propõe romper com a dicotomia subjetividade/objetividade trabalhando com a perspectiva da cidade a partir de um viés psicossocial e sociocultural, discutindo formas de organização do território com vistas à superação das dicotomias entre homem e sociedade, objetividade e subjetividade, cidade e comunidade, indivíduo e sociedade, homem e natureza. Assim, a autora propõe uma visão mais ampla entre o indivíduo e o ambiente em que um interfere no outro pondo em evidência o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos atravessados por fatores psicossociais, sócio-físicos e histórico-culturais, (BOMFIM, 2008).

A autora levanta a questão da afetividade como expressão do simbolismo do espaço e que isso tem afetado nas questões relacionadas à psicologia ambiental e consequentemente o estudo sobre o urbano. Assim ela argumenta:

A afetividade, como categoria, é eleita em nosso estudo como síntese do encontro do indivíduo com a cidade. Entendemos que ela integra aspectos de conhecimento, percepção e orientação do espaço, ao mesmo tempo que estimula a reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma racionalidade ético-afetiva na cidade (BOMFIM, 2008, p.254).

Era do interesse desta pesquisa compreender as relações e a importância emotiva que os atores sociais atribuíam aos EVSC, no entanto, devido às questões já mencionadas relacionadas à pandemia do Covid-19, não foi possível realizar uma investigação abrangente

com os atores, portanto, essa investigação foi conduzida apenas como uma fase inicial de teste, refletindo a percepção pessoal da autora desta dissertação, com a finalidade de servir como uma base para aprofundamento e pesquisas futuras.

Bomfim (2008), nos atenta para os desafios metodológicos quanto à tentativa de operacionalizar sentimentos e emoções, uma vez que essas são noções intangíveis e muitas vezes difíceis de acessar e sobretudo, nomear. “O caminho que vai da sensação à enunciação é um processo complexo e, por isso, encontrar meios que acessem os afetos, refletidos na realidade da vida cotidiana, criados e recriados a cada dia pelos habitantes da cidade, acarreta um certo grau de intangibilidade” (BOMFIM, 2008, p.255). Deste modo, por meio da confluência entre a psicologia social e ambiental, a autora identificou os fundamentos para a concepção da metodologia dos mapas afetivos. Este instrumento abarca tanto imagens quanto palavras, visando a formulação de sínteses intrinsecamente vinculadas aos sentimentos por meio de uma elaboração menos racional e mais sensível.

Como suporte teórico e metodológico para psicologia ambiental, Bomfim (2008), utilizou-se da teoria de Kevin Lynch, que propõe uma leitura da cidade como um sistema complexo de estruturas perceptivas, relacionando-se com a experiência subjetiva dos indivíduos no ambiente urbano. Lynch identifica cinco elementos-chave que contribuem para a formação da imagem mental da cidade: caminhos, bordas, marcos, nós e regiões. Além disso, destaca a relevância do uso do espaço público, das experiências sensoriais e da legibilidade urbana para o entendimento e a apreciação da cidade pelos seus habitantes, promovendo uma melhor integração entre o indivíduo e o ambiente construído. Ainda sobre teoria de Lynch, Bomfim (2008), destaca a dimensão da estrutura e identidade dos mapas cognitivos, como método de externalizar nos mapas informações sobre a experiência de forma observável. “É um procedimento pelo qual as pessoas adquirem, codificam, armazenam, recordam e decodificam as informações sobre locais e atributos de fenômenos dentro do espaço urbano. fundamenta-se na ideia de que cada pessoa tem seu mapa mental da cidade” (BOMFIM, 2008, p. 256).

Na psicologia social, Bomfim (2008) utiliza-se da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky, que defende que o aprendizado do indivíduo não pode ser dissociado do contexto histórico, social e cultural em que está inserido.

O autor defende que é necessário captar o subtexto da linguagem, a linguagem da emoção, durante o processo interativo. Nos mapas afetivos, o desenho, a projeção da imagem da cidade e a metáfora, segundo nossa proposição, são recursos para a clarificação deste subtexto, nem sempre facilmente captado. A metáfora é um recurso linguístico que, com base em linguagem figurada, desvela o afeto pela imagem (BOMFIM, 2008, p. 256).

Sabemos que os mapas são uma representação do espaço, e podem servir para orientação, contudo, existem mapas mais abstratos assentados em sinais mais emotivos ou

expressivos, e não tão referenciais ou cognitivos. Considerando nosso intuito de investigar as emoções e sentimentos dos usuários dos bairros de Santo Antônio e São José e as relações que se estabelecem entre materialidade e imaterialidade, identificamos nos mapas abstratos propostos por Bomfim (2008), recursos significativos que priorizam a representação na construção de uma metodologia de apreensão dos sentimentos. O interesse especial recai sobre os mapas afetivos, pois neles encontramos ênfase nos sinais emotivos e expressivos destacados em suas características imagéticas. Esses recursos abrem a possibilidade de desenvolver um método de intervenção no ambiente urbano que não apenas seja lido, mas também visualmente percebido e compreendido. Assim, Bomfim apresenta os mapas afetivos como instrumento capaz de revelar a afetividade e indicadores de estima da cidade e define os mapas afetivos como:

Imagens ou representações assentadas em sinais emotivos ou expressivos, elaborados a partir de recursos imagéticos (desenhos, fotos, objetos de arte). Afirmamos que eles são reveladores da implicação do indivíduo a um determinado ambiente: casa, bairro, comunidade, cidade. Podem ser gerados a partir de mapas cognitivos, porém seu maior objetivo não é a orientação espacial ou a localização geográfica. Eles são orientadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer à um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). Como sínteses dos afetos, eles também apontam o nível de implicação do indivíduo no lugar. Dado seu caráter representacional e criativo, são recursos de acesso à dialética subjetividade/objetividade na cidade. (BOMFIM, 2003 apud BOMFIM, 2008, p. 258).

A ferramenta dos mapas afetivos baseia-se na espacialização em planta baixa dos eventos sociais, como as manifestações de afeto e as relações interpessoais, que ocorrem em campo, ou seja, é um recurso capaz de acessar sentimentos de forma sintética e podem aproximar esses sentimentos à realidade da vida cotidiana. Assim, o mapa afetivo é utilizado nesta pesquisa como uma síntese visual das apreensões despertadas durante as errâncias entorno dos EVSC nos bairros de Santo Antônio e São José.

Como foi dito, a materialidade dos EVSC é uma forte característica intrínseca desses elementos, contudo, estabelece-se uma inescapável conexão com o tom simbólico e emocional presente nesses espaços físicos, o qual é manifestado por meio das relações e dinâmicas presentes nesses locais. Comumente, emprega-se uma diversidade de palavras, tais como, "pulsante", "vivo", "nostálgico", e tantas outras, que aludem ao espectro emocional e sensitivo, a fim de descrever os lugares. Essa escolha lexical fundamenta-se no papel desempenhado pelas ambiências como estímulos proprioceptivos, permitindo uma imersão profunda na qual a percepção se alinha conforme a atmosfera do espaço em questão. Entende-se, nesse sentido, que a afetação emerge como um ponto chave para a exploração da forma como o corpo adere ao espaço, sendo essa ação dependente da empatia estabelecida com esses EVSC.

Os Elementos Veiculadores da Significância Cultural revelam para além de suas características físicas aspectos do uso cotidiano. Além do que é prontamente perceptível, diversos fatores, tanto materiais quanto imateriais, sensíveis e intermediados, desempenham influência na interação com o ambiente e, conseqüentemente, na forma como o modificamos através de nossas ações. É nesse espaço de experiência sensível, seja de forma individual ou coletiva, que surge naturalmente a possibilidade de 'ancorar', permitindo que determinados sentidos aflorem positiva ou negativamente e propiciem a construção de um sentido de associação com o Outro de maneira intensa. A partir dessa conexão emocional, aspectos afetivos ganham relevância na forma como percebemos, reagimos e nos vinculamos com o espaço urbano, gerando uma interação significativa entre o indivíduo e os EVSC.

A partir das nossas errâncias durante o processo desta pesquisa, pudemos constatar, que as construções religiosas são elementos que orientam permanentemente a ocupação desse lugar, assim como os espaços livres públicos como os pátios e as praças. Percebemos que esses elementos são importantes permanências que vão além do seu aspecto material, onde as atividades e apropriações espaciais acontecem de forma indissociável e se mantêm ao longo de toda sua história e configuração urbanística. Partindo de todas as questões e conceitos apresentados até o momento, e em sintonia com os atributos levantados para elaboração da Declaração de Significância Cultural, Integridade, Autenticidade para a Zeph-10 proposto tanto pela DPPC (2023)¹³⁰, e também pela pesquisa de Dutra (2018), mas principalmente a partir da vivência desta pesquisadora, selecionamos onze Elementos Veiculadores da Significância Cultural.

Para esta pesquisa, elencamos categorias de sentimentos que se repetiam a cada errância. Vale ainda ressaltar que as atribuições de qualidades aos espaços são resultantes não somente das experiências vivenciadas, mas também da perspectiva da própria pesquisadora. Sendo a mesma uma mulher branca e cisgênero, moradora do centro da cidade do Recife por mais de 37 anos, umbandista e arquiteta atuante na cidade desde 2010, apresenta uma vivência que pode diferir consideravelmente de outro indivíduo com diferentes origens socioeconômicas, gênero, local de nascimento, profissão e ideologias. Portanto, é imperativo reconhecer que os resultados obtidos por meio do mapa afetivo derivam dessas características individuais, mesmo que o método de observação tenha proporcionado dados sobre a maneira como indivíduos de variados grupos interagem e são influenciados pelo lugar. A partir da noção de atributo já trabalhada por Hidaka (2010), e consolidada por Lira; Dutra (2021), procuramos avançar no trato simbiótico da materialidade com sua imaterialidade e não tratar separadamente esses atributos, reconhecendo que um

¹³⁰ Ainda no prelo.

completa o outro e juntamente com os atores sociais e a dinâmica urbana é que podemos chegar em uma operacionalização mais sensível da significância cultural.

4.3.1. Uma escolha afetivas

Como podemos perceber a relação simbólica, histórica e afetiva desses elementos, vão muito além da materialidade, contudo, não existiriam sem ela. A relação imbricada entre elementos tangíveis e intangíveis é pulsante e pode ser percebida através da experiência vivida no seu cotidiano em seu sentido ativo, como uma imbricada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. A partir da vivência da autora nesse espaço social urbano, das suas errâncias e derivas pelas ruas desses bairros, conseguimos identificar elementos que apresentavam forte permanência material, mas que sobretudo, emanavam um forte conteúdo imaterial, decorrente das relações afetivas, simbólicas, sociais, econômicas e culturais capazes de revelar uma dinâmica sócio-funcional que caracterizam em grande medida esses bairros e nos aponta um caminho mais sensível para operacionalização da significância cultural.



Figura 155: mapas com a localização de todos os elementos veiculadores da significância cultural e a intensidade da dinâmica urbana. Fonte: autora, agosto de 2023.

Um elemento fundamental, que permeia todo o tecido social urbano que gostaríamos de destacar é o comércio informal. Ele está no entorno de todos os elementos analisados e faz parte da dinâmica e da história do bairro. O comércio de base popular é a alma desses bairros, desde o comércio de comidas variadas, frutas, verduras e ervas, até o comércio de relógio, artigos para celulares, bolsas, sapatos, brinquedos, artesanato, etc. Não pretendemos nos deter muito nesse ponto, visto que o que queremos investigar nesta pesquisa são as relações simbólicas atribuídas ou vinculadas a uma materialidade. Contudo, não poderíamos deixar de ressaltar o quanto é fundante para esses bairros o comércio, e principalmente, o comércio informal e que este elemento precisa ser pensado nos planos de gestão, uma vez que a dinâmica social por trás dessa atividade interfere diretamente na materialidade e nas relações com o lugar. Pudemos perceber isso ao longo das errâncias e derivas pelos bairros: os lugares de maior concentração de comércio informal, eram os lugares com maior vitalidade e muitas vezes essa vitalidade gerava uma sensação de segurança maior do que os lugares sem a presença do comércio informal, onde os espaços apresentavam baixa circulação de pessoas.



Figura 156: foto-montagem comércio informal em Santo Antônio e São José.

Fonte: autora, agosto de 2023.

O conjunto do Terço

Figura 157: Igreja do Terço

Fonte: autora, abril de 2021



1) O conjunto do Terço – Igreja e pátio do terço, Casa de Badia, Rua Vidal de Negreiros, rua das Águas Verdes e rua Direita



Figura 158: Fotomontagem conjunto do Terço

Fonte: montagem da autora, agosto de 2023. A partir de autora 2023; Fernando da Hora/Jc Imagens, 2020; Blog Social 01, 2020; Fundaj - Foto do início do século XX

A Igreja de Nossa Senhora do Terço, edificada no histórico Pátio do Terço, no bairro tradicional de São José, insere-se harmonicamente entre a rua Direita e a rua das Águas Verdes. Erguida nos albores do século XVIII e reconstruída por completo na segunda metade do século XIX, a Igreja de Nossa Senhora do Terço, a princípio sob a égide da Confraria de Santa Rita de Cássia, transitou, no curso das décadas, em uma transmutação de sua identidade. Consolidou-se como um espelho da cultura negra no decênio de 1960, quando deflagrou-se a marcante celebração conhecida como a Noite dos Tambores Silenciosos. Essa efeméride celebra a união entre festividade e religião, congregando os maracatus-nação da região metropolitana do Recife. A igreja é de pequenas proporções, mas composta por ricos detalhes em sua arquitetura, representativa do estilo classicista. De silhueta austera, possui uma elegância na sua verticalidade, com um campanário, sua imponência reside na singular torre que se alça elegantemente no Pátio do Terço. Localiza-se também no Pátio do Terço formando esse conjunto culturalmente rico, a Casa de Badia e a sede do bloco de samba Saberé, importantes lugares de memória da cultura negra em Pernambuco.

Naquele sítio que hoje abriga o Pátio do Terço, foram executados canais, drenagem de terras alagadas, levantamento de trincheiras com fossos, entre outros. Apenas em setembro de 1726 é que a Confraria de Nossa Senhora do Terço é oficialmente constituída,

tendo como epicentro a capela da mesma santa. Em meados do século XIX, a capela, que estava quase em ruínas, por iniciativa da Irmandade, ganhou um novo templo. Assim, em 1824, um acontecimento histórico tem lugar às portas da igreja: o frade revolucionário da Confederação do Equador, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, foi despido das suas vestes sacerdotais e condenado à forca¹³¹.



Figura 159: piso da igreja de Nossa Senhora do Terço
Fonte: autora, setembro de 2020

Assentado na rua Vidal de Negreiros, entre a rua das Água Verdes e a rua Direito, o Pátio do Terço é um lugar impregnado de simbolismo na memória e cultura afro-descendente do Recife e perdura como um retrato do passado. Há muito, esse recanto resplandeceu como um ponto importante de presença negra, abrigando terreiros, associações carnavalescas e um mercado de labor para incontáveis afrodescendentes. A residência de Badia, distinta líder espiritual e costureira do candomblé, foi sedimentada como um patrimônio tangível e simbólico no Pátio do Terço. Com o óbito de Badia em 1991, seus familiares deram sequência à herança, transformando o espaço na conhecida "Casa de

¹³¹ O ato cívico aconteceu na Praça das Cinco Pontas, em frente ao Forte das Cinco Pontas, local da execução de Frei Caneca, em 1825, e incluiu hasteamento de bandeiras, leitura do pregão e da sentença proferida na época, a condução de uma coroa de flores até o busto do mártir instalado no local e o toque dos sinos da Matriz de São José. No momento de sua execução, que deveria ser por enforcamento, os três carrascos se recusaram a cumprir a sentença, eram presidiários, pobres e negros e ao se recusarem a matar o Frei Caneca foram todos espancados. Devido a essa situação o coronel Lima e Silva toma a decisão de que a morte seria por fuzilamento e não pela forca, como estava na sentença, (CARVALHO, 2011).

Badia". Um significativo oásis da tradição do xangô no Recife, Badia ostentava um legado imbricado no carnaval, colaborando com várias agremiações carnavalescas.



Figura 160: casa de Badia; Figura 161: Lúcia Soares, prima de Badia, na frente da Casa de Badia; Figura 162: Badia
Fonte: autora, janeiro de 2021; Fonte: MCS/MZ Conteúdo, 2020; Fonte: RIBEMBOIM, 2017

Até 1968, a Noite dos Tambores silenciosos acontecia em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, sob o comando da senhora Maria Júlia do Nascimento, conhecida como “Dona Santa”, em um típico ritual de egum (espírito dos ancestrais). Com a morte de Dona Santa, o ritual passou a ser conduzido pelas “Tias do Terço” e foi transferido para o Pátio do Terço, onde foi liderado por Badia, Paulo Viana e Edvaldo Ramos. Após o falecimento de Badia, o comando dos rituais religiosos ficou por conta do pai de santo Raminho de Oxóssi. Assim, toda segunda-feira de carnaval, no Pátio do Terço, ocorre a Noite dos Tambores Silenciosos. Na escuridão orquestrada, ecos ancestrais ganham vida, tocados pelas mãos e vozes dos maracatus-nação que refluem até o adro da Igreja. No culminar da noite, à meia-noite, uma cerimônia sacra se inicia, os luminaires se eclipsam e cânticos reverenciam os orixás. Para os protagonistas do maracatu,

o Pátio do Terço reverbera com uma energia sagrada. Entre os maracatuzeiros, circulam narrativas de sepultamentos de escravizados nesse chão, rememorando-o como o espaço que abrigava os recém-chegados da África. Mário Sette, em uma crônica intitulada "As ossadas das Cinco Pontas", insinua a presença de um cemitério para "pretos escravos não batizados" nas proximidades do Forte das Cinco Pontas, uma descoberta que inflamou o Recife daquela era, anterior à década de 1940, quando concebeu sua crônica.



Figura 163: casa de Badia; Figura 164: Noite dos tambores silenciosos
 Fonte:memoriaescravidaope, 2017; Fonte: Reprodução/Blog Social 1, 2020.

Outros elementos que compõem esse conjunto do Terço, é a rua Vidal de Negreiros, cuja pavimentação do piso é toda em pedras de paralelepípedo, marcado pela presença dos trilhos dos bondes e apresenta um casario composto por casas estreitas conjugadas e sobrados. A maioria dessas casas apresentavam uso comercial e depósitos, contudo, atualmente uma grande parte delas, principalmente depois da pandemia do Covid-19, estão sem uso. Outra rua que merece destaque é a rua da Águas Verdes, via que estabelece a conexão entre a igreja de São Pedro dos Clérigos e a igreja do Terço, integrando-se ao padrão urbanístico característico da era colonial. Sua configuração arquitetônica é reforçada pela horizontalidade e pela pavimentação em paralelepípedos, elementos que conferem uma identidade tangível à via. O contexto urbano é dinamicamente enriquecido pelo trânsito de pedestres, atraídos pelo efervescente comércio que transcende os limites das lojas e transcende para o espaço público adjacente. A diversidade tipológica de comércio abraçada por essa rua é notável, abrangendo desde estabelecimentos especializados em serralharia para produção de carrinhos destinados a vendedores ambulantes - os quais são empregados para a comercialização de variados produtos, incluindo vestuário, alimentos e bebidas - até a

notória presença de um eficaz mercado voltado para vestuário e calçados, que ostenta supremacia tanto nas lojas estabelecidas quanto nas áreas de circulação pública.



Figura 165: rua Vidal de Negreiros
Fonte: autora, maio de 2023



Figura 166: rua das águas Verdes; Figura 167: rua Tobias Barreto
Fonte: autora, maio de 2023

O conjunto de São Pedro

Figura 168: Igreja de São Pedro dos Clérigos

Fonte: autora, junho de 2023



2) O conjunto de São Pedro – Pátio de São Pedro, Igreja de São Pedro dos Clérigos, Casaril e “Beco do Veado”



Figura 169: Fotomontagem conjunto de São Pedro

Fonte: Montagem autora, 2023. A partir de autora 2023; Diário de Pernambuco, 2023; Rafael Medeiros, 2019; Daniel Tavares/ArquivoPCR, 2020.

A Igreja e o Pátio de São Pedro encontram-se inscritos no livro do tombo das Belas Artes v. 1, sob o n.º 187, datado de 20 de julho de 1938 (Processo 123-T/38) e no livro do tombo Histórico v. 1, n.º 284, na mesma data. O Pátio de São Pedro emerge como um "espaço fechado" que se desvela gradualmente ao longo de sua travessia. O design urbano concede uma sensação de estreitamento das vias de acesso até o átrio, onde então se experimenta uma sensação de "explosão". Este conjunto preserva reminiscências do passado, seja pelas procissões e manifestações da cultura negra do século XIX, seja pela atmosfera boêmia que atingiu seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980.

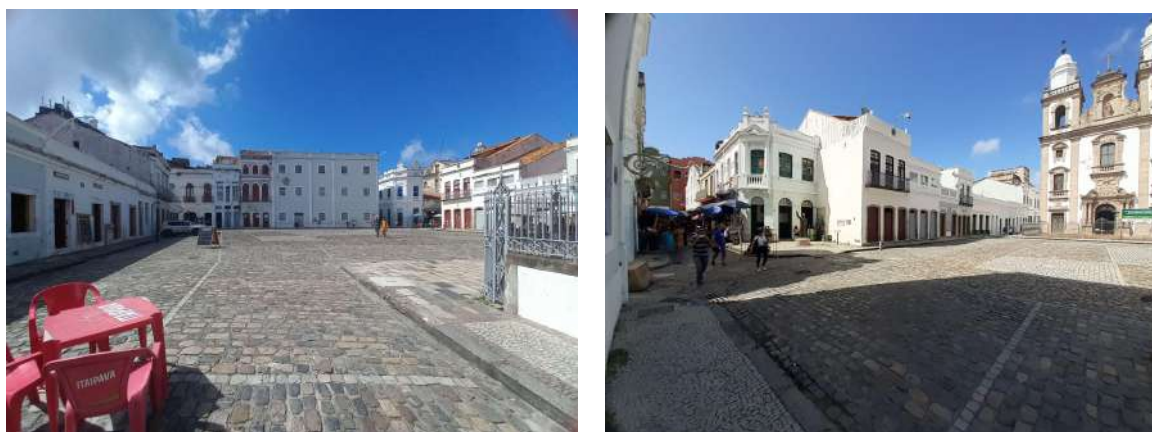


Figura 170 e Figura 171: conjunto de São Pedro

Fonte: autora, junho de 2023

A Igreja de São Pedro dos Clérigos, em sua expressão barroca, se destaca com uma fachada imponente que integra sacadas, frontão ornado com a estátua de São Pedro, volutas, crucifixo, pináculos e duas torres, enriquecida por detalhes em alto-relevo. O interior é enobrecido por talha em madeira. Fundada em 26 de junho de 1700, a Irmandade de São Pedro dos Clérigos adquiriu terrenos para a construção da igreja, cujas obras iniciaram-se em 3 de maio de 1728, sob a orientação do projetista Manuel Ferreira Jácome. O edifício foi gradualmente construído, alcançando sua configuração atual em 1759 (IPHAN, 2010a). A estrutura notavelmente verticalizada destaca-se por uma portada rica em detalhes de cantaria e janelas em arco pleno, complementada por torres sineiras com elaborados adornos em cantaria e elementos neoclássicos. O interior exhibe a talha estilo D. João V e elementos rococó, além de exaltar a relevância musical ao ter abrigado Luís Álvares Pinto, figura destacada na música colonial. Tombado pelo IPHAN em 1938 e classificado como Setor de Preservação Rigorosa a nível municipal, o conjunto do Pátio de São Pedro mantém sua disposição original, sendo abraçado por um grupo de 29 casas coloniais.



Figura 172; Figura 173; Figura 174: Detalhes Igreja São Pedro dos Clérigos
Fonte: autora, junho de 2023

Essa igreja se relaciona intrinsecamente com seu Pátio, caracterizado por pavimentação em paralelepípedos e pedra lioz. Contornado por um casario em estilo colonial, coroado por telhados de duas águas, o Pátio abraça múltiplos usos culturais, como a Casa do Carnaval, os memoriais de Luiz Gonzaga e Chico Science, o Museu de Arte Popular e o Núcleo Afro-Brasileiro, além de bares e restaurantes. O espaço público se torna palco para diversas celebrações ao longo do ano. A área, antes habitacional, transformou-se em polo comercial, intelectual e artístico, consolidando-se como um ponto de convergência da vida cultural da cidade. Hoje, destaca-se como núcleo de manifestações culturais enraizadas na

tradição pernambucana, abrigando apresentações musicais, danças e celebrações que transmitem os ciclos carnavalesco, junino e natalino, além de honrar a cultura negra e o movimento mangue. Entre os eventos notáveis estão a tradicional Queima da Lapinha, que dá por encerrado o ciclo natalino e é anunciado o período momesco, trazendo consigo a herança religiosa e as festas profanas, e a marcante Terça Negra. Criada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu no Recife em 1979 e ganhou força na década de 1990, a Terça Negra, que pretendia divulgar diversas vertentes da cultura negra como o maracatu, coco de roda, afoxé e até reggae e hip hop. Começou em 1988 no Pagode do Didi, localizado na Rua Ulhôa Cintra, em Santo Antônio, mas em 2001 o projeto migrou para o Pátio de São Pedro e se tornou parte do calendário cultural oficial da cidade.



Figura 175: Terça negra; Figura 176: Queima da Lapinha
Fonte: Allan Torres/Arquivo PCR, 2017; Fonte: Andréa Rêgo Barros/PCR, 2018

Vale destacar ainda, um elemento importante nesse contexto do conjunto de São Pedro. Uma das ruas que dá acesso ao pátio - a rua de São Pedro - também conhecida como “Beco do Veado”, assim chamada por conta de uma pequena escultura de veado fixada na

fachada no cruzamento com a rua direita. Essa ruela abarca desde vendedores de charque até cabeleireiro. Sobre essa rua instigante trazemos um parágrafo da “Análise Das Referências Culturais E Patrimônio Cultural Imaterial” do Diagnóstico Das Zonas Especiais De Preservação Do Patrimônio Histórico-Cultural - Zeph elaborado pela DPPC-Recife:

Com apenas cinquenta (50) metros de extensão é de uma rua das mais estreitas, quase sem calçadas. De meio desta até a esquina com a rua Direta, os lados do estreita e pequeno beco estão completamente preenchida por barracas de serviços, que também vendem item e servem de local de entretenimento quando os dias não estão muito para o trabalho. Não é incomum, por exemplo, que um box de amolar também venda algumas pomadas, além de tesouras e ainda tenham espaço para televisão e videogame. Por se tratar de uma ampla concorrência, não houve uma ocasião ao menos em que ao atravessá-la, não fosse mais de uma vez abordado sobre querer “é amolar alicate?”. Entre as lojas do lugar, vende-se artigos de presente, flores artificiais, plásticos, garrafas e utensílios domésticos, além das barracas de alimentos: tanto vendedoras de marmitas quanto tapioca, que se revezam ao longo do dia até a hora do almoço e depois disso. Por tantas cobertas desses pequenos comerciantes ambulantes, o beco do Viado é um lugar onde se pode ir relativamente protegido do sol (DPPC, 2020, p. 31).



Figura 177, 178 e 179: Beco do Veado
Fonte: autora, julho de 2023

O conjunto do Carmo

Figura 180: Conjunto do Carmo

Fonte: autora, junho de 2020



3) O conjunto do Carmo – Convento e Basílica de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira do Carmo e pátio do Carmo



Figura 181: Fotomontagem conjunto de Carmo

Fonte: autora, agosto de 2023. A partir de: autora 2023; litografia por Franz Heinrich Carls, séc. XIX - Fundaj; Alexandre Aroeira / Folha de Pernambuco, 2023.

No bairro de Santo Antônio, situam-se o Convento e a Basílica de Nossa Senhora do Carmo, acompanhados pela Igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira do Carmo, junto com seu pátio adjacente. Todos esses edifícios compõem notáveis monumentos de caráter nacional sendo todo Conjunto inscrito como Monumento Nacional no livro das Belas Artes v. 1, sob o n.º 218, em 05 de outubro de 1938; Histórico v. 1, n.º 107, em 05 de outubro de 1938 (Processo 148-T/38).

Os primórdios do século XVI marcaram a chegada dos primeiros carmelitas ao Brasil, iniciando a construção do primeiro Convento Carmelita em Olinda, por volta de 1590. Com a expulsão dos holandeses em 1654, o antigo Palácio da Boa Vista, anteriormente ocupado pelo Conde Maurício de Nassau, foi doado à Ordem dos Carmelitas para ser utilizado como local para o hospício do Recife. Os padres, a partir de então, começaram a erigir o Convento

Carmelita conhecido como Arrecife de Pernambuco, acompanhado de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo e uma senzala.

Em 1679, alegando inadequação das instalações originais, os religiosos obtiveram terras adjacentes ao convento original, destinadas à construção de oficinas e espaços de convívio. Por volta de 1685, Diogo Cavalcanti Vasconcelos, senhor de engenho, comprometeu-se a custear a construção da capela-mor de uma nova igreja próxima à original, em troca do direito de sepultamento para si e seus familiares. Em 1687, obtiveram autorização real para iniciar a construção, que foi liderada por Antônio Fernandes de Matos, um proeminente construtor da época, até sua morte em 1701 (IPHAN, 2010d).

A história do Convento do Carmo é marcada por múltiplas funções ao longo do tempo, sendo um ponto fundamental para a vida da cidade, abrigando diversas instituições como o Hospital Militar, o Liceu Provincial, a Sociedade de Medicina de Pernambuco, a Biblioteca Provincial e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Em 16 de julho de 1908, atendendo ao pedido dos recifenses, o Papa Pio X proclamou Nossa Senhora do Carmo como padroeira da cidade (RIBEMBOIM, 2017). A Basílica do Carmo, representa um dos monumentos religiosos mais significativos de Pernambuco, destaca-se por uma elegante fachada em estilo rococó. O projeto compreende uma portada central proeminente em relação às laterais, decoradas com cantaria e vergas ligeiramente arqueadas, acompanhadas por duas portas laterais. Acima dessas portas, entre as janelas do coro, destacam-se dois altares em pedra, com as imagens dos profetas Elias e Eliseu, sendo ainda coroados por óculos. As esquadrias em madeira apresentam relevos almofadados e o brasão da Ordem dos Carmelitas se destaca no centro em relação às janelas do coro.



Figura 182: conjunto de Carmo; Figura 183: Basílica do Carmo vista do Largo de São Pedro
Fonte: autora, abril de 2021; Fonte: <https://sanctuararia.art>, abril de 2015.

Anualmente, entre os dias 7 e 16 de julho, o Recife celebra a sua padroeira, Nossa Senhora do Carmo, através de uma festividade grandiosa, que incorpora elementos sagrados e profanos, desenvolvendo-se em frente à Basílica. Durante esse período, cerimônias

religiosas como novenários e missas solenes são realizadas, culminando em uma extensa procissão que percorre as ruas da cidade com a imagem da santa.



Figura 184: Igreja de Nossa Senhora do Carmo; Figura 185: festa de Nossa Senhora do Carmo
Fonte: Arthur Mota/Folha de Pernambuco, julho de 2023; Fonte: Alexandre Aroeira / Folha de Pernambuco, julho de 2023

O Pátio do Carmo é uma ampla área livre situada em frente ao conjunto do Carmo. O atual espaço público é resultante da abertura da Av. Dantas Barreto. Com piso revestido em mosaico de pedra portuguesa e paralelepípedo, o Pátio conta com alguns quiosques comerciais. Nele está localizada uma escultura feita por Abelardo da Hora em homenagem a Zumbi dos Palmares, herói brasileiro que supostamente teve a cabeça exposta nesse lugar, após ser derrotado por escravocratas. O Pátio do Carmo é palco de celebrações religiosas, carnavalescas, manifestações populares e políticas. Destaca-se entre elas, além da Festa de Nossa Senhora do Carmo, a Procissão do Bom Jesus dos Passos. Assim como na Praça da Independência, no pátio do Carmo também são realizados os grandes comícios e de onde partem passeatas, procissões e cortejos cívicos. Esse espaço público concentra grandes acontecimentos e manifestações, tanto política, quanto religiosa, popular e cultural.



Figura 186: “Ato da virada” - Haddad é recebido em Recife.
Fonte: <https://vermelho.org.br/> outubro de 2018

O conjunto do Santíssimo Sacramento

Figura 187: escadaria da Igreja Matriz de Santo Antônio
Fonte: autora junho de 2013



4) O conjunto do Santíssimo Sacramento – Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio e a Av. Dantas Barreto



Figura 187: Fotomontagem Matriz de Santo Antônio.

Fonte: autora, agosto de 2023. A partir de: autora, 2023; Croqui - José Clewton do Nascimento, 2021; biblioteca.ibge.gov.br,

A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, é um notório exemplar da arquitetura barroca brasileira. Erguida no bairro de Santo Antônio, essa edificação católica é um eminente testemunho de erudição e beleza arquitetônica. Na área que hoje abriga a igreja, encontravam-se as trincheiras utilizadas pelos neerlandeses invasores e a antiga Casa da Pólvora. Cerca de um século após a expulsão dos holandeses, em 1752, a Irmandade do Santíssimo Sacramento adquiriu o terreno desocupado e empreendeu a construção da igreja, que foi concluída em 1790. O interior da igreja foi adornado ao longo do século XIX, recebendo obras de talha, especialmente na capela-mor, e painéis pintados por Sebastião da Silva Tavares. A pintura e douração foram conduzidas por Manuel de Jesus Pinto entre 1790 e 1805, (GUERRA, 1960).

A fachada exhibe elementos ornamentais barrocos, o corpo central da igreja apresenta três entradas em arcos abatidos, guarnecidas por arenito em seus ombros e lintéis. Um frontispício relativamente discreto coroa o portal central, flanqueado por portas entalhadas em madeira com almofadões volumosos, características distintivas do barroco. Acima das portas, janelões apresentam decoração semelhante, enriquecidos com sacadas em ferro trabalhado e caixilharia ornamentada. Sobre estes elementos, óculos redondos repousam sob uma cornija destacada em arco triplo, demarcando a base do frontão. Este último exhibe empenas em volutas, uma cruz e pequenos pináculos no ápice, além de um baixo-relevo com

a forma de um ostensório. Ladeando o corpo central estão duas torres campanárias altas, ornamentadas com pilastras de pedra nas laterais. As aberturas nas torres imitam aquelas do centro do edifício até o segundo nível, onde uma cornija retilínea é estabelecida. Acima dela, um óculo em estrela é visível, seguido por novas aberturas em arcos redondos destinadas aos sinos. Coruchéus em bulbos octogonais superpostos rematam as torres, adornadas por pequenos pináculos nos cantos. Internamente, a igreja abriga uma alta nave única, onde se destaca um pára-vento envidraçado sob o coro, bem como duas capelas: a Virgem da Piedade à direita, com elaborada moldura entalhada e dourada, e o batistério à esquerda, contendo uma pintura do início do século XIX - "O Batismo de Jesus" - criada por José Elói, também autor dos painéis da igreja do Mosteiro de São Bento em Olinda.



Figura 188 e Figura 189: Igreja Matriz de Santo Antônio
Fonte: autora, junho de 2023

Numerosos altares laterais, decorados no estilo neoclássico com estatuária barroca, preenchem a nave. Duas séries de tribunas, um grande lustre de cristal, painéis pintados, púlpito e bancadas centrais, separadas por balaustrada, enriquecem o ambiente. No que tange às capelas, merecem destaque a Virgem das Dores, com uma imagem tocante de Nossa Senhora ladeada por um crucifixo expressivo, e a capela-mor, que brilha pela sua decoração de talha rococó. Este último apresenta um altar em estilo escalonado, figurando como um trono para o Crucificado e o Santíssimo Sacramento no topo. À direita da capela-mor, encontra-se o cemitério, onde repousam figuras notáveis, incluindo os insurretos da Revolução Pernambucana de 1817. No contexto da sacristia, painéis de parede, um lavabo em mármore e uma cômoda rococó doada pelo padre Feliciano José Dornelas em 1794 são

encontrados. A Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, edificada no século XVIII, perdura como um marco imponente da arquitetura religiosa barroca, ao mesmo tempo que enriquece a paisagem urbana com sua grandiosidade e presença marcante. Na sua frente encontra-se uma parada de ônibus o que faz com que seja um espaço sempre muito movimentado, seja pelas pessoas que utilizam as escadarias para descansar, seja pelos fiéis que sempre entram para fazer sua oração ou seja pelas pessoas que estão só de passagem esperando sua condução. A calçada em pedra portuguesa e os degraus de acesso são utilizados como um espaço público de permanência, como um pátio, que permite descanso aos frequentadores. Outro ponto que chama atenção na dinâmica dessa área é o comércio ambulante de relógios, marcado pela presença das bancas de vendedores ambulantes especializados exclusivamente na venda e conserto de relógios, troca de pulseiras e troca de pilhas. Estes podem ser encontrados principalmente na Praça da Independência e na Avenida Dantas Barreto em frente a igreja.



Figura 190: parada de ônibus na frente da Igreja Matriz de Santo Antônio; Figura 191: detalhe banca de conserto e venda de relógio na Av. Dantas Barreto em frente a igreja Matriz de Santo Antônio; Figura 192: detalhe barraca de água de coco e Igreja ao fundo. Fonte: autora, junho de 2023; Fonte: autora, junho de 2023; Fonte: autora, junho de 2023

Praça do Sebo

Figura 193: Praça do Sebo - escultura do escritor Mauro Mota

Fonte: autora, junho de 2023



5) Praça do Sebo



Figura 194: Fotomontagem Praça do Sebo.

Fonte: montagem da autora, agosto de 2023. A partir de fotos da autora, 2023.

No coração da movimentação das avenidas Dantas Barretos e Guararapes, onde a cacofonia de veículos, comerciantes ambulantes e uma profusão de bares se fazem presentes, uma viela amplamente reconhecida proporciona uma atmosfera de suspensão temporal. É justamente essa pausa que a Praça do Sebo oferece como um alívio no “vuco-vuco” do Centro do Recife. Nos oitões dos edifícios Santo Albino, Douro e Pernambuco a Praça do Sebo foi implantada em 1981, toda em pedra portuguesa e um belo chafariz central.

Constituída pela delimitação dos edifícios circundantes, esta área pública é dotada de vegetação, servindo como um ponto de encontro onde indivíduos se reúnem para interagir socialmente, repousar ou apreciar o entorno. Batizada de Praça do Sebo em função da atividade comercial que a caracteriza, esta praça é o epicentro do comércio de livros novos e usados, bem como discos de vinil e CD's, dispostos em compartimentos individuais. Além disso, ela abriga uma escultura em homenagem ao poeta Mauro Mota, integrante do Circuito da Poesia do Recife. Uma faceta adicional desse espaço é a diversidade de bares e restaurantes que enriquecem o local com um ambiente boêmio. Ainda, no Edifício Brasília, ressoa o Chá Mate Brasília, estabelecido no bairro desde 1984 e com uma clientela fiel, contribuindo para a riqueza multifacetada dessa praça emblemática.

A Praça do Sebo, erguida no Recife em 1981, materializou-se com uma missão específica: abrigar, em 19 quiosques, livreiros. Durante os anos 80, os apreciadores de

literatura que buscavam adquirir obras a preços acessíveis sabiam exatamente onde encontrar tal variedade. Nessa época, a praça se consolidou como um espaço onde inúmeros livros, discos, revistas, jornais, almanaques, gibis, folhetos, cordéis e postais - tanto usados quanto novos e em diferentes idiomas - contemplavam as diversas preferências literárias, situando-se no coração de Recife. A Praça do Sebo personifica um exemplo vivo de instalação cultural, amalgamando história, arte, informação e cultura. Entretanto, ao longo dos anos, ela caiu em desuso. Desse vácuo surge o projeto #MovimentoPraçaDoSebo, imbuído de propósitos como a divulgação da própria Praça do Sebo, a valorização da importância histórica dos sebos, a ênfase na significância da implementação de atividades culturais para revitalizar o espaço e estimular o gosto pela leitura, amalgamando-o com iniciativas culturais consolidando a Praça do Sebo no seu papel de equipamento de cultura (PAJEÚ; SOBRAL, 2019).



Figura 195, 196,197: Praça do Sebo
Fonte: autora, junho de 2023

O Conjunto Franciscano

Figura 198: Capela Dourada

Fonte: autora, junho de 2023



6) O conjunto Franciscano – Igreja e Convento Franciscano de Santo Antônio, Capela Dourada e Rua do Imperador



Figura 199: foto-montagem conjunto Franciscano.

Fonte: montagem da autora, agosto de 2023. A partir de: autora, 2023; Croqui - José Clewton do Nascimento, 2021; <http://ordemterceiradesaofranciscodorecife.blogspot.com/>

O convento de Santo Antônio, junto à Igreja de Santo Antônio, marca o início da ocupação da Ilha de Antônio Vaz, a partir do século XVII. Posteriormente, foi construída a Capela Dourada ao seu lado, pertencente à Ordem Terceira de São Francisco. Atualmente esse conjunto é um dos grandes representantes do Barroco no Recife. A Igreja de Santo Antônio possui um cruzeiro secular em sua entrada. Sua fachada é marcada pelas ornamentações em pedra de cantaria, com a presença de volutas no frontão e ao redor das janelas e óculos. Sua única torre desponta e pode ser vista de vários pontos do entorno. A Capela Dourada possui características mais singelas na sua fachada, enquanto que seu interior possui pinturas à base de ouro e é composto por mobiliário de madeira talhada. O conjunto ainda possui uma série de painéis de azulejos representativos de diferentes momentos da história do Brasil, (IPHAN, 210b). Atualmente, a igreja e o Convento

Franciscano de Santo Antônio encontram-se inscritos como Monumento Nacional no livro das Belas Artes, fls. 32, sob o n.º 186, em 20 de julho de 1938 (Processo 144-T/38).

No ano de 1606, houve a concessão de extensas terras na Ilha de Antônio de Vaz que teve como beneficiários os frades franciscanos, os quais destinaram esses terrenos ao estabelecimento de um convento venerado em devoção a Santo Antônio. Assim, entre os anos de 1612 e 1613, testemunhou-se a finalização do convento e da igreja que se apresentavam de feição simples e de escala reduzida. No contexto de 1630, a investida dos holandeses ocasionou na tomada do Convento de Santo Antônio, convertendo o espaço em sede de uma fortaleza batizada como "Ernesto" ou "Ernestus". De acordo com Iphan (2010b), a coexistência das edificações fez com que o forte chegasse a ser chamado de "Fortaleza do Convento" e a partir do ano de 1640, a igreja conventual foi transformada em templo anglicano, ocasionando intervenções arquitetônicas para sua adaptação a tal finalidade. Na vizinhança do Convento Franciscano, no extremo norte da ilha, foi erguido por Maurício de Nassau o Palácio de Friburgo e um jardim botânico, hoje reconhecido como Praça da República.

Com a saída dos holandeses no ano de 1654, o convento retornou ao controle dos frades, os quais empreenderam reformas e expansões. A capela-mor foi guarnecida com painéis azulejares. No transcurso de 1695, parcela das terras do convento foi cedida à Ordem Terceira de São Francisco com vistas à construção de sua capela própria. Portanto, no ano de 1696, tiveram início as obras que culminaram na construção da capela, disposta perpendicularmente ao lado esquerdo (lado do Evangelho) da igreja conventual. A introdução de uma arcada de proporções notáveis promoveu a conexão entre a capela e a igreja, (IPHAN, 210b). A partir de 1710, emanava da capela dos Terceiros uma das procissões mais preeminentes da cidade, a "Procissão das Cinzas", que congregava uma numerosa assembleia de fiéis em torno de um cortejo solene. Em 1724, alcançou-se a conclusão das obras, e o requinte decorativo da renomada "Capela Dourada", enriquecida com entalhes dourados e pinturas exímias, ultrapassou significativamente a ornamentação presente na igreja conventual.

No ano de 1750, foram empreendidas novas expansões na Igreja de Santo Antônio. Foi então que ocorreu a concepção do claustro circundando um pátio caracterizado pela presença de colunas do estilo toscano. A configuração espacial do Convento de Santo Antônio, resultado das renovações no século XVIII, está associada ao arquétipo arquitetônico conhecido como "Escola Franciscana do Nordeste". Este padrão se caracteriza pela disposição de um pátio ou claustro central circundado pelo convento e pela igreja conventual, geralmente perpendicular à nave da igreja conventual, na direção da capela da

Ordem Terceira. Em 1803, a antiga estrutura de exercícios paralela à igreja conventual, que já havia sido adaptada como igreja da Ordem Terceira, passou por expansões, proporcionando um acesso direto à rua. Um novo frontispício foi importado de Portugal, transformando este templo na igreja principal da Ordem Terceira, enquanto a Capela Dourada foi designada exclusivamente para os noviços. Durante os levantes de 1817 e 1824, o convento sofreu ocupações militares. Devido ao seu estado de deterioração em meados do século XIX, o convento e a igreja foram restaurados, preservando suas características desde então. No século XIX, a Igreja de Santo Antônio abrigou o "cemitério dos infamantes" ou "da vergonha", onde eram sepultados indigentes, escravos e mártires de revoluções, como os revolucionários pernambucanos de 1817. Nela também foi sepultado um dos heróis da Insurreição Pernambucana, Henrique Dias.

O conjunto encontra-se localizado na rua Imperador Pedro II, que tem seu traço inicial no século XVII e possui instituições como a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, o Palácio da Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Fórum Tomás de Aquino. Dentre suas construções, destacam-se as igrejas barrocas e o casario eclético, como o Gabinete Português de Leitura e a Escola de Saúde do Hospital Português, dotados de uma série de ornamentos, como arcos abatidos, brasões e pilares coríntios; e a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual APEJE. Atualmente é uma rua com intenso fluxo de veículos e baixo fluxo de pedestres. Há também uma intensa presença de moradores de rua, principalmente na frente da igreja. Próximo a escola de Saúde, existe uma movimentação maior e podemos perceber o jogo de dominó como uma tradição local. É nítida a diferença da dinâmica urbana desse elemento com os outros elementos que investigamos



Figura 200, 201, 202: Rua Imperador Pedro II.

Fonte: autora, julho de 2023.

Praça da Independência

Figura 203: Praça da Independência

Fonte: autora, junho de 2023



7) Praça do Independência



Figura 204: Fotomontagem Praça da Independência

Fonte: montagem da autora, agosto de 2023. A partir de: autora, 2023; Acervo DPPC/PCR;
<https://revista.algomas.com/5-fotos-da-praca-da-independencia-antigamente>;

No centro do Recife, especificamente no bairro de Santo Antônio, encontra-se a Praça da Independência, uma área de vital importância para o contexto urbano e histórico da cidade. É a primeira praça do Bairro de Santo Antônio, que constitui, um dos núcleos primitivos da cidade (PONTUAL, 2001). As origens desse espaço remontam à época da Cidade Maurícia, onde era designado como Terreiro dos Coqueiros, sendo possível, ainda, identificar no espaço os vestígios de seu traçado original. O local abrigava um extenso mercado durante o domínio holandês, recebendo diversos nomes como Praça Grande, Praça do Comércio e Praça da Ribeira. No ano de 1788, compreendia sessenta e duas casas que comercializavam itens essenciais, e sua designação foi transformada em Praça da Polé, que de acordo com Ribemboim (2017), tinha esse nome devido a um instrumento de tortura ali situado, onde poderia se fazer cumprir o suplício da polé, que consistia no ritual de pendurar um condenado pelos braços e suspendê-lo com pesos amarrado aos pés. Em 1818 o instrumento foi para o bairro do Recife e a praça recebeu uma ampla remodelação: as

pequenas construções foram substituídas por lojas de maior envergadura, enquanto sua nomenclatura passou a ser Praça da União.



Figura 205: obras da Praça do Diário, 1974; Figura 206: Vista ampla da Praça, com os prédio da Sulacap e a Avenida Guararapes no lado direito.

Fonte: Arquivo/DP/D.A Press; Fonte: <https://revista.algomas.com/5-fotos-da-praca-da-independencia-antigamente/>

No alvorecer do século XX, em 1905, uma medida de expansão conduziu à demolição de quarteirões inteiros e pequenas lojas que ocupavam a praça. Ruas como a Sigismundo Gonçalves e a rua do Cabugá deixaram de existir. Quatro décadas após, a praça dobrou de tamanho, adquirindo a configuração que ostenta na atualidade, ganhando a denominação popular de "praça do Diário", por conta do edifício do Diário de Pernambuco - o jornal mais antigo da América Latina, cuja sede teve este endereço entre 1901 e 2004. No ano de 1945, a Praça da Independência testemunhou comícios agitados, sendo palco do trágico assassinato do acadêmico Demócrito de Sousa Filho durante um desses eventos, (VAINSENER, 2003). Em 1954, a praça foi o epicentro das comemorações do tricentenário da Restauração Pernambucana, recebendo um conjunto escultórico em gesso simbolizando "as três raças unidas contra o invasor", além de um arco de triunfo, ambas criações do renomado escultor Abelardo da Hora. Outra reforma, realizada em 1975, introduziu o busto de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1891-1968), esculpido por Abelardo da Hora, retratando-o com uma caneta em punho a escrever. Em seu pedestal, encontram-se as palavras: "Ao eminente jornalista Assis Chateaubriand, homenagem da cidade do Recife", há uma outra homenagem gravada em um bloco de cimento que celebra a nova Praça da Independência como símbolo de tradição libertária e enaltece o Diário de Pernambuco pelos seus 150 anos de contribuição civilizadora, (BARROS; ALBUQUERQUE, 2021). A atual configuração da praça a torna um ponto de intensa dinâmica urbana, sendo atravessada por diversos indivíduos ao longo do dia. Tal realidade é uma consequência da dinâmica comercial que define suas imediações e também da atividade comercial que se desenrola diretamente na própria praça. Nesse contexto, é possível encontrar uma variedade de

comércios varejistas e também informação, abarcando desde bolsas até pequenos aparelhos eletrônicos, brinquedos, miudezas e serviços de reparo de relógios e ventiladores, entre outras mercadorias. Sua proximidade ao terminal de ônibus da Avenida Guararapes confere-lhe um papel central e, frequentemente, ela se transforma em um espaço de encontro para uma ampla gama de eventos. Hoje em dia, a Praça da Independência é considerada um dos centros mais movimentados do Recife. A partir dela, irradiam e convergem vias de grande relevância, como a rua Duque de Caxias, a rua 1º de Março, a avenida Dantas Barreto, a rua Nova, a avenida Guararapes, o Largo do Rosário, a rua Matias de Albuquerque e a rua Engenheiro Ubaldo Gomes de Matos. Além de representar o coração do bairro de Santo Antônio, a praça continua sendo o local de realização de comícios, passeatas, procissões, cortejos cívicos e blocos de carnaval, centralizando eventos, manifestações e reivindicações políticas, religiosas, populares e culturais do Estado de Pernambuco, infelizmente atualmente a praça encontra-se com muitos moradores de rua e é palco de muitos furtos e roubos.



Figura 207: Foliões em frente ao edifício do Diário de Pernambuco, no palanque da Praça da Independência, 1957
Fonte: BARROS;ALBUQUERQUE, 2021. fotografia por Marcel Gautherot.



Figura 208: Praça da Independência
Fonte: autora, junho de 2023.

O conjunto do Rosário dos Pretos

Junho 2009: Conjunto do Rosário

Foto: autora, junho de 2023



8) O conjunto do Rosário dos pretos – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, rua Larga do Rosário e rua Estreita do Rosário



Figura 210: Fotomontagem igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Fonte: montagem da autora, agosto de 2023. A partir de: Fotos da autora, 2023; Croqui - José Clewton do Nascimento, 2021.

Como se sabe, muito negros foram traficados para o Recife, em uma época em que as relações dos homens com o mundo era fortemente marcada pela religião, e mais especificamente a religião católica. De acordo com Ribemboim (2017), o batismo era um ponto importante que marcava a entrada do cidadão na comunidade. Nesse cenário, muitas irmandades surgiram nos bairros de Santo Antônio e São José, e para os indivíduos negros e/ou de baixa renda fazer parte de uma irmandade era o que, de alguma forma, poderia lhes assegurar algum benefício, fosse em caso de prisão ou mesmo em caso de doença. Sendo assim, muitas irmandades de pretos e pardos se formaram no Recife, unindo a população de origem africana, onde algumas delas existem até os dias atuais, como é o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, edificada em 1630 pela Irmandade dos Homens Pretos da Vitória, representa um dos marcos significativos na história de formação do Recife. Ao longo dos primórdios da cidade, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos estabeleceu-se como uma das poucas entidades das quais

perduram registros primários, documentando suas atividades. Fundada como parte do cenário das formações africanas do período, que abarcavam distintas nações, dialetos e costumes, essa irmandade adotou Nossa Senhora do Rosário como padroeira, celebrando festas e danças que evocavam as tradições de seus países de origem, tais como batuques e maracatus, como observado pelo historiador Flávio Guerra. No contexto do século XVII, uma igreja já estava estabelecida, servindo de espaço para missas, reuniões e celebrações dos confrades pertencentes à irmandade, entre eles escravos e alforriados. Anotações datadas de 1678 evidenciam a confecção de um púlpito a partir de "pau de jacarandá", enquanto registros de 1699 comprovam o pagamento pela douração do altar principal. Guerra (1970), destaca que em 1706 os integrantes da irmandade planejavam importar materiais de Lisboa para adornar a capela-mor com frisos de ouro. No contexto turbulento da Guerra dos Mascates, a irmandade de negros de Recife alinhou-se à causa da cidade, expressando descontentamento em relação à irmandade do Rosário de Olinda. Com o término do conflito em 1711, a irmandade recifense formalizou seu primeiro compromisso, obtendo autorização para coroar um Rei do Congo. Ao longo do século XVIII, a igreja passou por reformas sucessivas, denotando a ativa e organizada irmandade, que também dispunha de recursos para pagamento dos artífices. Registros de 1720 revelam que marceneiros e carpinteiros foram contratados para a reconstrução da torre sineira, marco inicial das obras que deram à igreja sua aparência atual.



Figura 211: interior da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Figura 212: fachada da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Preto. Fonte:autora, agosto de 2023; Fonte:autora, agosto de 2023;

De acordo com Guerra (1970), em 1739, a fachada da igreja apresentava más condições, representando perigo para os pedestres. Em resposta, a irmandade optou por

reconstruí-la, adicionando três portas de entrada e enriquecendo-a com ornamentos de pedra. A fachada, marcada por um frontispício elevado, similar a outras igrejas pernambucanas, provavelmente remonta à mesma época da Basílica do Carmo e do Mosteiro de São Bento de Olinda, datando após 1750. Como na Basílica, apenas uma das duas torres planejadas para a Igreja do Rosário foi concluída. No interior da igreja, cinco belos altares em estilo barroco rococó foram decorados, revestidos de pintura branca em algum momento difícil de precisar. Após reforma posterior, a madeira foi mantida em sua coloração natural, preservando detalhes dourados. Com o passar dos anos, outras irmandades de negros migraram para a Igreja do Rosário, consolidando-a como uma referência para diversas associações. A igreja erguida pela Irmandade dos Homens Pretos permanece como testemunha arquitetônica e histórica da complexa trama de culturas e histórias que contribuíram para a formação do município e da sociedade recifense.

De acordo com Ribemboim (2017), existia um compromisso desta Irmandade que determinava uma quantia a ser paga por parte dos irmãos pretos e que lhes dava o direito de voto na eleição para mesa administrativa, e, de acordo com o mesmo autor, o grupo mais numeroso era dos negros oriundos de Angola e da Costa da Mina, ainda que recebesse africanos de outras nações e crioulos. Ainda sobre a Irmandade do Rosário, vale destacar uma importante festa, que reunia o sagrado e o profano, chamada e “Coroação do Rei do Congo”.

Os africanos oriundos do Congo, escravos e libertos, elegiam um rei e uma rainha, com autorização das autoridades eclesiásticas (portanto no seio das irmandades) e seculares (autoridades policiais). [...] esse rei tinha ascendência sobre seus compatriotas e o encargo de manter a ordem entre eles, conforme os padrões ditados pelas autoridades coloniais. [...] na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife já se elegiam reis em 1674, sendo que em 1676 foram eleitos quatro reis angolas, quatro crioulos, cinco rainhas angolas e cinco crioulas, o que indica que tais cargos, além de constituírem importante fonte de arrecadação de dinheiro, a ser empregado na festa da padroeira, eram cobiçados pelo prestígio que conferiam aos escolhidos. (SOUZA, 2014, p. 212-213).

Souza (2014), destaca que essas práticas são interpretadas como uma estratégia dos senhores, permitindo-lhes exercer controle sobre as comunidades africanas e assegurar a estabilidade por meio de uma concessão de "simulacro de liberdade política". Entretanto, a intrincada natureza das tradições, onde cada agrupamento negro dispunha de seu próprio representante, juntamente com a quantidade de indivíduos que assumiam os cargos, evidencia significados de profunda relevância para a comunidade negra, transcendentais às motivações delimitadas no âmbito senhorial. Era um momento em que a comunidade negra poderia afirmar sua presença na vida da urbe. A celebração contava com o apoio das autoridades civis e religiosas, mas que de certa forma, utilizavam-na como artifício para amoldamento e submissão ao modelo europeu.

Após irem à missa cerca de 400 homens e mulheres, elegeram um rei e uma rainha, e marcharam pelas ruas cantando, dançando e recitando os versos que fizeram, acompanhados de oboés, trombetas e tambores bascos. Estavam vestidos com as roupas de seus senhores e senhoras, com correntes de ouro e brincos de ouro e pérolas, alguns deles mascarados. Todas as diversões desta cerimônia lhes custaram 100 escudos. O rei e seus oficiais não fizeram nada em toda essa semana, além de andarem solenemente, com a espada e a adaga ao seu lado (RENNEFORT. *Histoire des Indes Orientales* *apud* SOUZA, 2014, p. 213).



Figura 213: Coleta de esmolas na irmandade de nossa senhora do rosário - rio Grande do sul; Figura 214: Mbembe, D. Pedro VI, rei do Congo, fotografado pelo reverendo R. H. C. Graham. o manto e o cetro de prata lhe foram presenteados em 1888 pelo rei de Portugal.

Fonte: DEBRET, J. B. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin didot Frères, 1834-1839. t. 3. Biblioteca Guita e José Mindlin IN: SOUZA, 2014; Fonte: WEEKES, J. H. *Among the primitive Bakongo*. new York: negro University Press, [s.d.] IN: SOUZA, 2014.

De acordo com texto citado, no âmbito dessa celebração, a volumosa participação de indivíduos negros e o engajamento dos proprietários, que cediam vestimentas e joias para conferir à corte um esplendor mais exuberante, merecem ser observados. Os instrumentos musicais europeus e as roupas utilizadas, potencialmente, indicam o grau de ocidentalização desses africanos. Contudo, destaca-se especialmente a ênfase atribuída ao rei e seus oficiais durante o período festivo, demarcado como uma semana de pausa na ordem quotidiana. Durante esse tempo, o rei negro e seus oficiais marchavam solenemente, portando espada e adaga. Esta concessão amplifica o reconhecimento da autoridade da corte negra, não apenas perante seus súditos, mas também em relação à sociedade senhorial, ao menos durante o período festivo. De acordo com Souza (2014), estes reis exerciam um certo grau de jurisdição, apaziguando conflitos, e nos locais católicos, eram as confrarias religiosas que desempenhavam esse papel regulador, onde as eleições de reis negros constituíam uma estratégia de organização das comunidades em meio ao domínio colonial escravista. Os reis exerciam a função de intermediários entre o grupo que representavam e a sociedade senhorial, amenizando tensões internas e externas à comunidade sob sua autoridade. De acordo com Iphan, foram essas coroações que deram origem ao Maracatu Nação.

Vale ainda destacar as ruas que dão acesso à igreja e faz sua interligação com a praça da Independência, que são a rua Estreita do Rosário, e a rua Larga do Rosário. A maior parte

do traçado dessas vias é caracterizado por caminhos pavimentados em pedra portuguesa, conferindo-lhes uma estrutura esteticamente apreciável, nas proximidades da praça o piso encontra-se em intertravado de concreto.. As ruas Estreita do Rosário e Larga do Rosário complementam o conjunto com exemplares de diferentes estilos arquitetônicos, abrangendo desde o colonial até o art déco. Notavelmente, essas vias são pontos de comércio ambulante, onde os frequentadores também se engajam em atividades lúdicas, como partidas de baralho e dominó. A sinergia entre a arquitetura variada e a dinâmica social contribui para a riqueza dessa região, que enlaça a história e a vida cotidiana em um cenário urbano peculiar.



Figura 215:e Figura 216: rua Larga do Rosário; Figura 217: rua Estreita do Rosário.

Fonte:autora, junho de 2023; Fonte:DPPC,2020

Conjunto do Livramento

Figura 218 Conjunto do Livramento

Fonte: autora, junho de 2023



9) O conjunto do Livramento - Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, Pátio do Livramento e rua Direita



Figura 219: Fotomontagem Igreja e Pátio do Livramento

Fonte: montagem da autora, agosto de 2023. A partir de: autora, 2023; Croqui - José Clewton do Nascimento, 2021

De acordo com Guerra (1970), a igreja do Livramento foi aberta ao culto em 1882, e referências históricas indicam que em 1694 já havia no local uma igrejinha simples, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, em um terreno que fazia parte das “hortas de São Pedro dos Clérigos”. Ao longo de todo século XVI a igreja sofreu várias intervenções, e no ano de 1726, com a finalidade de “socorrer as necessidades espirituais da população de Santo Antônio”, pois esta ficava longe da igreja-matriz, foi instalado um santuário elevando-se o templo ao título de igreja paroquial, (GUERRA, 2014, p.28). Durante as décadas de 1730 e 1740, a igreja sofreu mais intervenções, somente no ano de 1830 é que houve a reforma definitiva do templo.

Este apresenta linhas clássicas e coloniais, embora em certos contornos apresente algumas perspectivas mais modernas. Contudo, os seus traços arquitetônicos são sóbrios. A fachada principal é de uma certa imponência e elegância, com traços em relevo, alguns de pedra de cantaria e outros de granito lavrado. No interior, destaca-se o teto elaborado em madeira, abrangendo a totalidade do espaço da nave, notável por seus desenhos que mimetizam os raios divinos do Santíssimo. No salão, duas notáveis telas em madeira queimada ilustram a Apresentação e o Desposório de Nossa Senhora. Adicionalmente, encontra-se representada a figura do mestre-de-Campo José de Vaz Salgado, assim como a de um oficial não identificado, em outros dois painéis. A fachada é enriquecida com uma requintada cruz de ferro, habilmente trabalhada, que foi confeccionada na época pela

Fundição Aurora, um estabelecimento comercial prestigiado. Além disso, no interior, há um armário imponente embutido na parede, datado de 1843 e confeccionado em jacarandá lavrado, utilizado para guardar os objetos de culto. A imagem de Nossa Senhora da Conceição encontra-se preservada no consistório da igreja. No ambiente sacro, encontra-se também uma representação de São Gonçalo Garcia, um santo de origem parda nascido na Índia, martirizado em 1597 e beatificado pelo Papa Urbano VIII em 1627, (GUERRA, 1970). A igreja resguarda, assim, um acervo que não apenas carrega elementos arquitetônicos e artísticos notáveis, mas também testemunha a devoção e a diversidade cultural enraizadas em sua história. A Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, além de seu significado religioso, possui laços históricos notáveis. Em 1845, o Imperador D. Pedro II foi designado juiz perpétuo e protetor da Irmandade que a congrega. Isso culminou na inserção de um componente militar nas festas anuais em homenagem à padroeira, acompanhadas por uma guarda de honra do exército, um testemunho da interligação entre instituições religiosas e políticas da época, (GUERRA, 1970).



Figura 220: Igreja e largo de Nossa Senhora do Livramento, 1890.

Fonte: Gaensly, Guilherme - <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2496>

A igreja, situada atualmente em uma área de caráter predominantemente comercial, deixou de promover as festividades populares que marcaram seu passado. No entanto, os rituais regulares de culto continuam a ser executados conforme as práticas litúrgicas tradicionais. Atualmente, uma das cerimônias de maior destaque é a Missa do Comércio,

realizada a cada domingo, pontualmente ao meio-dia. Essa celebração tem lugar no altar dedicado a Nossa Senhora da Soledade, figura que foi consagrada como a padroeira dos Empregados do Comércio do Recife. Com isso, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento juntamente com seu pátio, mantém uma conexão vívida com seu passado e a vida contemporânea da cidade, ao abraçar tradições religiosas e comerciais em seu contexto histórico e social. É um lugar com intensa vitalidade urbana, que abarca vários tipos de comércio e é palco de diversas celebrações ao longo do ano, principalmente no carnaval.



Figura 221: Igreja e Nossa Senhora do Livramento; Figura 222: pátio do Livramento; Figura 223: Rua Direita - lateral da Igreja e Nossa Senhora do Livramento.

Fonte:autora, fevereiro de 2023; Fonte:autora, outubro de 2021; Fonte:autora, junho de 2023.

Vale destacar, ainda que brevemente, a Rua Direita, pois esta é adjacente a igreja do Livramento e uma das rotas de acesso ao seu pátio. Ela apresenta um dinâmico comércio, envolvendo produtos como roupas, tecidos, aviamentos, papel de parede, estofados, emborrachados, colchões, artigos chineses e cosméticos. Além do comércio estabelecido, a rua é caracterizada pela presença proeminente de vendedores ambulantes, oferecendo lanches, frutas, brinquedos e outras mercadorias diversas. Resguardando traços de sua história na composição urbana colonial, a Rua Direita mantém uma arquitetura que reflete influências coloniais e ecléticas, notando-se a presença de um casario tradicional. Um aspecto notável dessa rua é a horizontalidade dos edifícios que a compõem. Ademais, as travessas do Mercado e do Cirigado atuam como conexões viárias, estabelecendo uma ligação entre a Rua Direita e a Rua das Calçadas. Por meio desses elementos, a Rua Direita se configura como um componente essencial do contexto histórico e comercial da cidade do Recife.

A Rua Direita, localizada adjacente à Igreja do Livramento e à Igreja do Terço, apresenta um dinâmico comércio, envolvendo produtos como roupas, tecidos, aviamentos, papel de parede, estofados, emborrachados, colchões, artigos chineses e cosméticos. Além do comércio estabelecido, a rua é caracterizada pela presença proeminente de vendedores ambulantes, oferecendo lanches, frutas, brinquedos e outras mercadorias diversas. Resguardando traços de sua história na tessitura urbana colonial, a Rua Direita mantém uma arquitetura que reflete influências coloniais e ecléticas, notando-se a presença de um casario tradicional. Um aspecto notável dessa rua é a horizontalidade dos edifícios que a compõem. Ademais, as travessas do Mercado e do Cirigado atuam como conexões viárias, estabelecendo uma ligação entre a Rua Direita e a Rua das Calçadas. Por meio desses elementos, a Rua Direita se configura como um componente essencial do contexto histórico e comercial da cidade do Recife.

Conjunto do Mercado

Figura 224: mercado São José
Fonte: Ivan Alecrim, julho 2023



10) O conjunto do Mercado – Mercado de São José, Rua da Praia, rua do Rangel e o comércio de ervas e produtos de matrizes afroindígenas



Figura 225: Fotomontagem mercado São José

Fonte: montagem da autora, julho de 2023. A partir de: autora, 2023; Croqui - José Clewton do Nascimento, 2021; Ivan Alecrim, 2011; Acervo Fundaj

Inaugurado em 1875 é o mais antigo edifício pré-fabricado em ferro no Brasil, numa área antes denominada de Ribeira do Peixe, se constituía como um dos maiores símbolos do bairro no imaginário das pessoas (DUTRA, 2018). Ao longo de mais de 125 anos de história, o Mercado de São José sofreu várias reformas. Sua importância para a área resulta de uma combinação de materialidade e imaterialidade, pois estamos falando de um uso cotidiano que está absolutamente ligado a alma do bairro que é a atividade de comércio de base popular apresentando um importante papel na manutenção da centralidade dessa área e agregando força ao bairro como um imã urbano onde sua imaterialidade transborda para além das suas paredes (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021);

Inscrito como Monumento Nacional nos livros das Belas Artes v. 1, sob o n.º 509, em 17 de dezembro de 1973; e no livro Histórico v. 1, n.º 445, em 17 de dezembro de 1973 (Processo 883-T/73), o mercado passou por diversas reformas dentre as quais se destaca a de 1989 após um incêndio sofrido quando já era tombado, mas é sua estrutura de ferro de configuração clássica, importada da França, que lhe conferem o status de referência em “arquitetura de ferro”. Um dos primeiros mercados públicos do Brasil, o Mercado de São José, tem sua origem no final do século XVIII, quando os frades capuchinhos, pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Penha, pediram a transferência do mercado de carne e peixe

que acontecia da praça da Polé (atual praça da Independência), para as proximidades de sua residência, e assim o local ficou conhecido como Largo da Ribeira do Peixe (IPHAN, 2010c).

Na segunda metade do século XIX, influenciado pelo projeto do mercado público em ferro de Grenelle em Paris, o engenheiro francês Victor Lieutier foi contratado pela Câmara Municipal da cidade para elaboração do projeto do mercado. É relevante destacar que a concepção desse mercado em ferro reflete uma transição global nos métodos arquitetônicos, impulsionada por diversos fatores, incluindo as demandas decorrentes da Revolução Industrial no século XIX. Para viabilizar esses ambiciosos projetos arquitetônicos, utilizou-se um novo material que ganhou destaque: o ferro. A adoção desse material como elemento construtivo permitiu a criação de estruturas mais amplas, de design arrojado e eficiência estrutural, atendendo às necessidades da época, (IPHAN, 2010c).

A iniciativa de criar um novo mercado partiu do próprio governo que desejava, através de algumas medidas, modernizar e higienizar a cidade de Recife, buscando deixá-la com uma aparência europeia, acompanhando as tendências arquitetônicas em um contexto de transformações industriais e urbanas. Esse marco representou não apenas uma inovação técnica, mas também um reflexo das mudanças sociais e econômicas da época, contribuindo para a configuração urbana e cultural do Recife.

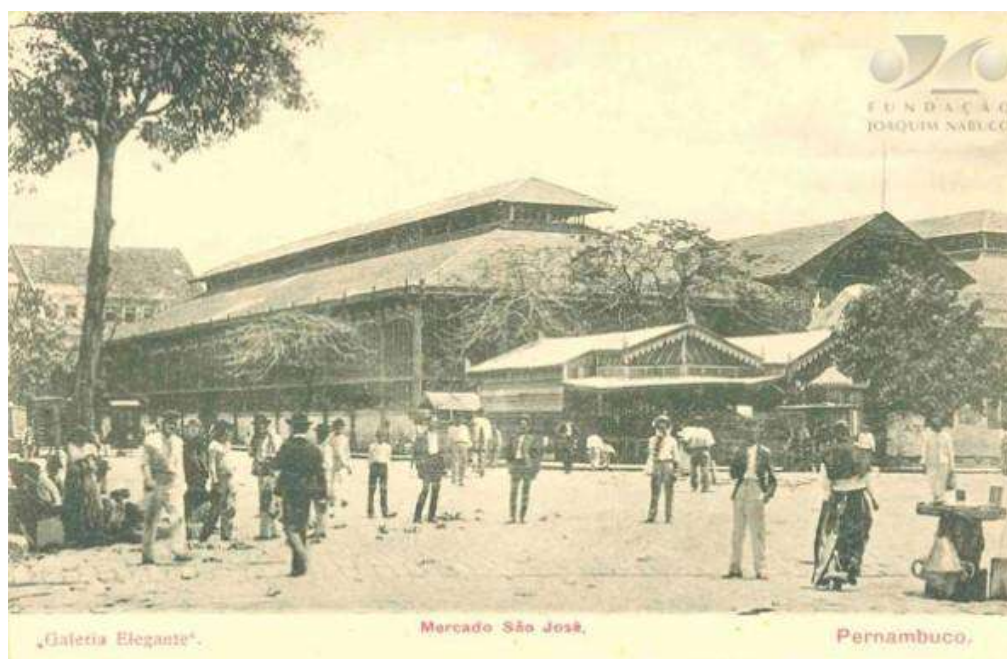


Figura 226: Mercado São José
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Em 1975, um marco importante foi alcançado ao celebrar o centenário do Mercado de São José no Recife, momento em que foi oficialmente tombado como patrimônio arquitetônico do Brasil, devido à preservação de sua estrutura em ferro original. No entanto, ao longo do tempo, o mercado passou por uma série de transformações que impactaram sua

configuração. Notáveis entre essas mudanças, na década de 1950, ocorreu a substituição das janelas de madeira e vidro por elementos de cobogós em cimento, alterando sua estética arquitetônica. Em paralelo às alterações em sua aparência, o mercado experimentou um considerável crescimento desde sua fundação. O espaço interno viu acréscimos em alguns boxes por meio de pequenas extensões. Na área externa do mercado, junto a seus muros, emergiram muitos outros boxes, focados na venda de alimentos prontos, lanches, cafés da manhã e almoços. Essas adições refletiram a evolução das demandas comerciais e a diversificação dos produtos oferecidos, influenciando a dinâmica do mercado ao longo de sua história (GUILLEN, 2009).



Figura 227 e figura 228: comerciantes no entorno do Mercado São José
Fonte: Ivan Alecrim, 2011.

Assim, o Mercado de São José emerge como um espaço de convergência de conhecimentos, celebrações e formas de expressão que se entrelaçam em sua complexidade. O mercado desempenha o papel singular de aglutinar práticas culturais coletivas e manifestações da cultura imaterial, em uma relação ambivalente com o amplo conceito de mercado. A circulação de bens materiais, como ervas, raízes, artesanato, redes, comidas e outros, entrelaça-se intrinsecamente com as trocas simbólicas, a difusão de saberes e as conexões com sistemas de produção e comércio mais abrangentes. No interior dos boxes e em suas adjacências, concentra-se um ponto de extrema importância para a distribuição de produtos e objetos ligados às religiões afro-descendentes. Dentro e fora do mercado, uma ampla variedade de produtos destinados aos orixás e aos encantados da Jurema é encontrada. Itens como defumadores, velas, estatuetas diversas, incenso e uma diversidade de ervas são oferecidos tanto em boxes internos quanto externos. O Mercado de São José estabeleceu-se como epicentro da comercialização e distribuição desses artigos religiosos.



Figura 229, figura 230 e Figura 231: Comércio de materiais de matrizes afro-indígena na rua da Praia
Fonte: autora, julho de 2023.

Como já citamos, as barracas que abrigavam o notável comércio de ervas, raízes e cascas medicinais, situadas nas ruas do entorno do MSJ, foram retiradas e realocadas no mercado anexo de São José, na rua da Praia. Um local frequentado por renomados raizeiros, que não só atuam como comerciantes, mas também como detentores de saberes tradicionais relacionados às práticas curativas. Estes raizeiros, muitas vezes, assumem a função de "doutores", aplicando seus conhecimentos ancestrais para prescrever infusões, lambedores e banhos de assento destinados a diversas doenças. O Mercado de São José se firma como um local vital tanto para a cultura material quanto imaterial, atuando como núcleo de convergência cultural e comercial no cenário urbano do Recife.



Figura 232 e figura 233: comerciantes no entorno do Mercado São José
Fonte: Ivan Alecrim, 2011.

Conjunto da Penha

Figura 234: Basílica da Penha e Praça Dom Vital
Fonte: Autora, julho de 2023.



11) O conjunto da Penha – Basílica da Penha, Praça Dom Vital, rua das Calçadas e rua da Penha



Figura 235: Fotomontagem mercado São José

Fonte: montagem da autora, julho de 2023. A partir de: fotos da autora, 2023; Acervo DPPC/PCR

A Basílica de Nossa Senhora da Penha, em estilo eclético com influências neoclassicista, é composta por colunatas marcando sua monumentalidade, frontões, frisos e estátuas na fachada, dentre elas destaca-se o anjo dourado que desponta sobre a cúpula da Igreja. O monumento foi tombado no nível estadual pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), em 2009. Em seu interior, encontra-se o túmulo de Dom Vital, vigésimo bispo de Olinda. O templo se conecta com o Convento de São Félix e o conjunto se relaciona com a Praça Dom Vital, antigo Pátio da Penha, que possui as estátuas do Frei Dom Vital e do cordelista Liêdo Maranhão.

De acordo com Guerra (1970), a partir de uma doação de terra aos padres capuchinhos franceses, em 1656, no lugar antes denominado de “Fora de Portas de Santo Antônio”, é que foi construído o hospício e a Igreja, colocando em seu altar-mor a imagem de Nossa Senhora da Penha. Ao longo dos anos a igreja passou por muitas reformas e diversas posses. Em 1869, já sob a liderança dos capuchinhos italianos, estes tomaram a decisão de

converter sua igreja em um grandioso Templo. Nesse empreendimento, seguiram o estilo suntuoso de Santa Maria Maior, em Roma, sob a orientação do arquiteto Fr. Vicente de Vicenza. Esse construtor, renomado por sua contribuição na edificação de imponentes templos capuchinhos na Europa e até mesmo na Ásia, foi o responsável pelas obras da Basílica da Penha. Todo o edifício obedece à ordem artística coríntia. É um templo majestoso com 65,70 de comprimento por 28,40 de largura. Sua configuração é de uma cruz latina, contendo três naves com um suntuoso zimbório, cuja chave se eleva a 43 metros de altura, tendo no alto uma elegante clarabóia, sobre a qual se vê colocada uma colossal imagem de Nossa Senhora da Penha.



Figura 236: Basílica da Penha 1880; Figura 237: Interior da Basílica da Penha

Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16647/igreja-de-nossa-senhora-da-penha-recife-pe>. Acesso em: 13 de agosto de 2023. Verbete da Enciclopédia; Fonte: autora, junho de 2023.

Durante muito tempo a Basílica ficou fechada por conta do seu péssimo estado de conservação, somente em 2006, o CECI elaborou um Plano Diretor de Conservação Integrada para a Basílica. Assim, foram elaboradas obras de conservação e restauro, ficando pronta em 2019. A Basílica da Penha atrai muitos fiéis ao longo do ano, porém um dos ritos mais destaca é a Bênção de São Félix, que percorre ruas de Santo Antônio e São José, na primeira sexta-feira do ano, sendo um dos eventos religiosos mais importantes da cidade. A bênção e a missa de São Félix repetem-se, em escala reduzida, todas as sextas-feiras, exceto na Sexta-Feira da Paixão. “A Igreja de Nossa Senhora da Penha é algo de emocionalmente radicado no espírito sentimental da velha cidade do Recife. É um Templo popularíssimo.

Exerce uma atração especial sobre o povo simples do centro da cidade” (GUERRA, 1970, p. 53).

Compondo esse conjunto destacamos a Praça Dom Vital, que tem esse nome em homenagem, como já citamos, ao Frei Vital Maria de Pernambuco, purista conservador e fervoroso religioso, que “lutou” contra a maçonaria em Pernambuco. A praça, configurada como pátio adjacente à Basílica da Penha, é delineada pelo casario da Rua das Calçadas. Esse conjunto arquitetônico desempenha um papel fundamental na organização espacial urbana, apresentando edifícios de diversos estilos e alturas, abrangendo desde casas térreas até sobrados com três pavimentos. Ao redor da praça encontram-se a rua das Calçadas e rua da Penha, formando eixos de circulação entre São José e Santo Antônio, partindo do Pátio do Livramento até as proximidades do Forte das Cinco Pontas. Com o casario marcado por lotes estreitos e pavimentação da via em paralelepípedo, as ruas possuem o comércio de festas, variedades e miudezas. É também tradicional pela venda de roupas, tecidos e aviamentos, seja no comércio ambulante, com as vendedoras que penduravam suas rendas na lateral da Igreja do Livramento dos Homens Pardos, seja no comércio formal, com grandes lojas. De acordo com Dutra (2018), todo esse conjunto representa um dos mais relevantes atributos identificados pelos atores sociais envolvidos com esse lugar, onde podemos perceber cotidianamente a intensa vitalidade e dinâmica urbana que transbordam da materialidade.



Figura 238: rua das calçadas; Figura 239: rua da Penha; Figura 240: Praça Dom Vital
Fonte: autora, julho 2023.

Igreja de Santa Rita de Cássia

Figura 241: Igreja de Santa Rita de Cássia

Fonte: autora, junho de 2023



12) O conjunto de Santa Rita – Igreja de Santa Rita de Cássia, rua de Santa Rita e procissão



Figura 242: Fotomontagem rua e igreja de Santa Rita

Fonte: montagem da autora, julho de 2023. A partir de: autora, 2023; Acervo do grupo Recife de Antigamente, <https://www.facebook.com/recantigo/photos>.

A Rua de Santa Rita, localizada no bairro de São José, anteriormente reconhecida como Rua da Praia dos Coqueiros, estava situada ao sul da Praça do Mercado Público. No final do século XVII, ela já havia sido denominada Rua do Fagundes, nome associado a um rico português que residia na região. Esse indivíduo havia construído as primeiras casas na área, circundadas por diversos coqueiros, o que originou o nome Rua da Praia dos Coqueiros. No dia 19 de abril de 1726, uma irmandade foi estabelecida na então capela de Nossa Senhora do Terço, tendo Santa Rita de Cássia como padroeira. Não precisou de muito tempo para a Irmandade de Santa Rita solicitar uma igreja própria ao governador e capitão-general José César de Menezes, também devoto de Santa Rita de Cássia. Assim, um terreno situado na Rua da Praia dos Coqueiros foi cedido para a construção da igreja com início em 1783, onde as torres e os detalhes da fachada só foram concluídos em 1831. Quase quarenta anos após o fim da sua construção uma nova reforma aconteceu na igreja, contudo, em 1889 um incêndio tomou conta da igreja destruindo quase totalmente a capela-mor. De acordo com Guerra (1970), milagrosamente a imagem de Santa Rita de Cássia nem sequer foi chamuscada, o que aumentou ainda mais a devoção pela santa por parte dos fiéis.



Figura 243: Igreja de Santa Rita, década de 1950; Figura 244: Igreja de Santa Rita dias atuais
 Fonte: Acervo do grupo Recife de Antigamente, <https://www.facebook.com/recantigo/photos>. Acesso em 2023; Fonte: autora, junho de 2023.

Após o lamentável incêndio, a Irmandade de Santa Rita se reuniu para restaurar o templo e, no final de 1890 a igreja já estava em funcionamento, o que perdura até os dias de hoje com missa todas as quintas-feiras e as solenidades à Santa Rita todo o mês de março. De acordo com Dutra (2018), a Igreja de Santa Rita não é reconhecida como monumento ou mesmo construção notável por nenhum órgão de proteção.

Presente em diversas ruas, praticamente por todo o bairro de Santo Antônio e São José, o comércio ambulante interage com o comércio formal, trazendo intenso movimento ao bairro e na rua de Santa Rita esse comércio traz ainda mais vida a essa materialidade. Por meio dos comerciantes ambulantes, é possível encontrar uma grande variedade de produtos e serviços, desde frutas e verduras a itens de vestuário, calçados e eletrônicos em geral. Além do comércio e intensa dinâmica urbana, outro ponto se destaca quando falamos das relações simbólicas estabelecidas com essa materialidade - a Procissão de Santa Rita.



Figura 245, 246, 247: comércio informal na rua de Santa Rita
 Fonte: autora, junho de 2023.

Igreja de São José do Ribamar

Figura 249: Detalhe porta da Igreja de São José do Ribamar

Fonte: autora, junho de 202



13) O conjunto de São José do Ribamar - Igreja de São José do Ribamar, rua de São José do Ribamar e rua Coração de Maria



Figura 250: Fotomontagem São José do Ribamar.

Fonte: montagem da autora, agosto de 2023. A partir de: autora, 2023; Frederick Hagedorn (1814 – 1889) - Acervo do Museu do Estado

Um dos prédios mais antigos da capitania de Pernambuco, situado no bairro de São José, a igreja de São José do Ribamar começou como uma modesta capelinha, fruto da iniciativa de carpinteiros e marceneiros do Recife em 1653, ainda no período de ocupação holandesa. Hoje é um monumento reconhecido pelo Iphan através do processo de Tombamento N^a 0923-T75 com Registro no Livro Histórico, inscrição n^o 469, e no Livro das Belas Artes, inscrição n^o 535, realizadas no ano de 1980. Em 1756 começou uma obra para substituição da antiga capela pela igreja que foi levantada sob o signo de São José dos Carpinteiros, seu padroeiro. Vale ressaltar que a nova igreja, no estilo Barroco, foi erguida pela própria irmandade composta por marceneiros, dos carpinteiros, tanoeiros, calafates, apresentando uma simplicidade notável, sem excessivos adornos, e apresentando na sua fachada pilastras em pedra de cantaria. A obra foi concluída em 1797 quando finalmente foi aberta ao público.

De acordo com Guerra (1970), no ano de 1902, a mesa regedora, presidida pelo capitão José Machado Sobrinho, implementou mudanças na arquitetura do Templo, conferindo-lhe uma aparência mais imponente. Uma torre foi erigida e a fachada e varandas das cinco janelas de frente foram adornadas com símbolos alusivos à profissão dos fundadores da irmandade, como martelos, pregos, compassos e esquadros. Essa estilização permanece até os dias atuais. Por muitos anos, a celebração do padroeiro, realizada em 19 de

março, incluía uma elegante procissão, na qual todos os membros da Irmandade se trajavam apropriadamente e portavam instrumentos representativos de suas profissões, entoando cânticos com profunda devoção.



Figura 251: Rua São José do Ribamar, 1957. Figura 252: Igreja de São José do Ribamar, 1957.

Fonte: Tibor Jablonsky - Acervo do grupo Recife Antigamente. <https://www.facebook.com/recantigo/photos>. Acesso em 2023.

A igreja de São José foi construída em uma das partes menos favorecida, e, predominantemente negra da cidade, beirando o mar da ilha de Santo Antônio. Junto ao santo ao qual se dedica, São José, o termo “Ribamar” complementa o nome do templo. Originalmente “riba-mar”, a palavra significa local próximo ou à beira do mar e revela detalhes da geografia local na época de construção do monumento, edificado às margens do Rio Capibaribe. Esse posicionamento geográfico levou ao nome Igreja de São José do Ribamar, dando também origem ao novo nome da Irmandade. Em 1844, essa localidade evoluiu para o bairro de São José. No entanto, devido a aterros realizados, o templo religioso passou a distar mais das águas marítimas.

O pátio da Igreja de São José do Ribamar teve sua origem associada à construção da igreja, sendo concebido em conjunto com ela e possuindo limites definidos que proporcionam uma visão completa do edifício religioso. Ao ser acessado pelas ruas São José do Ribamar e Coração de Maria, que não possuem grandes extensões, revela-se uma “surpresa”: um espaço aberto que enaltece a notável arquitetura da Igreja de São José do Ribamar. Inicialmente utilizado como ponto de encontro e celebrações religiosas, o pátio teve sua dinâmica alterada quando as casas voltadas para ele passaram a ser fundo de lojas direcionadas para outras ruas. Atualmente, esse pátio é predominantemente utilizado para

estacionamento e operações de carga e descarga. A igreja de São José do Ribamar, juntamente com seu pátio, desempenha um papel de destaque ao receber a designação da paróquia que leva seu nome, inserindo-a como um elemento identitário significativo na paisagem urbana do século XIX. Ao longo desse período, ela se tornou um ponto crucial de encontro para diversas irmandades religiosas e também para atividades seculares, desempenhando o papel de um marco de referência naquela região de relevância na cidade, configurando-se como um dos elementos veiculadores da significância cultural da cidade, onde percebemos cotidianamente a vitalidade e interação dos usuários com esse lugar.



Figura 253; Figura 254; Figura 255 e Figura 256: Igreja e Pátio de São José do Ribamar
Fonte: autora, julho de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou investigar a construção da ideia de Elementos Veiculadores da Significância Cultural, adotando uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos Bairros de Santo Antônio e São José, no Recife. Neste processo, percorremos um trajeto que nos levou desde os primórdios das discussões sobre patrimônio cultural até os debates contemporâneos acerca da significância cultural. Analisamos como a concepção de patrimônio evoluiu ao longo do tempo, culminando na compreensão de que a significância cultural não é uma característica intrínseca aos objetos, mas sim uma construção social e subjetiva, resultante das interações entre indivíduos e seu ambiente construído.

No decurso desta pesquisa, nos deparamos com desafios fundamentais enfrentados pelo campo da preservação contemporânea. Um deles é a necessidade de operacionalizar a significância cultural, dada a natureza subjetiva e multifacetada do patrimônio cultural. As ferramentas normativas tradicionais muitas vezes lidam de forma separada com as dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio, dificultando uma abordagem integrada. Como avançar nas questões subjetivas sem desvalorizar a atenção da materialidade? Como conciliar os aspectos materiais e imateriais na gestão do patrimônio? Essas são questões cruciais que permearam nossa investigação. Tais fatos nos fizeram refletir sobre alguns dos desafios no campo da preservação patrimonial: os de lidar com os riscos de gentrificação de áreas centrais pela tendência na valorização da materialidade ou na supervalorização da subjetividade e do relativismo absoluto que relega a materialidade a segundo plano, sobretudo nos bairros históricos de Santo Antônio e São José, no Recife, cuja importância patrimonial é inegável.

Consolidados no século XVII, esses bairros representam uma rica tapeçaria de história, cultura e arquitetura. A presença do comércio, especialmente o informal, é uma parte essencial da sua identidade, assim como sua morfologia urbana, caracterizada por igrejas imponentes e ruas estreitas. No entanto, esses bairros enfrentam desafios, incluindo a perda de características originais de edifícios e a ausência de regulamentação específica para espaços livres e atributos intangíveis. A tendência à supervalorização de atividades como o turismo em detrimento do uso social e cotidiano dos espaços de Santo Antônio e São José tem acarretado em ações como a retirada das barracas de ambulantes do entorno do Mercado de São José, comprometendo toda a dinâmica dessa área. Além disso, os novos projetos que estão sendo concluídos como o “Novo Recife” e o “Porto Novo”, além dos

edifícios das “torres gêmeas”, nas bordas do bairro de São José, são intervenções que afetam não só, toda a ideia de conjunto e de proteção da ambiência e do entorno dos monumentos, tão estudadas e recomendadas nas cartas patrimoniais e pelos grandes pesquisadores da conservação, mas também, a dinâmica social urbana, a integridade sócio-funcional e a integridade visual de todo esse conjunto histórico. As discussões contemporâneas em torno dos conceitos de valores, autenticidade, integridade e significância cultural, tão importantes para o enfrentamento dos desafios da preservação, apresentam dificuldades de serem incorporadas nas práticas de intervenção nesses bairros.

Apesar das profícuas pesquisas e contribuições que os órgãos de preservação tem demonstrado, com especial ênfase para a DPPC que vem apresentando um trabalho sério e respeitoso na busca pelo entendimento e aplicação da significância cultural em áreas patrimoniais, cabe ainda destacar a dificuldade de entendimento e operacionalização do tema, quando a recente revisão para a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (2021), divide as Zonas Especiais de Preservação Patrimonial (ZEPP) em setores que não se articulam e não se sobrepõem. Ao constataremos a divisão desses setores em caixas separadas, como por exemplo, setor de preservação da significância, separado dos setores de preservação do patrimônio imaterial e do setor de preservação da morfologia, percebemos as dificuldades de entendimento e operacionalização da significância cultural. Se considerarmos, por exemplo, que todas as áreas dos bairros estudados, têm morfologia, quer seja mais ou menos íntegra, ainda assim, a morfologia tem significância. É uma relação imbricada, assim como a imaterialidade e a significância. Separar a ZEPP nessas “caixinhas” é um erro de origem que mais atrapalha do que ajuda na compreensão do que é a significância cultural. Identificamos a importância dessa nossa pesquisa ao constataremos que mesmo especialistas, focados em produzir um diagnóstico para a revisão de uma legislação que vai embasar o Plano Diretor da cidade, tem apresentado dificuldades de entendimento e operacionalização dessa noção.

Sabemos que a eficácia da significância cultural enquanto ferramenta de conservação enfrenta grandes desafios. Entre eles, destacam-se a necessidade de desenvolver procedimentos metodológicos capazes de traduzir os valores atribuídos ao patrimônio por diferentes atores sociais envolvidos e a complexidade teórica associada ao conceito de significância, que ainda encontra resistência na compreensão, especialmente devido à influência predominante de especialistas e técnicos no processo decisório da preservação do patrimônio. Esse contexto propicia a consolidação de abordagens de preservação que enfatizam a materialidade do patrimônio e priorizam seus aspectos históricos. O requisito estipulado pela Unesco de avaliar a autenticidade e integridade ao elaborar a Declaração de Valor Universal Excepcional serve como exemplo de análises que

frequentemente são restritas a especialistas, inclinando-se a considerar predominantemente elementos materiais em conformidade com os cânones históricos nas práticas de conservação patrimonial. No âmbito teórico, estudiosos como Tainter e Lucas (1983) e Randall Mason (2004) apontam questões na compreensão da significância e deficiências em sua aplicação como instrumento de conservação, especialmente no que diz respeito à necessidade de incorporar uma diversidade maior de atores sociais no processo decisório.

Algumas pesquisas recentes, sobretudo no âmbito do MDU/UFPE, têm apontado caminhos profícuos no que diz respeito a compreensão da significância e construído instrumentos promissores para sua operacionalização. A significância é uma ferramenta que pode contribuir para o fortalecimento de políticas de salvaguarda patrimonial, mas, para que a mesma seja utilizada na prática como instrumento de conservação, torna-se necessário uma densa compreensão teórica sobre o tema da significância, e aqui entra o papel do especialista, compreendendo que a inserção das pessoas e do seus costumes precisa fazer parte do processo de gestão de sítios históricos.

Nos últimos anos, o campo da conservação tem clamado por novas estratégias de preservação, e a significância cultural, embora tenha sido subutilizada no Brasil, emerge como uma ferramenta potencial para enfrentar desafios persistentes na conservação patrimonial, particularmente no que se refere à necessidade de maior engajamento de diversos atores sociais na compreensão dos significados culturais associados a um bem. No entanto, a significância cultural precisa superar os obstáculos relativos à sua compreensão teórica e à elaboração de estratégias metodológicas que facilitem a pesquisa junto aos atores sociais, a fim de atingir uma maior eficácia como instrumento de conservação do patrimônio.

Neste contexto, ressaltamos a necessidade de valorizar não somente os elementos materiais, aqui representados pelos monumentos e sítio histórico de maneira isolada, mas sim, a trama urbana em sua totalidade, percebendo-a como um patrimônio em constante mudança e que está indissociavelmente atrelada a uma dinâmica sócio-funcional. Adicionalmente, precisamos pensar em uma perspectiva abrangente e inclusiva desse patrimônio cultural, reconhecendo a multiplicidade de manifestações culturais presentes nos bairros de Santo Antônio e São José, destacando a importância de preservar as práticas e conhecimentos tradicionais de todos os atores sociais ligados a eles. Isso implica na incorporação de uma abordagem mais ampla do patrimônio cultural.

Para além das questões pragmáticas ligadas à materialidade que envolvem os bairros de Santo Antônio e São José, é importante também estar atento às relações que se desenvolvem e se estabelecem para além dessa materialidade. As relações simbólicas que os atores estabelecem com seus espaços sociais estão amparadas pelas referências que

associam a estas, por sua vez, amparam as respectivas construções simbólicas que expressam a memória do lugar e às próprias de cada sujeito, é uma relação íntima e imbricada entre materialidade e imaterialidade que juntas e indissociáveis conformam esse patrimônio cultural.

Para abordar essas questões, adotamos uma metodologia sensível, inspirada na fenomenologia e na etnografia, que nos permitiu explorar as complexas relações entre a materialidade e a imaterialidade desses bairros. Realizamos visitas de campo, utilizando técnicas qualitativas como a observação participante, a caminhada errante, os mapas afetivos e os diários de bordo. Foi através da caminhada errante, que nos permitimos nos perder e ficar à deriva, onde caminhamos lentamente para sentir e apreender as sensações e os sentimentos. Paramos para observar e encontrar O Outro. Foi preciso contemplar e registrar, para compreender o que envolve aquela materialidade para além do que é óbvio e visível. Não é um processo fácil, requer sensibilidade e se permitir afetar por tudo que está em volta, é preciso ser atuante para sentir e perceber o que extrapola a materialidade. Nesse processo, percebemos que não é apenas a cidade que se revela ao observador curioso, mas é também o observador que se revela à cidade, em um intrincado e poético ballet de experiências compartilhadas. E foi assim que os bairros de Santo Antônio e São José me acolheram, e eu me tornei um fragmento da sua eterna história.

Essas abordagens nos ajudaram a identificar os Elementos Veiculadores da Significância Cultural, que são elementos que abarcam tanto a materialidade quanto a imaterialidade do patrimônio, refletindo as experiências e as relações que ocorrem nesses lugares. É algo que transborda da materialidade pragmática, são elementos-chave da organização e da configuração urbana enquanto elementos âncora na dinâmica urbana, são espaços (sociais) que carregam em si, histórias, sentimentos, sensações, vida cotidiana, valores, autenticidade, integridade e significância. Em outras palavras, são elementos urbanos que apresentam uma forte permanência arquitetônica na sua materialidade (histórica, temporal, de integridade e autenticidade), associados à sua importância nas relações simbólicas, cognitivas, imagéticas, culturais e, principalmente, por expressar a dinâmica urbana. É em si um espaço social que inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido através de uma experiência vivida.

Assim, nossa pesquisa contribuiu para tentar desenvolver uma metodologia que busca o equilíbrio entre os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio, superando a dicotomia entre eles. A prática do caminhar errante, enquanto experiência urbana, ao ser minuciosamente caracterizada, evidencia suas contribuições significativas na apreensão dos aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio. Esta prática estimula a sensibilidade e

permite que percebamos a riqueza da vida cotidiana, ao conversarmos com um vendedor de água na rua, ou com um ambulante que conserta relógios. Ao experienciar o espaço social urbano nas suas três dimensões (concebida, percebida e vivida) a relação com o território muda, à medida que o corpo interage com o ambiente urbano a percepção de dentro e de perto faz com que possamos ficar mais atentos às entrelinhas que conformam o patrimônio cultural. Nesse processo, o corpo se torna um agente ativo, delineando o cenário com passos e contemplação visual. Esse envolvimento deliberado com o espaço urbano me conduziu a encontros com outros indivíduos, enquanto deliberadamente escolhia rotas e selecionava detalhes com propósito. Essas ações resultam na criação de narrativas errantes que revelam a essência do lugar.

Ao analisar e caracterizar essa prática da caminhada errante proposta por Careri (2013), percebemos sua relevância metodológica, uma vez que aponta vias para a experimentação e seu potencial em captar a atmosfera dos lugares. Ao examinar as narrativas errantes propostas por Benjamin (1987) e Paola Jacques (2012) como uma forma de abordar o caminhar, fica claro que todos os caminhantes compartilham suas experiências através dessas narrativas urbanas, que, por sua vez, solidificam e perpetuam suas vivências. Na minha própria exploração dos bairros de Santo Antônio e São José, observei que meus diários de bordo poderiam igualmente servir como narrativas errantes. Estes diários, por meio de textos e fotografias, documentam minha jornada ao caminhar e fotografar na localidade. Para compreender melhor o papel dos diários de bordo como produto e a prática da narrativa errante como uma possibilidade metodológica foi necessário desmembrar o processo de criação dos diários.

Percebi que as fotografias orientavam a escrita, porque à medida que eu as examinava e as organizava em sequência, revivia a minha experiência. O processo de seleção das imagens também revelava sua importância, pois eu escolhia cuidadosamente os fragmentos mais significativos. Contudo, ao espacializar nos mapas os pontos em que paramos e ficamos à deriva, descrevemos aspectos menos racionalizados, sensações que se colocavam instantaneamente e espontaneamente, como algo que se sente assim que chamamos em um lugar, sem que antes houvesse qualquer filtro. Então decidimos usar a metodologia dos mapas sensíveis. Esse processo metodológico muito trabalhado pelo Laboratório de Pesquisa em Arquitetura Subjetividade e Cultura (LASC) do Rio de Janeiro, busca extrair as sensações e sentimentos dos usuários, representando as principais manifestações de afeto e relações inter-pessoais que envolve a interação da pessoa com o lugar. Claro que por conta da Pandemia do COVID-19 não tivemos tempo de colocar essa

metodologia em prática com outros usuários, de maneira que o teste para os mapas sensíveis foram elaborados apenas com a autora desta pesquisa.

Neste ponto, a importância da escrita e da fotografia nessa narrativa se torna evidente. O texto não é uma mera descrição que limita o impacto das imagens, mas sim uma parte intrínseca da narrativa. As fotografias atuam como guias para os textos, não como simples ilustrações, representando um poderoso meio de expressão. O conjunto de ações envolvidas na criação dos diários emerge como uma maneira de reconstruir e consolidar a experiência em Santo Antônio e São José, contribuindo significativamente para a apreensão sensível do bairro. Toda essa experiência metodológica nos permitiu reconhecer os Elementos Veiculadores da Significância Cultural. Não foi algo dado e necessariamente já pré-estabelecido, claro que a maioria dos elementos já haviam se destacado pela sua permanência e relevância histórica, mas a confirmação da sua importância na dinâmica social e seu valor imaterial se deu a partir de todas essas experiências metodológicas, e assim, a cada caminhada, a cada errância mais elementos iam se revelando e outros se confirmando.

Esse processo de imersão sugere uma valiosa contribuição metodológica, destacando os diários como uma forma viável de construir narrativas baseadas em experiência e os mapas como meio etnográfico de espacializar essas experiências. Por fim, ao reconhecer a importância dos diários e dos mapas como um processo para a construção de narrativas, construímos uma espécie de dossiê sobre cada um dos Elementos Veiculadores da Significância Cultural, abordando seus variados aspectos, sejam eles materiais, históricos, culturais ou afetivos, tentando superar a dicotomia entre materialidade e imaterialidade e trabalhando indissociavelmente as duas dimensões. Por isso, consideramos a construção da noção de Elementos Veiculadores da Significância Cultural, como uma metodologia sensível e abrangente que tem como principal objetivo operacionalizar a conservação em centros históricos, onde questões econômicas e políticas frequentemente entram em conflito. Os Elementos Veiculadores da Significância Cultural, identificados ao longo desta pesquisa, oferecem uma base sólida para abordar a complexidade das relações sociais e culturais que se desdobram em lugares históricos como Santo Antônio e São José.

Em conclusão, esta dissertação contribuiu para o avanço do campo da preservação ao propor uma metodologia sensível e integrativa para a conservação do patrimônio. Ao reconhecer a importância da significância cultural como um conceito dinâmico e interdisciplinar, esperamos que esta pesquisa possa inspirar práticas mais abrangentes e inclusivas de conservação do patrimônio, que respeitem a diversidade cultural e promovam o

diálogo entre o passado e o presente, o tangível e o intangível, em benefício das gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. Valores do Recife: o valor do solo na evolução da cidade. Recife, Luci Artes Gráficas Ltda. 2009.

ANDERSON, G. Bárbara. The importance of cultural meaning in defining and preserving sense of place. In: TOMLAN, M. A. (ed.). *Preservation of What, for Whom?: A Critical Look at Significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education, p. 127-135, 1998.

ARAÚJO, M. D. S. P. D. A aventura do comércio informal no Recife. Recife: Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

AUGOYARD, Jean-François. La construction des atmosphères quotidiennes: l'ordinaire de la culture. Culture et recherche, Paris : Ministère de la Culture et de la Communication, 2008, pp.58-60. hal-00995558.

AZEVEDO, Gabriela; PONTUAL, Virgínia; ZANCHETI, Sílvia. Declaração de Significância: Um Instrumento de Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico. Anais XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado. São Paulo. 2014.

BARRETO, Juliana Cunha; PONTUAL, Virgínia Pitta; AGUIAR, José Manuel. A valoração dos bens culturais sob o olhar da conservação. Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 623-641, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Acesso em: julho de 2023.

BARROS, Gleicielly; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. O Processo De Modernização No Bairro de Santo Antônio Na Primeira Metade Do Século XX: O Caso Da Praça Da Independência. Revista Mosaico, v. 14, n. 1, p. 119-139, 2021. e-ISSN 1983-7801 119 Dossiê DOI 10.18224/mos.v14i1.8583.

BENEVOLO, Leonardo; Haussmann e o plano de Paris. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.91-128.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Obras Escolhidas. Magia e Técnica, arte e política. 3a edição. São Paulo: Editora Brasiliense. p. 197-221, 1987.

BONELLI, Renato; Nivaldo Andrade Júnior (trad.), e Yan Graco Cafezeiro (trad.). 2022. "A Restauração Arquitetônica Enciclopédia Universale dell'Arte, Vol. XI, 1963". *Revista Thésis* 6 (12). Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.51924/revthesis.2021.v6.356>.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (Orgs.). Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção Artes & Ofícios, N°5). 261 p.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 216.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Legislação brasileira de proteção aos bens culturais.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, nov. 1937.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. Cadernos PPG-AU/UFBA, 7(2), 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/2648>. Acesso em: Junho de 2023.

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. Arqutextos, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio 2015 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/15.179/5531>>.Acessado em: Maio de 2022.

_____. A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, p. 1-41. e26, 2019.

_____. A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

_____;JACQUES, Paola Berenstein.O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um “devorador” de mitos? Anais do museu Paulista: história e cultura material. São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p.1-39, e 32, 2018.

CARERI, Francesco. Caminhar e parar. 1ª ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2017.

_____.Walkscapes: o caminhar como prática estética. 1ª ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CARVALHO, A; GRANADO, M; SILVA, E; OZAMA, H. Gestão da conservação-restauração do patrimônio cultural: algumas reflexões sobre teoria e prática. In: AZEVEDO, G; MOURA,C; ZANCHETI, S. (Orgs.). A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2015, v.1.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade Rotinas e Rupturas do Escravidão no Recife, 1822-1850. 2ª Edição. Editora Universitária UFPE, Recife, 2010.

CARVALHO, Nathália Moreira. Subjetividade e métodos: A etnotopografia e a apreensão do in-visível em ambiências noturnas. In: Arqutividades Subjeteturas. Metodologias para a Análise Sensível do Lugar. Cristiane Rose de Siqueira Duarte, Ethel Pinheiro Santana. 1ª ed. Rio de Janeiro: ebook selo FAU/UFRJ. 2019.

CARVALHO, Tatiane Eulália Mendes de. Frei Caneca: matriz do jornalismo brasileiro. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo – SP, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos. IEDS. Annanlume Editora Comunicação. 2009.

CAVALCANTI, Diogo. Feira livre do entorno do Mercado de São José vai para o Cais de Santa Rita. Diário de Pernambuco, Recife, 28 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/08/feira-livre-do-entorno-do-mercado-de-sao-jose-vai-para-cais-santa-rita.html>> Acessado em: julho de 2023.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 1925. Tradução: Luciano Vieira Machado. 6ª edição. São Paulo. Estação Liberdade. 2017.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História e patrimônio, nº 34, p.149-167, Iphan, 2012.

COUNCIL OF EUROPE. A Convenção de Faro: património cultural, um caminho para o futuro. Disponível em: <https://rm.coe.int/a-convencao-de-faro-patrimonio-cultural-um-caminho-para-o-futuro-/1680a3e95e>. Acessado em: julho de 2021.

CORD, Marcelo Mac. Lugares de memórias dos trabalhadores #14 - Igreja de São José do Ribamar, Recife (PE). Laboratório de estudos de história dos mundos do trabalho. Disponível em: <https://lehmt.org/>. Acessado em: janeiro de 2021.

CUNHA, Claudia dos Reis e. Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos. Resenhas Online, São Paulo, ano 05, n. 054.02, Vitruvius, jun. 2006. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138>>. Acesso em: julho de 2023.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, A.; PINHEIRO, E..; PAULA, K. C.L. de; VIEIRA, M.; UGLIONE, P. O Projeto como Metáfora: explorando ferramentas de análise do espaço construído. In: Duarte, C.R.; Rheingantz, P.A.; Bronstein, L.; Azevedo. O Lugar do Projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa/PROARQ, 2007.

_____. The Raising of a Community: Urban Experience in a Low Income Settlement in Rio de Janeiro. In: NEARY, S. et al. The Urban Experience. Londres: E&FN Spon, 1994.

_____. Olhares possíveis para o pesquisador em arquitetura. Revista Interfaces, nº13 - Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/interfaces/article/view/30176>. Acesso em: Julho de 2023.

DUARTE, Mirela. A paisagem urbana nas representações imagéticas do Recife do século XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE). Recife, 2015.

DUTRA, Isabela Duarte. (Re)significando São José: a construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. TCC, Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPE, 2018.2. Orientadora: Flaviana Lira.

DUTRA, Isabela Duarte; LIRA, Flaviana Barreto. (Re)significando São José: a construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) para um trecho do bairro histórico de São Jose. In: São José: olhares e vozes em confronto. Um bairro patrimônio cultural do Recife. Organização PONTUAL, Virgínia; et al. Editora: Cepe. Recife, 2021.

FARIAS, Marília Cavalcanti. Travessias em Santo Antônio: A Prática do Caminhar Fotográfico na Apreciação de Atmosferas e Ambiências. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário. (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GUERRA, Flávio. Velhas igrejas e subúrbios históricos. Recife?. Departamento de Documentação e Cultura. Prefeitura do Recife. Recife, 1960.

Governo Federal. Começa a restauração da Igreja de São José do Ribamar, Recife (PE). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicado em: 06 de janeiro de 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/comeca-restauracao-da-igreja-de-sao-jose-do-ribeiro-no-recife-pe>. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

GREEN, Howard L. The Social Construction of Historical Significance. In: TOMLAN, M. A. (ed.). *Preservation of What, for Whom?: A Critical Look at Significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education, p. 85-94, 1998.

GUERRA, Flávio. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife?. Departamento de Documentação e Cultura. Prefeitura do Recife. Recife, 1960.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Mercado de São José: contando histórias em um lugar de memória. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

GUIMARAENS, Cêça. Benício Whatley Dias. Um fotógrafo no Recife moderno. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 186.02, Vitruvius, nov. 2015 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.186/5836>>. Acessado em: agosto de 2023.

HARVEY, D. *A condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEYMANN, Luciana Quillet; LACERDA, Aline Lopes de. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Rio de Janeiro, 31 de março de 2011. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, V. 24, Nº 48, p. 405-431, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/3QWGyTwGnjKbF5s8zS6TYWK/?lang=pt>. Acesso em: julho de 2023.

HIDAKA, Lúcia Tone. *Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades – Patrimônio: teoria, metodologia e aplicação*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

ICCROM. *Iccrom Newsletter*, Roma. nº35, Outubro de 2009. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/ICCROM_news135-2009_en.pdf. Acesso em: Junho de 2022.

ICOMOS Australia. *The Burra Carter*, 1979. Disponível em: [Burra Charter Archival Documents | Australia ICOMOS](#)>. Acesso em: junho de 2023.

_____. *Princípios de La Valletta para salvaguarda e gestão de cidade e conjuntos urbanos históricos*. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portuguese.pdf. Acesso em: junho de 2023.

_____. *Recomendação Sobre As Paisagens Urbanas Históricas*. UNESCO, Paris (França), 10 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/52%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20paisagens%20urbanas%20hist%C3%B3ricas%20-%20UNESCO%202011.pdf>. Acesso em: julho de 2023.

_____. *The Burra Carter*, 1981. Disponível em: [Burra Charter Archival Documents | Australia ICOMOS](#)>. Acesso em: junho de 2023.

_____. *The Burra Carter*, 1988. Disponível em: [Burra Charter Archival Documents | Australia ICOMOS](#)>. Acesso em: junho de 2023.

_____. *The Burra Carter*, 1999. Disponível em: [Burra Charter Archival Documents | Australia ICOMOS](#)>. Acesso em: junho de 2023.

_____. *The Burra Carter*, 2013. Disponível em: [Burra Charter Archival Documents | Australia ICOMOS](#)>. Acesso em: junho de 2023.

_____. *The Declaration of San Antonio*. San Antonio, Texas: 1996. Disponível em: <http://www.icomos.org/docs/san_antonio.html>. Acesso em: abril de 2023.

IPHAN. Carta de Petrópolis de 1987. in: Caderno de Documentos nº3 - "Cartas Patrimoniais". Ministério da Cultura. Brasília. 1995.

_____. Carta de Veneza de 1967. in: Caderno de Documentos nº3 - "Cartas Patrimoniais". Ministério da Cultura..

_____. Declaração de Amsterdã de 1975. in: Caderno de Documentos nº3 - "Cartas Patrimoniais". Ministério da Cultura.

_____. Planos de Ação para Cidades Históricas: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social, construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. 2009

_____. Política do Patrimônio Cultural Material. Ministério da Cultura, Governo Federal. Brasil, 2018.

_____. Portaria Nº 299, de 6 de Julho de 2004. Criar o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano - PPSH. Brasília. 2004.

_____. Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília. 2018.

_____. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória. Ministério da Educação e Cultura. Brasília. 1980

_____. Recomendação de Nairobi de 1976. in: Caderno de Documentos nº3 - "Cartas Patrimoniais". Unesco, Nairobi. 1976.

_____. Recomendação de Paris 1972. in: Caderno de Documentos nº3 - "Cartas Patrimoniais". - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Unesco, Paris, 1972.

_____. Programa Monumenta. Rotas do Patrimônio – Uma viagem através da história. Recife - Igreja de São Pedro dos Clérigos. Edição: 2010a.

_____. Programa Monumenta. Rotas do Patrimônio – Uma viagem através da história. Recife - Igreja e o Convento Franciscano de Santo Antônio. Edição: 2010b

_____. Programa Monumenta. Rotas do Patrimônio – Uma viagem através da história. Recife - Mercado de São José. Edição: 2010c.

_____. Programa Monumenta. Rotas do Patrimônio – Uma viagem através da história. Recife - O Convento e a Basílica de Nossa Senhora do Carmo. Edição: 2010d.

Ito, Nobuo. Intangible cultural heritage involved in tangible cultural heritage. In: 14th ICOMOS General Assembly and International Symposium: 'Place, memory, meaning: preserving intangible values in monuments and sites', 27 – 31 oct 2003, Victoria Falls, Zimbabwe. [Conference or Workshop Item]. Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/484/>. Acesso em: Abril de 2023.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografia e corpografia urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 5, p.47- 57, 2008.

_____. Elogio aos errantes. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012a.

_____. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. Arqtexto, v. 01, n. 07, p. 16–25, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Paola>. Acesso em: Junho de 2023.

_____. Espetacularização Urbana Contemporânea in FERNANDES, Ana; BERENSTEIN JACQUES, Paola. Territórios urbanos e políticas culturais, Cadernos do PPGAU/FAUFBA, número especial, Salvador, 2004.

_____. Experiência errática. Redobra, Salvador, v. 3, n. 09, p. 192–204, 2012b. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Experiencia-erratica.pdf>. Acesso em: Junho de 2023.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2005

JOKILEHTO J. 2006. Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage context. In: City & Times, 2:1,. (www.ct.ceci-br.org).

Kühl, Beatriz Mugayar. História e ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. Revista CPC, São Paulo, V.1, N°1, p.16-40, 2005.
Disponível em : <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1> . Acesso em: Abril de 2023.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza . Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, v.18, nº2, julho de 2010, 287-320. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008>. Acesso em: Maio de 2022.

_____. Paul Philippot, o restauro arquitetônico no Brasil e o tempo. EVISTA DE CONSERVACIÓN. Conversaciones con Paul Philippot. N°1, p.53-64, 2015.

LACERDA, N. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, N.; ZANCHETTI, S. (Orgs.). Gestão da Conservação: conceitos e Métodos. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, v.1.

LAPA, Tomás de Albuquerque; SILVA, Marília do Nascimento. O Recife Metropolitano (1970–1990). IN: Recife cinco séculos de cidade e arquitetura. Editora CEPE. Recife, 2022.

LEAL, Thalianne de Andrade. Revisão do polígono de entorno dos monumentos tombados pelo IPHAN nos bairros de Santo Antônio e São José, Recife-PE. Unidade do IPHAN/ UF: 5ª SR/ PE. Superintendente: Frederico Faria Neves Almeida. Responsável Técnico: Marcelo de Brito Albuquerque Pontes Freitas. Recife, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. São Paulo: [s.n.], 2006.

_____. Dialectical Materialism. Preface by Stefan Kipfer; Translated by John Sturrock. Published by the University of Minnesota. 2009, 193p.

_____. Lógica formal. Lógica dialética. Carlos Nelson Coutinho, tradução, 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1991, 301p.

_____. Metaphilosophy. David Fernbach, tradução. Londres: Editora Verso. 2016, 364p.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora. 2011, 141p.

LEITÃO, M Lúcia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. Caderno metrópole. São Paulo, v13, n.26, p. 182-194, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/14764>>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

_____. Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2014. 2º edição.

LEITE, Julieta M. de Vasconcelos. A metrópole como espaço-tipo de uma experiência sensível. Caderno metrópole. São Paulo, v. 13, n.26, p. 172-181. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/14764>>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

LIRA, Flaviana; RIBEIRO, Cecília. Autenticidade, Integridade e Significância Cultural. In: LACERDA, N.; ZANCHETTI, S. (Orgs.). Gestão da Conservação: conceitos e Métodos. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, v.1

_____. Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 272-298, julho-dezembro, 2018 ISSN – 1808-1967.

_____. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. In Anais do V Encontro Internacional sobre patrimônio edificado - Arquimemória. Salvador: Departamento da Bahia do Instituto de Arquitetos do Brasil. 2017.

_____. Desafios Contemporâneos da Significância Cultural, Integridade e Autenticidade do Patrimônio Cultural: Teoria e Prática. Oculum Ensaios. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4365>>. Acesso em: agosto 2020.

_____. Patrimônio cultural e autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

LORETTO, Rosane Piccolo. As (des)venturas da integridade no patrimônio mundial. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

_____. Paraíso e Martírio: Histórias de Destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

LOUREIRO, Cláudia; AMORIM, Luiz. O mascate, o bispo, o Juiz e os outros. Sobre a Gênese Morfológica do Recife. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, Nº 2. Outubro de 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n3p19>.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. (2013). Vestindo a pele do cordeiro: requalificação versus gentrificação no Recife. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. 1. 1. 10.20396/urbana.v1i1.8635114.

LOWENTHAL, David. Authenticity: Rock of Faith or Quicksand Quagmire? Conservation: the Getty Conservation Institute newsletter, Vol.14, n.3, p. 5-8, 1999.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Edições 70 Lda. 1999. Lisboa/Portugal

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.29, nº 57, p. 9-28, janeiro/abril. 2016.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. Cadernos do patrimônio cultural. Fortaleza: Volume 1, p. 49-58, Secultfor: Iphan, 2015.

MASON, Randall. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In: DE LA TORRE, Marta, ed., Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report. Los Angeles:

The Getty Conservation Institute, 2002. (123pp., formato PDF, 750KB). Disponível em: <<http://www.getty.edu/conservation>>. Acessado em: 05 de agosto 2020.

_____. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of Significance. *Places, a Forum of Environmental Design*. v.16, n.1, p. 64-71, 2004. Disponível em: <www.placesjournal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1>. Acessado em: agosto de 2020

A MATRIZ DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E SANTO ANTÔNIO. *sanctuararia.art*, 2016. Disponível em: <https://sanctuararia.art/2016/03/02/matriz-do-santissimo-sacramento-e-santo-antonio-recife-pe/>. Acesso em: agosto de 2023.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, 1980.

MEIRELLES, Mauro; PEDDE, Valdir. Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 1, n. 20, maio 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235510/28497>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. A Igreja de Nossa Senhora do Terço. *Revista do Conselho Estadual de Cultura, Edição Especial*, s/d. p. 85-91.

MELO, Natália Rodrigues. [Con]viver e [trans]formar pela ambiência. Metodologias para o espaço construído. In: In: *Arquitividades Subjetetas. Metodologias para a Análise Sensível do Lugar*. Cristiane Rose de Siqueira Duarte, Ethel Pinheiro Santana. 1ª ed. Rio de Janeiro: ebook selo FAU/UFRJ. 2019.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo. (Org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006. p. 34-53.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas [Conferência magna]. In: *Fórum nacional do patrimônio cultural: sistema nacional de patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, 1. 2009, Ouro Preto. *Anais [...]* Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39. v.1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: julho de 2023.

_____. Os usos culturais da cultura. In: YAZIGI, E. *et al.* *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99.

_____. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do patrimônio*, Brasília, nº 326, p. 39-52, 2017.

MENEZES, José Luiz Mota (org.). *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: PCR: Massangana, 1988.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. A teimosia do patrimônio cultural no Recife: a autenticidade e a integridade no patrimônio do bairro de São José. *Encontro Internacional Arquivemória 5. Sobre a preservação do patrimônio edificado*. Salvador, 2017.

_____. *Habitar no Centro Histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife*. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

Ministério Público Federal: Procuradoria da República em Pernambuco. *Duas Torres - Cais de Santa Rita*. Disponível em:

<http://www.prpe.mpf.mp.br/internet/index.php/internet/Casos/Duas-Torres-Cais-de-Santa-Rita>. Acesso: março 2021.

MONTEIRO, Ester; FEITOSA Salviano. Pesquisa Tias do Terço. Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 2004.

MOREIRA, Fernando Diniz. A Transformação do Bairro de Santo Antônio do Recife (1938-1949). XIV Seminário de história da cidade e do Urbanismo. Cidade, arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX. São Carlos, 2016.

_____. Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século. Cadernos De Estudos Sociais, Volume 8, Nº2, p. 182-205, Jul/Dez., 1992. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1118>. Acesso em: Agosto de 2023.

_____. et al. Recife cinco séculos de cidade e arquitetura. Editora CEPE. Recife, 2022.

NASCIMENTO, Barbara Thomas L. Errâncias sensíveis: analisando a Empatia Espacial em contextos urbanos. In: In: Arquitividades Subjeturas. Metodologias para a Análise Sensível do Lugar. Cristiane Rose de Siqueira Duarte, Ethel Pinheiro Santana. 1ª ed. Rio de Janeiro: ebook selo FAU/UFRJ. 2019.

NASCIMENTO, José Clewton do. (RE) Descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo da UFBA). Salvador: UFBA, 2008.

NATIONAL PARK SERVICE. Historic Sites Arc. Federal Historic Preservation Law. 1935. Disponível em: https://www.nps.gov/parkhistory/online_books/fhpl/historic_sites_act.pdf. Acessado em: Maio de 2022,

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinhas. Do restauro à recriação: as diversas possibilidades de intervenção no patrimônio construído. Arquitectos, São Paulo, ano 15, Nº 179.07, maio 2015.

NERY, Juliana; BAETA, Rodrigo. Sobre os riscos e os limites da supremacia da significância: as teorias modernas da restauração diante da recente ampliação do campo do patrimônio cultural. V ENANPARQ. 2018.

PACHECO, Ricardo de Aguiar . Um templo e seus tempos: a Igreja de São José do Ribamar do Recife. Museologia e Interdisciplinaridade, Brasília , v. 5, n. 10, p. 213 - 226, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/19145/15592>. Acessado em janeiro de 2021.

PAJEÚ, Hélio Márcio; SOBRAL, Ana Carolina Correia. A resignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural. Porto Alegre, 2019. , v. 25, n. 1, p. 239-266, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/81463/50249>. Acesso em: agosto de 2023

PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre:Bookman, 2011.

_____. Space, place and Atmosphere. Emotion and peripheral perception in architecture experience, in "Lebenswelt", 4.1, p.230-245. 2014.

PARK, Sharon C. "Respecting Significance and Keeping Integrity: Approaches to Rehabilitation." *APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology*, vol. 37, no. 4, 2006, pp. 13–21. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40004145>. Acessado em maio de 2022.

PECHMAN, Robert Moses (org.). A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. 1 ed. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2014, v.1.

PEIXOTO, Allana; MELO, Carlos Eduardo Luna de; LIRA, Flaviana Barreto. O conceito de integridade na conservação da arquitetura moderna. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p.27-45, dez. 2021.

PEREIRA Juliana Melo. Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil. Recife, 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2012.

_____. Entre a memória e a transformação: São José e o Plano de Gabaritos de 1965. In: São José: olhares e vozes em confronto. Um bairro patrimônio cultural do Recife. Organização PONTUAL, Virgínia; et al. Editora: Cepe. Recife, 2021.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v.28, n.83, p.47-71.

PHILIPPOT, Paul. La obra de arte, el tiempo y la restauración. *REVISTA DE CONSERVACIÓN. Conversaciones con Paul Philippot*. N°1, p.18-26, 2015.

_____. La teoria del restauro nell'epoca della mondializzazione. *Arkos: scienza e restauro*, Anno 3, n. 1, p. 14-17, 2002.

PINHEIRO, José Queiroz. et al. Diário pessoal como técnica de coleta de dados em estudos sobre as relações pessoa-ambiente. In: PINHEIRO, José Queiroz e GÜNTHER, Hartmut (ORG). Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente. 1ª Edição. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, Itatiba, São Paulo, p. 281-312, 2008.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: As décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Iphan 1937-2017. Rio de Janeiro: Governo Federal, N° 35. Ano 2017, p.14-31.

PONTUAL, Virgínia. CAVALCANTI, Rafael. A abertura da avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930 – 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., João Pessoa-PB, 2003. *Anais...* Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2003, p. 1-6.

_____. Fragmentos de representações sobre a formação urbana do Recife e do bairro de São José do século XVI ao XIX. In: São José: olhares e vozes em confronto. Um bairro patrimônio cultural do Recife. Organização PONTUAL, Virgínia; et al. Editora: Cepe. Recife, 2021.

_____. Memória e Descaracterização: notas sobre narrativas literárias e técnica do Bairro de São José, Recife. In: São José: olhares e vozes em confronto. Um bairro patrimônio cultural do Recife. Organização PONTUAL, Virgínia; et al. Editora: Cepe. Recife, 2021b.

_____.; MILFON, Magna; PICCOLO, Rosane. O Antigo e o Moderno no Recife: As Práticas e a Construção de Identidades Urbanísticas. *Anais XII ENANPUR – XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém: 2007.

_____. O saber urbanístico no governo da cidade: uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950. São Paulo: Tese Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. O urbanismo no Recife: Entre ideias e representações. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais*, N°2, 89. Publicação semestral da Anpur. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p89>. Novembro de 1999.

_____. PEREIRA, Juliana Melo. As Práticas do Urbanismo Modernista e da Conservação Urbana na Cidade do Recife: Dilemas, Confrontos e o Plano De Gabaritos De 1965. *OCULUM ENSAIOS* 13 |

Campinas | p.98-111 | Janeiro-Junho 2011. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/144>. Acesso em: agosto de 2023.

_____.; PICCOLO, Rosane. A Demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, BR. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Univ. de Barcelona, 26-30/05/ 2008.

_____. Plano de Gestão da Conservação Integrada. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Recife: CECI, 2012. p. 90-100.

_____. Práticas Urbanísticas em Áreas históricas: O Bairro do Recife, *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, V.12, Nº752, 2007.

_____. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, nº 42, p. 417-434. 2001a.

_____. Uma Cidade e Dois Prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE, 2001b.

_____. ZANCHETI, S.; LIRA, F. B.; CABRAL, Renata; HARCHABOIS, Mônica; MILFONT, Magna; LORETTO, PICCOLO, Rosane. Metodologia para a identificação e autenticação do patrimônio cultural: o caso do Istmo de Recife e Olinda-PE. In: Congresso Internacional da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais, 2009, Porto Alegre. Anais do XIII Congresso Abracor: Preservação do Patrimônio: Ética e Responsabilidade Social. Porto Alegre: ABRACOR, 2009. v. 1. p. 235-241.

PREFEITURA DO RECIFE. Diagnóstico Das Zonas Especiais De Preservação Do Patrimônio Histórico-Cultural - Zeph Análise Das Referências Culturais E Patrimônio Cultural Imaterial. Zeph 10 Santo Antônio / São José Zeph 14 Casa Da Cultura / Estação Central Patrimônio Imaterial. Recife, outubro de 2020. Disponível em: https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/DIAGNOSTICO_IMATERIAL_ZEP_Hs_10_e_14.pdf . Acessado em: agosto de 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural - ZEPP. Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo - LPUOS. Disponível em <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/> Acessado em: setembro de 2020.

REIS, V. M. D. O Patrimônio e os Valores Culturais do lugar: o caso do Pátio de São Pedro, do Pátio do terço e do Pátio do Carmo em Recife-PE. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16667>

REYNALDO, Amélia. As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife. Recife: Cepe, 2007.

RIBEMBOIM, Jacques. Dois Bairros Irmãos. O patrimônio imaterial dos bairros de Santo Antônio e São José, no Recife. Editora Babeco. Olinda, PE. 2017.

RIEGL, Alois. O culto moderno aos monumentos. São Paulo: Perspectiva, 2014. Tradução: Werner Rotshchil Davidsohn, Annateresa Fabris. Apresentação: Annateresa Fabris.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário. (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 49-58.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia Sphan. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, nº24, p. 77-96, 1996.

SCHMIDT, Christian. 2017. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. Disponível em: www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284. Acessado em: 7 abr. 2021.

SILVA, Aline de Figueirôa. Proposta de delimitação do polígono de entorno dos bens tombados no bairro do Recife e sugestão de revisão do polígono de tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo bairro do Recife, na cidade do Recife-PE. Programa De Especialização em Patrimônio Iphan/Unesco – PEP. Recife, 2006.

SILVA, Paula Maciel. Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna. Recife, 2012. 236 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2012.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

SOUZA, Marina M. Reis Negros No Brasil Escravista História Da Festa De Coroação De Rei Congo. 2ª Edição. Belo horizonte editora UFMG 2014.

STOVEL, Herb. 2007. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. City & Time 2 (3): 3. (www.ct.ceci-br.org)

_____. 2001. Riga Charter on Authenticity and Historical Reconstruction in Relationship to Cultural Heritage. Conservation and management of archaeological sites 4/4, 241-244.

TAINTER, Joseph A., and G. John Lucas. “Epistemology of the Significance Concept.” *American Antiquity*, vol. 48, no. 4, 1983, pp. 707–19. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/279772>. Acessado em maio de 2022.

TEIXEIRA, Nícolas Mateus Macêdo. Morar do antigo: um estudo etnográfico sobre o desinteresse habitacional no Bairro do Recife. Recife, 2020. 181 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

THIBAUD, Jean-Paul. A ambiência: trilhando caminho para uma perspectiva internacional. RUA (Campinas, Brasil), v. 1, n. 14, p. 1-5, 2008.

_____. A cidade através dos sentidos. Cadernos PROARQ, v. 18, p. 1-16, 2012a.

_____. Ambiência. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (orgs.). Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____. Contextualizações sensíveis da cidade. Tradução de Julieta Leite. In: LEROUX, M., THIBAUD, J. P., BALEZ, S., BARDYN, J. L., & FIORI, S. (2000). Compositions sensibles de la ville. CRESSON, ENSA: école nationale supérieure d'architecture.

_____. O devir ambiente do mundo urbano. Redobra: Tumulto. Salvador, 2012b.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. Revitalizing Historic Urban Quarters. Oxford: Architectural Press, 1996. 234p.

TINOCO, J. E. L. Plano de Gestão da Conservação para edificações de valor cultural. Revista CPC, (17), 94-107, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i17p94-107>. Acessado em: 25 de janeiro de 2021

UNESCO. Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>. Acessado em: Maio de 2022.

_____. Recomendação sobre a paisagem histórica urbana. Paris, 2011. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/> acessado em: abril 2021.

_____. The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Lisboa, 2021. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acessado em: Abril de 2023.

VAINSECHER, Semira Adler. Praça da Independência. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: agosto de 2023.

VALENTIM, Davi Dornelles Rodrigues de Souza. A Significância Cultural: uma análise da teoria e da prática contemporâneas. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

Vasconcelos, Mara & Granato, Marcus. A noção de integridade aplicada à conservação e restauro de bens culturais móveis: alguns antecedentes e desdobramentos. Revista CPC. n. 23, p. 93-113, jan./jul. 2017. Doi 10.11606/issn.1980-4466.v0i23p93-113.

VASCONCELOS, P.; MACIEL, C.; LACERDA, N. Pelas frestas e becos do patrimônio: o lugar do (in) visível no centro histórico do Recife. Revista de Geografia (Recife) .V. 35, No. 1 (especial), 2018.

VERAS, Lúcia; BEZERRA, Onilda; CAVALCANTI, Fábio; LEITE, Julieta e SÁ CARNEIRO, Ana Rita. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo: Cidade/paisagem. CAU/PE, 2017. Disponível em: <<https://www.caupe.gov.br/caderno-paisagem>>. Acesso em: Setembro de 2019.

_____. Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da UFPE). Recife: UFPE, 2014.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; NASCIMENTO, José Clewton do. A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação? ENANPARQ. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporânea. Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade. Natal, 2012.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Gestão de sítios históricos: valor cultural e valor econômico em programas de revitalização em áreas históricas. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

_____. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008.

_____. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Ed. UFPE, 2022.

_____. O lugar da história na cidade contemporânea. Bairro do Recife x Pelourinho. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA). Salvador: UFBA, 2000.

_____. O papel da materialidade no debate contemporâneo da preservação: Por uma relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade. 4º Simpósio científico do ICOMOS Brasil. 1º Simpósio científico ICOMOS-LAC. Rio de Janeiro, 2020.

_____. Posturas intervencionistas contemporânea e a prática brasileira institucionalizada. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo:

Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 3., 2014, São Paulo. Anais [...]. Campinas: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014.

_____. VALORES, SIGNIFICÂNCIA E IMATERIALIDADE: a relação (simbiótica) entre Mercado e Bairro de São José. In: São José: olhares e vozes em confronto. Um bairro patrimônio cultural do Recife. Organização PONTUAL, Virgínia; et al. Editora: Cepe. Recife, 2021.

VIÑAS, Salvador Muñoz. Teoria contemporânea da restauração. Flávio Carsalade, tradução. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. 215p.

WELLS, Jeremy. C. (2007). The Plurality of Truth in Culture, Context, and Heritage: A (Mostly) Post-Structuralist Analysis of Urban Conservation Charters. Disponível em: https://docs.rwu.edu/saahp_fp/19. Acesso em: maio de 2022.

_____. Historic Preservation, Significance, and Phenomenology. Environmental & Architectural Phenomenology, vol. 22., no. 1, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/39864507/Historic_Preservation_Significance_and_Phenomenology?from=cover_page. acessado em: Maio 2022.

_____. BALDWIN, Elizabeth. D. Historic preservation, significance, and age value: A comparative phenomenology of historic Charleston and the nearby new-urbanist community of I'On. vol. 32, no. 4 (2012), 384-400. Journal of Environmental Psychology. 32. 384-400. 10.1016/j.jenvp.2012.06.002.

ZANCHETI, Silvio. et al. Judgment and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. In: City e Times, vol. 4, n. 2, 2009.

_____. O Recife do século XVIII como cidade barroca. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

_____. & HIDAKA, Lúcia. A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Texts para Discussão, Série 02: Gestão e restauro. V. 57. Olinda, 2014.

_____. & HIDAKA, Lúcia. Um Indicador para medir o Estado de Conservação de Sítios Urbanos Patrimoniais: Teoria e Estrutura. In: ZANCHETI, Silvio Mendes (ORG.). Indicadores de Conservação e Sustentabilidade na Cidade Patrimonial. CECI, Olinda, 2010.

_____. & Jukka Jokilehto. Values and urban conservation planning: some reflections on principles and definitions. Journal of Architectural Conservation, Vol. 1, p. 37-51, 1997.